

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SILMEI DE SANT'ANA PETIZ

**CAMINHOS CRUZADOS: FAMÍLIAS E ESTRATÉGIAS ESCRAVAS NA
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1750-1835)**

SÃO LEOPOLDO

2009

SILMEI DE SANT'ANA PETIZ

**CAMINHOS CRUZADOS: FAMÍLIAS E ESTRATÉGIAS ESCRAVAS NA
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1750-1835)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott.

SÃO LEOPOLDO

2009

P489c Petiz, Silmei de Sant'Ana. 1970-
Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na
Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835) /
Silmei de Sant'Ana Petiz. – 2009.
321 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.
“Orientadora: Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott”.

1. Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul - Brasil
2. Escravidão 3. Família Escrava. I. Título.

18”:316.343.26

CDU-94(816.5)17-

SILMEI DE SANT'ANA PETIZ

**CAMINHOS CRUZADOS: FAMÍLIAS E ESTRATÉGIAS ESCRAVAS NA
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1750-1835)**

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS como requisito
parcial para obtenção do título de
doutor em História.

Aprovado em: _____ / _____ / _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott (Orientadora)

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes (UNICAMP)

Prof(a). Dr(a). Cacilda da Silva Machado (UFRJ)

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (Unisinos)

Prof(a). Dr(a). Eloísa Capovilla da Luz Ramos (Unisinos)

Dedico este trabalho a todas as minorias que, nesta época em que vivemos, ainda lutam por sua dignidade e sobrevivência.

AGRADECIMENTOS

O trabalho que agora apresento não é apenas produto de um esforço individual, pois toda a sua preparação contou com o auxílio de diversas pessoas e instituições. Ao longo desta caminhada contei sempre com bons amigos que compartilharam comigo os longos anos consumidos pelos cursos, pesquisas, leituras, análises e, por fim, na elaboração do texto, ainda que essas pessoas não tenham culpa pelos erros do pronunciamento que, por ventura, eu tenha cometido. Temo, porém, que alguns nomes sejam omitidos pela falha da memória (a esta altura já um tanto cansada), e por isso já adianto as minhas desculpas.

Agradeço à minha orientadora. Foi um privilégio à parte contar com a Ana Silvia, especialista em História da Família, que manteve sempre uma constante atenção e estímulo em todos os momentos desta tese. Sua disposição para o debate estimulou-me a inteligência e capacidade de argumentação. Sua generosidade intelectual enriqueceu minhas questões e abordagens. A Ana foi uma orientadora imprescindível com suas leituras críticas e propositivas que ficam como referenciais para minha carreira. Compartilho com ela todos os méritos desse trabalho.

Na Unisinos contei sempre com muitas pessoas que, com enorme disposição e talento, também ajudaram na pesquisa. Destaco em especial, a preciosa colaboração do professor Paulo Moreira, um dos grandes nomes da renovada historiografia sul-rio-grandense sobre a escravidão e grande conhecedor da história regional. Seus comentários e críticas me permitiram refinar questões e argumentos fundamentais para a tese. Devo ainda agradecer a Janaina Trescastro, secretária do PPGH, pelo profissionalismo, simpatia e competência.

Durante a fase da pesquisa, frequentei o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS) e o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AMCPA). Jamais esquecerei a acolhida que recebi em cada um deles. Além do trabalho, também fiz amigos e gostaria de agradecer, de modo especial, a

Vanessa Gomes Campos e Jovani de Souza Scherer, profissionais que tornaram mais alegres e menos penosas as minhas pesquisas.

Ao pessoal que convivi no PPG de História da Unisinos (2004) sou muito grato pelas discussões em salas de aula, pelos cafés na cantina. Ao longo dos últimos anos muitos amigos leram e discutiram meus escritos. Os debates realizados pelo grupo de orientados do professor Paulo Roberto Staudt Moreira foram fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa. Desse grupo fizeram parte, em diferentes momentos, Rodrigo de Azevedo Weimer, Sherol dos Santos, Vinícius Pereira de Oliveira e Jônatas Caratti. A todos minha eterna gratidão pelo especial diálogo devido à proximidade de nossos temas, mas, principalmente, pela amizade sincera. Entre os amigos “mais antigos”, que acompanharam de diversas formas as alegrias e apreensões da escrita da tese, quero destacar Adelmir Fiabani e Caiuá Cardoso Al-Alam. Cada um, a seu modo, mas todos participaram deste trabalho.

Aos membros do GT População e História da ABEP, pelos comentários e sugestões aos meus trabalhos apresentados em eventos. Foram de grande ajuda os comentários e críticas feitos por colegas como Máisa Faleiros da Cunha, Cacilda Machado, Carlos Bacellar, Jonis Freire, entre outros.

Aos mestres e amigos da Unisinos, com quem tive a oportunidade de conviver mantendo a camaradagem e o convívio nos diferentes ciclos de minha formação nesta universidade, agradecer é pouco. As experiências compartilhadas com vocês, por todo esse tempo constituem a base de tudo o que eu conquistei até hoje. Foram muitas suas contribuições. Espero ter conseguido elaborar corretamente algumas das muitas sugestões apontadas. Devo muito do que sou a vocês.

A professora Eloisa Capovilla da Luz Ramos é parte desse grupo, mas reservo a ela um agradecimento especial: veio dela o maior incentivo ao estudo e à pesquisa histórica, e em especial pela predileção que tenho pelos temas do Sul. Devo-lhe muito pela leitura sempre atenta e comentários críticos de meus primeiros textos, pelo estímulo, pelo material

disponibilizado, pelas sempre proveitosas discussões. Muito obrigado mesmo!

Gostaria, ainda, de agradecer à CAPES pelo apoio concedido na forma de uma bolsa de doutoramento que viabilizou as viagens de estudos no âmbito do PDEE (Programa de Doutorado com Estágio no Exterior) concedeu-me quatro meses de bolsa que tornou possível minha estada em Braga/Guimarães e Lisboa, onde tive o privilégio de pesquisar nos excelentes arquivos e bibliotecas portuguesas.

Em Portugal, devo agradecer aos integrantes da Universidade Minho, que me acolheram como investigador visitante, possibilitando amplas facilidades e excelentes condições de trabalho. Agradeço aos amigos Daniel Freitas, Victor Emanuel, Alice Martins, Fátima Dias e Isabel Salgado pela excelente acolhida e receptividade e pela paciência em me ensinar o que sabiam sobre as técnicas de reconstituição de paróquias. Foi um grande privilégio ter contado com a orientação das professoras Maria Norberta Amorim, Carlota dos Santos e do professor Paulo Lopes Matos, agradeço pelo profissionalismo e por terem aceitado orientar minhas pesquisas em Portugal.

Não posso deixar de mencionar o apoio que recebi dos meus colegas professores do Colégio Maria Auxiliadora da Rede Notre Dame em Canoas, e a turma do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eles foram solidários durante todo o período e por diversas vezes assumiram parte de meus encargos para que eu pudesse me dedicar mais ao doutorado.

A família certamente foi parte de tudo o que fiz, é a sustentação de qualquer pessoa, sem ela não somos nada, e por pensar assim escolhi o tema desta tese. À minha mãe, qualquer palavra de agradecimento é insuficiente para traduzir meus sentimentos. Mesmo sabendo que ela nunca lerá esta tese, foi a minha primeira e mais importante autora.

À minha esposa, Lucilene, agradeço por suportar meus maus humores e ausências durante esse longo tempo, mas acompanhando-me bem de perto nos momentos de angústia e dificuldades envolvidas na fase

de escrita da tese. Seu apoio e compreensão foram fundamentais para que eu continuasse acreditando que era possível alcançar o fim do túnel.

Por fim, quero agradecer a meu filho, Martin, que teve que aprender, em seus poucos anos de vida, a dividir o pai com um computador, montanhas de livros, papéis e fichas. Apesar dessa cruel imposição, ele me brinda todas as manhãs com seu imenso sorriso nos lábios. O sorriso do Martin foi meu combustível para que esse projeto fosse concluído. Com amor, dedico a vocês esta tese.

Para as estrelas do céu, que ao longo da minha existência me tem acompanhado nas meditações sobre minha condição de ser mortal, e nas minhas simples reflexões sobre o mistério do cosmos e que dia após dia continuam brilhantes a muitos milhões de anos luz, intocáveis, repletas de uma beleza eterna, muito embora, porventura, já se tenham extinguido.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa empreende um estudo sobre o comportamento e as práticas familiares dos escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande entre fins do século XVIII e princípios do XIX. Para verificar as questões explicitadas, lança-se mão de um conjunto de informações provenientes de um número variado de fontes que vão desde registros de batismos, casamentos e óbitos, passando pelos inventários *post-mortem* e manumissões. O estímulo principal é o entendimento do funcionamento do trabalho escravo nessa região que se delimitava com o espaço castelhano, cuja economia caracterizava-se pelo predomínio da pecuária. Inicialmente, busca-se mapear a história da região desde a chegada dos primeiros povoadores europeus até a Revolução Farroupilha, analisam-se as atividades produtivas, as faixas de tamanho das escravarias e a evolução da população escrava, observando-se o perfil demográfico desse segmento no período analisado. Enfatiza-se, ainda, que a condição não exportadora da economia local, combinada com a estabilidade atingida pelas maiores posses da região, configurava-se determinante para a durabilidade das famílias no decurso dos anos. Os escravos, nessas condições, não apenas casavam-se, mas tendiam a manter suas famílias unidas por muito tempo. Nesse mercado matrimonial uma série de variáveis, destacando cor, idade, sexo, procedência e condição jurídica dos nubentes, combinava-se à realidade do cativo, ora facilitando e ora escasseando as oportunidades conjugais dos escravos. A reconstituição de algumas dessas famílias constitui um esforço no sentido de avançar no conhecimento das dinâmicas e dos significados da construção dos laços de parentesco entre os escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande. Por fim, abordam-se as relações de parentesco dos cativos como uma importante estratégia na luta pela liberdade através das diversas formas de se libertar um cativo. Dentre essas, destacam-se as cartas de alforria, a alforria na pia batismal e as alforrias expressas em testamentos. Através do exame dos dados coletados pretende-se comprovar que, diferentemente do que sustenta certa historiografia, o escravo não apenas foi bastante representativo nessa região de economia interna como também teve acesso a relações sociais estáveis, sendo mais um dos exemplos de que a instabilidade e a promiscuidade não imperaram como normas durante a escravidão.

Palavras-chave: Escravidão. Famílias escravas. Rio Grande de São Pedro.

ABSTRACT

The present work of research undertakes a study on the behavior and familiar practices of the slaves of the Border West of the Rio Grande between ends of century XVIII and principles of the XIX. To verify the questions, a set of information proceeding from a varied number of sources like registers of baptisms, marriages and deaths, passing for the inventories post-mortem and manumissions. The main stimulation is the agreement of the functioning of the slaved work in this region that delimited with the Castilian area, whose economy was characterized for the predominance of the cattle. Initially, tries to map the history of the region since the arrival of the first European settlers until the Farroupilha Revolution, analyze the productive activities, the size area of the slaves and the evolution of the slaved population, observing the demographic profile of this segment in the analyzed period. It is still emphasized, that the no exporting condition of the local economy, combined with the stability reached for the biggest ownerships of the region, was configured determinative for the durability of the families in the following years. The slaves, in these conditions, not only were married, but they tended to keep their families joined for a long time. In this marriage market a variable series, emphasizing color, age, sex, origin and legal condition of the commitment, agreed it with the reality of the captivity, however facilitating and however becoming scarce the conjugal chances of the slaves. The reconstitution of some of these families constitutes an effort in the direction to advance in the knowledge of the dynamic and the meanings of the construction involving relative's relationship between the slaves of the Border West of the Rio Grande. Finally, the blood relations of the captives are approached as an important strategy in the fight for the freedom through several forms of freeing a captive. Among these, the freedom, emancipation in the baptismal sink and express letters in wills are distinguished. Through the examination of the collected data it is intended to prove that, differently of what supports certain historiography, the slave not only was sufficiently representative in this region of internal economy as well as had access the stability social relations, being a plus of examples in that the instability and the promiscuity had not dominated as rule during the slavery.

Key words: Slavery. Slaves families. Rio Grande de São Pedro.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACMRJ: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.
- AHCMPA: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.
- AHMRP: Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo.
- AHDC: Arquivo Histórico da Diocese de Cachoeira.
- AHPA: Arquivo Histórico de Porto Alegre.
- AHRS: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- AHU: Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).
- ANRJ: Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).
- ANTT: Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa).
- APERS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- BAJ: Biblioteca da Ajuda (Lisboa).
- BNRJ: Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).
- BNL: Biblioteca Nacional (Lisboa).
- BPE: Biblioteca Pública de Évora.
- IHGRGS: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- LBRP: Livro de Batismos de Rio Pardo.
- LBC: Livro de Batismos de Cachoeira.
- LBCÇ: Livro de Batismos de Caçapava.

LBE: Livro de Batismos de Encruzilhada.

LCRP: Livro de Casamentos de Rio Pardo.

LCC: Livro de Casamentos de Cachoeira.

LCCÇ: Livro de Casamentos de Caçapava.

LCE: Livro de Casamentos de Encruzilhada.

LORP: Livro de Óbitos de Rio Pardo.

LOC: Livro de Óbitos de Cachoeira.

LOCCÇ: Livro de Óbitos de Caçapava.

LOE: Livro de Óbito de Encruzilhada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta da Fortaleza Jesus Maria José de Rio Pardo.....	58
Figura 2: Ocupação Castelhana de Rio Grande, Rio Pardo e a Fronteira (1763-1776).....	62
Figura 3: Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, em 1809.....	67
Figura 4: Rio Grande do Sul, em 1850.....	71
Figura 5: Estrutura Etária dos escravos Inventariados, 1764-1809.....	105
Figura 6: Estrutura Etária dos escravos Inventariados, 1810-1835.....	106
Figura 7: Estrutura Etária dos Escravos Africanos Inventariados, 1764-1809.....	110
Figura 8: Estrutura Etária dos Escravos Africanos Inventariados, 1810-1835.....	111
Figura 9: Estrutura Etária dos Escravos Crioulos Inventariados, 1764- 1809.....	112
Figura 10: Estrutura Etária dos Escravos Crioulos Inventariados, 1810-1835.....	112
Figura 11: Sazonalidade dos Casamentos nas Paróquias da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835.....	184
Figura 12: Percentual de Distribuição de Casamentos Escravos nas estações do ano na Fronteira oeste do Rio Grande, 1762- 1835.....	186

- Figura 13: Casamentos por Dias da Semana Entre Escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1762-1835.....188
- Figura 14: Distribuição dos horários nos quais escravos e forros se casavam, freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1762-1835190
- Figura 15: Distribuição das crianças escravas de acordo com o tempo transcorrido em dias, entre o nascimento e o batismo, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755 a 1835201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Mapa estatístico das povoações de Rio Pardo em 1826	69
Quadro 2: Casamentos entre cativos de Antônio de Souza Nunes	222
Quadro 3: Batismos dos cativos de Antônio de Souza Nunes.....	223
Quadro 4: Casamentos entre cativos de Mateus Simões Pires	245
Quadro 5: Batismos dos cativos de Mateus Simões Pires	246
Quadro 6: Casamentos entre cativos de Antônio Simões Pires.....	258
Quadro 7: Batismos dos cativos de Antônio Simões Pires.....	259
Quadro 8: Batismos dos cativos de Manoel José de Faria.....	262

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Condição matrimonial e sexo dos senhores escravistas presentes nos inventários da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835	74
Tabela 2: Distribuição dos escravistas segundo a ocupação/atividade principal característica do inventário, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835	75
Tabela 3: Estatística dos rebanhos existentes no Rio Grande de São Pedro em 1787	78
Tabela 4: Estrutura de posse de escravos por faixa de plantel e períodos, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1765-1835	83
Tabela 5: Participação (absoluta e relativa) das populações escravas no Rio Grande e no Paraná Séculos XVIII e XIX.....	91
Tabela 6: Mapa de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro, de 1798	94
Tabela 7: População da Capitania do Rio Grande de São Pedro no ano de 1814	95
Tabela 8: Proprietários e escravos, conforme os inventários da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835.....	96
Tabela 9: Origem dos escravos inventariados, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835.....	98
Tabela 10: Sexo dos escravos inventariados, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835.....	101
Tabela 11: Faixa Etária dos escravos, inventariados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835.....	104

Tabela 12: Relação crianças/mulheres escravas inventariadas na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835.....	107
Tabela 13: Origem e estrutura etária dos escravos inventariados, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835.....	109
Tabela 14: Idade dos escravos africanos batizados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835.....	114
Tabela 15: Escravos batizados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1809.....	115
Tabela 16: Batizados de escravos, segundo a origem dos pais – Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835.....	116
Tabela 17: Origens africanas segundo os registros de inventários e batismos de adultos, 1764-1835.....	122
Tabela 18: Cores dos escravos conforme os pais, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835.....	124
Tabela 19: Sexo dos escravos: distribuição quanto ao tamanho dos plantéis, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835.....	126
Tabela 20: Origem dos escravos: distribuição quanto ao tamanho dos plantéis, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1809.....	128
Tabela 21: Faixa-Etária dos escravos*: distribuição quanto ao tamanho dos plantéis, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1809.....	129
Tabela 22: Atividades dos proprietários e razão de sexo dos escravos, 1765-1835.....	130
Tabela 23: Atividades dos proprietários e Origem dos escravos, 1765-1835.....	131
Tabela 24: Atividades dos proprietários e Idade dos escravos, 1765-1835.....	132
Tabela 25: Distribuição dos escravos por ocupação, conforme o sexo, 1764-1835.....	135
Tabela 26: Distribuição dos escravos por ocupação, conforme a origem 1764-1835.....	136
Tabela 27: Distribuição dos escravos por ocupação, conforme a faixa etária, 1764-1835.....	138
Tabela 28: Índice de legitimidade dos cativos batizados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1809.....	167

Tabela 29: Índice de legitimidade dos cativos batizados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835	168
Tabela 30: Casamentos de escravos e forros da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835	170
Tabela 31: Casamentos dos escravos segundo a pertinência do plantel, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1758-1835	173
Tabela 32: Distribuição percentual dos casamentos de escravos e forros por situação jurídica dos cônjuges, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835	176
Tabela 33: Distribuição percentual dos casamentos por situação jurídica dos cônjuges, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1762 a 1835.....	177
Tabela 34: Distribuição percentual dos casamentos conforme a origem dos cônjuges, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1758 a 1835 ...	178
Tabela 35: Casamentos segundo a origem dos noivos, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1758-1835.....	179
Tabela 36: Percentual de distribuição dos casamentos conforme a endogamia segundo a cor dos cônjuges, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1758-1835.....	181
Tabela 37: Casamentos conforme a nação/origem dos cônjuges, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1758-1835	182
Tabela 38: Procedência dos escravos crioulos, conforme os casamentos da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835	183
Tabela 39: Batismos da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835.....	195
Tabela 40: Sexo dos escravos inocentes batizados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835	195
Tabela 41: Padrões do compadrio: o perfil dos padrinhos e madrinhas escolhidos. Freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835.....	204
Tabela 42: Condição social dos padrinhos dos inocentes escravos, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835.....	208
Tabela 43: Condição social dos padrinhos dos escravos africanos, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835.....	210
Tabela 44: Homenagens entre os nomes dos inocentes batizados, 1755-1835	211

Tabela 45: Relação dos escravos de Antônio de Souza Nunes, conforme o inventário de 1835.....	219
Tabela 46: Lista dos proprietários que mais levaram escravos ao altar na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1809	224
Tabela 47: Lista dos proprietários que mais levaram escravos ao altar na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835	226
Tabela 48: Faixa Etária dos escravos, inventariados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835.....	228
Tabela 49: Tamanho do plantel e participação de casados e viúvos na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835	229
Tabela 50: Destinos dos casais de escravos conforme as partilhas – Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835	255
Tabela 51: Tipos de alforria – Fronteira Oeste do Rio Grande, 1811-1835.....	273

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	25
PRIMEIRA PARTE: CAMINHOS CRUZADOS: SENHORES E ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE, 1750-1835....	45
INTRODUÇÃO	46
CAPÍTULO 1: FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE: CONCEITUAÇÃO E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	48
1.1 RIO PARDO: DE FORTALEZA A VILA, UMA FRONTEIRA EM CONSTRUÇÃO, 1750-1809	55
1.2 VILA DE RIO PARDO: EXPANSIONISMO ECONÔMICO E POPULACIONAL, 1810-1835.....	66
CAPÍTULO 2: PROPRIETÁRIOS: ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS E ATIVIDADE ECONÔMICA ATRIBUÍDA	73
2.1 ATIVIDADES ECONÔMICAS ENTRE OS PROPRIETÁRIOS ESCRAVISTAS DA FRONTEIRA OESTE.....	74
2.2 ESTRUTURA DE POSSE DOS ESCRAVOS ENTRE OS SENHORES DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE.....	82
CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS CATIVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO RIO GRANDE.	88
3.1 EXISTENTES, MAS INVISÍVEIS	88

3.2 ORIGENS DOS ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE	97
3.3 A REPARTIÇÃO DO SEXO NA POPULAÇÃO ESCRAVA.....	100
3.4 IDADE DOS ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE.....	103
3.5 ORIGENS DOS ESCRAVOS E VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS	109
3.6 AS MÃES E OS PAIS DOS QUE AQUI NASCEM	115
3.7 OS QUE AQUI CHEGAM: AFRICANOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE.....	118
3.8 SOB O ESTIGMA DA COR	123
3.9 VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS DOS ESCRAVOS E ESTRUTURA DE POSSE.....	125
3.9.1 Atividades econômicas dos proprietários e características dos escravos	130
3.10 OCUPAÇÕES DOS ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE	134
SEGUNDA PARTE: VIVÊNCIAS ESCRAVAS: PARENTESCO E ESTRATÉGIAS SOCIAIS ENTRE CATIVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE	
142	
INTRODUÇÃO	143
CAPÍTULO 4: DEFININDO AS FAMÍLIAS ESCRAVAS E O CUIDADO COM AS FONTES	
145	
4.1 DEFININDO FAMÍLIAS ESCRAVAS E OS CUIDADOS COM AS FONTES	145
4.2 DAS FRESTAS DESTE ESTUDO: AS FONTES ECLESIÁSTICAS E OS ESTUDOS DAS FAMÍLIAS.....	150
4.3 FAMÍLIAS ESCRAVAS E HISTORIOGRAFIA	153
CAPITULO 5: GRAUS DE LEGITIMIDADE DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE.....	
162	
5.1 FAMÍLIAS ESCRAVAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE...	162

5.2 GRAUS DE LEGITIMIDADE DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE	166
5.3 CASAMENTOS DE ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE, 1755 A 1835.....	169
5.3.1 O casamento entre cativos e o seu papel normatizador	171
5.3.2 Origem dos cônjuges	176
5.4 TEMPO DE CASAR.....	183
5.4.1 Os dias de casar.....	187
5.4.2 As horas de casar.....	190
5.5 TESTEMUNHAS DOS CASAMENTOS DE ESCRAVOS	192
CAPÍTULO 6: PARENTESCO ESPIRITUAL E ALIANÇAS ENTRE ESCRAVOS.....	193
6.1 NOME DOS BATIZADOS.....	211
TERCEIRA PARTE: FAMÍLIAS E ESTRATÉGIAS SOCIAIS ENTRE SENHORES E ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE	213
INTRODUÇÃO	214
CAPÍTULO 7: AS PROPRIEDADES ESCRAVAS E OS GRAUS DE ESTABILIDADE DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS.....	216
7.1 ESCRAVOS DE ANTÔNIO DE SOUZA NUNES.....	218
7.2 TAMANHO DOS PLANTÉIS E LEGITIMIDADE DA FAMÍLIA ESCRAVA	224
CAPÍTULO 8: TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS ESCRAVAS NO INTERIOR DE PROPRIEDADES DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE – ESTUDOS DE CASOS	233
8.1 FAMÍLIA SIMÕES PIRES E SUAS RELAÇÕES NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE.....	234
8.2 AS FAMÍLIAS ESCRAVAS DOS SIMÕES PIRES.....	241
8.2.1 Família de Cândida e Mateus	247
8.2.2 Família de Antônio Guiné e Josefa Guiné	249

	24
8.2.3 Família de José preto e Francisca preta	250
8.2.4 Família de José crioulo e Gertrudes preta da Costa	251
8.2.5 Outras famílias escravas de Mateus Simões Pires	252
8.3 MOMENTOS DECISIVOS: A PARTILHA DOS BENS E OS DESTINOS DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS	253
8.4 OS CASAIS DE ESCRAVOS NAS PARTILHAS: OS LIMITES DA ESTABILIDADE E DA PROPRIEDADE	254
8.4.1 A segunda geração dos Simões Pires: Antônio Simões Pires	257
8.4.2 Escravos de Antônio Simões Pires	258
8.4.3 Maria Esméria: Terceira Geração dos Simões Pires	261
CAPÍTULO 9: ALFORRIAS E LAÇOS DE FAMÍLIA	264
9.1 A FAMÍLIA COMO ESPAÇO PARA A LIBERDADE.....	280
9.2 INTRINCADAS RELAÇÕES: OS MEUS E OS SEUS.....	282
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	289
REFERÊNCIAS	299
FONTES DOCUMENTAIS	316

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um senhor que se deixou governar pelos próprios escravos. Com esse argumento, José Joaquim Cesar, morador da vila de Cachoeira da então província do Rio Grande de São Pedro, ingressaria, em 1831, com uma ação judicial visando a *interditar*¹ o viúvo Ignácio Xavier Cesar, seu pai, que tinha então 90 anos de idade. Este alegava que Ignácio havia se tornado incapaz de gerir os próprios negócios *por estar a consumir parte do que lhe restava a mando de seus escravos*².

Talvez José Joaquim estivesse exagerando em suas observações, ou, quem sabe, apenas justificando seus cuidados quanto à preservação dos bens de herança. Fato é que outras testemunhas também registraram suas impressões sobre a forma “imprópria” com que Ignácio se relacionava com seus cativos, ao referirem *sobre o risco que ele sofria por ser do conhecimento público e notório o estado de ruína a que estavam reduzidos a pessoa e bens de seu pai.*

O vizinho Roque de Godói, chamado a testemunhar, acrescentara que a disposição de Ignácio Cesar *era tanta em proteger a classe negra que há tempos de tudo se entregou, passando-lhes cartas de alforria [...] aos seus e*

¹ A interdição é um mecanismo legal de natureza civil, que pertence à área do direito de família, através do qual, por meio de um processo jurídico, procura-se nomear alguém para que possa administrar os bens e a pessoa, ou somente os bens, de quem não mais possa fazê-lo por si só. Trata-se da curatela. Com a interdição, o maior de idade perde sua capacidade civil que passa a ser responsabilidade de outrem (ZACARIAS, 2003).

² Inventário *post-mortem* de Ignácio Xavier Cesar. Processo 63, Maço 4, Cachoeira do Sul, 1831. APERGS.

aos alheios, afirmando que em certa ocasião este havia libertado a escrava Leonarda simplesmente *porque esta o persuadiu em sonho [...] quando conseguiu que a alma de sua finada mulher intercedesse por ela pedindo em brado que a libertasse*. Concedeu o mesmo benefício ao preto Joaquim apenas *porque este lhe cantara uma cantiga*. Chegou a pedir dinheiro ao amigo Roque Franco de Godói, *negociante de molhados*, com a finalidade de libertar uma preta que havia fugido de Santa Maria, e isso *porque suas escravas assim lhe pediram*. Ignácio ficava especialmente generoso nos momentos de *festas da igreja*, quando *realizava a felicidade dos seus escravos dizendo que tirassem de seu gado alguns novilhos para que de seu produto comprassem alguma coisa que quisessem*.

Como se pode perceber, vários são os indícios que revelam uma singular proximidade entre esse senhor e seus escravos que, aparentemente, poderia permitir aos cativos um acesso mais amplo às conquistas diárias que melhorassem as suas condições existenciais. Por sua vez, tais conquistas obtidas no interior do cativeiro não seriam resultados de simples benevolência, mas sim fruto do desempenho dos escravos como sujeitos atuantes que lutavam com as armas que tinham. Demonstram bem o quanto as relações escravistas, ainda que estabelecidas entre desiguais, nem sempre poderiam ser empreendidas e justificadas pelos senhores, por meio do uso exclusivo da força, indicando que nos cativeiros do Sul, tal como já vem sendo demonstrado para outras regiões brasileiras³, por vezes, o elo mais forte, também tinha que ceder, aceitando parte dos anseios dos cativos.

Ignácio era alertado sobre o perigo que corria, mas não dava ouvidos quando o avisavam que *estava sob o mal de feitiços em consequência da persuasão de seus escravos e que por isso extraviava grande parte de sua fortuna por sedução em que se achara*. Respondia *que tudo que a ele provinha era em função dos seus escravos, razão pela qual os libertava*. Sua aparente

³ Os autores discutiram as diversas maneiras de resistir e de ver a resistência. A negociação, empreendida no dia a dia íntegra, com destaque, as reflexões dos autores, que creem ser instaurada a ruptura, a fuga e a revolta, por exemplo – após a falha das negociações ou mesmo quando elas nem chegam a se realizar (REIS e SILVA, 1989, p. 7-11). Ver, ainda, LARA, Sílvia. Campos da Violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; e CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade – Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

benevolência não era suficiente, contudo, para mantê-los presos à casa, pois *fugiam e retornavam depois*. Chegou a ser envenenado pelas escravas Eufrásia e Anacleta que, segundo afirmaram as testemunhas, andavam mancomunadas com o preto Ireno, natural de Curitiba. Diante de tal fato, revogou-lhes as cartas de liberdade que havia passado, mas tornou a consenti-las e a mantê-las em sua presença. Ignácio, já velho e decrepito, vivia sem nenhum parente próximo. Já as cativas contavam com o apoio de seus pais, Leonarda e Joaquim, e dos irmãos, Felizardo e Fortunato, que, com auxílio de terceiros, recorreram ao Juiz de Paz e garantiram-lhes o indulto de liberdade⁴.

Ignácio faleceu no dia 24 de junho de 1834, alegadamente como *demente* e por isso sem testamento. Com a intenção de aprofundar sua história e a de seus escravos, lançou-se mão de um conjunto variado de fontes, retrocedendo no tempo em busca de outros fragmentos da vida desses indivíduos, por meio do cruzamento de seu inventário com registros de casamentos, batismos, óbitos e cartas de liberdade dos escravos. Com base nesses registros obteve-se a informação que esses indivíduos, supostamente privilegiados, foram cativos que viveram toda a sua vida no mesmo plantel e correspondiam a três gerações de uma mesma família cativa. A seguir, um pouco mais sobre suas vidas.

Eufrazia nasceu em Cachoeira, distrito de Rio Pardo da então Fronteira Oeste do Rio Grande, e foi batizada em 28 de dezembro de 1803⁵. Era filha legítima de Joaquim e Leonarda, escravos cujo casamento havia sido realizado na mesma igreja no dia 25 de junho de 1800⁶. Teve como padrinhos os escravos Ângelo e Páscoa, cativos de Antônio Fernandes, que ampliaram os laços de parentesco espiritual apadrinhando também aos seus

⁴ Ligia Bellini estudou a prática da alforria, buscando conhecê-la a partir das relações que se estabeleciam entre senhores e escravos segundo o discurso do documento de liberdade. Essa autora ressalta a importância da negociação cotidiana no enfrentar, recuar ou fazer acordos para concretizar a alforria, considerada por ela como fruto da relação ambígua, construída no dia a dia entre escravos e senhores. Tais ideias foram expressas pela autora de seu artigo “Por amor e por interesse: a relação senhor – escravo em cartas de alforria”. Citada por Reis (1988, p. 73-86).

⁵ Livro de Batismos de Escravos de Cachoeira, n. 1, f. 16.

⁶ Livro de Casamentos de Cachoeira, n. 1, f. 65.

irmãos: Felizardo, nascido em 8 de setembro de 1807⁷ e Fortunato, que nasceu em 8 de fevereiro de 1814⁸. Anacleto nasceu na mesma cidade em 8 de setembro de 1801⁹, e foi batizada em 20 de outubro do mesmo ano. Era filha legítima dos escravos Manoel e Gertrudes, e teve como padrinhos José e Paula, escravos do mesmo senhor. Era irmã de Cesário, que foi batizado no dia 17 de novembro de 1803¹⁰.

Seguindo as pistas deixadas por esses sujeitos percebeu-se o quão intrincadas eram as relações que se estabeleciam entre essa família escrava e seu senhor, cuja condição de saúde frágil constituía um dos muitos fatores em jogo. Com efeito, o olhar atento à documentação revelou um universo de tensão que extrapola a simples dicotomia entre conflitos e solidariedades. Uma análise da experiência da enfermidade desse senhor e das relações que a partir daí se estabeleceram revelou outro aspecto do cotidiano dos cativos, indicando que o cuidado das moléstias oferecia espaço para que se estabelecessem elementos de negociação¹¹.

Nesse sentido, é bastante interessante a carta de alforria passada pelo Alferes Joaquim Rodrigues Paes, de Rio Pardo, datada de 21 de fevereiro de 1821. Através dela constatou-se que o crioulo Domingos, de 40 anos de idade, capataz de lavouras, recebe a sua liberdade. O inusitado deve-se ao fato de que a quantia de 512\$000 réis, uma verdadeira fortuna para a época, foi paga por Ignácio Xavier Cesar *através de dois moleques novos, brutos, com a condição de que esse passasse a servir e habitar na sua casa*. Tal investimento justifica-se pelas informações transmitidas na carta passada por seu antigo senhor, o alferes Joaquim Rodrigues Paes que afirmara que Domingos tinha sido até então *um escravo de estimação, que lhe prestara bons serviços por todo tempo que lhe serviu de curandeiro*¹².

⁷ Livro de Batismos de Escravos de Cachoeira, n. 1, f. 33v.

⁸ Livro de Batismos de Escravos de Cachoeira, n. 1, f. 60.

⁹ Livro de Batismos de Escravos de Cachoeira, n. 1, f. 12v.

¹⁰ Livro de Batismos de Escravos de Cachoeira, n. 1, f. 19.

¹¹ Para melhor observação da prática do curandeirismo entre os escravos do Rio Grande ver: WITTER, Nickelen Acosta: *Dizem que foi Feitiço: AS práticas de Cura no Sul do Brasil. 1840-1880*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

¹² Talão de Notas de Rio Pardo, n. 5, f. 97v.

Com base nessa informação é possível considerar-se que o investimento feito com a compra da liberdade de Domingos por Ignácio tenha sido uma tentativa de melhorar o tratamento de sua enferma esposa, que acabou falecendo em 1823¹³, estivesse relacionado a preocupações sobre a sua própria saúde, ou, ainda, às duas coisas, não se sabe ao certo. Porém, não se acredita que tenham sido as habilidades como capataz de lavouras que tenham motivado tal dispêndio. O certo é que cinco anos depois, em 1826, Ignácio tornaria a estar presente no tabelionato registrando alforrias. Dessa vez, tratava-se das escravas Anacleta e Eufrazia, aquelas que seu filho acusara de tê-lo envenenado e que este teimava em mantê-las junto a ele. Por meio desses documentos, soube-se que Ignácio julgava-se muito próximo, descrevendo-as como sendo *crias de sua casa*, e com as quais *teve filhos*, conforme refere o documento abaixo:

Sou obrigado a passar esta carta de liberdade a Anacleta, crioula de 20 anos, **porque eu assim o tratei com ela**, com a qual tive filhos, e por meu brio e honra e de ser de lei de sua majestade [...] com a obrigação de me acompanhar como liberta mesmo, até a minha morte¹⁴ (Grifo nosso).

Não é necessário aqui repetir o conteúdo da carta referente à crioula Eufrazia, pois ela tem o mesmo conteúdo citado no documento acima, referente à liberdade de Anacleta¹⁵. Importa dizer que ela foi passada no mesmo dia, ou seja, em 15 de julho de 1826, tendo ambas sido confirmadas em registro no dia 24 de março de 1828. A expressão *porque eu assim o tratei com ela* não seria um exemplo claro de que havia espaço de negociação entre esse senhor e seus escravos? Acredita-se que sim.

Visando a reforçar essa ideia e melhor compreender as relações estabelecidas entre essas cativas e seu senhor, buscaram-se outros “vestígios”, por meio dos assentos de batismos dos filhos dessas escravas. Com base nesses registros soube-se que Anacleta deu a luz a um casal de filhos: a inocente Alexandrina (parda) foi levada à pia batismal como filha natural no dia 30 de junho de 1824, tendo nascido no dia 2 de fevereiro do

¹³ Livro de Óbitos de Cachoeira, n. 2, f. 23v.

¹⁴ Talão de Notas de Cachoeira, n. 10, f. 65v.

¹⁵ Talão de Notas de Cachoeira, n. 10, f. 64v.

mesmo ano. Na ocasião, o vigário registrou a criança por forra *por livre vontade de seu senhor, o sobredito Cesar*¹⁶. Já Fidelis (pardo), o segundo filho de Anacleta, nascera no dia 12 de julho de 1827 e recebera os santos óleos no mesmo dia, batizado no livro de assentos de livres¹⁷. Nesse momento, Anacleta já era tida por *forra e liberta*. Com isso, teve-se a confirmação de que Ignácio não apenas se considerava pai dos filhos de suas escravas como também os alforriou por desengargo de consciência. O que não parava por aí. A situação repete-se com Eufrásia, cujo filho, Manoel (pardo), o mais velho, nasceu no dia 15 de julho de 1825, sendo batizado sem o nome do pai, no dia 1º de Agosto de 1825. Na ocasião, foi dito ao vigário por Ignácio *que dava a liberdade de sua livre vontade, como se livre nascesse [...]*¹⁸. Em 25 de fevereiro de 1828, Eufrazia batizava a caçula Joaquina, já como forra, tal como havia acontecido com o segundo filho da crioula Anacleta¹⁹.

Ignácio referiu que alforriara as escravas Eufrazia e Anacleta por seu *brio e honra e de ser de lei de sua majestade*. Agia como era de costume entre aqueles que, ao atingirem o final da vida, esperavam corrigir os erros do passado. Filhos naturais²⁰, portanto, deveriam ser reconhecidos, e realmente foram muitos os que assim o fizeram. Quando o filho natural era escravo, então seria pouco provável que o mantivesse no cativeiro. Disso se concluiu que Ignácio não era de fato “lunático”, estava apenas procurando ficar em *paz com sua consciência* libertando seus filhos ilegítimos tidos com suas escravas. Suspeita-se também que os motivos fúteis das liberdades passadas aos cativos Joaquim e Leonarda tinham outro fundo de verdade, nesse caso bem mais sério: tratava-se dos avós dos filhos do senhor, cujas alforrias eram passadas.

O *comportamento inadequado* desse proprietário, tido pelo herdeiro como prova cabal de insanidade, talvez se explique com maior propriedade

¹⁶ LBC - 04L, p. 50.

¹⁷ LBC - 04L, p. 109.

¹⁸ LBC - 04L, p. 71.

¹⁹ LBC - 04L, p. 120 v.

²⁰ Filho *natural* era o gerado em relacionamento sexual entre pessoas solteiras ou viúvas. O filho era adúlterino quando pelo menos uma delas era casada.

pela situação vivida por ele que em momentos derradeiros de sua vida, quando precisava muito de auxílio das pessoas que estavam à sua volta, e que provavelmente seriam aquelas com as quais mais se relacionava, nesse caso, tratando-se de seus escravos. Esse, já em avançada idade, passava alforrias, redigindo ou ditando suas últimas vontades. Seu estado de saúde aparece logo na primeira, quando investiu uma alta soma em dinheiro para contar com a companhia de um curandeiro. O fato de ter alforriado as escravas Eufrazia e Anacleta, por serem mães de seus filhos, após ter tornado-se viúvo, pode ter sido resultado do estado de solidão que passou a sofrer e não se pode descartar a astúcia de suas cativas que, percebendo a fragilidade do senhor, buscaram com as armas que tinham, o acesso a suas liberdades e a de seus parentes próximos.

É certo que o parentesco entre as crianças nascidas do ventre escravo com o referido senhor tornava-se um forte argumento para torná-lo mais disposto a conceder, tendo sido as cartas de liberdade apenas uma das faces dessa “negociação” estabelecida entre ele e seus cativos. Realmente, uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de bem menos numerosa na população escrava. Mary Karasch calcula que para o Rio de Janeiro, entre 1807 e 1831, dois terços das alforrias contemplavam as mulheres (KARASCH, 1987, p. 336). Para a cidade de Salvador, na Bahia, entre 1779 e 1850, as proporções foram similares, com o número de mulheres alforriadas perfazendo o dobro do de homens²¹.

Visando a responder a essa questão, diversas hipóteses foram aventadas pela historiografia. Entre elas está a capacidade de a mulher escrava estabelecer com seus senhores um grau maior de afetividade, fosse como ama-de-leite de seus filhos, no serviço doméstico ou como amante (KARASCH, 1987). Assim, a alforria estaria ligada a laços sentimentais, recompensando os *bons serviços prestados*. Eisenberg (1989) apresenta outra hipótese – a de que a família escrava, pressupondo-a solidária, teria a

²¹ Schwartz (1988, p. 275) faz um rápido balanço dos estudos sobre alforrias na Bahia. Ele próprio realizou um importante trabalho sobre alforrias entre os anos de 1684 e 1745. Idem (1974); Mattoso (1972).

tendência de investir conjuntamente na alforria de mulheres para preservar a prole da escravidão, já que o cativo seguia o ventre.

Reconstituindo esses fragmentos das histórias de vida do senhor Ignácio Xavier Cesar e de seus escravos, situados em diferentes contextos, teve-se a certeza de que o cenário exposto poderia ilustrar, e muito bem, as inúmeras teses que compõem, atualmente, os estudos sobre a escravidão brasileira. Também serve para a introdução do tema do presente trabalho, que se propõe a reconstituir a história de homens e mulheres que viveram experiências de cativo na Fronteira Oeste do Rio Grande. Sempre que as fontes permitiram, foram abordados aspectos relativos à condição social desses sujeitos no interior da referida sociedade escravista. Através das histórias de famílias escravas pretende-se demonstrar importantes aspectos das relações de trabalho e de controle sobre os cativos, em que o escravo não agia como “coisa”, e sim como um ser detentor de agência.

A existência de famílias cativas, como a de Leonarda e Joaquim, já não constitui novidade entre os que se dedicam ao estudo da escravidão²². No transcurso das últimas três décadas, estudos passaram a indicar que as relações estabelecidas entre esses indivíduos não eram realidades incompatíveis com o cativo. Através de um conjunto variado de fontes e realizado sob diferentes perspectivas, pesquisas vêm demonstrando que havia no cotidiano dessas pessoas um cenário bem mais complexo do que até então se supunha, onde nem mesmo seus senhores foram capazes de expropriar as suas capacidades de criar e viver sob normas intrínsecas ao ser humano.

Entretanto, como bem salienta Slenes (1999), esses estudos, em sua maioria, correspondem à região de *plantation* do século XIX, predominantemente São Paulo e Rio de Janeiro. A escravidão nessas áreas destacava-se pela constante entrada e grande quantidade de cativos, a maior parte deles do sexo masculino. Esta pesquisa pretende contribuir para a análise das famílias cativas em uma região voltada para o abastecimento do mercado interno que, apesar de não haver deixado de se vincular ao tráfico

²² Maiores esclarecimentos sobre essa historiografia será oferecida em capítulo específico a ser detalhado no corpo do trabalho.

inter-regional de escravos, baseava-se, no que tange à conformação de seu contingente mancipio, em boa medida, na capacidade de reprodução natural de seus próprios cativos.

Ao apontar-se para a possibilidade da constituição e reiteração no tempo de famílias escravas como a de Joaquim e Leonarda, cujos destinos se ligam a um mesmo plantel por, pelo menos, três gerações e nada menos que quatro décadas, evidencia-se que proprietários como Ignácio, que mantinham indivíduos sob o jugo do cativo, foram incapazes de suprimir pela força a totalidade dos laços de solidariedade que poderiam existir entre eles, constituindo-se com isso uma *ambiguidade do cativo*, uma vez que a família, como se pretende demonstrar, também poderia ser um instrumento de controle social.

Entretanto, compreende-se que o uso indiscriminado dos termos como *negociação* e *acomodação* pode sugerir que a relação estabelecida entre esses dois pólos fosse menos conflituosa e violenta do que de fato era. Não é essa a intenção. O pensar as relações escravistas atribuindo aos escravos alguma margem de autonomia não retira a sua marca intrínseca de sofrimento humano. Uma longa tradição historiográfica representada por autores como Florentino e Góes (1997), Castro (1995) e Slenes (1999) já demonstrou que mesmo vivendo nos limites entre a sujeição e a rebeldia escravos como Fortunato, Anacleto, Eufrazia e tantos outros conseguiam manipular as brechas do sistema e os medos dos senhores, angariando pequenas vitórias, espaços de liberdade e, por vezes, conseguindo alterar sua condição. Ou seja, exemplos de histórias como essa expõem-nos que haveria limites nas práticas senhoriais implicando, às vezes, que os senhores tivessem de ceder aos anseios de seus escravos.

Deseja-se reforçar, então, que essas observações não devem ser confundidas com as ideias defendidas pela historiografia tradicional sul-riograndense, construída entre os anos de 1930 e 1960²³, que realizara uma

²³ Representada por historiadores como Jorge Salis Goulart, Moisés Velhinho, Manoelito de Ornellas, Amyr Borges Fortes, Riograndino da Costa e Silva, que se referiram aos aspectos de suavidade do modelo escravista do sul. O corte nessa corrente de pensamento deu-se com o trabalho desenvolvido pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1977), em pesquisa desenvolvida, originalmente como tese de doutorado em 1962.

leitura das relações escravistas do estado como sendo *brandas e fraternais*, estabelecendo a suposta *democracia racial dos pampas*. Crê-se desnecessário retomar aqui esse debate. Esses aspectos, revisão e comentários críticos dos estudos e análises sobre essa produção já foram amplamente desenvolvidos desde que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, defendeu sua tese de doutorado, “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional”, em 1962, seguindo-se os trabalhos de Mario Maestri Filho (2006); Zilá Bernd e Margaret Bakos (1991), entre outros.

No entanto, desde a década de 1990, da mesma forma com que essas ideias (afirmações) continuam a ser entendidas como corretas, outras passam a ser contestadas. Compreende-se, ao mesmo tempo em que essa tendência teve o mérito de ter desvendado a onipresença do trabalho cativo e de ter desmascarado a suposta democracia racial que até então prevalecia, acabou por reduzir a participação desse segmento populacional no processo histórico. Seus trabalhos restringiram-se à crítica da suposta democracia racial e ao estudo das charqueadas (local onde verdadeiramente encontrava-se o modo de produção escravista no Sul), e quase nada foi referido sobre outras áreas da economia ou sobre os significados do cativo e da liberdade.

Com efeito, foi a partir da consolidação da pesquisa acadêmica, em nível de pós-graduação no Rio Grande do Sul, que o conhecimento a respeito das temáticas relativas à escravidão e à sociedade sul-rio-grandense pôde avançar consideravelmente, a partir de trabalhos que passaram a estabelecer um profícuo diálogo com a produção historiográfica referente às demais regiões do Brasil. Destacam-se, nesse sentido, os trabalhos de autores como Moreira (2003); Bortolli (2003); Berute (2006) e Oliveira (2006) que construíram seus enfoques com base em estudos comparativos com outras regiões escravistas ao levantarem e discutirem importantes questões sobre o significado e as estratégias exercidas pelos cativos.

Ganharam relevo, nesse sentido, aqueles estudos que passaram a entender que os referenciais anteriormente dominantes (democracia racial e materialismo histórico) acabavam por construir uma percepção nitidamente

maniqueísta da história da escravidão, construída sobre uma lógica de sistema escravista primeiramente formada por senhores *bondosos* e escravos *acomodados*, e depois por cativos *rebeldes* e senhores *maléficos*. Fato comum entre esses estudos tem sido a percepção de que entre ambas as ideias ficara uma realidade cotidiana, dura, diversa e complexa.

Uma visão mais ampla do sistema escravista levou a aceitarmos que havia hierarquias internas marcadas por formas diferenciadas de tratamento, indicando-nos que quando havia a quebra das imposições senhoriais, ocorriam as revoltas. Essas já amplamente detectadas pela historiografia regional e sobre elas demonstrado que haveria uma ação incisiva por parte do poder instituído. O que se quer acrescentar é que o contrário não é verdadeiro. Não se pode considerar que, se não há revolta, há acomodação.

Nesse sentido, entre as muitas contribuições que influenciaram as abordagens da escravidão sul-rio-grandense²⁴, está a nova percepção sobre a economia colonial sugerida por Fragoso e Florentino (1993). Autores segundo os quais a colônia brasileira, mesmo tendo sido agroexportadora e escravista, não se esgotava nesses elementos estruturais havendo, também, uma vasta produção de alimentos que constituía o mercado interno. Discordavam, com isso, do modelo clássico que se fundamentava exclusivamente nos latifúndios agroexportadores e nas articulações desses com o mundo exterior. Foi na esteira dessas novas abordagens que se deu o espraiamento das leituras sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, estabelecendo-se preocupações que passavam a extrapolar o mundo das charqueadas.

O mérito dessas primeiras ações coube à denominada “história agrária”, representada no Rio Grande do Sul por autores como Zarth (1994) e Osório (1999). O primeiro trouxe um importante aporte para os estudos da

²⁴ Conforme Bortolli (2003, p. 31), no período que se estendeu de 1978 a 2001, foram concluídas 275 dissertações e teses nos programas de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul, desses apenas 22 abordaram o tema da escravidão sul-rio-grandense. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram defendidos 133 trabalhos, dos quais somente cinco trataram da temática pesquisada. Com raríssimas exceções, a maior parte dedica-se ao setor charqueador, concentrando-se quase totalmente na região mais meridional do Estado, onde predominava essa atividade econômica.

estrutura agrária no século XIX, enquanto Osório desenvolveu cuidadosa pesquisa a respeito da incorporação econômica do Rio Grande ao império português na América. Ambos, sob diferentes enfoques, rebateram o mito de que a pecuária teria sido exclusivamente resultante do trabalho livre, ao referirem a importância dos escravos *campeiros*²⁵.

Todavia, apesar das importantes contribuições dos autores citados, a produção sobre as estratégias de controle e as adaptações relativas ao trabalho escravo nos setores econômicos não charqueadores foi exígua. Até aqui não foram esclarecidos os diversos elementos que teriam sido utilizados para a manutenção e reprodução do trabalho escravo nesse setor produtivo, em que os cativos obteriam, em princípio, melhores condições de manobras.

Entre os trabalhos que atualmente se debruçam sobre essa questão, destaca-se o empreendido por Araújo (2007). O autor argumenta que haveria na escravidão ligada à pecuária uma forma peculiar de incentivo, na qual poder-se-ia configurar o fornecimento de algumas cabeças de gado aos escravos a fim de se constituir um benefício que funcionaria como uma estratégia senhorial concedida para que esses pudessem comprar a liberdade. Segundo ele, com esses atos os senhores estabeleceriam eficiente mecanismo estabilizador das tensões sociais. Tal posição é também defendida por Osório (2007) autora que, sem se deter ao problema, propõe que gratificações monetárias, cabeças de gado e cavalos próprios, fossem construídas como elementos que estabelecessem a paz das senzalas. Em suas palavras:

A reiteração das relações escravistas na pecuária, [...] é a demonstração do enraizamento estrutural de tais relações, de sua lógica, de sua funcionalidade e de seus lucros. A constatação desta permanência secular desafia-nos a compreender estas relações escravistas, certamente muito mais complexas do que supúnhamos há mais de duas décadas (OSÓRIO, 2007, p. 12).

²⁵ Pelo costume da região, o termo “campeiro” refere-se à profissão destinada a campear gado, tarefa que dava aos cativos maior mobilidade e exigia uma confiança maior por parte dos senhores. Não por acaso os campeiros figuram entre aqueles que possuíam valor mais elevado, tomando-se por base a qualificação profissional.

Retomando o inventário de Ignácio Xavier Cesar, pode-se encontrar homens e mulheres dos mais variados grupos: um *senhor de escravos*, já velho e solitário, vivendo na dependência quase restrita de seus escravos, um *comerciante de molhados*, que emprestava dinheiro ao amigo para que este libertasse uma *escrava fugida*, uma *família de escravos* formada por filhos legítimos, ilegítimos, pais, tios, primos e avós. Vizinhos e parentes vigilantes da moral e dos bons princípios. Em suma, toda uma rede de contatos que demonstra que os escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande, assim como já vem sendo demonstrado para outras áreas escravistas do Brasil colonial e imperial, não viviam isolados do resto da sociedade e como homens e mulheres também foram agentes ativos na produção e transformação da sociedade em que viviam.

De grande importância nesse sentido são as novas pesquisas referentes às condições criadas pelas leis em que os escravos se aproveitavam para trilhar os caminhos da liberdade. Um caso especial no Rio Grande do Sul tem sido com relação às novas percepções sobre as influências da Lei de 1831 que, segundo Grimberg (2007), trouxe o direito de defesa aos indivíduos que eram escravizados por meio do tráfico clandestino, obtido, portanto, de forma ilegal, o que causava implicações diversas para senhores e escravos nas áreas de fronteira com as nascentes Repúblicas do Prata. Nessa região, quando os escravos cruzavam a fronteira e depois retornavam ao território brasileiro, não raramente buscavam nas prerrogativas legais o amparo para obterem a liberdade.

Essa é mais uma das formas de se conhecer os escravos do Rio Grande como protagonistas. Na esteira de E. Thompson²⁶, os historiadores passam a contextualizar as leis nas diferentes formas como foram

²⁶ E. P. Thompson, em seu livro *Senhores e caçadores: a origem da lei negra* (1987), parte para uma análise da lei enquanto expediente de reserva, um recurso somente acionado quando necessário. Em outras palavras, o fato de a lei existir não é condição para a sua aplicação, o seu uso está à mercê da utilização que possa representar em determinadas circunstâncias. Thompson entende a Lei Negra na Inglaterra como mediadora de tensões e o seu emprego relacionado às necessidades históricas. Nesse livro, duas questões de ordem teórico-metodológica evidenciam-se. Em primeiro lugar, a análise do crime como produto de demandas histórico-sociais, perspectiva esta perseguida por muitos dos historiadores que atualmente se debruçam sobre a temática da escravidão. Em segundo lugar, na abordagem metodológica das fontes, a preocupação em reconstituir contextos, a meticulosidade na leitura dos materiais e o perscrutar nas entrelinhas o não dito.

vivenciadas entre os escravos e senhores. Observa-se, nesse sentido, a utilização que os cativos faziam dos momentos de conflito estabelecidos entre o Império luso-brasileiro e hispânico-uruguaio onde, favorecidos pelas circunstâncias, buscavam *asilo político*. Vinculados a essa questão, encontram-se os estudos sobre as especificidades locais no que tange à autonomia escrava. Analisam-se as *fugas para fora, arregimentação militar, sedução castelhana*, e os impactos das leis abolicionistas das repúblicas platinas entre as autoridades sul-rio-grandenses. São discutidas, ainda, as ações de liberdade e as vinculações diplomáticas relacionadas ao fato de que os senhores sul-rio-grandenses, ao levarem seus cativos a atravessarem a fronteira e a trabalharem e viverem como tal, em territórios onde a escravidão era proibida, acabavam por colocar em risco suas propriedades.

Nesse sentido, merece destaque os estudos empreendidos por Maria Angélica Zubaran (1996), Rafael Peter de Lima (2007) e Jonas Caratti (2007), autores cujas pesquisas contam com forte intercâmbio com historiadores uruguaio, tais como Natalia Stala, Alex Boruck e Karla Chagas (2004). Pesquisadores que desenvolvem suas análises com base em uma extensa documentação colhida nos arquivos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Montevidéu. No geral, esses novos trabalhos partem do princípio que a história é polifônica e apontam para a complexidade do conceito de fronteira no século XIX, quando essa marcava, simultaneamente, o divisor de águas entre nações independentes e entre a liberdade e a escravidão.

Nesse contexto, tais autores lançam mão da chamada micro-história, mas sem esquecer de fazer o diálogo com as grandes estruturas da época. Analisam-se histórias de vida de negros capturados à força em solo uruguaio quando esse país já não reconhecia mais a escravidão e a luta empreendida para voltarem à condição de livre. Exemplo claro que os agentes históricos não são apenas produtos de um passado que já está predeterminado, mas são agentes de uma história que ao mesmo tempo os produz e é produzida por eles.

O tema da família escrava também vem recebendo contribuições fundamentais. Destaca-se, nesse sentido, a pesquisa desenvolvida por

Laureano, sobre a trajetória da preta forra Roza Maria, que como escrava pôde constituir família, cujos laços de parentesco manteve, mesmo após a conquista de sua liberdade. Laureano, ao seguir a trajetória de Roza Maria, acabou por vincular diferentes aspectos das relações familiares entre os cativos do Rio Grande, entre os quais aventou a hipótese de que haveria estímulo senhorial à formação dessas uniões *porque os senhores do Sul estimulavam a reprodução endógena dos seus plantéis* (LAUREANO, 2000, p. 87). Meirelles (2002) analisou diferentes tipos de fontes para buscar compreender os *ritmos da vida* dos escravos, entre os quais examinou o batismo, casamento e as taxas de ilegitimidade. Guterres (2005) estudou os relacionamentos ilegítimos observados através da prática do concubinato e os elementos que dificultavam a autonomia das famílias cativas. No momento, diferentes estudos (NEVES JÚNIOR, 2004) vêm abordando as possibilidades da reprodução natural vinculadas às famílias cativas da região urbana de Porto Alegre, ou, ainda, à sua existência na região Norte do Estado (SANTOS, 2009).

Como se pode perceber por diferentes frentes, novas pesquisas têm contribuído no sentido de iluminar a participação do negro na formação social do Sul ao demonstrarem o volume e as formas pelas quais se operavam. Ao realizar esta análise sucinta da produção mais recente sobre a escravidão sul-rio-grandense, percebe-se que tanto pelos trabalhos desenvolvidos como pelo movimento do número de pesquisas em andamento, fóruns de discussão²⁷ e aumento do número de publicações²⁸ a escravidão já não é mais um assunto de *nota ao pé da página* dos temas historiográficos do Rio Grande do Sul.

Com a história do *velho Ignácio*, acredita-se que, ao compreender-se que medos e incertezas fizessem parte da rotina de alguns senhores, também é lícito pensar que *o elo fraco da relação* também fosse se definir conforme projetos, anseios e estratégias próprias que, como visto, nem

²⁷ Um exemplo nesse sentido é o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional que ocorre a cada dois anos em um dos Estados da região sul e que tem reunido um número crescente de pesquisadores sobre a temática da escravidão sul-rio-grandense.

²⁸ Ver, nesse sentido, XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional*. Guia Bibliográfico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

sempre poderiam ser compreendidos como sinônimos de passividade, pois também esses se moviam segundo as armas que tinham. Felizarda, Anacleta e os demais escravos, tanto quanto *Ignácio* também viviam situações cotidianas, cujos desfechos eram imprevisos.

É dessa forma que se pretende olhar a história do negro no Rio Grande do Sul, realizada por homens e mulheres que, apesar de conviverem com um sistema opressor e suas determinações, também tiveram determinadas escolhas. Fazer valer a tinta na luta contra a sua ausência de voz, voltarem-se contra o silêncio e o vazio indesejado através do resgate de ações de sujeitos como Joaquim, que com uma cantiga conquista a liberdade, ou das pretas Eufrásia, Anacleta e Leonarda que com mandingas, maquinarias e seduções chegam ao mesmo feito. Pensa-se com isso na *escravidão* constituída no Sul, como a lógica de um cativo imperfeito, tal como foi sugerido por Góes (1993).

Como fio condutor de tais ideias, pretende-se verificar a escravidão sul-rio-grandense a partir de experiências e memórias compartilhadas através das famílias cativas, tais como a de Joaquim e Leonarda. Através de questões que dizem respeito às escolhas individuais, aparentemente “miúdas”, aquelas cujos desfechos eram imprevisos, pois os escravos eram homens e mulheres. Nesse *cativo imperfeito*, as ameaças de violência, assim como as manipulações, podiam estar presentes em ambos os lados. Formas de controle, coerção e manutenção de paz para os senhores, as famílias também representaram estratégias cativas de sobrevivência e resistência cotidiana.

Pretende-se, porém, ultrapassar a simples defesa da contínua presença dessas relações familiares. Fixa-se, também, na estabilidade das relações constituídas entre os cativos, ou seja, na permanência das uniões e não apenas em sucessivas relações esporádicas²⁹. Nesse sentido, o presente trabalho também se fundamentará na busca pela ampliação da capacidade de deduzir estabilidade nas relações entre cativos, através da associação de análises estatísticas com estudos de casos. Em especial, pelo

²⁹ Demonstrada através da proporção de casados e viúvos.

acompanhamento no tempo das famílias entre cativos encontradas em diferentes documentos (neste item o trabalho de Rocha [2004] é exemplar).

Com base nessa ideia, a Tese divide-se em três partes. A primeira desenvolve análise sobre o território, a população e a economia local. A parte I constitui-se de três capítulos. No primeiro, é traçada a história de Rio Pardo, município que constitui, em grande parte, a Fronteira Oeste do Rio Grande no período analisado. Mapeia-se o seu contexto histórico desde a chegada dos povoadores europeus na década de 1750 até princípios do século XIX. No segundo capítulo, por meio dos inventários *post-mortem*, procede-se à análise das atividades produtivas identificadas para a região, bem como as faixas de tamanho das escravarias. No terceiro e último capítulo dessa primeira parte apresenta-se a evolução demográfica da população escrava, observando a frequência desse segmento no período analisado: a razão de sexo, a origem, a procedência, a faixa etária e a taxa de dependência.

Após a leitura dos citados capítulos, espera-se que fique perceptível o contexto no qual foram estudadas as famílias escravas. A Fronteira Oeste do Rio Grande, onde se define o recorte deste estudo, inclui-se entre as economias de subsistência e de mercado interno não exportador. O período de 1750 a 1835 apresentava uma disposição geoeconômica predominantemente rural voltada, sobretudo, à pecuária *vacum* e à produção de gêneros para a subsistência e para o mercado interno. Ao mesmo tempo, a condição de entreposto comercial de Rio Pardo, como porto que ligava a região litorânea aos povoados mais afastados através de uma extensa rede fluvial, deu à localidade um importante papel como ponta de lança da ocupação lusitana no sul do Brasil. Tais aspectos, somados a outros, contribuíram para a crescente obtenção de braços escravos que, conseqüentemente, influenciava a demografia e as faixas de tamanho da posse de escravos.

Na Parte 2 revelam-se as características das famílias cativas da região entre 1750 e 1835. De início, referindo as discussões recentes advindas da historiografia, procurando verificar quais teriam sido os processos que

alimentaram a existência da escravidão na região. Lançando-se o olhar sobre as famílias, questiona-se como teria sido a sua existência efetiva, tendo em vista que até o momento, com poucas exceções, a ênfase dada às famílias escravas brasileiras estava em estudos sobre as regiões agroexportadoras.

Desse modo, esta pesquisa visa a contribuir para o debate da sua existência, buscando esclarecer suas características em uma região não ligada ao setor de exportação. Antes de chegar aos resultados, contudo, propõe-se sintetizar o perfil da família escrava brasileira por meio de alguns dos mais importantes estudos a respeito do tema e que compuseram o quadro teórico desta pesquisa (quarto capítulo). Por fim, no quinto capítulo apresentam-se os resultados obtidos a partir das fontes primárias sobre as famílias cativas analisando o perfil dos escravos que *chegaram ao altar* e os graus de legitimidade e estabilidade dessas uniões. Para verificar as questões explicitadas, foram trabalhados os registros eclesiásticos de casamentos, batismos e óbitos encontrados na Cúria Metropolitana de Porto Alegre e de Cachoeira do Sul. Após o levantamento do material, cruzaram-se os dados com os informes recolhidos nos inventários *post-mortem*. De posse das informações obtidas nessas fontes, buscou-se compreender as famílias cativas através de sua estrutura e composição (tipos de arranjos familiares, número de filhos, estabilidade, etc.).

Salienta-se, contudo, que a maior parte dos documentos analisados para o presente propósito foi produzida pela Igreja Católica. Portanto, a compreensão de família ficou condicionada à concepção religiosa da época. Por exemplo, um filho legítimo definido pelo batismo era uma criança nascida de pais unidos em matrimônio perante a Igreja. Da mesma forma que um batizando natural era uma criança gerada por ventre de mulher solteira.

Adentrar paróquias em busca de dados sobre filhos de escravos e de africanos adulto, é deparar-se com um universo de possibilidades para a análise da dinâmica da sociedade escravista. Dos estudos sobre escravidão, há algum, tempo vêm se destacando aqueles que dedicam especial atenção às relações de compadrio. Talvez porque o batismo tenha sido o sacramento

católico mais comum entre a população colonial como um todo, e por meio dele multiplicaram-se os laços de parentesco espiritual, dentro e fora do cativoiro.

Os assentos de batismos, nesse caso, tornam-se fontes privilegiadas para a composição dessa população, bem como a análise da sociedade na qual emerge. Tais registros têm sido considerados fontes por excelência no estudo da composição de populações nas análises das relações de parentesco escravo. São orientadores nessa tentativa de dar visibilidade ao nosso objeto³⁰. Para os nossos objetivos, foram privilegiadas as paróquias de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção da Caçapava, Santa Bárbara da Encruzilhada e Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, pois as mesmas definiam, conforme a divisão eclesiástica, a *Fronteira Oeste do Rio Grande*, entre 1750 e 1835.

A terceira e última parte deste trabalho: Famílias e Estratégias Sociais entre Senhores e Escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande, constitui-se um esforço no sentido de avançar no conhecimento das dinâmicas e dos significados da construção dos laços de parentesco tomando por base os escravos da região. Tem como principal objetivo o acompanhamento no tempo de famílias cativas constituídas no interior de plantéis de alguns dos maiores proprietários locais³¹.

Para chegarmos a esse objetivo, lançaremos mão de um conjunto de informações provenientes de um número variado de fontes que vão desde registros de batismos, casamentos e óbitos, passando pelos inventários *post-mortem* e manumissões. Com isso, pretende-se também analisar até que ponto havia estabilidade entre os arranjos familiares entre os cativos da região em foco. Para tanto, a abordagem divide-se em duas partes. A primeira delas destina-se à apresentação dos proprietários aos quais

³⁰ Para análise demográfica, ver Marcílio (1979). Para a análise sobre escravidão a partir do uso de fontes paroquiais, utilizou-se Góes (1993).

³¹ O processo de seleção desses senhores guiou-se por dois critérios básicos: primeiro, a existência da variedade máxima de fontes, ou seja, foram escolhidos aqueles para os quais conseguiu-se reunir a maior quantidade e variedade de documentos referentes aos seus cativos. Segundo, a representatividade desses senhores quanto à definição de suas ocupações ou atividades econômicas principais, de modo a estabelecer certa amostragem entre os maiores plantéis.

estavam ligados a vida e os destinos daqueles escravos. A segunda tem como propósito analisar as relações familiares tecidas pelos cativos no interior das propriedades.

É com base nessa concepção que serão tecidas algumas considerações sobre a trajetória de famílias de escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande, ciente de que os vestígios deixados por elas representam apenas alguns aspectos, diante do imenso e inesgotável repertório humano de se organizar e atribuir significado às suas alianças, ou seja, de construir precisamente famílias. O estudo dessas trajetórias interessa-nos por constituir uma importante passagem para a compreensão do modo como a escravidão se constituiu na região.

Nesse sentido, percebe-se a impossibilidade de reconstituir um modelo unitário de transformação, no interior do qual se encontre um modelo de família. Na leitura do inventário de Ignácio Xavier Cesar, pôde-se discorrer um pouco sobre sua história e de sua descendência. O seu “drama”, nada mais é, na verdade, que a história dessas diferentes escolhas e representações. Não é diferente, guardadas as devidas proporções dos vestígios do passado que se apresenta ao leitor.



PRIMEIRA PARTE
CAMINHOS CRUZADOS: SENHORES E
ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO
GRANDE, 1750-1835

*“[...] dois tipos contrários, e no fundo os mesmos:
o escravo e o senhor.”*

O mandato da raça negra
Joaquim Nabuco

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, um número crescente de pesquisas acadêmicas de diferentes áreas do conhecimento (História, Sociologia e Antropologia) tem levantado importantes questões sobre a presença da escravidão no Sul. Um exemplo nesse sentido tem sido a percepção de que haveria especificidades nas relações sociais de acordo com as variáveis tempo e espaço. Com base nessas ideias, procede-se à análise das famílias escravas da Fronteira Oeste do Rio Grande entre anos de 1750 e 1835, período de maior presença cativa no contexto da região em foco. O estímulo principal é o entendimento do funcionamento do trabalho escravo nessa região que se delimitava com o espaço castelhano, cuja economia caracterizava-se pelo predomínio da pecuária.

A primeira parte desta tese divide-se em três capítulos. No primeiro, busca mapear a história de Rio Pardo, município que constitui, em grande parte, a Fronteira Oeste do Rio Grande no período analisado. Mapeia-se o seu contexto histórico desde a chegada dos primeiros povoadores europeus na década de 1750 até princípios do século XIX. No segundo capítulo, por meio dos inventários *post-mortem*, procede-se à análise das atividades produtivas identificadas para a região, bem como as faixas de tamanho das escravarias. No terceiro e último capítulo desta primeira parte, mapeia-se a evolução demográfica da população escrava, observando o perfil desse segmento no período analisado: a razão de sexo, a origem, a procedência, a faixa etária e a taxa de dependência.

Para desenvolver essas questões, foram utilizados os inventários *post-mortem* como fonte principal. Essas mesmas fontes serviram de base para muitas das análises recentes da escravidão que serão aqui mencionadas. Tem-se consciência das fragilidades apresentadas por esses registros para esse tipo de leitura, pois, além de representarem o estágio final da vida econômica do inventariado, são processos abertos em anos variados e compreendem apenas aqueles indivíduos que tiveram seu patrimônio inventariado, deixando de fora uma grande massa populacional que não

possuía bens, ou que os possuíam, mas que os seus herdeiros acabaram não abrindo o processo. Dessa forma, trata-se de fontes que não oferecem uma visão de todo o conjunto populacional ao longo do tempo, tal como apresentado pelas listas nominativas que, infelizmente, não estão disponíveis para o Rio Grande do Sul. Entende-se, que mesmo diante dos limites impostos por esse tipo de fonte, pode-se fazer uma aproximação do tema, inclusive em função de ser um dos poucos documentos que mais oferece possibilidades de obtenção de conhecimento no caso do Rio Grande do Sul, de como a propriedade escrava estava distribuída, entre outras questões.

O período escolhido para o estudo terá como marco inicial o ano de 1750, data do Tratado de Madri que, apesar de frustrado em seus objetivos, foi decisivo para a interiorização lusitana do território que hoje compõe o Rio Grande do Sul. A data final escolhida foi o ano de 1835, que marca o início da Revolução Farroupilha, momento em que são interrompidos parte dos registros analisados.

Por se tratar de um aspecto ainda pouco explorado pela historiografia local e por se referir a um corpo documental praticamente inexplorado, acredita-se que o estudo proposto poderá trazer uma expressiva contribuição tanto para o entendimento da história econômica do município de Rio Pardo quanto para a compreensão das características do processo de acumulação de riqueza então verificado no Rio Grande do Sul durante um dos períodos mais importantes de seu evoluir econômico.

CAPÍTULO 1: FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE: CONCEITUAÇÃO E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Fronteira cruzada; tênue fio entre a crença e a espada/fronteira península: desgraças ibéricas, vontades homéricas, busca armada.

Fronteira é onde o céu se faz limite, é onde a guerra não se omite, ou onde a terra faz convite: ao pó, à pedra, firme rebite.

Fronteira caminho, limite de volta; sozinho, ausente de escolha; vizinho, partida, revolta

Fronteira mãe do Rosário, arde em meio aos que levam sete altares no peito. Mãe do Rosário, negra fonte, mata a dor e tantos medos.

Fronteira de Rio Pardo: passagem, caminhos de viagem: descanso, janela aberta, remanso;

Rio Pardo, face feita de fronteira.

*Imagens de Rio Pardo
Gláucia de Souza*

Este pequeno trecho do poema de Gláucia de Souza (2008) explicita algumas das muitas distinções que podem ser feitas sobre as formas de viver na Fronteira de Rio Pardo do século XVIII³². Sabe-se que as diferenças de

³² Importa esclarecer que não se deve considerar a ideia de fronteira nacional, que é própria dos dias atuais, mas não fazia o menor sentido para o período em estudo, sendo uma criação do século XIX.

hábitos, costumes e tradições estão relacionadas às condições de tempo e lugar, das experiências históricas em suas singularidades.

Na historiografia regional a importância da *fronteira* já é bastante conhecida e pode ser exemplificada pelas várias acepções a seu respeito que vêm sendo discutidas por diversos autores que a observam, seja como zona ainda não colonizada, linha imaginária que marca movimento de pioneiros, avanço da expansão portuguesa para o oeste e para o sul, ou, ainda, como *fronteira* do agricultor ou da pecuária.

Desse leque de opções, a historiadora Ieda Gutfreind (1992) distingue duas correntes: uma que apenas discorre sobre a *fronteira-linha*, rigidamente estabelecida, reforçando os antagonismos e as marcas divisórias, e a outra uma visão que prioriza as aproximações e trocas que teriam ocorrido entre os dois lados da fronteira, o que corresponderia ao conceito de *fronteira-zona*. De acordo com essa autora, a primeira opção refere-se a uma visão tradicional da historiografia regional que cumpriu o papel de observar a fronteira como uma área demarcatória, visando a integrar o Rio Grande do Sul ao Brasil, daí a ênfase em uma história que, contraditoriamente, a valorizava, mas também minimiza seu papel no que tange às influências externas. Já a segunda percepção corresponderia àquela concepção que considera a fronteira como um espaço construído e a observa como um resultado das relações humanas.

Atualmente, entre os muitos motivos que tornam o conceito de *fronteira-zona* o mais adequado está na constatação de que o território do Rio Grande deve ser compreendido como fronteiro no qual os intercâmbios eram tão importantes quanto os conflitos. Nessa região, muitas vezes, as atividades particulares se mesclavam com as tarefas políticas e militares. A fidelidade aos reis e aos impérios era condição indispensável para ter acesso aos monopólios comerciais. A confiança que as autoridades metropolitanas depositavam no indivíduo que se estabelecia era a condição para que ali

permanecesse e enriquecesse, além de ter sido um fator que facilitava a obtenção de sesmarias³³.

Para essa última concepção converge o trabalho da historiadora Suzana Bleil de Souza (1995), que pesquisou as identidades no processo de integração da fronteira sul no final do século XIX. Em seu trabalho a autora entende que a *região-fronteira* não é somente uma extensão dos limites, mas sim uma área de interação, de interdependência e de complementaridade.

Esse conceito define, assim, mais os atributos sociais que uma realidade física de uma zona territorial que se cria como marca frente a outro território. Nesse sentido, a definição de Rio Pardo, como *Fronteira* obedece, também, a um critério que segue as designações estabelecidas pelos próprios contemporâneos, que descrevem a região em que viviam como um lugar instável, diante da presença castelhana e de onde vinha o perigo de ataques e invasões. Mas, ao mesmo tempo, também a referem como um campo de oportunidades para a expansão da colonização sobre esses espaços controversos.

Conforme Tiago Gil (1999), após a expulsão dos castelhanos do território que hoje compreende o Rio Grande do Sul e a posterior assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777, os territórios vizinhos aos *inimigos*, passaram a ser denominados como *Fronteira de Rio Grande*, ao sul e *Fronteira de Rio Pardo*, ao oeste. Essas duas áreas ligavam os dois impérios como uma espécie de corredor, e esses termos teriam sido utilizados entre os anos de 1771 e 1808. Em 1809, Rio Pardo formaria uma das quatro primeiras vilas do Rio Grande, criadas pela provisão Real de 7 de outubro desse mesmo ano, cuja jurisdição correspondia a uma vasta região, que cobria toda a fronteira ocidental da capitania, depois Província do Rio Grande de São Pedro. Incluía os territórios correspondentes aos povoados de Cachoeira, Encruzilhada, Caçapava, Cruz Alta, Santa Maria, entre outros. Por essa razão, optou-se pela utilização do termo Fronteira Oeste do Rio

³³ A concessão de sesmarias pela Coroa portuguesa foi uma forma de obtenção de terras e título de propriedade durante o período colonial. Uma descrição minuciosa dos fundamentos jurídicos e sociais envolvidos na doação de sesmarias encontra-se em Lima (1988).

Grande, compreendendo que essa área sofreu constantes modificações ao longo do período analisado.

Tomou-se esse conceito por entender-se que é o que melhor define o território *limítrofe com os castelhanos*, marcado pelo predomínio de uma economia de abastecimento interno e de subsistência, sendo a *área interiorizada* do Rio Grande de então. Região esta que, ao longo da segunda metade do século XVIII e parte do XIX, compreendia tanto o povoado de Rio Pardo como as freguesias adjacentes.

Há de se reconhecer a dificuldade de se estabelecer uma definição precisa sobre essa área. Espaço propício às constantes modificações que eram provocadas pelas disputas ibéricas da região, cujos tratados alteravam seguidamente os contornos da linha imaginária que separava os impérios, configurando um *mosaico* de situações que alteram, no presente, a localização das fontes e dificultam uma melhor definição desse espaço em foco.

Contudo, essa definição que se toma parece ser a que melhor esclarece o recorte em questão, ainda que se tenha consciência das dificuldades de sua definição. Por se tratar de uma *fronteira móvel*, que ora pode ser definida em *Rio Pardo*, e em outro momento vista mais a oeste, em um ponto impreciso. Seja como for, as fontes trazem a constatação empírica que nos dão a entender tratar-se de uma população que vivia em movimento e efetivamente próxima a outro império.

Essa última constatação, vista pelo ângulo da escravidão, implicava para os senhores a ampliação dos negócios, cuja existência da fronteira significava, por exemplo, a oportunidade para o contrabando de escravos. Por outro lado, os *limites* entre Impérios, mais tarde países, demandavam questões específicas relativas às estratégias de controle e negociações estabelecidas entre senhores e escravos. Isso porque os cativos dessa área tinham, a princípio, melhores condições de obterem sucesso com as fugas, pois encontravam uma espécie de *asilo político* quando essas avançavam para os *domínios da Espanha*, o que, provavelmente, os favorecia quanto às condições de negociação. Acrescente-se a isso o fato de que os escravos que

viviam nessa região tinham seus projetos facilitados pela “sedução” castelhana³⁴.

Para senhores e escravos havia, ainda, os temores da guerra. Esse foi o sentimento demonstrado, por exemplo, por Dona Francisca Velozo Rabello que, após a morte do marido, arrendou a estância do Serro Agudo com suas benfeitorias, 20 escravos e cerca de dois mil animais. O arrendatário ficava comprometido a conduzir e a cuidar do gado e se obrigava a pagar 800\$000, anuais. O inusitado, neste caso, ficou por conta da declaração expressa exigida por essa senhora que dizia:

*[...] no caso dos inimigos invadirem a fronteira, fica o arrendatário obrigado a pagar o que por ventura não tomar providência para retirar. Por morte ou fuga de qualquer escravo conforme foram avaliados pelos inventariantes dos bens de meu falecido esposo [...]*³⁵.

Salienta-se, no entanto, que nessa *região-fronteira* o limite entre as áreas espanholas e lusitanas era apenas política, pois o espaço econômico era mais amplo na Região Platina³⁶. Tanto no território português como no espanhol a organização espacial foi semelhante: além dos imensos latifúndios, pequenas e médias propriedades cultivadas ao redor dos núcleos urbanos, surgidas em grande parte junto às fortificações, começaram a elevar-se, construídas por militares pertencentes aos dois impérios.

Rio Pardo, nesse sentido, desde a sua fundação, representou a constituição de um relevante núcleo de resistência contra a dominação castelhana no período compreendido entre os anos de 1763 a 1774, tornando-se um exemplo típico desses núcleos urbanos que surgiram a partir de uma instalação militar, como “Guarda de Fronteira”. Originou-se a

³⁴ Estudos comprovam que desde o período colonial havia a sedução de escravos sul-rio-grandenses por castelhanos que invadiam a região em busca de mão de obra excedente. Com o fim da escravidão no Uruguai, declarada em 1842, ocorreu uma intensificação das fugas além-fronteira, principalmente a partir da Guerra Grande, negros fugidos do território brasileiro eram aliciados para lutar “em troca de sua liberdade”. Para melhor compreensão desse assunto ver Petiz (2006) e Grimberg (2007).

³⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Inventário *post-mortem* de Antônio Pinto de Azambuja de 1834, Comarca de Cachoeira, Processo n. 80, Vara de Família, maço 2, estante 143d., p. 20 a 24.

³⁶ A Região Platina: denominada assim aquela que compreende o território estabelecido entre o estuário do Rio da Prata ao sul, o Rio Uruguai ao norte e também ao oeste e o Oceano Atlântico a leste – é consequência da disputa e do processo de apropriação da terra pelo europeu, o que implicou, em contrapartida, na diminuição dos territórios indígenas. É a região onde se localizam hoje o Estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai (OSÓRIO, 1995).

partir da fortaleza Jesus Maria José, no início da segunda metade do século XVIII, e tornou-se até meados do século XIX no mais importante ponto de partida para a expansão luso-brasileira ao sul e ao oeste do Rio Grande³⁷.

Outro ponto a ser considerado é o fato de a região que se define como Fronteira Oeste do Rio Grande ter sido, no século XVIII, uma importante área de passagem entre os primeiros núcleos litorâneos do Rio Grande e o seu interior em expansão³⁸. De Rio Pardo (povoado mais importante) partiam os lusitanos para a ocupação e povoamento de novas localidades que acabavam formando novas freguesias no entorno dos portos fluviais da calha do rio Jacuí e ao longo dos caminhos e estradas que eram abertas para ligar essa localidade às Missões a oeste e ao rio Taquari ao sul. Com efeito, na região em foco, ao longo do período analisado, surgiram novos entrepostos comerciais, fortificações, novas áreas de pastagens, lugares de descanso e pouso para tropeiros, e, com isso, *a fronteira* avança até que chegasse aos contornos do Rio Grande do Sul atual.

Marcílio (2000) já havia chamado a atenção para a dificuldade de se efetuar uma cartografia administrativa e de se estabelecer, com precisão, a que território corresponde uma dada população estudada em decorrência de sucessivos desmembramentos e da justaposição de organizações no território: administrativa, religiosa, militar e judiciária. Na Fronteira Oeste do Rio Grande não foi diferente. O avanço da frente de expansão sobre os territórios conquistados pela disputa com os castelhanos ocasionava o deslocamento contínuo dos *limites*, criando núcleos de povoamento que rapidamente ganhavam projeção suficiente para reivindicar a formação de novas freguesias e, conseqüentemente, autonomia religiosa e depois administrativa com a instalação de câmaras municipais. Pelas razões expostas, foi intenso o movimento de desmembramentos territorial e

³⁷ Coleção Manuscritos do Brasil – Código de referência PT – TT – MSBR 1550-1810.

³⁸ Carta para o Governador José Marcelino de Figueiredo sobre roubos na Fronteira do Rio Pardo, POA, 21 de setembro de 1774 (manuscritos) Inácio Osório Vieira – Original – MSS226, número 63 (BNP-Lisboa 3.f.). Roteiro que mostra em léguas o caminho de São Paulo a Rio Pardo (continente do Rio Grande de São Pedro) “pelos pouzos que fiz na viagem principiada em 23 de setembro de 1778” – Joaquim José de Macedo (manuscritos) – PBA.721//19 (BNP – Lisboa 4.f.).

populacional que marcou a região ao longo do período analisado – 1750 e 1835.

Por sua vez, o intenso movimento de criação, extinção, reincorporação, transferência de sede e mudança de denominação refletem o que se passava na Fronteira Oeste do Rio Grande nos primeiros anos da escravidão. Nem sempre as fontes consultadas conseguiam dar uma ideia exata do que representaram essas alterações, pois no espaço de poucos anos a configuração administrativa do território já tinha adquirido outras feições. Um indicativo dessas questões foi obtido quando do exame dos relatos das visitas pastorais à região durante os séculos XVIII e XIX, em que se percebe o surgimento de diversas capelas ou freguesias, tais como Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (1779)³⁹, Santa Bárbara da Encruzilhada (1799), Caçapava (1800), Santa Maria da Boca do Monte (1812), entre outras. Essas congregações religiosas, antes da formação de suas respectivas vilas, estavam subordinadas administrativamente à sede da Diocese de Rio Pardo (1771)⁴⁰ e, depois aos termos da vila dessa mesma localidade (1809).

Retomando o poema de Gláucia de Souza (2008), *Imagem de Rio Pardo*, é nesse espaço ambíguo de múltiplas relações sociais, econômicas e políticas que se busca compreender as relações escravistas ali constituídas e que se inseriam, por certo, construindo visões diferentes de fronteira. Compreende-se, tal como descrito no poema, que se tratava de um espaço de encontros onde se produziam conflitos, mas que também trazia convivências e cujas soluções obedeciam a processos complexos, configurando-se, assim, em uma fronteira cultural tanto quanto política ou militar.

Assim, mais que analisar a Fronteira Oeste do Rio Grande como uma área de controle e isolamento, procura-se observá-la do ponto de vista de uma relação de intensos contatos e trocas, em que se cruzavam aspectos

³⁹ Desde 1753 existe ocupação portuguesa na região, sendo que em 1760 foi criada a Capela de Cachoeira. Posteriormente, a partir do início do século XIX, dado o crescimento da freguesia, surgiram diversos curatos dependentes de Cachoeira. Por exemplo: em 1800 foi criada a Capela de Caçapava; em 1812, a Capela de Santa Maria da Boca do Monte, e, em 1815, surgiu São Gabriel (KUNH, 1996, p. 156).

⁴⁰ Rio Pardo registra ocupação militar desde 1751. Em 1762 foi elevada à condição de Capela Curada de Triunfo. Em 10/11/1799 o visitador Bento Cortez de Toledo criou o curato (capela Filial) de Santa Bárbara da Encruzilhada, tendo *em vista o grande crescimento populacional dessa freguesia* (RUBERT, 1994, p. 138).

sociais, políticos e econômicos, com horizontes culturais díspares, entre outras questões. Entende-se que a sua compreensão é a base para que se possa visualizar as mobilidades, vizinhanças, o nível das relações sociais, bem como a dinâmica socioeconômica da região, que são os elementos importantes da composição da vida dos escravos, sujeitos objetos deste estudo.

1.1 RIO PARDO: DE FORTALEZA A VILA, UMA FRONTEIRA EM CONSTRUÇÃO, 1750-1809

A região atualmente denominada Rio Grande do Sul, apesar de haver sido *descoberta* no início do século XVI, adquiriu maior importância política e econômica apenas no final do século XVII. Com a fundação da Colônia do Sacramento (1680) às margens do Rio da Prata, foram demarcados os limites do reino português na América do Sul. Contudo, como já afirmado, essa foi uma fronteira que não permaneceu inalterada ao longo dos séculos.

A inserção da região ao contexto colonial lusitano tem como marco histórico a distribuição de sesmarias⁴¹ e a fundação do Forte Jesus Maria José, em Rio Grande, na primeira metade do século XVIII. No início da segunda metade do século tem-se o registro da chegada dos casais açorianos, que foram dispersos no interior a fim de que se estabelecerem como colonos agrícolas.

Anteriores a esses eventos que oficializam a ocupação do então território conhecido como continente do Rio Grande de São Pedro, ocorreram a sedentarização de tropeiros e o assentamento de militares em propriedades conhecidas por estâncias criatórias. O gado disseminado a partir das missões jesuítas era recolhido no interior do Rio Grande e levado ao litoral, conduzido por lagunenses e aventureiros paulistas, pelos caminhos na mata

⁴¹ Conforme Laytano (1983, p. 14), em 1734, entre os rios Tramandai e Rio Grande, já se encontravam 27 estâncias. Em 25 de outubro de 1732, Manoel Gonçalves Ribeiro – natural da cidade do Porto, um dos fundadores de Laguna e Juiz Ordinário daquela vila – tornou-se o primeiro proprietário de sesmaria no Rio Grande ao receber uma concessão de terras do conde de Sarzedas na localidade denominada Praia das Conchas, na bacia do Rio Tramandai.

atlântica até seu destino, ao norte da região. Acompanhavam o gado os indígenas escravizados para realizarem o trabalho nas plantações em São Vicente.

Com o tempo, a redução dessas reservas de gado xucro que vivia espalhado, na região chamada Vacaria dos Pinhais, obrigou os tropeiros a se fixarem com seus currais, que inicialmente não passavam de estabelecimentos provisórios destinados apenas a conter as tropas arrebanhadas até o momento da sua transladação para os centros de consumo e de tráfico. Esses pontos de retenção de manadas pilhadas, contudo, acabaram por evoluir para empreendimentos de caráter permanente, fazendo surgir as estâncias, locais onde se dava a reprodução do gado.

Com efeito, no início do século XVIII, o descobrimento de ouro em Minas Gerais provocaria um grande crescimento populacional daquela região. Conseqüentemente, tropeiros, que já transacionavam pequenas manadas para Laguna, Curitiba e São Paulo, passaram então a arrebanhar animais xucros nas vacarias e campos do extremo sul e a conduzi-los até Sorocaba, transformada em entreposto de gado das zonas mineradoras. Em Minas, o gado bovino era destinado à alimentação e o muar como meio de transporte. Estabelecidos em “estâncias” criatórias, os aventureiros que já adentravam as terras de “São Pedro” passaram a trazer seus escravos negros, familiares e agregados para que se instalassem nas doações de sesmarias expedidas pela coroa portuguesa aos *leais serviços militares*. Assim, em princípios do século XVIII, os luso-brasileiros, que já ocupavam desde 1680 a Colônia do Santíssimo Sacramento, e que percorriam, mapeavam e exploravam esporadicamente o território que hoje compreende o Rio Grande do Sul, iniciaram, efetivamente, seu povoamento.

Essa ocupação tardia em relação ao restante da América Portuguesa, que já foi bastante debatida pela historiografia regional, é explicada por Gutierrez pela maior distância em relação à metrópole e, principalmente, pelas dificuldades de ancoragem em seu litoral. Sobre isso a autora escreveu:

Nas décadas de 30 e 40 do setecentos, iniciaram os processos de doações de terras e instalações da Comandância Militar no Rio Grande de São Pedro [...] a soldadesca assentou-se na planície costeira, ocupando uma faixa comprida, estreita, plana, baixa, descampada, limitada e interceptada por águas. A leste, situava-se a praia, batida pelas ondas do Atlântico, a Oeste, a laguna dos Patos, seguida pelas lagoas Mirim e Mangueira. Em cada uma das margens, existiam paisagens semelhantes, varridas pelos ventos carregados de areias. A costa Oceânica, retilínea, não possuía reentrâncias, como enseadas, baías, etc.; que permitissem a ancoragem (GUTIERREZ, 2001, p. 35).

Conforme Osório (1990, p. 81), “é o interesse na apropriação dos rebanhos que determina o surgimento das primeiras estâncias e o início da construção desse novo espaço”. A posse da terra passava a ser uma questão de disciplina e de cobrança de impostos. Com o crescente mercado para os rebanhos do sul, acirrava-se a luta pela posse do território compreendido entre Laguna e Sacramento. O gado, disputado pelos povos guaranis, castelhanos e luso-brasileiros, era transformado no fundamento básico da apropriação da terra.

Para resolver atritos como esses, as coroas ibéricas assinaram o Tratado de Madri (1750), o que determinou a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, permitindo assim que portugueses e espanhóis passassem a explorar terras com fronteiras definidas. Para demarcá-las foi instalada uma comissão representada por oficiais das duas coroas. Do lado português, a responsabilidade foi dada ao Capitão General Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro.

Gomes Freire, em uma de suas primeiras providências, ordenou a construção de um depósito de provisão para seus soldados nas margens do rio Jacuí. A fortificação ali estabelecida visava à constituição de um posto de defesa que impedisse o avanço dos índios sobre os campos de Viamão. Por sua ordem, foram criados dois depósitos de armas e munições nas bordas dos rios Jacuí e Pardo. Um ano depois, em virtude de sua excelente localização para a defesa dos territórios adjacentes, Gomes Freire determinou a construção de uma fortaleza no local onde se situava o depósito, construção concluída em 1754 com a denominação de Jesus Maria José. Nascia aí Rio Pardo. Núcleo urbano, cuja história esteve, desde então,

intimamente relacionada às novas localidades que se constituiriam ao longo da calha do rio Jacuí.

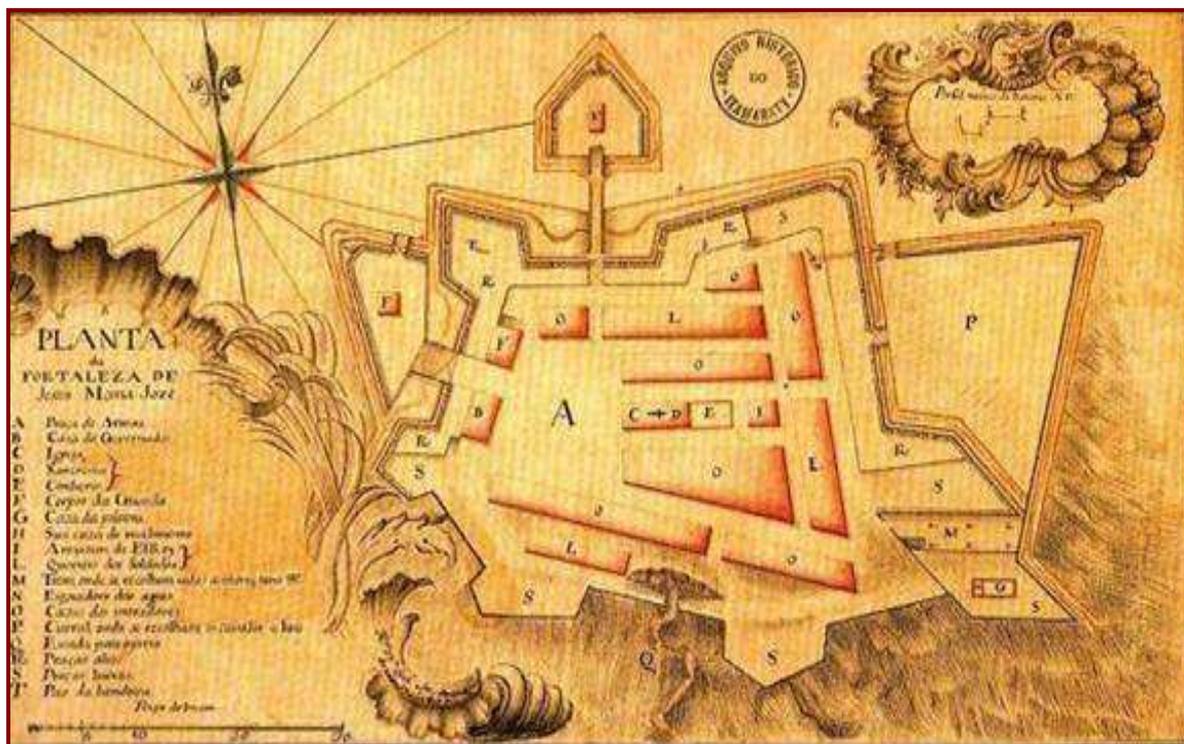


Figura 1: Planta da Fortaleza Jesus Maria José de Rio Pardo.
Fonte: Manuel Viera Leão, 1754 (M.I, RJ, número 685).

Com a construção da fortaleza de Rio Pardo a localidade passou a abrigar o Regimento de Dragões, formado, inicialmente, por 400 milicianos com suas famílias e cativos. Com relação à existência dos escravos, desde os primórdios do povoado de Rio Pardo, Laytano refere-se ao sacrifício de dois negros que os índios mataram no primeiro assalto à fortaleza, referindo que os cativos “também eram empregados na missão mais árdua: guarda avançada” (LAYTANO, 1979, p. 85).

Cláudio Moreira Bento acrescenta que o exército demarcador atingira a soma de 1.633 homens em Rio Pardo, sendo 190 escravos. Além disso, também acompanhava o efetivo militar um número desconhecido de mulheres livres e cativas, como atesta a ordem passada por Gomes Freire em 28 de agosto de 1754, quando ele proibiu que seguissem viagem, salientando que “sendo casadas fossem condenadas a um ano de prisão. Sendo mulheres nobres, pagassem a multa de 400 réis. Sendo *mulheres mulatas ou*

negras libertas fossem marcadas a ferro e sendo *escravas* leiloadas em praça pública”. Segundo o mesmo autor nesse contexto, “não era raro ouvir-se à noite, depois de um toque de silêncio, um vagido de criança que nascia filhos do regimento” (MOREIRA BENTO, 1976, p. 71-2).

Essas informações, além de confirmarem a presença de mulheres negras escravas e libertas acompanhando o exército demarcador, de igual forma, também servem de testemunho que oficiais portugueses contavam com os escravos que os acompanhavam em campanha. Esse fato é importante porque comprova a presença do negro em Rio Pardo nos primórdios de sua formação, quando para cá se dirigiram os vicentinos e os lagunenses, sendo, portanto, a sua presença paralela à ocupação.

Tal questão também pode ser confirmada pelos primeiros registros de batismo, tal como o trecho abaixo transcrito:

Aos seis do mês de setembro do ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1755, nesta capela Jesus Maria José, do Forte de Rio Pardo, batizei e pus os santos Óleos a Felizarda e Florinda, filhas legítimas de **Pedro e Joana**, escravos do Sargento Mor Francisco Barreto Pereira Pinto. Foram padrinhos o alferes João Pereira Souto e sua mulher Domingas da Silva. Frei Faustino (Registro de batismo, Livro 1 B, transladado pelo padre Tomás Clarque, de Triunfo, em 2/6/1762, f. 1; grifo nosso).

Florinda e Joana foram, provavelmente, as primeiras crianças batizadas pelo Frei Faustino na fortaleza Jesus Maria José. Construção esta que possuía, conforme Macedo (1972, p. 35), além da capela que também funcionava como sede auxiliar da administração urbana, o cemitério, depósito de munições, casas de moradia, armazéns, currais e depósitos de víveres. Era cercada por trincheiras com paliçadas, fossos e bancos de tiro, edificação bastante rústica e frágil feita de pau e feno.

As influências dessa fortaleza na criação e desenvolvimento das povoações e vilas que surgiram na calha do rio Jacuí já são bastante conhecidas. O mesmo não pode ser dito sobre os escravos que serviam aos militares ali estabelecidos. Sobre esse assunto registrou Santos:

Quase todas as velhas cidades e vilas do Rio Grande nasceram geralmente de um acampamento ou de um posto militar. [...] **Nesses acampamentos também havia escravos.** Basta dizer que na época da rendição da Colônia do Sacramento, em 1763, os portugueses que foram levados para Buenos Aires *conduziram consigo 342 escravos*. De outro lado, foi mais ou menos comum a fuga dos domínios de Portugal para os da Espanha, o que prova sua existência em números consideráveis (SANTOS, 1984, p. 30-1, grifo nosso).

A fortaleza de Rio Pardo, apesar de sua rusticidade já referida, foi uma construção que cumprira com sucesso o objetivo português de assegurar o domínio territorial da região. Primeiro resistiu aos ataques dos índios guaranis que se negaram a abandonar suas terras e empreenderam a Guerra Guaranítica e, posteriormente, impediu o avançar dos castelhanos no extremo sul do Brasil, quando esses invadiram o Rio Grande em 1763, garantindo, dessa forma, a continuidade do projeto político/militar lusitano⁴².

Sobre o contingente populacional, essa localidade, ainda na década de 1750, receberia os primeiros colonos açorianos que impedidos de ocuparem a região missioneira, conforme havia sido estabelecido pelo frustrado Tratado de Madri, acabaram por permanecer estacionados na calha do rio Jacuí contribuindo para o crescimento populacional dessa localidade, assim como para surgimento posterior de novas freguesias em suas adjacências⁴³. No ano de 1757, Gomes Freire, ao retornar de sua campanha de conquista das Missões, trouxe consigo cerca de 700 famílias de índios guaranis, as quais foram arranchadas nas proximidades de Rio Pardo, que se constituiu no núcleo inicial da aldeia de São Nicolau e reforçou, assim, ainda mais seu nascente núcleo urbano.

Poucos anos depois da chegada dos açorianos a Rio Pardo, algumas famílias migraram para o local que foi denominado *Povo Novo*, forma com que designaram, na época, a nascente freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira⁴⁴, cuja origem data de 1759. Essa localidade, estabelecida a cerca de 15 léguas da fortaleza Jesus Maria José, teve seu

⁴² Papéis do Brasil – Relação da conquista da Colônia por D. Pedro de Cevalhos – Capitão General da Província do Rio da Prata – Códice 1 f. 94 a 113 PT-TT (Lisboa/Portugal).

⁴³ Paiva Boléo. Emigração açoriana para o Brasil – 1945 – v. XX – *Revista Biblos* – BNP Lisboa.

⁴⁴ *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, RJ, 1959.

núcleo urbano constituído a partir de um destacamento formado por 110 milicianos transferidos de Rio Pardo para o Passo do Fandango para ali formarem uma guarda avançada que protegesse o território. Nos anos seguintes, Cachoeira seria o cenário de escaramuças entre tropas portuguesas e espanholas.

Com a conjugação desses três fatores: estabelecimento de militares com seus escravos, colonização açoriana e formação dos aldeamentos indígenas, Rio Pardo passou a abrigar um florescente núcleo urbano no qual iam sendo agregados igreja, habitações, centros de comércio e uma população crescente que, além dos militares luso-brasileiros e dos colonos açorianos, também contava com a mão de obra de índios guaranis e negros de origem africana. Fruto desse expansionismo, a localidade passava à condição de Capela curada de Santo Ângelo⁴⁵ vinculada a Triunfo (1762), Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1769), e sede da Diocese de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, em 1771. Fatos que demonstram a importância assumida por essa localidade, já no século XVIII.

No período entre 1763 e 1776 ocorre a dominação castelhana da Colônia de Sacramento e da Vila de Rio Grande, que então funcionava como capital. Na ocasião, os luso-brasileiros viram-se obrigados a recuar em direção ao norte, mudando seu centro administrativo para Viamão. O território sul-rio-grandense ficou com sua menor área, reduzida à faixa litorânea entre a Lagoa dos Patos e o mar, de Estreito para o norte, compreendendo os campos de Viamão, Porto Alegre, até a fronteira de Rio Pardo. Cachoeira e os territórios mais ao oeste passavam para as mãos dos espanhóis. Nesse momento, a ocupação lusitana que avançava estrategicamente recua. Contraditoriamente, esse acontecimento seria favorável a Rio Pardo, que engrossaria ainda mais os coeficientes populacionais dada a sua condição de localidade que ofereceria resistência à

⁴⁵ Nesse ano o Padre Tomás Clarke, de Triunfo, realiza o traslado dos registros eclesiásticos realizados pelo Frei Faustino que atendeu a população de Rio Pardo na Capela do Forte Jesus Maria José entre 1755 e 1762.

investida castelhana e entraria para a história como a “Tranqueira Invicta do Rio Grande”⁴⁶.



Figura 2: Ocupação Castelhana de Rio Grande, Rio Pardo e a Fronteira (1763-1776).
Fonte: *História Ilustrada RS*, 1998.

Com a guerra em curso, as terras localizadas a oeste de Rio Pardo transformaram-se em uma região de guerrilhas estabelecidas pelos comandantes luso-brasileiros que partiam da fortaleza Jesus Maria José, para as escaramuças contra os castelhanos e ao roubo de gado. Nesse período de resistência contra a dominação castelhana, a localidade ocuparia

⁴⁶ Conforme: Documentos relativos aos conflitos entre Portugal e Espanha no Sul do Brasil, particularmente no que respeita aos estabelecimentos de Rio Pardo, Viamão, Rio Grande de São Pedro – Despachos da Corte – Datas 1752-1851 TT-PT (Lisboa).

o posto de principal centro de defesa da capitania e transformava-se no local de partida para a retomada das terras ocupadas.

Na implementação desses interesses, os luso-brasileiros serviram-se de negros escravos e libertos em suas milícias, pois, conforme as informações fornecidas por um sargento espanhol sobre Rafael Pinto Bandeira, herói sul-rio-grandense dessas guerras do extremo sul da América portuguesa, este “*levava sempre consigo, segundo vozes diferentes horror de negros valentes que não temiam mal algum*⁴⁷”. O que não deixa dúvida que o negro figurava entre as milícias que levavam a efeito as guerras de desgaste contra a invasão castelhana, e tendo sido, portanto, também responsável pelas posses portuguesas e depois brasileiras dos territórios que hoje compõem o Rio Grande do Sul.

Em 1776 seriam expulsos os espanhóis e, em 1777, consolidava-se a paz por meio da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. Vinculadas a esses acontecimentos surgiram novas investidas lusitanas pelos territórios recuperados através de medidas que visavam a garantia de posse. Nesse contexto, a Coroa Portuguesa procurou organizar a resistência contra possíveis investidas castelhanas frente às terras localizadas a oeste e ao sul da Fortaleza de Rio Pardo, implementando uma grande distribuição de sesmarias na região conhecida, na época, como *fronteira de Rio Pardo*.

Outro aspecto importante a ser destacado é o crescimento do núcleo urbano de Rio Pardo verificado em apenas três décadas após a sua fundação quando já aparecia como uma das vilas mais povoadas da capitania do Rio Grande de São Pedro. Essa condição pode ser justificada por sua posição estratégica, de base militar e entreposto comercial que ligava e protegia os extremos do território português, a partir dos caminhos fluviais à extensa região das Missões, que teve seu domínio assegurado em 1801⁴⁸. E esse crescimento também pode ser notado pelo elevado número de construções

⁴⁷ CESAR, Guilhermino. Os soldados negros dos Pinto Bandeira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Suplemento Rural, 23/3/1974.

⁴⁸ Em 1801, um pequeno bando armado liderado por Manoel dos Santos Pedroso e por José Borges do Canto, incorporou as Missões até então dominadas pelos espanhóis. Consequentemente, houve o avanço da fronteira do Rio Grande até as barrancas do rio Uruguai, conformando, grosso modo, os contornos limítrofes atuais (LAYTANO, 1983, p. 139).

que passaram a ser edificadas em seu povoado. Em 1779, inaugurava-se a nova igreja Matriz e, em 1780, foram demarcados novos terrenos urbanos que seriam concedidos a oficiais, médicos, capelães e militares inferiores do regimento; em 1785, construía-se a capela da Ordem Terceira de São Francisco. Esse período também marca o aparecimento dos primeiros moinhos de farinha, curtumes, açougues, casas de pouso, fábricas de arreios, ferrarias, olarias, etc. Cresce o número de comerciantes registrados em sua praça⁴⁹. Conforme Macedo, por tais razões:

Rio Pardo assumia importância quase tão grande como a capital, transformando-se em um centro-administrativo, político e econômico da maior parte do Continente de São Pedro. Sua população, durante algum tempo teria sido superior a Porto Alegre e durante muitos anos deve ter com ela rivalizado (1984, p. 20).

De fato, o período de paz, compreendido entre os anos de 1780 a 1810, permitiu uma expansão produtiva importante do Rio Grande de São Pedro e, em especial, da região em foco. Nesse período, o charque que até então era produzido em larga escala na região Nordeste, por causa das secas que assolaram a região, transferia-se para o Rio Grande, que passava a suprir o mercado, sendo os principais compradores a Bahia, o Rio de Janeiro e Pernambuco, que na época também eram os mais importantes centros escravistas da colônia.

As últimas décadas do século XVIII marcariam também o momento em que as autoridades lusitanas distribuiriam terras aos açorianos que, há cerca de três décadas, esperavam por essa condição. Essa nova situação seria igualmente decisiva para o florescimento econômico da região, contribuindo para transformá-la na principal área produtora de trigo da capitania.

Como se sabe, Rio Pardo foi ponto de início da produção da lavoura comercial do trigo com importante papel nas exportações sul-rio-grandenses no final do século XVIII e início do século XIX. Das informações levantadas quanto à produção dessa cultura no Rio Grande, em 1781, tem-se um total aproximado de 55.897 alqueires com destaque para a região que segundo

⁴⁹ Inventários de senhores de escravos de Rio Pardo, localizados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

Laytano, produzia a maior parte dessa produção entre as freguesias de Santo Amaro, Cachoeira, Encruzilhada e Rio Pardo (LAYTANO, 1983, p. 243).

A importância econômica dessa atividade é destacada, ainda, pelo exame realizado nos documentos da câmara municipal de Rio Pardo, onde nos foi possível notar a preocupação e o incentivo aos lavradores. Assim, menciona a Postura 23 do Código de 1811: “que não pusesse preço algum a farinha e mais gêneros de primeira necessidade para se animar a indústria dos lavradores e haver mais prontidão dos ditos gêneros”⁵⁰.

A farinha a que se refere o texto, possivelmente, é a da mandioca, não se excluindo a moagem do trigo. Mas é importante salientar que muitas das propriedades analisadas na região mantinham moinhos de farinha de trigo e atafonas⁵¹ de farinha de mandioca entre os bens inventariados por agricultores existentes próximos à vila de Rio Pardo e também nos distritos mais afastados.

Esse dinamismo econômico refletiria, por sua vez, em uma nova etapa na obtenção dos escravos, quando, aos poucos e por meio da expansão agropecuária, exigiam-se mais terras e, ao mesmo tempo, mais mão de obra cativa. Nesse contexto, o trabalho açoriano, basicamente familiar em seu início, passava a ser substituído pela mão de obra escrava, na medida em que obtinham lucros suficientes para sua aquisição.

Segundo Osório, toda a produção de trigo dirigia-se ao abastecimento do Rio de Janeiro e contribuía para aprofundar os relacionamentos mercantis realizados entre os comerciantes de Rio Grande com a capital. Em suas palavras:

[...] provinham do porto carioca pelo menos 80% dos escravos importados pelo Rio Grande, sendo o restante trazido da Bahia. Entre 1810 e 1815, entraram no Rio Grande 10.214 escravos, o que equivale a um ingresso médio de 2042 escravos por ano (OSÓRIO, 2007, p. 15).

⁵⁰ Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo (AHMRP), Código 13, RP – 1824 fl.78v.

⁵¹ Moinho manual ou movido por cavalgadas.

Pelas razões referidas, não é de se estranhar que em 1803, quando o então governador Paulo Gama defendia a sua proposição de se criarem novas vilas no Rio Grande, Rio Pardo tenha sido uma das sedes escolhidas. Segundo ele, esta povoação contava, na época, com mais de 100 léguas de extensão e tinha uma imensidão de povos debaixo de sua jurisdição (FORTES, 1963, p. 68).

Em 1809 essa solicitação seria atendida e a localidade ascendia à categoria de sede municipal, juntamente com Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande. A condição de vila foi confirmada oficialmente apenas em 1811, quando houve a instalação solene do município, e conseqüentemente, a nomeação de cargos públicos, tais como os de juizes, vereadores, procurador do conselho, entre outros (FORTES e WAGNER, 1963, p. 37).

1.2 VILA DE RIO PARDO: EXPANSIONISMO ECONÔMICO E POPULACIONAL, 1810-1835

A elevação de Rio Pardo à condição de Vila trouxe para a localidade uma importante função jurídico-administrativa, confirmando sua influência sobre uma vasta região. Sua jurisdição ocupava, na época, mais da metade da área total da capitania e abrangia toda a fronteira oeste. Em sua extensão territorial abrigava as freguesias de Santo Amaro, São José e Nossa Senhora da Cachoeira. Além disso, incluíam-se as capelas de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Santa Maria da Boca do Monte e ainda as povoações dos Sete Povos das Missões e de Nossa Senhora do Rosário de São Gabriel. Ver mapa a seguir.

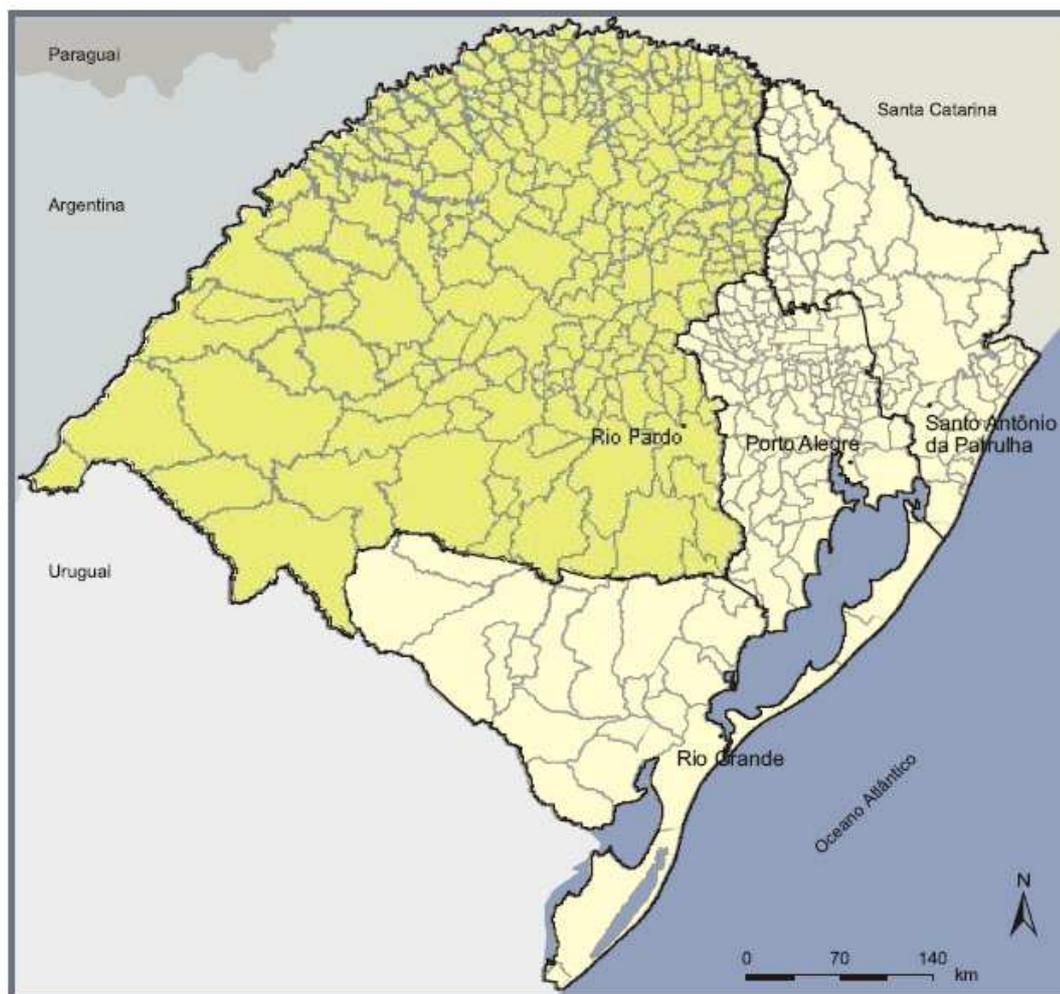


Figura 3: Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, em 1809.
 Fonte: SAA, Elaboração: SCP/DEPLAN – 5/2004.

Na condição de Vila, Rio Pardo passava a ter um pelourinho⁵² e podia redigir os códigos de posturas⁵³ que regulamentariam as necessidades do município. Das posturas existentes nesse período, destacam-se as de 1811, ano da instalação da Câmara e as de 1832, pelas complementações recebidas. Esses conjuntos de regras que propõem o ordenamento das atividades passavam a valer não apenas para a sede da vila, mas também

⁵² “Pelourinho: coluna geralmente de pedra, erguida em praça central de uma vila ou cidade do período colonial, junto à qual eram expostos ou açoitados os criminosos, bem como divulgados os editais públicos ou abertas as arcas dos pelouros, isto é, dos votos para a escolha dos membros do Senado da Câmara” (ÁVILLA, MACHADO e MACHADO, 1980, p. 72).

⁵³ As posturas, através de seu código, traduziam o alcance e o atendimento às necessidades da vila, estimulando, permitindo, delimitando, coibindo, cerceando, isto é, demonstrando nas suas entrelinhas, implícita ou explicitamente, sua rotina estagnadora ou seus impulsos de mudança (BARROSO, 1980).

para todas as povoações sob a sua jurisdição, o que fazia crescer a importância jurídico-administrativa de Rio Pardo na região.

Nesse período, conforme Souza (1998), pelo menos 20 estabelecimentos caracterizavam seu comércio. O que pode ser comprovado através da leitura dos relatos de alguns viajantes que estiveram em Rio Pardo na primeira metade do século XIX e que referiram a sua condição de rica cidade mercantil. O naturalista francês Saint-Hilaire, que esteve de passagem pela região em 1822, confirma essa condições ressaltando a importância do seu porto fluvial, constantemente utilizado para os embarques e desembarques de mercadorias. Segundo ele:

[...] os barcos que servem ao transporte de mercadorias entre Porto Alegre e Rio Pardo têm propriamente o nome de canoas, que no Brasil significa piroga. São pontuadas, têm um mastro de 55 a 62 palmos de comprimento e até 20 de largura. Nunca se vêem em número superior a dez no porto de Rio Pardo, mas no geral gastam poucos dias nos trabalhos de carga e descarga [...]. Contou-me o patrão do barco em que devo embarcar, haver dez outros fazendo continuamente a viagem entre Rio Pardo e Porto Alegre, entre eles, sete pertencem a negociantes e três aos próprios patrões, que vivem dos fretes. Cada barco faz anualmente quinze a vinte viagens de ida e volta (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 192-4).

A condição dinâmica da economia local também pode ser observada através das informações contidas no *Mapa estatístico das povoações de Rio Pardo* referente ao ano de 1826. Com base nesse documento, soube-se que a localidade possuía, na época, 730 fogos, os habitantes dos distritos “do interior” viviam da produção de artigos como couro, sebo e erva-mate, trocados em Rio Pardo por manufaturados e sal. A maioria dos habitantes dedicava-se à criação de gado bovino, cavalar e lanígero. Os que se dedicavam à agricultura plantavam as culturas de milho, feijão, mandioca e trigo. Cultivava-se para o consumo diário e os excedentes eram comercializados na sede da vila. Esses produtos eram originários de pequenas chácaras localizadas nos arredores do seu núcleo urbano. Existiam, ainda, algumas indústrias de curtume de couros e tecidos ordinários de lã e algodão, que eram fabricados para atender às necessidades dos escravos, além de alguns engenhos de água para fabricar farinha. Entre os seus principais produtos de exportação figuravam o trigo e

o couro. Vejamos alguns desses elementos conforme refere o mesmo documento:

Povoação	Fogos	Modos de Vida	Qualidade de Lavouras	Indústria
Rio Pardo	730	Comércio, criação de gado vacum, algum cavalariço, muito pouco lanígero e lavoura.	Milho, feijão, alguma mandioca e hoje pouco trigo em consequência das estações.	Alguns curtumes de couros e tecidos ordinários de lã e algodão e engenhos de água de serrar.
Taquari	320	Algum comércio, criação de gado, vacum e lavoura.	Milho, feijão, mandioca, trigo, cevada, <i>ut supra</i> , linho cânhamo.	Engenho de água de serrar taboas, exploração de erva mate. Algo onde aproveitam o interior do cânhamo.
Santo Amaro	262	Pequeno comércio, criação de gado, vacum e lavoura.	Milho, feijão e trigo.	Alguma charqueada e extração de erva-mate.
Encruzilhada	244	Criação de gado, pequeno comércio e lavouras.	Milho, feijão e trigo.	Algum queijo, manteiga, manufatura de arreios de sela e algum tecido ordinário de lã.
Camaquã	101	Criação de gado Vacum, algum negócio e pouca lavoura	Algum milho e feijão.	Curtumes de couro, exportação de madeira para a vila de Rio Grande.
Bagé	347	Criação de gado vacum, cavalariço, lanígero e comércio.	Nenhuma.	Nenhuma.
Santa Ana	53	Criação de gado, cavalariço, lanígero e algum vacum.	Nenhuma.	Tecidos de lã.
Missões	485	Criação de gado vacum, cavalariço, lanígero, comércio e alguma lavoura.	Milho, feijão, trigo, cevada e algum algodão.	Preparação de erva-mate, algum tecido ordinário de lã e algodão.

Quadro 1: Mapa estatístico das povoações de Rio Pardo em 1826.
Fonte: AHMRP – Códice 16, 1826, p. 103.

O Mapa Estatístico das Povoações de Rio Pardo também refere que dentre as preocupações que atormentavam os seus moradores estava a *falta de gente decente para os cargos de governança*, pois havia *ausência de educação entre seus moradores*. Segundo esse documento, eram frequentes *roubos e assassinatos*, frutos da *falta de civilização e religião*. Dizia-se

também que os *delinquentes tinham a certeza de ficarem impunes* devido às *grandes distâncias que dificultavam a boa administração da junta*. Cobrava-se a solução desses problemas *primeiro pela missão de verdadeiros pastores da Igreja, e depois pela criação de algumas vilas*⁵⁴.

Essas queixas eram fundadas pela perda de territórios que antes pertenciam à jurisdição de Rio Pardo. Segundo esse mesmo documento, os vereadores da localidade sugerem que passem a ser *quatro os dois grandes termos de Rio Pardo e Cachoeira*, “sujeitando esta àquela por não distarem uma da outra mais que 9 léguas”. A condição de vila deve ser dada, segundo eles, ao povoado de Caçapava, *cuja povoação vai crescendo em consequência da mineração*, e a outra ao Alegrete (por sua distância). Em relação a São Francisco de Borja, deveria ser erguida a vila o povoado de São Luiz da Leal Borja, *mandada criar pelo Alvará de 13/04/1817, concedendo-se pela resistência de suas Câmaras algumas Sesmarias de Campo, das quais alguns são possuidores sem título legítimo*⁵⁵.

Esse esforço de manter a jurisdição sobre Cachoeira proposta pelos vereadores de Rio Pardo, indicando que a criação de novas vilas se dessem *em locais mais distantes*, tais como Caçapava e Alegrete, foram, no entanto, infrutíferas, pois os contínuos desmembramentos de seu território continuaram a ser realizados, além de terem sido mantidos aqueles procedidos antes de 1826, como aqueles que foram processados em 1817, com a criação do Município de São Luiz da Real Bragança e, em 1819, com a Vila Nova de São João da Cachoeira⁵⁶.

⁵⁴ AHMRP – CÓDICE 16, 1826, p. 103.

⁵⁵ AHMRP – CÓDICE 16, 1826, p. 103.

⁵⁶ Com uma abrangência que incluía as áreas até Alegrete, Rosário, Uruguaiana, Santa Maria, São Sepé e São Pedro do Sul.

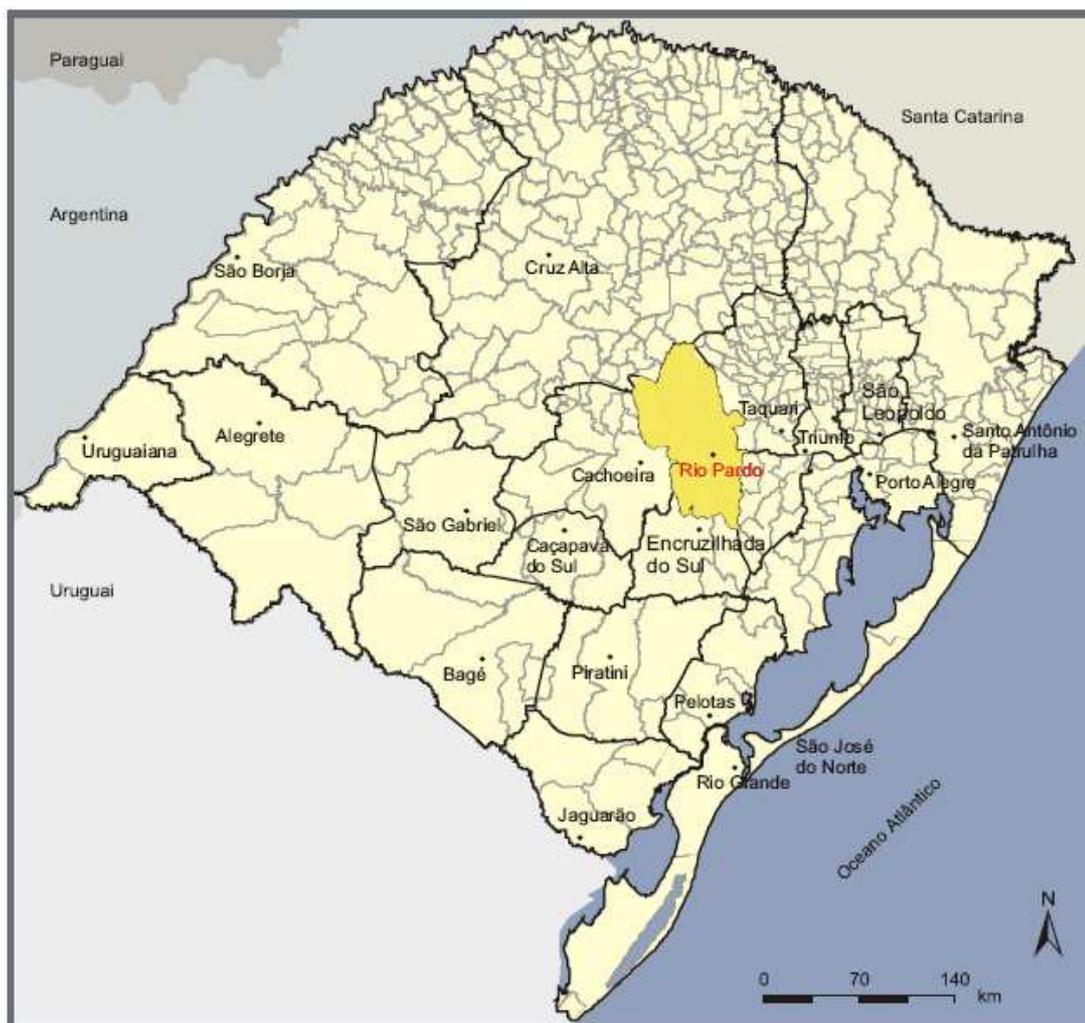


Figura 4: Rio Grande do Sul, em 1850.
 Fonte: SAA, Elaboração: SCP/DEPLAN – 05/2004.

Como se pode perceber através na análise do mapa acima, Rio Pardo ia perdendo parte importante do seu território e conseqüentemente, também perdia parte importante de sua autonomia financeira, tendo que se sujeitar à aprovação de verbas pela Assembléia Provincial. Desde 1819 a vila de Cachoeira passava à condição de Fronteira Oeste, transformando-se no maior município da então *Província do Rio Grande de São Pedro*. Bem mais tarde, em 1849, Rio Pardo também acabaria perdendo as áreas ao sul com a formação do município de Encruzilhada.

Assim, entre 1817 e 1849, a composição territorial de Rio Pardo sofreria importantes modificações, muitas de suas capelas e freguesias tornaram-se vilas autônomas. Outro acontecimento que marca a crise que se

estabeleceria na localidade nos anos seguintes seria a transferência do Regimento de Dragões para Bagé em 1834. Com isso, inicia-se também uma perda da função militar da cidade. Em 1835, data o início da Revolução Farroupilha, esta já estava delimitada a um território pequeno que nem de longe lembrava o que havia ocupado entre os últimos decênios do século XVIII e princípios do XIX.

CAPÍTULO 2: PROPRIETÁRIOS: ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS E ATIVIDADE ECONÔMICA ATRIBUÍDA

A produção de pequenos agricultores e a agricultura baseada em trabalho escravo não eram mais duas opções distintas, mas dois processos relacionados nos quais predominava a tendência à expansão da escravidão. Mesmo quando o Brasil procurava equilibrar a produção de alimentos para o consumo doméstico com sua agricultura para exportação, a questão da escravidão continuou intocável (SCHWARTZ, 2001, p. 169-70).

Como visto, a Fronteira Oeste do Rio Grande, onde se define o recorte deste estudo, inclui-se entre as economias de subsistência e de mercado interno não exportador. No período entre 1750 e 1835 apresentava uma disposição geoeconômica predominantemente rural voltada, sobretudo, à pecuária *vacum* e à produção de gêneros destinados ao mercado interno.

Visando a conhecer os dados relativos aos escravistas dessa região foram utilizados os inventários *post-mortem*. A partir dessa fonte pode-se analisar os bens, entre os quais são descritos os cativos. Com base nesses registros foi possível tabular informações sobre as características básicas concernentes aos proprietários de escravos. Considerou-se, também, os indicadores referentes aos distintos grupos de atividades econômicas em que estes se enquadravam. Essas referências, infelizmente, não são regulares, pois o cuidado com as informações dependia tanto do esmero do escrivão como dos avaliadores.

Tabela 1 – Condição matrimonial e sexo dos senhores escravistas presentes nos inventários da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Freguesia	Homens						Mulheres						Total	
	Casados		Solteiros		Viúvos		Casadas		Solteiras		Viúvas			
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Rio Pardo	98	17,4	229	40,7	40	7,1	51	9,1	119	21,2	25	4,5	562	100
Cachoeira	17	15,6	53	48,6	09	8,2	06	5,5	17	15,6	07	6,4	109	100
Caçapava	14	16,5	44	51,7	04	4,7	07	8,2	16	18,9	—	—	85	100
Encruzilhada	—	—	17	39,6	08	18,6	05	11,6	10	23,3	03	6,9	43	100
Subtotal	129	16,1	343	43,0	61	7,6	69	8,6	162	20,2	35	4,3	799	100

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Com base nos registros de inventários *post-mortem* foi possível quantificar os dados referentes ao sexo e o estado conjugal dos senhores de escravos da região. A idade e a naturalidade dos requeridos não estavam disponíveis. Considerando o período entre 1764 a 1835, notamos como seria de esperar uma importante predominância do sexo masculino entre os escravistas da Fronteira Oeste do Rio Grande. Conforme a Tabela 1, no total havia 533 homens e 266 mulheres. Quanto ao estado matrimonial foram encontrados 129 homens e 61 mulheres, indivíduos casados, o que corresponde, respectivamente a 16,1% e 8,6% dos proprietários. Havia 96 processos em que o inventariado era viúvo(a), sendo 61 homens (7,6%) e 35 mulheres (4,3%). Em 505 casos, ou 63,20% dos inventariados, o requerido era solteiro, sendo, nesses casos, 343 homens (43%) e 162 mulheres (20,20%).

2.1 ATIVIDADES ECONÔMICAS ENTRE OS PROPRIETÁRIOS ESCRAVISTAS DA FRONTEIRA OESTE

Para a análise da diversidade econômica da região utilizou-se a metodologia aplicada por Marcos Andrade (2004) que propôs a classificação dos tipos de atividades mais recorrentes entre os proprietários levando-se em consideração qual o tipo de bem concentrava maior parte dos recursos do *monte mor*. Por exemplo, se a maior parte do valor estava alocada em animais, considerou-se esse inventário como pecuarista. Se fosse indicado

prioritariamente algum tipo de produção agrícola, consideramos agricultores e agropecuaristas aqueles em que as duas atividades estavam claramente consorciadas. As limitações desse tipo de atribuição são grandes, mas diante das informações disponíveis nos processos esse procedimento nos pareceu o mais adequado⁵⁷.

Tabela 2 – Distribuição dos escravistas segundo a ocupação/atividade principal característica do inventário, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Ocupação/atividade	1764-1809		1810-1835		Total	
	#	%	#	%	#	%
Agricultor	13	7,98	82	12,89	95	11,89
Criador	67	41,10	257	40,40	324	40,55
Agricultor/criador	53	32,51	174	27,36	227	28,42
Comerciante	10	6,14	33	5,19	43	5,38
Comerciante/criador	04	2,45	07	1,10	11	1,37
Charqueador	—	—	05	0,79	05	0,62
N/F	16	9,82	78	12,27	94	11,77
Subtotal	163	100	636	100	799	100

Fonte: Inventários *post-mortem*, APERS.

Como se pode perceber através do exame da Tabela 2, entre 1764 e 1809, a maioria das unidades produtivas teve como atividade principal a pecuária (41,10%) e a agropecuária (32,51%), respectivamente. Esses dados são reiterados no segundo período, entre 1810-1835, embora em menor proporção passando a pecuária a 40,40% das atividades e a agropecuária a 27,36%. Com base nessas informações temos a confirmação da vocação da região para produção de alimentos e/ou criação de animais. Isso demonstra, como já era de se esperar, que essas atividades eram as mais frequentes no período analisado. Ressalta-se, contudo, que essa escolha – em classificar as unidades produtivas, a partir da atividade mais evidente nos inventários – não desconsidera que os senhores realizassem outras atividades além das que foram referidas. Pelo contrário, na maioria dos processos é nítida a

⁵⁷ Outra possibilidade seria a classificação utilizada por Helen Osório que se utiliza da Relação de Moradores da Capitania do Rio Grande de São Pedro de 1784 – AHRS – Fundo Fazenda. Porém, não foram encontrados através do cruzamento com os inventários os mesmos proprietários, assim, optou-se pelo uso dos dados constantes apenas desse último conjunto documental.

presença de atividades múltiplas, que esporadicamente aparecem entre os inventariantes.

O inventário do sargento-mor José Joaquim de Figueiredo Neves⁵⁸, traz exemplos do dinamismo referente à economia local. Através dos bens arrolados pelos avaliadores encontrou-se uma estância de campos além do rio Jacuí com rebanho composto por cerca de 5 mil cabeças de gado, uma chácara, além da Aldeia de São Nicolau com poteiros e lavouras, e uma casa de atafona de farinha com roda e prensa, além de uma olaria de fabricar tijolos e telhas. Deixou 31 escravos, predominando entre eles os ofícios de “roceiros” e “campeiros”. Havia, ainda, uma extensa lista de ferramentas tais como ferros de arados, enxadas, pás e foices de roçar trigo. A existência de uma balança de peso deu a entender que a farinha fabricada em sua atafona, também poderia ter sido uma parte importante do funcionamento de suas atividades sendo provável que esta produção não apenas atendia ao consumo da sua propriedade como também garantia algum recurso através da mercantilização na porteira do próprio estabelecimento.

Outro documento que forneceu importantes informações sobre a dinamização das unidades produtivas da região foi o inventário de Felisberto Pinto Bandeira⁵⁹, falecido em 1831 e inventariado em 1832, juntamente com sua esposa Ana Lemes da Silva. Este integrante de uma das mais famosas e ricas famílias da região, deixou 9.648 cabeças de gado vacum, cavalares, muares e ovinos. Entre os seus bens constavam cinco moradias de casas, sendo duas “de sobrado” e estabelecidas na sede da vila. Entre seus imóveis figuravam ainda duas sesmarias de campos e diversos terrenos “urbanos”. Na estância das Pombas havia uma caieira de fabricar cal, com forno e galpão e 500 braças de pomar de laranjas. Na estância das Palmas havia “terrenos de cultivo de lavouras” e um moinho. Constam, ainda, oito carretas de dois eixos e duas canoas além de jogo de pedras de moinho, 36 sacos de cal, rodas e prensas de fabricar farinha e 64 escravos cujos ofícios foram

⁵⁸ Inventário *post-mortem*, Vara de família, processo n. 81, maço 2, 1846.

⁵⁹ Inventário de Felisberto Pinto Bandeira. Rio Pardo. 1832, APERGS, n. 426, m. 28, estante 47.

descritos como campeiros, domadores, cozinheiros, canoieiros, enforadores, bolhadeiros, alfaiates, oficiais de sapateiros, costureiras e rendeiras.

Assim como Felisberto, outros grandes e médios proprietários da região também se dedicavam simultaneamente a uma diversidade de empreendimentos que incluíam de uma forma geral a criação de animais e as atividades agrícolas. Somava-se a essas à fabricação de farinha de trigo e de mandioca, ou a fabricação de cal, telhas e tijolos, corte de madeiras, charqueadas, comércio de secos e molhados, produção de gêneros derivados do couro ou serviços de hospedagem e transporte.

Em alguns processos, no entanto, não foi possível a identificação de nenhuma atividade à qual o inventariado se dedicava. Eram inventários como o de Maria Gonçalves da Trindade, falecida em Rio Pardo em 1805. Seus bens eram apenas algumas roupas e uma escrava “velha”, avaliada sem “valor algum”. Esta senhora não possuía terras, casas ou outro tipo de imóvel ou animais. Assim como esse caso, outros 16, ou 9,82%, dos inventariados entre 1764 e 1809 e 78, ou 12,27%, dos referentes ao segundo período de 1810-1835, não se teve como identificar a atividade econômica. Entre aqueles para os quais foi possível obter essa informação, observa-se o predomínio inquestionável da agropecuária. Ou seja, está-se diante de uma área onde o predomínio das atividades era rural, configurando o perfil comum a muitas regiões do Brasil Colonial e Imperial, tal como São José dos Pinhais, localidade paranaense que Cacilda Machado (2006) analisou na passagem do século XVIII para o XIX definindo como sendo mantida basicamente pelo fruto do trabalho agrícola e pastoril.

Percebe-se, quanto à região Fronteira Oeste do Rio Grande, que a criação de gado bovino era a mais comum das atividades presentes entre os inventariados representada por 41,10% dos 163 inventários abertos entre 1764 e 1809 e por 40,40% dos 636 que foram avaliados entre 1810 e 1835 para essa região. Entre esses havia prioritariamente as criações de bovinos e equinos. Esses dados foram confirmados com base na tabela estatística dos rebanhos existentes na capitania para o ano de 1787. Por meio desse registro Laytano (1983, p. 116) constatou ter sido a Fronteira de Rio Pardo a

mais rica região pastoril da capitania. Segundo ele esta área “concentrava 45,88% dos rebanhos existentes na capitania, destacando-se as estâncias criadoras de Encruzilhada, Jacuí e Pequeri”.

Tabela 3 – Estatística dos rebanhos existentes no Rio Grande de São Pedro em 1787

Localidade	Bois mansos	Gado vacum	Animais cavалares	Muares	Asininos	Ovelhas
Vila de São Pedro	946	19.170	6.531	47	8	200
Povo Novo (Cachoeira)	784	7.765	3.431	19	10	108
Serro Pelado	746	59.200	14.899	475	31	3.385
Estreito	1.611	21.602	5.880	89	85	462
Mostarda	2.014	57.866	6.551	726	74	507
Rio Pardo	315	6.404	2.309	125	22	80
Jacuí e Pequeri	582	103.049	36.655	2.372	336	2.283
Couto	305	7.528	3.064	30	40	1.070
Encruzilhada	440	104.616	27.342	1.428	218	4.672
Santo Amaro	426	61.226	28.564	1.693	471	7.164
Taquari	332	4.861	2.108	100	8	1.752
Triunfo	440	94.894	23.775	1.061	252	6.080
Porto Alegre	465	5.621	1.599	–	10	109
S. Sebastião do Caí	381	23.417	7.618	517	181	3.002
N. S. dos Anjos	480	7.516	5.305	262	41	1.090
Viamão	981	35.487	5.613	216	58	502
Santo Antônio da Serra	791	10.457	2.914	44	10	86
N. S. da Conceição	416	8.485	2.225	167	69	406
Total	12.455	639.164	186.470	9.371	1.926	32.945

Fonte: Laytano (1983, p. 150).

O exame dos inventários correspondentes aos pecuaristas indicou, também, tal como já fora referido por Osório (1998), que a criação de muares e ovinos, esteve presente apenas entre os proprietários com maiores posses. Um exemplo, neste sentido, foi o inventário de Manoel Francisco de Bastos⁶⁰, cirurgião-mor, morador do povoado de Rio Pardo, que faleceu solteiro no ano de 1778, deixando uma estância de campos e um rebanho composto por cerca de 3000 animais, entre os quais figuravam 1.430 reses de criar, 800 reses xucras e 90 reses mansas, 730 cavalos e éguas, 200 ovelhas e 6 burros.

⁶⁰ CF: inventário número 3, cartório Civil e Crime, maço 1, estante n. 9, ano 1778, APERGS.

Outra situação comum foi a dos inventários cuja atividade principal descreve-se como agricultores que representam 7,98% dos 163 inventariados entre 1764 e 1809 e 12,89% no período de 1810 e 1835. Nesses casos, para grande parte deles tratava-se de uma atividade de subsistência estabelecida em pequenas propriedades. A indicação dessa atividade deu-se, sobretudo, pelas referências de existência das “ferramentas associadas à plantação”, tais como ferro de arado, “foices de roçar trigo”, enxadas e juntas de bois lavradores, etc. As propriedades eram geralmente descritas como chácaras e nelas havia pouquíssimos animais, em geral poucos cavalos de montaria e algumas vacas leiteiras. Com base nesses registros é possível verificar que as propriedades destinadas à agricultura, contavam com menos escravos que os plantéis pecuaristas e, por essa razão, propenderam a enfrentar mais dificuldades para iniciar um processo de acumulação, o que talvez justifique os baixos rendimentos declarados por tais unidades.

Salienta-se que nos inventários dos agricultores dificilmente aparecem informações diretas sobre os gêneros cultivados. Em apenas seis houve a informação da existência de produção de trigo, o que dá a entender que os frutos do que era plantado não eram muito valorizados. Era comum, entretanto, a referência à existência de pomares de árvores frutíferas além das já referidas atafonas de moer farinha de mandioca e engenhos de farinha de trigo. Eram casos como o de José Duarte⁶¹ que faleceu em Rio Pardo, no ano de 1773, deixando viúva e quatro filhos. Possuía uma chacara com casa e demais benfeitorias, entre os seus bens havia machados, foices de ceifar, duas enxadas, três ferros de arado e um ferro de cortar mato, além de uma junta de bois lavradores. Não há indicação de que exercia nenhuma outra atividade. Deixou, também os escravos Caetano (28 anos), João (15 anos) e Joaquim (26 anos) descritos como “lavradores” e Tereza (26 anos), que não teve seu ofício declarado.

As estâncias criatórias, por sua vez, ao voltarem-se para uma atividade de forte demanda por gado, estavam mais inseridas no mercado e, conseqüentemente, mais suscetíveis à acumulação. Em condições melhores,

⁶¹ CF: Inventário n. 9, de 1773, Rio Pardo. Vara de Família (APERS).

todavia, estavam aquelas estâncias que além de gado, desenvolviam também a lavoura. Estas, além dos lucros derivados da comercialização de animais, tendiam a sofrer menos com as despesas exigidas para a manutenção de seus moradores por que produziam muito dos gêneros que precisavam, justificando seus expressivos rendimentos. É sugestivo, neste caso, que a realidade de algumas estâncias da Fronteira Oeste do Rio Grande, desenvolvesse um tipo de economia autárquica, onde os cativos, além de atuarem diretamente nas lidas campeiras, ligavam-se, também, aos mais diversos ofícios, tais como sapateiros, carpinteiros, alfaiates, ferreiros, cozinheiros, etc. praticavam ainda, algum tipo de agricultura para garantir suas sobrevivências.

Fugindo ao perfil predominante, localizaram-se 43 comerciantes, sendo 10, ou 6,14%, no primeiro subperíodo e 33, ou 5,19%, no segundo. Os inventários dos indivíduos classificados como comerciantes geralmente traziam uma relação extensa de bens móveis e a indicação da avaliação do estoque da firma. O inventário de Benedita Roza é um desses casos. Falecida em Rio Pardo foi inventariada a partir de 1783 pelo esposo José Francisco da Silva. Entre seus bens encontramos a avaliação do “estoque da firma” que era composto por uma extensa lista de produtos, entre os quais figurava rolos de fumo, anis, bacias, medidas de tecidos, etc. Além disso, deixou, como na maioria dos casos referidos a comerciantes, uma relação de dívidas contraídas nas praças do Rio de Janeiro e de Porto Alegre.

Alguns desses comerciantes também possuíam extensas propriedades onde criava um grande número de animais. Esses foram classificados como sendo comerciantes criadores e estiveram representados por 11 indivíduos, sendo 4, ou 2,45%, entre 1764 e 1809 e 7, ou 1,10%, dos inventariados entre 1810 e 1835. Esse era o caso de Antônio Xavier de Azambuja, comerciante, rico proprietário de terras, gado e escravos inventariado em Rio Pardo em 1786⁶². Entre suas posses consta casa de comércio na povoação (2000\$000), estância de Campos (707\$000), quatro senzalas no valor de (600\$000), fazendas com currais (15.450\$000), a estância de gado

⁶² CF Inventário de Rio Pardo, n. 271, maço 12, Vara de Família, estante 8, ano 1818, (APERS).

era formada por cerca de 15 mil animais entre ovelhas, cavalos, reses e porcos. Antônio Xavier Azambuja contava, ainda, com 53 escravos que viviam espalhados entre suas propriedades. Entre esses foram encontrados 23 indivíduos do sexo feminino e 30 do sexo masculino. Observando-se as idades notou-se que havia muitas crianças visto que 20 deles possuíam idades entre 2 anos e 14 anos, 24 tinham entre 15 e 49 anos de idade e 9 possuíam entre 50 anos ou mais. Apenas 6 cativos de suas posses foram descritos como africanos, 42 como crioulos, 3 como pardos e dois com origem não informada. Entre os ofícios 16 eram campeiros, 2 carpinteiros, 1 ferreiro e 1 carreteiro, o que confirma a existência das suas atividades consorciadas.

Restam-nos os charqueadores, figuras desconhecidas antes de 1810. Apenas no segundo período é que passam a ser representados, embora por apenas 5 indivíduos, ou 0,62%, dos senhores. Foram, entretanto, os que mais concentravam escravos. Entre esses havia, na sua totalidade, plantéis com mais de 20 cativos, sendo o maior aquele pertencente a Gertrudes Maria de Borba, inventariada em Rio Pardo por Manoel José Machado, seu marido. Entre os seus bens constavam duas estâncias além do rio Jacuí, uma com extensão de 4 léguas e três quartos e outra com 11 léguas e um quarto. Tinha, ainda, 21 mil reses de criar, 2 mil novilhos, 800 reses mansas, 300 bois mansos, 600 cavalos, 2.000 éguas, 300 potros, 40 burros, 12 burros xucros e 700 ovelhas. No centro urbano de Rio Pardo, deixou um sobrado na rua Santo Ângelo e outra casa na rua da Praia, além de outros 7 terrenos. Seu bem “mais valorizado”, no entanto, era o estabelecimento de charqueada que “possuía uma grande porção de madeiras” e a qual se encontrava conjugada uma olaria de fazer tijolos e telhas e uma casa de pedras que funcionava como atafona de fazer farinha. Também consta em seu inventário uma enorme lista de bens móveis, entre os quais aparecem: ferramentas de ferreiros e de carpintaria, serrotes de mão, serras, machados, enxadas, etc. Possuía ainda, equipamentos de transporte, tais como carros, carroças de dois eixos e uma canoa de paragem. Seus 92 cativos inventariados tinham os ofícios de ferreiros, carpinteiros, pedreiros, oleiros, alfaiates, sapateiros e

campeiros. Formavam plantel constituído por 65 indivíduos do sexo masculino e 26 do sexo feminino com idades que variavam entre zero e 50 anos, sendo que 9 destes tinham menos de 10 anos.

Assim, ao analisar a estrutura das posses de cativos, tema da próxima seção, procurou-se uma forma que melhor pudesse identificar o perfil das escravarias da Fronteira Oeste do Rio Grande, buscando-se compreender as circunstâncias em que as famílias escravas se constituíram na região.

2.2 ESTRUTURA DE POSSE DOS ESCRAVOS ENTRE OS SENHORES DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Ao iniciar essa seção salienta-se que, infelizmente, não há consenso quanto à classificação das posses de escravos. Para o Paraná, Gutiérrez analisou-as com base nas listas nominativas de 1804 e 1824. Encontrou a presença marcante de proprietários com 1 a 5 cativos (70 a 74% dos senhores, nos respectivos anos). Além disso, indicou que os senhores de grandes plantéis⁶³ não chegaram ao patamar de 1% da amostra para ambos os anos pesquisados (GUTIÉRREZ, 1987).

Em estudo sobre o Rio Grande correspondente ao período de 1765 a 1825, Helen Osório (2006) optou por categorizar os plantéis considerando pequenos aqueles que possuíam entre 1 a 10 escravos, médios os compostos de 11 a 20 cativos e grandes os que possuíam mais de 20 escravos. Os dados obtidos por Osório indicaram que 87% dos inventariados eram proprietários de escravos. Sendo que os senhores descritos como possuidores de pequenos plantéis compunham 75% de todos os proprietários e detinham 35% dos cativos.

É preciso destacar, no entanto, que o conceito de *grande plantel* para as propriedades que contavam com vinte escravos ou mais, corresponde a uma classificação adotada por autores como Manolo Florentino e Robert

⁶³ O termo plantel é utilizado com duplo sentido neste trabalho. Nos inventários *post-mortem*, indica o total de cativos arrolados sob o poder do falecido – independente de estarem ou não distribuídos em propriedades variadas. Em alguns casos, os processos permitem a compreensão do plantel relativo ao total de cativos que vivem juntos em uma mesma senzala (BACELLAR, SCOTT e BASSANEZI, 2006).

Slenes pesquisadores que tratam de regiões voltadas para o mercado externo. A região pesquisada se distancia desse padrão de modo que, para termos uma imagem mais exata da situação das dimensões das escravarias locais, optou-se por classificar os indivíduos em relação à propriedade escrava, através dos seguintes grupos: primeiro, dos donos de pequenos plantéis possuidores de 1 a 3 escravos, segundo, dos donos de médios plantéis possuidores de 4 a 9 escravos; terceiro, dos donos de grandes plantéis possuidores de 10 a 20 escravos e por último os excepcionalmente grandes aqueles que possuíam 21 ou mais.

Para facilitar a análise da estrutura da posse elaborou-se a Tabela 4, visando melhor compreender a forma como se distribuíam os cativos entre os plantéis da região. Através do exame da referida tabela confirma-se, como era de se esperar, a marcante presença dos proprietários com reduzido número de escravos para ambos os períodos analisados.

Tabela 4 – Estrutura de posse de escravos por faixa de plantel e períodos, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1765-1835

Período	Indicadores	Faixa do Plantel											
		1-3 Escravos		4-9 Escravos		10-20 Escravos		+ 21 Escravos		Sem Escravos		Totais	
		#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1764-1809	Proprietários	72	44,17	60	36,80	13	7,97	04	2,45	14	8,58	163	100
	Escravos	143	19,01	319	42,42	163	21,67	127	16,88			752	100
1810-1835	Proprietários	221	34,74	206	32,38	110	17,29	36	5,66	63	9,90	636	100
	Escravos	409	9,20	1.221	27,48	1.463	32,92	1.350	30,38			4.443	100

Fonte: Inventário *post-mortem* da Vila de Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada. APERGS.

Entre 1764 e 1809 foram localizados 14 inventários ou 8,58% dos proprietários cujas posses não incluíam escravos, para os demais 149, ou 91,42%, houve a presença de ao menos um cativo entre os bens arrolados. Contabilizou-se entre as posses desses últimos um total de 752 escravos o que configura uma média de 5 cativos por inventário. Havia 26 plantéis unitários o que corresponde a 15,95% do total averiguado, os que possuíam entre 1 e 3 escravos estiveram representados por 72 proprietários (44,17%) concentravam 143 escravos, ou 19,1% das posses. Sessenta senhores

(36,80%) possuíam entre 4 e 9 escravos, esses contabilizaram 319 cativos ou 42,42% do total. Treze proprietários foram considerados detentores de grandes posses e detiveram plantéis compostos por 10 a 20 indivíduos que somados deram um total de 163 escravos, ou 21,67% dos mesmos. Correlatamente, os 4 detentores de avultada massa de escravos – 21 ou mais –, representaram, tão somente, 2,45% dos proprietários, e detinham, no entanto, 127 escravos, ou 16,88% dos mesmos.

Um dos plantéis menores era de propriedade da viúva Maria Moreira Maciel⁶⁴ inventariada em Rio Pardo em 1788, que deixou dois filhos ainda crianças, Antônio e Josefa. Possuía uns poucos bens móveis, um tear, um tacho de cobre, uma panela de ferro; uma parte de terras com algumas benfeitorias. Suas dívidas passivas, no valor de 259\$130, comprometiam quase a metade do montante avaliado: 636\$000. O seu único cativo era Pedro, um crioulo de 30 anos, “quebrado das verilhas” avaliado em 76\$800.

O maior plantel verificado entre 1764 e 1809 era o do comerciante Manoel José Machado⁶⁵. O inventariado possuía uma extensa lista de propriedades localizadas na vila de Rio Pardo. Entre os bens móveis estavam relacionados duas balanças de ferro, pesos de chumbo, tachos grandes e panelas de ferro. O montante dos bens deste inventário foi avaliado em aproximadamente 16 contos de réis, o seu plantel de cativos era formado por 38 indivíduos e representavam menos da metade deste valor, cerca de 7 contos de réis. Para os parâmetros da região este proprietário pode ser considerado o mais abastado e um grande proprietário, se comparado aos maiores plantéis das áreas de forte comércio exterior, como por exemplo, das regiões açucareiras, caberia apenas supor que fosse um médio proprietário⁶⁶. Eram cativos dispostos da seguinte forma: 17 eram escravos africanos e 21 crioulos. Desses, 30 eram indivíduos do sexo masculino e apenas 8 do sexo feminino. Trinta e três tiveram idades referidas que

⁶⁴ Inventário *post-mortem* número 36, Vara de Família, maço 2, estante 8, ano 1788, Vila de Rio Pardo, APERS, RS.

⁶⁵ Inventário *post-mortem* número 124, Vara de Família, maço 6, estante 8, ano 1807, Vila de Rio Pardo, APERS, RS.

⁶⁶ Schwartz (2001) descreve que na Bahia havia escravarias com centenas de cativos. Neste mesmo sentido é oportuno observar o que é descrito por Slenes (1999) quando se refere às maiores escravarias do sudeste.

variavam entre 1 e 50 anos sendo que 11 tinham menos de 9 anos, configurando-se portanto em uma escravaria com muitas crianças.

No período entre 1810 e 1835 encontrou-se um número maior de cativos e de escravistas. Entre os proprietários inventariados apenas 9,90% não deixaram escravos, para os 90,10% restantes existia ao menos um cativo entre as posses. Em 573 inventários abertos para o período foram localizados 4.443 escravos o que corresponde a uma média de 7,75 cativos por plantel.

Conforme o exame da Tabela 4, destaca-se que no período entre 1810 e 1835 a propriedade escrava se mostrou mais difundida e os grandes plantéis passaram a ser mais comuns. O exame desses dados indica que 89, ou 13,99%, dos proprietários formavam plantéis unitários. Duzentos e vinte e um proprietários, ou 34,74%, dos plantéis eram formados por 1 a 3 escravos e somavam 409 cativos, ou 9,20%, do total inventariado. Duzentos e seis senhores, ou 32,80%, dos plantéis detiveram entre 4 e 9 escravos, contabilizaram, por sua vez, 1221 indivíduos ou 27,48% dos cativos. Já os plantéis grandes, anteriormente representados por 7,97% do montante passaram a computar 110 senhores, ou 17,29%, dos mesmos e somaram 1.463 cativos o que representa em termos percentuais a 32,92% dos escravos averiguados no período. Por último, entre os senhores que possuíam avultada massa de escravos, anteriormente representados por 4 indivíduos, ou 2,45 dos proprietários, e que somavam 127 escravos ou 16,88% do total, passaram a compor 36 representantes, ou 5,66%, dos plantéis correspondendo, no entanto, a 1.350 indivíduos, ou 30,38% dos cativos inventariados.

Com base nesses dados percebe-se no tocante às posses que, embora tenha sido mantida a predominância dos pequenos plantéis, esses, no entanto, tornaram-se menos expressivos. Observa-se, quando se compara os dois períodos, que houve um movimento no sentido de concentração dos cativos em plantéis grandes e excepcionalmente grandes entre 1810 e 1835. Para se ter uma ideia dessa questão, apenas o plantel da charqueadora Gertrudes Maria de Borba, já referida, era composto de 92 escravos. Esses

dados nos dão a entender que houve uma maior concentração da propriedade escrava.

Tal movimento parece estar relacionado com a elevação de Rio Pardo a condição de sede da Vila após 1809 e Cachoeira após 1819, quando essas localidades passaram a ter grande importância econômica e política nos primeiros decênios do século XIX⁶⁷. Vale ressaltar, neste sentido, que também houve um acréscimo significativo no número de inventariados e no número de escravos. Os primeiros passaram de 163 para 636 indivíduos e os escravos de 752 para 4.443, confirmando o maior dinamismo atingido por essas localidades que passavam por um correspondente crescimento populacional que era acompanhado pela elevação da importância da mão de obra escrava.

Esses dados embora ratifiquem a posição inicial considerável dos pequenos plantéis, relativiza essa mesma ideia, na medida em que nos leva a pensar que diante de novas conjunturas poderiam estar mais evidentes os plantéis médios, além de aparecerem plantéis grandes, como parte não desprezível do cenário escravista do Rio Grande e mais precisamente da Fronteira Oeste do Rio Grande. Entre 1810 e 1835, os plantéis médios, grandes e excepcionalmente grandes passaram a representar 65,26% dos proprietários e 90,80% dos cativos inventariados. Torna-se visível a representatividade dos escravos que conviviam entre posses superiores a 10 cativos: 121 senhores possuíam 2.563 escravos ou 57,68% das posses.

Entretanto, a existência de grandes plantéis não significa, de fato, que esses senhores detivessem propriedades onde viviam números expressivos de cativos. Esse foi certamente, um quadro muito incomum para região onde, normalmente, os escravistas possuíam diversas propriedades cujos cativos eram distribuídos entre elas, não significando na prática que os mesmos convivessem entre si, em grandes grupos.

Outro dado importante a ser considerado é o fato de que alguns inventariados possuíam plantéis com um ou dois cativos em idade produtiva acompanhados de idosos e/ou crianças. O caso de Antônio Fernandes

⁶⁷ MIRANDA, Márcia Eckert. Continente de São Pedro: Administração pública no período colonial. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, Ministério Público do RS, 2000.

Franco⁶⁸ é um exemplo. Quando faleceu deixou 11 escravos: José Benguela de 50 anos e sua esposa Isabela, de nação Muncorá de 35 anos, acompanhados dos seus seis filhos: Miguel (15 anos), Brígida (15 anos) Felipe (12 anos), Maria (11 anos) Pedro (3 anos) e Feliciano (1 ano). Deixou ainda o preto João Mina (46 anos), Antônio Angola (30 anos) e Benedita (60 anos). Outro exemplo é o inventário de Maria Luciana⁶⁹, falecida em Rio Pardo no ano de 1824. Possuía um plantel com 10 cativos: Ignácio (38 anos), Nazário (60 anos), João (55 anos), Felizarda (21 anos) e 6 crianças de 4 a 12 anos. Nesses casos, seria incoerência apontá-los como sendo grandes plantéis, pois provavelmente contassem menos que aqueles em que estivessem constituídos 3 homens adultos, por exemplo. No decorrer do trabalho, constata-se que essas situações teriam sido bem mais comuns do que se pensa. É com base nessas ideias que ora analisam-se os cativos, sujeitos centrais do estudo proposto.

⁶⁸ Inventário *post-mortem* n. 28a, Rio Pardo, ano de 1786.

⁶⁹ Inventário *post-mortem* n. 42, Rio Pardo, ano de 1824.

CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS CATIVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Ao buscarem o conhecimento das características demográficas das populações do passado brasileiro, os estudos empreendidos extrapolaram largamente o elemento demográfico *scripto sensu*, tendo encontrado na historiografia terreno fértil onde se imiscuir, alargar, multiplicar.

José Flávio Motta

3.1 EXISTENTES, MAS INVISÍVEIS⁷⁰

Conta-se na produção acadêmica brasileira com valiosos estudos sobre a escravidão nas regiões de *plantation* e de mineração que assumiram grande relevância para a economia da Colônia e do Império. No entanto, o Rio Grande do Sul ressentiu-se de mais pesquisas que tratem desse assunto uma vez que a presença do negro foi subestimada por certa historiografia que deixou como herança uma impressão enganosa da insignificância desse segmento na sua formação social⁷¹. Primeiramente, por ter fundamentado o pouco aproveitamento do trabalho escravo à peculiaridade da colonização,

⁷⁰ Para uma melhor compreensão ver: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

⁷¹ Representada por autores como: Salis Goulart, Moisés Velinho, Manoelito de Ornellas, Amyr Borges Fortes, Riograndino da Costa e Silva, entre outros que construíram suas ideias com base nos “aspectos de suavidade do modelo escravista do sul”. Análise crítica dessa mesma historiografia ver Petiz (2006).

ou seja, a de não estar inserida no grande comércio agroexportador⁷². Em segundo lugar, porque quando se referiu a esses indivíduos fez apenas enquanto cativos citando as atividades desenvolvidas, o controle por parte dos proprietários e os castigos, dentro de uma lógica que os transformou em coisas, ideias pouco sustentadas em termos atuais⁷³. E finalmente, porque ignorou os libertos e apagou, a partir da abolição da escravidão, os africanos e afrodescendentes da história. Mesmo diante de volumes significativos de fontes, essas ideias, embora combatidas, ainda persistem.

Para a Fronteira Oeste do Rio Grande, a pouquíssima abrangência de trabalhos sobre o negro escravizado (para não dizer ausência) constituiu um obstáculo para a realização deste estudo. Foi necessário que se costurassem os indícios dispersos para que se pudesse compreender as dinâmicas da região e, assim, compor o quadro social e demográfico dessa parcela da população. Salienta-se que mesmo para as demais regiões escravistas do antigo território do Rio Grande do Sul informações seriadas acerca das características populacionais seguem sendo muito raras. Como exceções, há os estudos de Fábio Kuhn (2003) sobre os campos de Viamão e Marta Hameister (2002) sobre a Vila de Rio Grande, ambos relativos à “faixa litorânea”. Tal constatação justifica que procedamos a uma análise mais detalhada da população cativa, na região que correspondia na época, à Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro.

Para os campos de Viamão, Kuhn (2004) analisou alguns remanescentes de recenseamentos paroquiais (os róis de confessados) abrangendo um período de 1751 a 1780 e, a partir dos dados obtidos, reavaliou a importância da população escrava na formação da sociedade colonial sul-rio-grandense ao evidenciar a expressiva presença de cativos de

⁷² O discurso da peculiaridade fundamenta-se a partir da comparação entre a escravidão que se desenvolveu no Sul e a que existiu em outras regiões escravistas. Essa perspectiva pode ser observada em Freitas (1980) autor que defendeu a tese de que o Rio Grande já era capitalista no século XVIII e que, por isso, não haveria escravidão na pecuária (principal setor econômico da capitania), uma vez que a vigilância contra fugas dos trabalhadores escravizados seria antieconômica.

⁷³ A base desta perspectiva foi fornecida por Cardoso (1977). Autor que teve o mérito de desqualificar o mito de democracia racial dos pampas. Na mesma perspectiva escreveram Freitas (1980), Maestri (1984), Bakos (1982), entre outros, produziram importantes contribuições sobre a escravidão sul-rio-grandense nas décadas de 1980 e 1990.

origem africana desde o seu período formativo. Segundo ele, em 1751, quando a capela tinha pouco mais de 700 pessoas e 136 fogos, aproximadamente 45% dos habitantes eram de origem africana e 3,2% índios administrados, o que significa uma proporção de escravos semelhante aos principais centros de mineração ou agroexportação. Hameister (2002) estudou a população da vila de Rio Grande, confirmou a existência e importância do segmento escravizado já nos primórdios desse povoado⁷⁴, e analisou, entre outras questões, as possibilidades que tinham de estabelecer vínculos sociais percebidos através do casamento e do compadrio.

Quanto à região de Rio Pardo, coube a autores como Riopardense de Macedo (1972) e Dante de Laytano (1983) a realização de importantes estudos sobre sua população. No entanto, nenhum deles deteve-se especificamente nos detalhes das procedências ou características demográficas dos escravos. A ênfase, neste caso, recaiu na colonização açoriana, quase nada foi escrito sobre o negro. Nas palavras de Silvio Correia:

Para Rio Pardo, a historiografia sul-rio-grandense aponta para uma colonização açoriana como base de sua formação social. A ênfase dada por estes autores [...] redundou numa versão quase monogenética da sua formação étnica (CORREIA, 2001, p. 125).

Entretanto, o uso da mão de obra escrava não apenas esteve presente na região como foi uma característica estrutural da sua economia. Visando a reforçar esse argumento, elaborou-se a Tabela 5, cujos resultados obtidos expressam de forma bastante contundente a representação dos negros escravizados no conjunto da população sul-rio-grandense entre os séculos XVIII e XIX.

⁷⁴ Trabalho pioneiro sobre a população da vila de Rio Grande no período colonial foi desenvolvido pela professora Maria Luiza Bertulini Queiroz: *A Vila de Rio Grande de São Pedro (1737-1850)*. Rio Grande: FURG, 1987.

Tabela 5 – Participação (absoluta e relativa) das populações escravas no Rio Grande e no Paraná séculos XVIII e XIX

Rio Grande do Sul				Paraná			
Anos	Escravos	%	Total	Anos	Escravos	%	Total
1780	5.102	28,47	17.923	1772	1.712	22,4%	7.627
1798	11.740	37,10	31.644	1798	4.273	20,3	20.999
1802	12.970	35,32	36.721	1804	5.077	19,3	26.370
1805	13.942	34,00	41.000	1810	5.135	18,6	27.589
1814	21.445	30,35	70.656	1816	5.010	17,6	28.470
1819	20.611	30,09	63.927	1824	5.855	17,8	32.887
1846	30.846	20,09	147.846	1830	6.260	17,1	36.701
1858	71.911	25,19	285.444	1836	7.873	18,4	42.890
1862	75.721	27,39	276.446	1854	10.189	16,4	62.258
1872	67.748	15,59	69.380	1858	8.493	12,2	69.380
1883	62.138	8,80	700.000	1868	10.000	10,0	100.000
1887	8.430	0,89	944.616	1874	11.249	8,8	127.411

Para o Rio Grande do Sul foram usadas as seguintes fontes: Bakos (1982, p. 18); Bento (1976, p. 119); Weimer (1991, p. 33) e Conrad (1975, p. 346). Para o Paraná vide: Cacilda Machado (2006, p. 63).

Ainda que esses dados não sejam muito confiáveis⁷⁵, permitem uma comparação com outras regiões brasileiras, visando a compreensão de possíveis diferenças e/ou similitudes em relação aos cativos. Para o Rio Grande, através desses dados, pode-se perceber que a participação de sua população escravizada encontrava-se em uma faixa de representatividade que variou de 28,47 a 35,32% entre 1780 e 1819. No Paraná, nesse mesmo período, os índices dessa parcela da população foram bem menos expressivos: atingia 22,4% em 1772 e passava a 17,8% em 1819. Portanto, a representação dos escravos no universo escravista sul-rio-grandense atingia médias mais altas que outras áreas equivalentes. Dado comum a ambas as regiões, está o fato de que entre fins do século XVIII e princípios do XIX, observa-se o período de maior concentração proporcional dos escravos, caindo sensivelmente até meados do século XIX, e de forma mais acentuada nas últimas décadas da escravidão.

Por outro lado, se compararmos a representação dos escravos no Rio Grande com outros centros escravistas que formavam economias

⁷⁵ As fontes que geraram os censos e mapas analisados são de origem diversa, e por isso apresentam dados não homogêneos. Esta é uma característica que dificulta o acompanhamento de segmentos da população ao longo do tempo.

tipicamente de exportação, como o Rio de Janeiro ou Bahia, por exemplo, onde a participação dessa parcela da população manteve-se elevada até a abolição do tráfico Atlântico, nosso índice regional será considerado baixo. É preciso ponderar, entretanto, que o percentual da população escrava sul-rio-grandense era superior aos padrões do tipo de economia que apresentava, ou seja, a produção destinada ao mercado interno, considerada de baixo uso de escravos, e é sobre este padrão que se devem estabelecer paralelos, pois são regiões com mesmo tipo de economia.

Assim, percebe-se que mesmo não se tratando de uma escravaria que pudesse ser inserida no conjunto das maiores concentrações tais como aquelas que foram verificadas para o Rio de Janeiro e a Bahia, no princípio do século XIX, não se pode negar, entretanto, que os cerca de 30% que formavam a população sul-rio-grandense entre fins do século XVIII e princípios do XIX, constitui parcela importante dessa mesma população (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 45). São números compatíveis, por exemplo, ao que é verificado para São Paulo em 1836, quando havia naquela província cerca de 327 mil pessoas sendo que os escravos constituíam 28% da população (LUNA e KLEIN, 2005, p. 138). Esse coeficiente expressivo e seu crescimento durante o período analisado, não deixa de ser um indicativo do quanto foi importante a escravidão no território que hoje compõe o Rio Grande do Sul.

Entende-se, assim, que o estudo dessa parcela da população vista no contexto regional e de acordo com suas especificidades de locais, pode oferecer instrumentos para identificar a formação do grande percentual de afrodescendentes que constitui a população dos municípios da região estudada. Foi pensando desta forma que procurou-se a reconstrução histórica desse segmento, cujas informações nos parecem imprescindíveis para as problemáticas sociais do presente.

A título de exemplo, em 1804 o Paraná contava com 26.370 habitantes, destes 5.077, ou 19,3%, eram escravos. Um ano depois o Rio Grande atingia a soma de aproximadamente 41.000 habitantes, sendo que aproximadamente 35% eram escravos, 6% pardos e alforriados, e 3%

indígenas. No ano de 1819, sua população atingiu a soma de 63.927 indivíduos, com o percentual de escravos correspondente a 30,6%. Em 1824, o Paraná somava 32.887 habitantes sendo 5.855 escravos ou 17,8%. Porém, tal como ocorria lá, também aqui, havia diferenças regionais.

As fontes que descrevem a Fronteira Oeste do Rio Grande desenham um quadro de intenso crescimento populacional durante o período analisado, sendo que a representação dos cativos, chegou a ser superior ao observado para outras áreas da capitania/província. Conforme Santos (1984, p. 32) em 1780, quando ocorre o primeiro levantamento populacional, o Rio Grande registrava a soma de 17.923 habitantes, destes 28,5% eram escravos. Na ocasião, Rio Pardo atingia a soma de 2.374 indivíduos e tinha, então, 619 cativos. Por esses dados percebe-se que em apenas três décadas depois da fundação da Fortaleza Jesus Maria José o povoado já contava com aproximadamente 13% dos habitantes do Rio Grande e formava um dos principais centros escravistas.

Tal crescimento pode ser justificado pela importância assumida por seu núcleo urbano, que desde a sua origem se transformara em um importante entreposto comercial que, além de abastecer com mantimentos os povoados mais interiorizados, ligava e protegia os extremos do território português a oeste e ao sul por sua condição de sede do Regimento de Dragões. Acrescente-se a isso o desenvolvimento do cultivo de trigo introduzido pelos açorianos e a abertura de estâncias criatórias, atividades que ao se estabelecerem exigiam mão de obra complementar.

Para o ano de 1798 o Mapa de População indica que os escravos passaram a responder por 35,9% da sociedade sul-rio-grandense. Esses percentuais oscilavam, no entanto, de 32,7% na Fronteira do Rio Grande, 35,2% na região de Porto Alegre e chegavam a 42,2% na Fronteira do Rio Pardo (Tabela 6). Neste mesmo ano, no Paraná, segundo Gutiérrez (1985), os cativos correspondiam a 20,3% da população, 15 pontos percentuais a menos do que se encontrava no Rio Grande e cerca de 20 pontos ao que correspondia a Fronteira Oeste do Rio Grande. Na região litorânea paranaense a escravidão alcança 23% e no Planalto diminuía para 18,8%.

Tabela 6 – Mapa de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro, de 1798

Freguesias	Branços	Índios	Pretos e pardos forros	Pretos e pardos escravos	Branças	Índias	Pretas e pardas forras	Pretas e pardas escravas	Somas parciais dos habitantes de cada freguesia
Madre de Deus -Porto Alegre	743	15	138	821	749	24	186	537	3.213
Viamão	627	09	70	479	527	08	83	286	2.089
Nossa Senhora dos Anjos	351	293	66	426	315	310	81	154	1.996
Conceição do Arroio	310	—	51	229	275		51	147	1.063
Santo Antônio	474	04	29	328	693	07	30	187	1.752
Santa Ana da Serra	184	—	95	136	149	—	85	97	746
Rio Pardo	1.038	—	—	1.050	1.222	—		604	3.914
Cachoeira	728	11	14	966	590	18	07	299	2.633
Triunfo	838	08	103	674	757	11	102	477	2.970
Santo Amaro	287	—	15	331	260	—	18	202	1.113
Taquari	197	—	13	192	337	—	17	98	854
Rio Grande	2.023	—	114	1.229	2.227	—	76	931	6.600
Estreito	545	—	77	338	500	—	71	196	1.727
Mostardas	247	—	34	283	300	—	33	163	1.060
Total de habitantes	8.592	340	819	7.482	8.901	378	840	4.378	31.730

Fonte: Santos (1984, p. 35).

Ao final do século XVIII, a Fronteira Oeste do Rio Grande já contava com aproximadamente um terço da população branca da capitania e concentrava, por sua vez, o maior contingente escravo. A Vila de Rio Pardo era uma das mais habitadas, sua população constituía 3.914 almas e era superada apenas pela vila de Rio Grande que contava, na época, com 6.600 pessoas. Localidades como Cachoeira e Santo Amaro, tiveram número de escravos do sexo masculino que chegava a ser superior ao total de homens brancos (ver Tabela 6).

Em 1814 (Tabela 7) a população da capitania do Rio Grande de São Pedro passava para 70.656 habitantes, e o contingente escravo era de 29,2% do total. Em Rio Pardo, a população cativa atingia a soma de 10.445 indivíduos sendo 2.429 escravos, reduzindo sua representação para a faixa de 23,3% do total. No mesmo período áreas agroexportadoras como Bananal (Vale do Paraíba), a população escrava atingia o índice de 57% e em Itu (região açucareira) passava a 52% (MOTTA, 1988).

Tabela 7 – População da Capitania do Rio Grande de São Pedro no ano de 1814

Localidade	Branços	Indígenas	Livres/todas as cores	Escravos	Recém-nascidos	Total
Viamão	1.545	11	188	908	160	2.812
Santo Antônio	1.706	8	330	961	98	3.103
Conceição do Arroio	837	19	180	538	74	1.648
Mostardas	723	5	68	281	74	1.151
N. S. dos Anjos	1.292	256	233	716	156	2.653
Porto Alegre	2.746	34	588	2.312	431	6.111
Triunfo	1.760	55	240	1.208	193	3.456
Santo Amaro	953	27	66	773	65	1.884
Rio Pardo	5.931	818	969	2.429	298	10.445
Cachoeira	4.576	425	398	2.622	204	8.225
Taquari	1.092	42	67	433	80	1.714
Piratiny	1.439	182	335	1.535	182	3.673
Pelotas	712	105	232	1.226	144	2.419
Rio Grande	2.047	38	160	1.119	226	3.590
Missões	824	6.395	77	252	403	7.951
Total	32.300	8.655	5.399	20.611	3.691	70.656

Fonte: *História Ilustrada do Rio Grande do Sul*, 1998, p. 91.

Para Sorocaba, centro de abastecimento interno como Rio Pardo, Bacellar (2001) verificou que a proporção de cativos variou de um mínimo de 16,2% em 1796 para um máximo de 25,8% em 1807, com uma média de 21,5%.

Assim, em que pesem as oscilações sofridas pelo contingente cativo no conjunto da população na Fronteira Oeste do Rio Grande⁷⁶ entre os 26% observados em 1780, 42,7% em 1798 e os 23,3% em 1819, percebe-se pelos padrões verificados que esta se fez presente em números que depõem contra a versão monogenética da sua formação social.

Essa forte representação da população escravizada também pode ser observada através do exame dos inventários dos senhores escravistas, fonte

⁷⁶ Nesse período já se verifica a intensificação do uso do trabalho escravo em centros escravistas charqueadores encontrados na região Sul do Estado, atividade que passou a exigir mais braços do que a lavoura, pecuária e atividades de transportes verificadas para o oeste, o que, no entanto, não invalida o peso dessa forma de trabalho, também ali bastante representativa. Para melhores informações a esse respeito ver Cardoso (1977).

que também permite o acompanhamento de segmentos dessa parcela da população ao longo do tempo. Relativo à região em foco, conforme se identificou no primeiro capítulo, de periodização, o crescimento da importância econômica, política e militar da vila de Rio Pardo, significou um maior aporte da presença escrava na região, indicado pelo crescimento do número médio de indivíduos distribuídos por plantel.

Como já referido anteriormente, foram examinados 722 inventários de proprietários escravistas que alcançavam os seguintes números: entre 1764 e 1809 foram localizados 149 senhores e 752 escravos, o que corresponde a uma média de 5,04 cativos por plantel. No segundo período, entre 1810 e 1835, esses totais alcançaram 753 e 4.443, respectivamente, que somados atingiam a média de 7,75 escravos por plantel. Com base nos inventários foi possível notar que entre um período e outro houve a expansão dos escravos na ordem de 590% e de senhores de 264%. Ocorre, portanto, um expressivo crescimento populacional, tanto de cativos como de proprietários.

Tabela 8 – Proprietários e escravos, conforme os inventários da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Localidades	1764-1809				1810-1835			
	Proprietários*		Escravos		Proprietários*		Escravos	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Rio Pardo	139	93,28	690	91,75	377	65,28	2.911	65,52
Cachoeira**	2	1,35	8	1,07	95	16,58	802	18,06
Caçapava**	6	4,02	44	5,85	65	11,34	447	10,06
Encruzilhada**	2	1,35	10	1,33	36	6,28	283	6,36
Total	149	100	752	100	573	100	4.443	100

*Vale lembrar que o universo dos proprietários de escravos está superdimensionado, pois muitos outros sequer atingiam um valor mínimo de bens do qual pudessem fazer inventário.

Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

(**) localidades criadas após 1764.

O povoado de Rio Pardo, como era de se esperar, concentrava maior parcela da população livre e cativa. Entre 1764 e 1809, 93,28% dos escravistas e 91,75% dos cativos viviam nessa localidade. Entre 1810 e 1835 esses números passaram a 65,28 e 65,52%, respectivamente, conforme Tabela 8.

É importante lembrar, no entanto, que localidades como Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada foram povoados que surgiam vinculados política e administrativamente à sede de Rio Pardo. Fato que explica, em grande parte, a maior concentração da população nessa vila e a sua redução em termos proporcionais no segundo período, quando ocorrem sucessivos desmembramentos e as demais localidades passam a compor estruturas políticas próprias.

Contudo, o crescimento demográfico da região provavelmente refletia não apenas a ampliação dos plantéis já existentes e intensificação do comércio escravo, mas também o movimento migratório de indivíduos que vinham de outras regiões trazendo suas famílias e seus cativos. Compreender essas questões implica que se deva ajustar o foco da observação, passando-se a um exame mais rigoroso do perfil demográfico dessa parcela da população até aqui pouco conhecida.

3.2 ORIGENS DOS ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Visando a conhecer melhor os cativos da região dá-se início pelas variáveis relativas à origem/procedência uma vez que, no geral, as fontes que contemplam algum tipo de informação a esse respeito dividem os cativos em dois grandes grupos: crioulos, nascidos no Brasil, ou africanos. Do primeiro grupo fazem parte os pardos, crioulos, cabras e mulatos. O segundo está definido por nome de procedência africana⁷⁷ e as fontes sempre os referem como sendo pretos e os identificam como procedentes da Costa da Mina, Angola, Benguela, Cabinda, entre outras denominações.

Para o Rio Grande do Sul, entre os poucos estudos realizados sobre as características demográficas dos escravos, estão os parâmetros estabelecidos por Osório (2007). Os dados reunidos demonstraram certo equilíbrio entre

⁷⁷ Como tem alertado a historiografia, o uso desses termos exige cuidados uma vez que se admite que eles representavam “referências relacionadas ao porto de origem, termos específicos, vinculados às áreas geográficas de origem, às formas de governo, aos grupos étnicos e a terminologia utilizada pelos traficantes, que provavelmente ministravam dois ou mais grupos étnicos e um mesmo nome genérico” (RUSSEL-WOOD, 2001, p. 12).

crioulos e africanos, considerando, contudo, pequena superioridade dos primeiros. A documentação utilizada para chegar a essa conclusão foi o conjunto dos inventários *post-mortem*, fonte também utilizada neste trabalho juntamente com a análise dos registros paroquiais.

Iniciou-se fazendo uso das observações contidas nos inventários *post-mortem*. Antes de partir para análises mais detalhadas, apresentam-se alguns números encontrados na documentação. O total de escravos inventariados na Fronteira Oeste do Rio Grande como já indicado é de 5.195 pessoas. Para 3.504, ou 67,44%, delas foram obtidos dados sobre a origem. Infelizmente, para as demais 1.691, ou 32,56%, não foi possível identificar essa informação. Sendo assim, tem-se para análise 2.448 cativos que foram identificados como sendo crioulos e 1.056 africanos⁷⁸.

Tabela 9 – Origem dos escravos inventariados, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Período	Crioulos		Africanos		S/I		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
1764-1809	367	48,80	241	32,05	144	19,15	752	100
1810-1835	2.081	46,83	815	18,34	1.547	34,81	4.443	100
Total	2.448	47,12	1.056	20,32	1.691	32,55	5.195	100

Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Com base na Tabela 9, sem desconsiderar os sub-registros, com relação à procedência dos cativos, a primeira observação a se fazer é sobre a baixa presença dos africanos. Enquanto os crioulos comparecem, respectivamente, com 60,36 e 71,85% entre 1764 e 1809 e 1810 e 1835, os africanos somavam 39,64 e 28,15% dos escravos cujas origens foram identificadas, indicando que na Fronteira Oeste do Rio Grande os plantéis contavam com números expressivos de crioulos.

Helen Osório (2004, p. 7) interpretou a presença superior dos escravos crioulos como sendo um resultado da importação de adultos nascidos em outras regiões brasileiras. Chegou a essa conclusão devido à observação que

⁷⁸ O termo “africano” é extemporâneo e se constitui de uma identidade criada a partir da abolição do tráfico.

fez do elevado predomínio de indivíduos do sexo masculino entre esse grupo, na faixa de 66%, o que a levou a considerar que:

Esta taxa de crioulos do sexo masculino provavelmente indique que a sua presença no conjunto da população escrava **não deva à reprodução dos cativos** no Rio Grande, mas à compra de escravos crioulos via tráfico interno. Grifos nossos (OSÓRIO, 2006, p. 6, Grifo nosso).

Outro autor que analisou as características demográficas dos cativos do Rio Grande de São Pedro foi Luis Augusto Farinatti (2007), pesquisador que realizou estudos sobre os escravos de Alegrete entre 1831 e 1870. Em seu trabalho também verificou predomínio dos crioulos, na ordem de 60% frente a 40% de africanos. Embora seu estudo enfoque um período posterior ao que foi analisado, seus dados revelam uma proximidade de resultados obtidos e sua conclusão com relação às características dos escravos tem interesse. Segundo ele, uma parte considerável desses indivíduos deveria ser oriunda do comércio interprovincial, mas alerta, diferentemente de Osório (2007), que não se deve minimizar demasiadamente a influência da reprodução endógena dos plantéis.

Igualmente importante foram as ideias aventadas por Berute (2006, p. 125), autor que investigou a entrada de escravos no Rio Grande via comércio atlântico. Em seu estudo o autor apontou que 3.294 escravos desembarcaram entre 1788 e 1802 e 6.984 entre 1809 a 1824. Entre esses 95% eram africanos e apenas 5% crioulos. Ou seja, por esses números é pouco provável que a crioulização dos plantéis sul-rio-grandenses fosse um resultado exclusivo do comércio interno, ainda que não se possa generalizar, uma vez que particularidades deveriam marcar as diferentes regiões e temporalidades da capitania/depois província do Rio Grande de São Pedro.

Assim, a presença superior dos crioulos não implica dizer que o Rio Grande ou a Fronteira Oeste do Rio Grande não participasse ativamente do tráfico negreiro, uma vez que os 1.056 africanos ou 20,32% dos 5.195 escravos inventariados entre 1764 e 1835 não deixam de representar uma parcela importante dessa população. Por outro lado, os 2.448 crioulos, ou 47,12%, daqueles que tiveram as origens identificadas também não deixam

de ser um forte argumento de que, aparentemente, convivia-se, ao mesmo tempo, com a alternativa da reprodução endógena, além, é claro, do próprio comércio de escravos não africanos vindos de outras regiões brasileiras. Passa-se então a outros indícios que apontam para essa questão.

3.3 A REPARTIÇÃO DO SEXO NA POPULAÇÃO ESCRAVA

Até pouco tempo, a historiografia caracterizava a população escrava no Brasil através do predomínio absoluto de indivíduos do sexo masculino. Essa desproporção de fato existia, mas com o desenvolvimento da História Demográfica e a preocupação com a temática da família escrava encontrou-se, em alguns estudos, um significativo equilíbrio dos sexos. Na verdade, esses indícios devem ser analisados relacionando-os com o tipo de economia e o tamanho do plantel:

Onde e quando mais fortemente se efetuarem os cultivos de “exportação” (principalmente café e cana-de-açúcar) ampliava-se o peso masculino. Inversamente, nas áreas de maior concentração de atividades típicas de agricultura de “subsistência”, ainda que com comercialização de excedentes, caso da pecuária e cultivos de arroz, feijão, milho e mandioca, ocorria maior equilíbrio quantitativo entre os sexos, embora raramente encontrássemos números próximos a 100 ou maioria feminina (LUNA, 1990, p. 227).

A Fronteira Oeste do Rio Grande insere-se nesse último caso, entre 1764 e 1809 em um universo de 752 escravos inventariados, foram localizados 474 indivíduos do sexo masculino frente a 278 do sexo feminino o que estabelece a razão de sexos na ordem de 170,5 homens para cada 100 mulheres. No período entre 1810 a 1835 essa desproporção a favor dos indivíduos do sexo masculino praticamente se repete, encontramos 4.443 escravos inventariados sendo 2.811 homens e 1.632 mulheres cuja desproporção passa a 172,2 homens para cada 100 mulheres. (Tabela 10). Dados que corroboram com o que foi apresentado por Helen Osório (2005), pois a autora verifica que, para a capitania do Rio Grande, como um todo, o percentual de homens era levemente superior ao encontrado. Entre 1765 e

1825, registra a presença de 68% dos cativos do sexo masculino contra 32% do sexo feminino.

Não era, portanto, uma população com equilíbrio entre sexos, mas não apresentava um desequilíbrio muito alto se comparado a outras regiões escravistas da colônia. O oeste de Minas Gerais, por exemplo, região que também apresentava economia diversificada voltada para o mercado interno, apresenta para o período de 1831 e 1832 uma razão de sexo de aproximadamente 150 indivíduos do sexo masculino para cada 100 do sexo feminino (PAIVA e LIBBY, 1995, p. 219). Já região cafeeira do Paraíba fluminense na década de 1840 a razão entre os sexos era bem mais elevada, com 232,08 homens para cada 100 mulheres (FRAGOSO, 1983, p. 84), portanto, bem mais elevada.

Tabela 10 – Sexo dos escravos inventariados, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Origem	1764-1809				Razão de Sexo	1810-1835				Razão de Sexo
	Homens		Mulheres			Homens		Mulheres		
	#	%	#	%		#	%	#	%	
Africanos	171	70,95	70	29,05	244,2	607	74,47	208	25,53	291,8
Crioulos	200	54,49	167	45,50	119,7	1.132	54,40	949	45,60	119,2
N/I	103	71,52	41	28,48	251,2	1.072	69,30	475	30,70	225,6
Total	474	63,03	278	36,97	170,5	2.811	63,26	1.632	36,74	172,2

Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Os indicadores que dizem respeito à razão de sexo da população escravizada, devem considerar, ainda, a variável relativa à origem dos mesmos (africana ou crioula) uma vez que os estudos demográficos revelam a existência de certa proporcionalidade neste quesito. Neste caso, como era de se esperar, verifica-se, que a razão de sexo a favor dos indivíduos do sexo masculino, era maior entre os africanos. Entre 1764 e 1809 o primeiro grupo tinha uma proporção de 244 homens para cada mulher e o segundo 119, caracterizando, com isso, um maior equilíbrio entre os sexos. Entre 1810 e 1835 (ainda cf. Tabela 10) nota-se a manutenção dessa tendência referente à predominância masculina entre os africanos. Esses passaram a configurar

um total de 291 homens para cada 100 mulheres. A população crioula manteve a proporção menos desequilibrada entre os sexos, ainda que os homens tenham permanecido como dominantes, não se alterou o índice de 119 a favor dos indivíduos do sexo masculino.

Comparativamente, entre 1764 e 1809 os indivíduos do sexo masculino correspondiam a 70,95% entre os africanos e 54,49% entre os crioulos e as mulheres a 29,05% e 45,50%, respectivamente. No segundo período, entre 1810 e 1835 os indivíduos do sexo masculino passaram a representar 74,47% entre os africanos, acréscimo de cerca de 4% e os crioulos se mantiveram com números muito parecidos, correspondendo a 54,40% do grupo. Correlatamente, as mulheres africanas passaram a representar 25,53% do grupo e as crioulas 45,60%.

Esses percentuais de homens e mulheres escravas são próximos ao localizado por Luna e Klein (2005), autores que investigaram as mudanças ocorridas no perfil da população escrava da capitania de São Paulo ocorridas no último quartel do século XVIII e início do XIX, após a introdução da agricultura da cana-de-açúcar. Segundo eles, nesse período a população escrava crescia rapidamente e a sua estrutura mudava. Aumentou de 23 mil pessoas para quase 75 mil, e, ao mesmo tempo, a razão de sexo elevou-se de 117 para 153. Concluíram que “essa alteração na proporção entre sexos é uma clara indicação de que grande parte do crescimento da população cativa devia-se à entrada de escravos nascidos na África” (LUNA e KLEIN, 2005, p. 167).

São dados diferentes, contudo, dos percentuais localizados para o Paraná por Horácio Gutiérrez (1987), que constata um relativo equilíbrio entre sexos que no transcurso do período de 1800 a 1830 registra índices que não ultrapassam os 51% a favor dos homens. Nesse caso, tudo indica que a Fronteira Oeste do Rio Grande, apesar de corresponder a um quadro econômico de atividades predominantemente voltadas à agricultura de subsistência e à pecuária, revela padrões de repartição por sexo que tendem a um patamar intermediário, ou seja, não repete índices tão elevados de homens encontrados para uma região mais ligada ao comércio Atlântico,

porém, também não apresenta o equilíbrio de uma economia de abastecimento interno.

Salienta-se, no entanto, que o predomínio de homens entre os sexos também eram resultante do fato de as mulheres apresentarem mobilidade social superior uma vez que eram alforriadas com maior frequência⁷⁹ fato que, provavelmente, contribuía para sua menor presença em momentos de partilha, por exemplo.

3.4 IDADE DOS ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Nessa época, com relação à estrutura etária, em linhas gerais, nota-se que se tratava de uma população em idade produtiva, pois se percebe que 61,18% dos indivíduos inventariados entre 1764 e 1835 tinham de 15 até 49 anos, outros 7,32% possuíam entre 50 anos ou mais⁸⁰ e uma proporção significativa de 31,50% era de crianças com até 14 anos de idade. No segundo período, entre 1810 e 1835, há pequenas modificações no tocante às faixas-etárias de idade entre os escravos da região. Reduziram-se os menores de 14 anos, que passaram para 29,13%, e os adultos atingiram 60,61%. Elevaram-se, em contrapartida, os escravos idosos que passaram a compor 10,25% dos cativos, refletindo, provavelmente, maior estabilidade desses plantéis.

Ainda com referência aos indicadores demográficos, calculou-se a relação entre a soma das crianças (0-14 anos) e dos velhos (50 e mais) com os adultos (15 a 49 anos). Nos dois períodos foi obtida uma relação de dependência bastante expressiva e crescente. Tal característica pode ser explicada pela predominância das atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno, e, portanto, menor capacidade de compra de novos escravos adultos, em idade produtiva, servindo-se, provavelmente, de uma parcela significativa de cativos nascidos na própria região.

⁷⁹ Esse assunto será oportunamente tratado no capítulo Famílias como caminhos para liberdade no qual serão tratadas as alforrias conquistadas pela população escrava da região.

⁸⁰ Cabe lembrar que a mortalidade era bastante elevada entre os cativos. Para maiores informações a esse respeito ver *Enfermidades dos escravos no Sul do Brasil*, Petiz, 2007.

Tabela 11 – Faixa Etária dos escravos, inventariados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Período	Crianças 0-14 anos		Adultos 15-49 anos		Idosos - 50 anos ou +		Total #	Razão de dependência
	#	%	#	%	#	%		
1764-1809	224	31,50	435	61,18	52	7,32	711	63,44
1810-1835	1.049	29,13	2.182	60,61	369	10,25	3.600	64,98
Total	1.273	29,53	2.617	60,70	421	9,77	4.311	64,73

Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS. Não foram considerados na Tabela acima 41 escravos ou 5,45% dos 752 inventariados entre 1764 e 1809 e 843 ou 18,97% dos 4.443 que foram avaliados entre 1810 e 1835.

Para uma visão mais ampla do conjunto da estrutura etária e por sexo da população escrava da região foi utilizada a pirâmide de idade. Entre 1764 e 1809, as bases da pirâmide são bastante expressivas. As crianças, entre zero e 4 anos de idade representam 14,34% e revelavam uma razão de sexo mais próxima do equilíbrio (96,15). As faixas etárias existentes entre 5 e 9 anos contabilizavam 9,56% do total dos cativos inventariados e contabilizavam 106 indivíduos do sexo masculino para cada 100 do sexo feminino. Esses dados confirmam que ainda no século XVIII, mesmo vivenciando as mazelas da escravidão, essa parcela da população atingia níveis importantes de “crioulização”, visto que uma parte considerável delas era comprovadamente nascida na própria região⁸¹.

⁸¹ Segundo Florentino e Góes, uma criança escrava no Brasil significava ter nascido em terras brasileiras já que o tráfico atlântico dava preferência a indivíduos de maior idade (1997, p. 131).

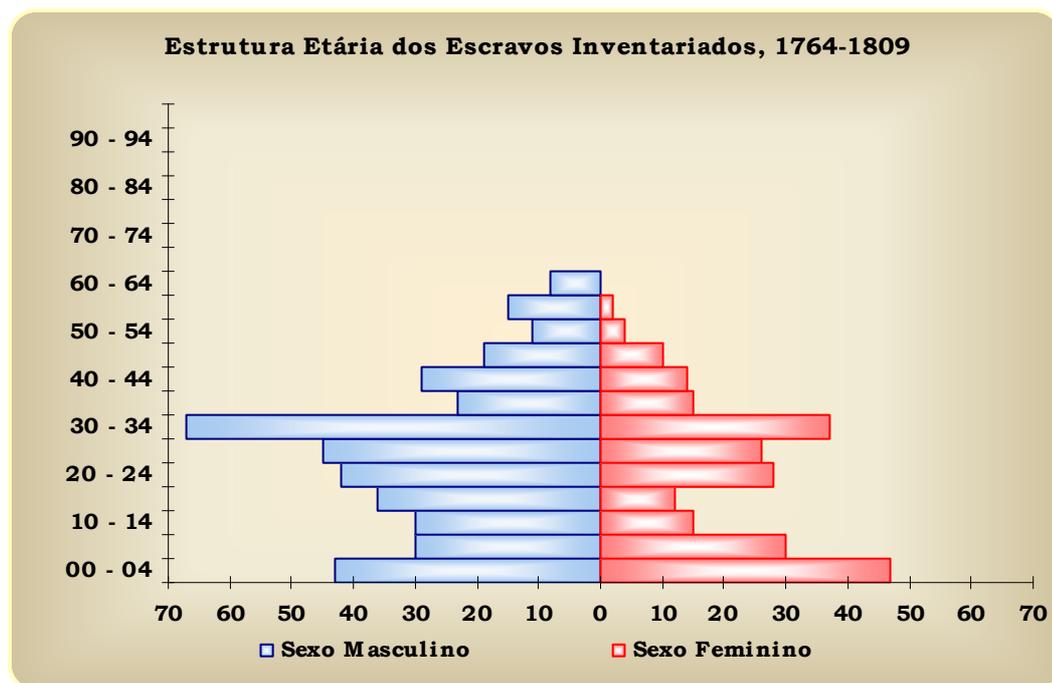


Figura 5: Estrutura etária dos escravos inventariados, 1764-1809.
Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Nas faixas etárias produtivas, como se pode perceber, as pirâmides apresentam barras com extensões bastante desproporcionais, sobretudo entre aqueles indivíduos que tinham entre 30 e 34 anos de idade. Esse segmento provavelmente chegava à região proveniente do comércio atlântico ou através da aquisição realizada junto a outras áreas escravistas do Brasil colonial ou imperial, sendo que, também neste caso, fica explícito que a compra favorecia os indivíduos do sexo masculino. Entre 1764 e 1809, entre aqueles pertencentes a esta faixa etária foram encontradas 76 pessoas do sexo masculino e 38 do sexo feminino, cuja desproporção chegava a 2 homens para cada mulher.

Esta última característica no tocante ao desequilíbrio a favor dos homens é típica das economias de *plantation*, o que, entretanto, não é característica da Fronteira Oeste do Rio Grande. Embora os dados desta pesquisa tenham sido obtidos com base no exame dos inventários *post-mortem*, fonte diferente da utilizada por Horácio Gutiérrez que investigou as características demográficas dos escravos paranaenses com base nas listas nominativas que, infelizmente, não estão disponíveis para o Rio Grande do Sul. Mesmo com esta ressalva acredita-se que a título de exemplificação

pode-se estabelecer a comparação com pirâmides etárias daquela população que também indica nítidas diferenças. Observando as pirâmides montadas para essa região por Gutiérrez, percebe que:

O perfil das pirâmides imita a forma de um triângulo, o que em populações fechadas indicaria a existência de alta natalidade, alta mortalidade e baixa idade mediana da população. Em segundo lugar, ressalta o equilíbrio entre sexos que se pode verificar pela extensão das barras das pirâmides em magnitudes similares para cada lado ao nível de cada faixa etária. Ainda uma terceira característica salta à vista: a regularidade dos degraus das pirâmides como se tratasse de uma população estabilizada (GUTIÉRREZ, 1987, p. 308).

Certamente não era esse o quadro demográfico da população escravizada na Fronteira Oeste do Rio Grande. Nos dois períodos analisados as pirâmides etárias indicam que entre os adultos havia um contingente muito maior de homens do que de mulheres, portanto, diferentes do que Gutiérrez observa para o Paraná. Com efeito, entre aqueles que detinham idades que variavam entre 30 e 34 anos houve desequilíbrio na ordem de 276,7 indivíduos do sexo masculino para cada 100 do sexo feminino entre 1810 e 1835. Elevando-se, portanto, o padrão já verificado para o período de 1764 a 1809, no tocante a essa desproporção.

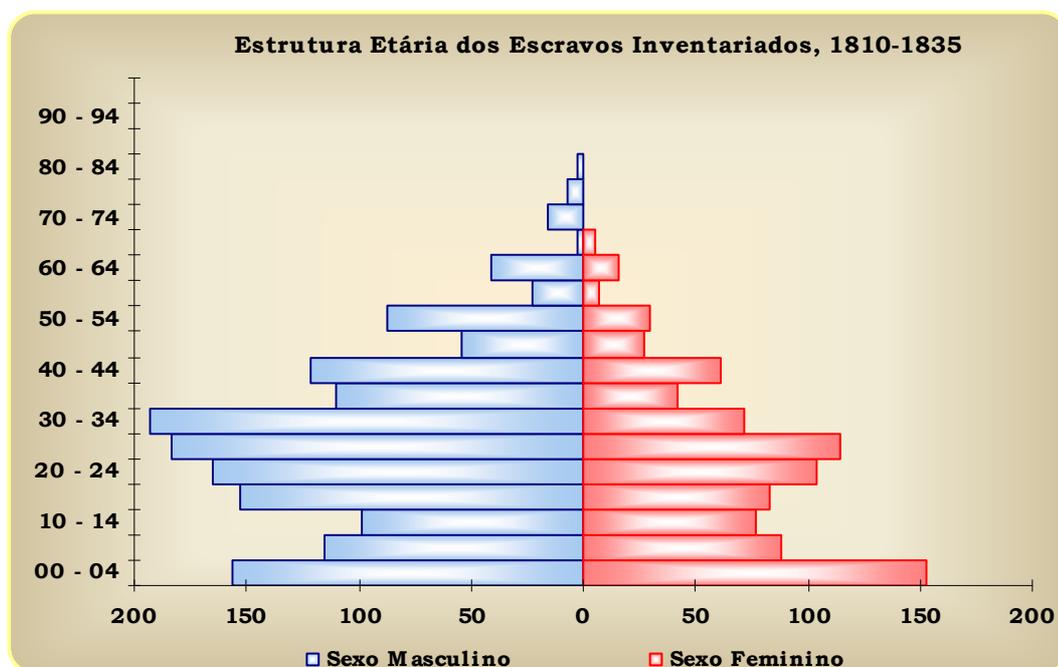


Figura 6: Estrutura etária dos escravos inventariados, 1810-1835.
Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Entre 1810 e 1835, a base da pirâmide etária continua a indicar que nas primeiras idades (até 9 anos) havia certo equilíbrio entre os sexos. O que a torna semelhante, neste caso, ao perfil paranaense. Nesse período manteve-se o padrão de cerca de um terço dos escravos com idades inferiores a 15 anos, sendo que 476 tinham até 4 anos (251 meninas e 225 meninos); 308 contavam com idades entre 5 e 9 anos (137 meninas e 171 meninos) e 265 tinham entre 10 e 14 anos (115 meninas e 150 meninos). Somavam 29,13% do total de inventariados e nesse grupo a razão de sexo era de 108,5.

É significativo, nesse caso, o exame do perfil demográfico dos escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande realizado através dos inventários que mostra números bastante expressivos para a representação das crianças: 31% entre 1764 e 1809 e 29,13% entre 1810 a 1835. Essa mesma fonte serviu de base para Ana Paula Rangel (2005, p. 5) estudar as características dos cativos de Vila Rica, Minas Gerais, onde identificou que 19,90% tinham entre 0 e 14 anos no período de 1755 a 1775 e 23,45% entre 1785 e 1815. Também com base nesses registros, Bruna Portela (2007, p. 47) investigou as características da população escrava de Castro, São Paulo, entre 1800 e 1835, encontrando um alto índice de natalidade e a predominância de crianças entre 0 e 9 anos entre os escravos inventariados. O que permite aventar, neste caso, que a expressiva participação de crianças escravizadas, fruto da reprodução endógena, ao que tudo indica, não se diferenciou de outras localidades no mesmo período, onde a economia não estava diretamente ligada à agroexportação.

Tabela 12 – Relação crianças/mulheres escravas inventariadas na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Período	Crianças 0-4 anos	Crianças 0-9 anos	Mulheres 15-49 anos	Razão Crianças de 0-4 anos/mulher	Razão Crianças de 0-9 anos/mulher
1764-1809	102	170	153	667	1.111
1810-1835	476	784	738	644	1.062
Total	578	954	891	649	1.070

Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS. Não foram considerados na Tabela acima 41 escravos, ou 5,45%, dos 752 inventariados entre 1764 e 1809 e 843, ou 18,97%, dos 4.443 que foram avaliados entre 1810 e 1835.

Visando a aprofundar ainda mais essa questão e por falta de outros elementos que permitam verificar de modo confiável a estimativa de fecundidade, utilizou-se a razão criança/mulher (crianças 0-4 anos/mulheres 15-49 anos). Essa informação serve de indicativo sobre as possibilidades de reprodução endógena entre plantéis da região. Com base na Tabela 12 é possível observar que entre 1764 e 1809 a razão criança/mulher encontrada era de 667, levando-se em conta as crianças de 0-4 anos e mulheres de 15-49 anos; considerando as crianças de 0-9 anos/mulheres de 15-49 anos, chega-se à cifra de 1.111. Números que passaram a 644 e 1.062, respectivamente, entre 1810 e 1835.

Para a Província de São Paulo, Luna e Klein (2003, p. 139) calcularam as respectivas razões em 366 e 712, valores bem menores aos encontrados para a Fronteira Oeste do Rio Grande. Segundo esses autores, áreas em que a entrada de novos africanos era expressiva havia uma diminuição do potencial reprodutivo da população escrava local. No Paraná, Gutiérrez calculou para os escravos em 1.030 a razão crianças de 0-9 anos/mulheres 10-49 anos em 1801 e 840 para o ano de 1824, e atribuiu a reprodução natural às elevadas razões crianças/mulheres, e outras características da população escrava, como equilíbrio entre os sexos e o perfil jovem desta população (GUTIÉRREZ, 1987, p. 309).

Com efeito, a razão criança/mulher escrava na Fronteira Oeste do Rio Grande era mais elevada que a verificada para a capitania de São Paulo e próxima àquela observada para o Paraná, para primeira metade do século XIX. Esse é mais um indicativo, portanto, de que na região em foco também havia propensão à reprodução endógena dos plantéis, tendo em vista que para o Paraná Gutiérrez aventou essa hipótese com base nesta característica. Não se pode deixar de considerar, entretanto, que o pequeno decréscimo da razão criança/mulher entre 1810 e 1835 também indica, como era de se esperar, que a maior entrada de escravos africanos adultos tanto do comércio interno como do Atlântico estaria refletida nesse perfil. Veja-se então um pouco mais sobre as origens dos escravos da região.

3.5 ORIGENS DOS ESCRAVOS E VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS

É chegada a hora, então, de avaliar-se mais atentamente a participação dos escravos no tocante às suas origens. Acredita-se que esta característica represente um dos mais importantes indicadores demográficos uma vez que, neste caso, a diferença entre crioulos e africanos revela-se ainda mais marcante. Um primeiro dado importante refere-se à participação das crianças. Enquanto entre os crioulos essas participam com cerca de 50% dos inventariados que tinham idades até 14 anos no período de 1764 a 1809, entre os africanos tais porcentagens mostraram valores bastante inferiores, com pouco mais de 3%, na mesma faixa etária. Portanto, ser africano comportava diferença importante para o perfil dos escravos.

Entre um período e outro, percebe-se que os crioulos se mantiveram no mesmo patamar no que tange à estrutura etária, com mais de 50% de crianças, cerca de 40% de adultos e menos de 4% de idosos. Entre os africanos, no período de 1764 a 1809, os adultos representavam 86,4%, na sequência vinham os idosos com 10,2% e, no final, as crianças somavam apenas 3,4% dos escravos. No segundo período, entre 1810 e 1835, nesse grupo os adultos passaram a compor 79,7%, os idosos somaram 18,1% e as crianças apenas 2,2%. Como se vê, a estrutura etária dos dois segmentos mostrava diferenças significativas.

Tabela 13 – Origem e estrutura etária dos escravos inventariados, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835

Período	AFRICANOS						CRIoulos					
	Crianças		Adultos		Idosos		Crianças		Adultos		Idosos	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1764-1809	7	3,4	178	86,4	21	10,2	186	57,9	129	40,1	6	1,8
1810-1835	10	2,2	365	79,7	83	18,1	638	56,7	447	39,7	40	3,6
Total	17	2,5	543	81,7	104	15,66	824	57,0	576	39,8	46	3,2

Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Com base na Tabela 13 percebe-se ainda que, em números absolutos, todos os segmentos que tiveram a idade identificada aumentaram entre 1810 e 1835, sendo mais visível o crescimento entre idosos, seguido dos adultos e, em terceiro pelas crianças. Ao longo dos dois períodos contemplados, observa-se o predomínio dos adultos sobre as demais faixas etárias, embora tenham diminuído percentualmente entre uma fase e outra, passando de 86,4 para 79,7%. Tal movimento também foi acompanhado pelo crescimento entre os africanos dos idosos, que passaram de 10,2 para 18,1%. Entre os crioulos, a faixa etária das crianças com até 14 anos de idade registrou 57,9% do grupo entre 1764 e 1809 e 56,7% entre 1810 e 1835. Tais resultados indicam que mesmo com a ampliação do fluxo de africanos ocorrido entre 1810 e 1835 não se alterou, a princípio, o patamar já indicado, de condições que propiciavam a reprodução natural entre as escravarias da região. A grande participação de crioulos, entre crianças e jovens, menor nas idades mais avançadas, explica em parte esse assunto.

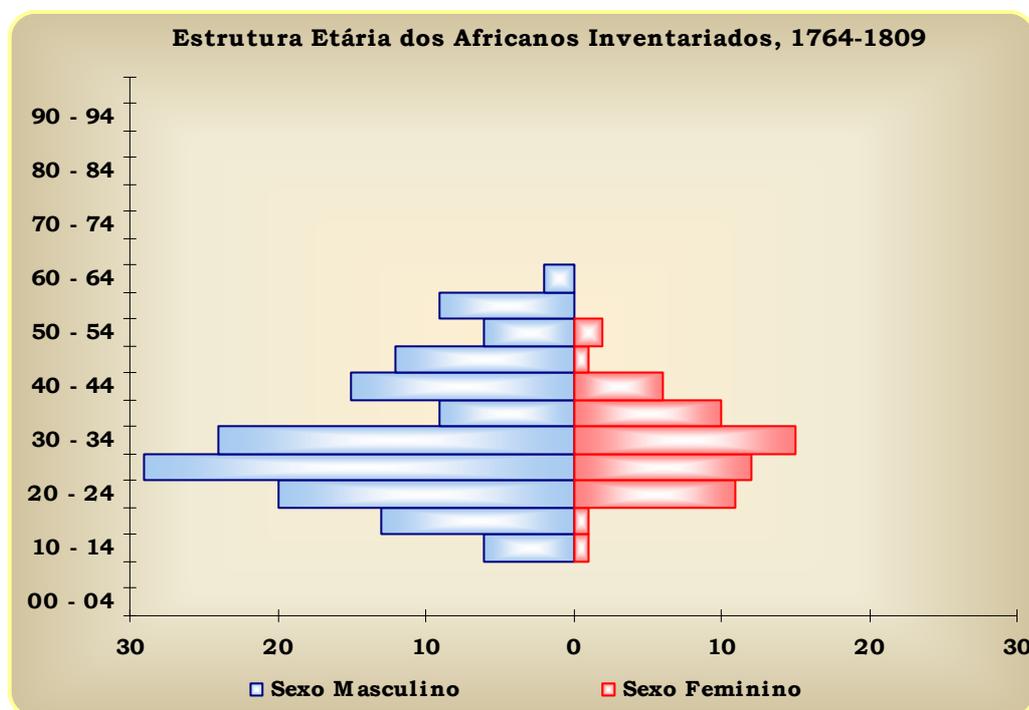


Figura 7: Estrutura etária dos escravos africanos inventariados, 1764-1809.
 Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

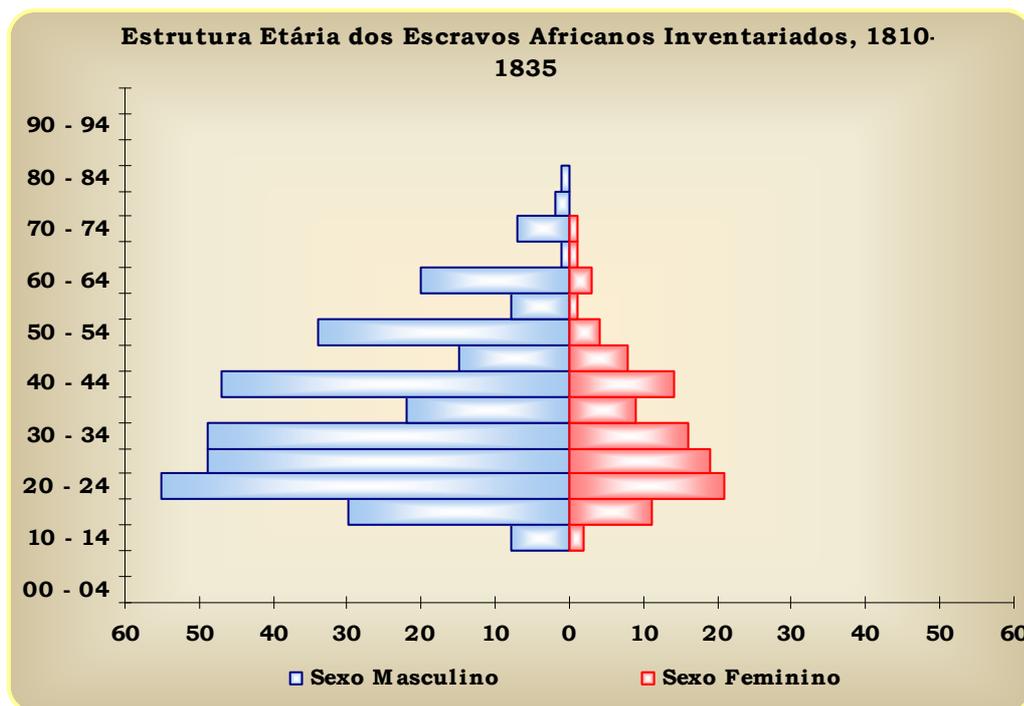


Figura 8: Estrutura etária dos escravos africanos inventariados, 1810-1835.
Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Com base na estrutura etária dos crioulos, percebe-se que entre os adultos desse grupo também havia barras com extensões bastante desproporcionais, sobretudo entre os que possuíam entre 30 e 34 anos de idade. Esse segmento também indica que os escravos coloniais que chegavam à região provenientes do comércio interno também eram frutos da aquisição realizada através de compras desequilibradas entre sexos. Entre 1764 e 1809, entre os crioulos inventariados que tinham essa faixa etária apresentavam razão de sexo a favor dos homens na ordem de 157 indivíduos para cada 100 mulheres. Característica que passa a 205,2 no segundo período.

Entre os africanos, a pirâmide etária referente ao período de 1764 a 1809 demonstra a maioria de indivíduos nas faixas etárias produtivas. Diferentemente do que ocorre entre esses últimos, a base da pirâmide etária dos africanos não existe. A população concentrava-se de forma bastante acentuada nas faixas etárias de 15 a 49 anos, onde encontram-se 86,4% dos escravos inventariados, em seguida vinham os idosos com 10,2% e as crianças com pouco mais de 3% nas mesmas faixas etárias de 10 a 14 anos.

No segundo período, entre 1810 e 1835, nesse grupo os adultos passaram a compor 79,7%, os idosos somaram 18,1% e as crianças (10 a 14 anos) apenas 2%. Como se vê, a estrutura de idade desse grupo mostra distorções muito mais acentuadas do que aquelas que verificamos entre os crioulos.

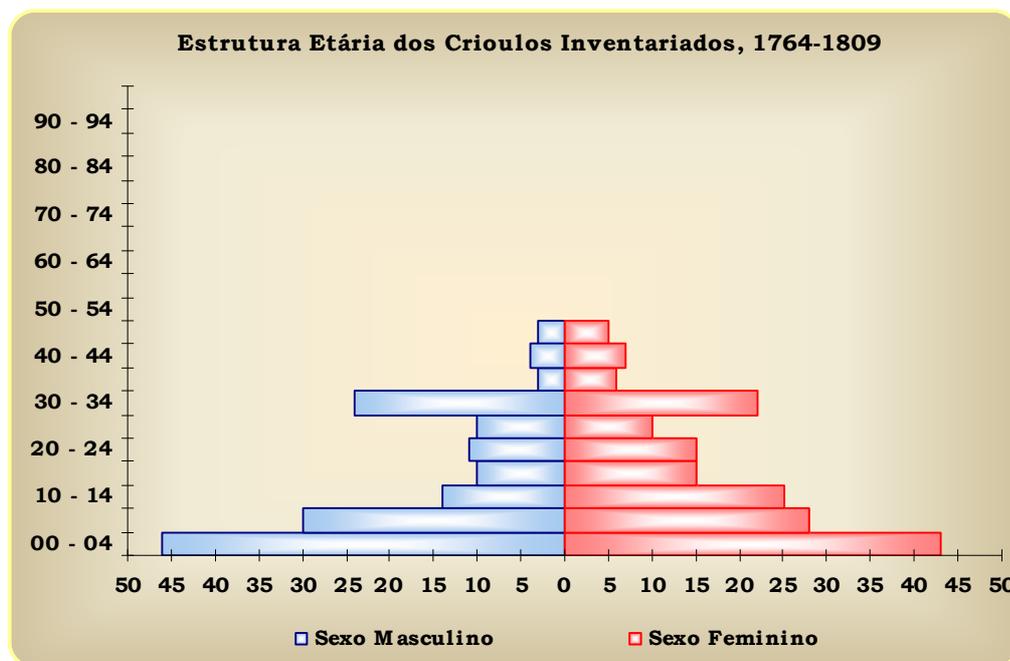


Figura 9: Estrutura etária dos escravos crioulos inventariados, 1764-1809.
Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

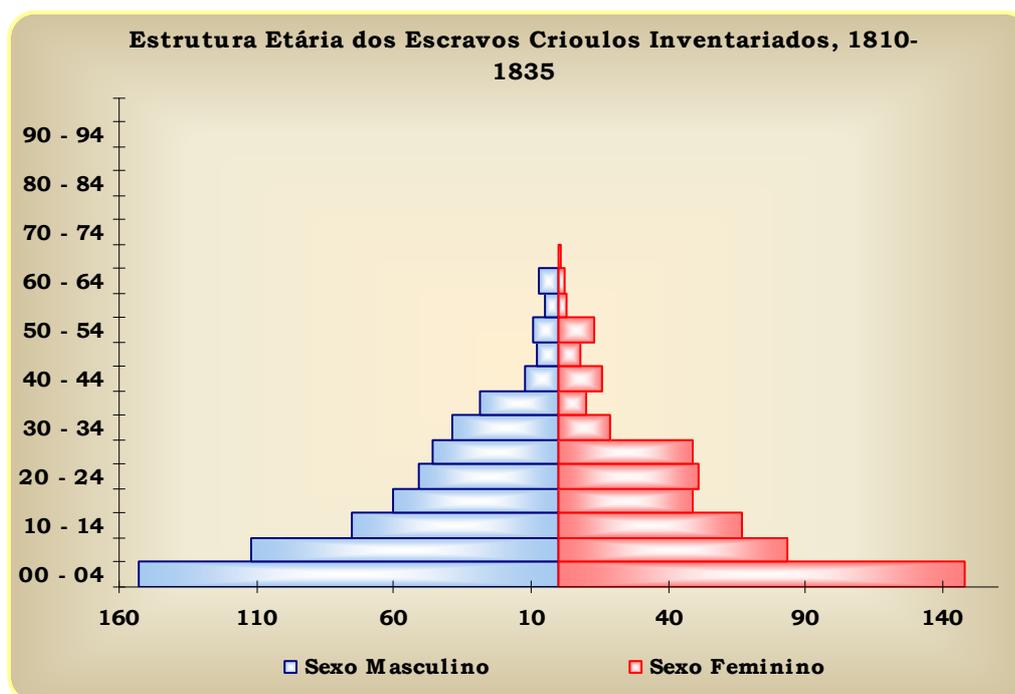


Figura 10: Estrutura etária dos escravos crioulos inventariados, 1810-1835.
Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Conforme Florentino (2008), como reflexos do Tratado de Viena de 1815, os britânicos impuseram aos portugueses uma Convenção que gradativamente colocaria fim ao tráfico negreiro. No mesmo ano, um tratado extinguiria o comércio ao norte do Equador. O autor indica que a situação acabou por gerar insegurança entre os proprietários brasileiros, sobretudo na década de 1820 quando o lento estrangulamento do tráfico externo se juntaria aos acontecimentos que culminariam na independência brasileira, tornando incerto o destino das fontes abastecedoras de escravos da África. Segundo ele:

Na letra da lei, nada impedia à nova nação traficar ao norte ou ao sul do Equador. Contudo, a necessidade de obter o reconhecimento internacional tornava insustentável a posição dos traficantes sediados no Brasil, sobretudo porque Londres instruíra os seus representantes a não reconhecerem novos governos envolvidos com o comércio negreiro (FLORENTINO, 2008, p. 220).

O autor vê nos temores produzidos sobre o futuro e a legalidade do tráfico Atlântico a resposta para a elevação no incremento de crianças nos grandes plantéis fluminenses que segundo ele seriam “geração de trabalhadores a longo prazo”. Segundo Florentino (2008, p. 1), 8 em cada 10 africanos desembarcados no Rio de Janeiro na década de 1820 tinham menos de 30 anos de idade e 43% menos de 20 e havia 3 homens para cada mulher.

Na Fronteira Oeste do Rio Grande, com base nos assentos de batismos encontrados, como era de se esperar, um quadro semelhante entre os desembarcados via comércio Atlântico. Também notamos que havia números significativos de pessoas com idades inferiores a 15 anos. Entre os 832 que receberam esse sacramento nas freguesias da região, encontramos cerca de um terço com idades inferiores a 15 anos e mais de dois terços com idades entre 7 a 20 anos⁸².

⁸²Segundo Florentino diante dos temores causados pelos tratados que visavam colocar fim ao tráfico Atlântico crescia entre as estratégias senhoriais de aquisição de escravos o incremento das crianças. Segundo ele, entre 1820 e 1822 elas representavam 12% do total de escravos nascidos na África, cifra duas vezes superior a detectada em 1815-1817 (FLORENTINO, 2008, p. 6).

Com base nesses números também para o sul devemos matizar a ideia até então corrente de que havia predomínio absoluto de adultos entre os cativos adquiridos via comércio atlântico.

Tabela 14 – Idade dos escravos africanos batizados, Fronteira Oeste do Rio Grande do Rio Grande, 1755-1835

Idade	Caçapava		Cachoeira		Rio Pardo		Encruzilhada		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
<10 anos	1	1,54	-	-	2	0,50	1	0,50	4	0,48
10 a 14 anos	31	47,70	64	39,27	122	30,35	36	17,82	253	30,40
15 a 20 anos	30	46,15	73	44,78	128	31,84	83	41,09	314	37,74
21 a 30 anos	3	4,61	4	2,46	17	4,23	7	3,46	31	3,73
> 30 anos	—	—	—	—	1	0,25	—	—	1	0,12
N/I	—	—	22	13,49	132	32,83	75	37,13	229	27,53
Subtotal	65	100	163	100	402	100	202	100	832	100

Fonte: Livros de registro de batismos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Por outro lado, a desproporção de três indivíduos do sexo masculino para cada um do sexo feminino também revela uma tendência no que diz respeito aos escravos provenientes da África. O predomínio dos indivíduos do sexo masculino derivava não apenas da preferência dos senhores, mas igualmente da retenção de mulheres pelas sociedades africanas, em virtude de suas capacidades produtivas e reprodutivas (KLEIN, 1986, p. 53).

Com relação à estrutura etária dos africanos batizados, os dados obtidos corroboram ideia defendida por Florentino (2008, p. 218) de que a compra de escravos do sexo masculino com menos de 15 anos de idade “representa uma aposta no número de trabalhadores a médio prazo”. Sendo que a aquisição de escravas em iguais condições acrescentava, além disso, o potencial genésico nelas incorporado.

Evidentemente, ao considerar os batismos de adultos conta-se apenas com uma parcela desse segmento e não a verdadeira composição da massa de cativos que chegavam via comércio Atlântico. Isso porque os negros batizados na Fronteira Oeste do Rio Grande – e no Brasil em geral – compunham, tão somente, parcela minoritária das pessoas deslocadas da

África, pois apenas os escravos não batizados nos portos de origem recebiam esse sacramento no Brasil. Por essa razão, utiliza-se a metodologia aplicada por Mariza Soares (1998) dando ênfase, neste caso, à análise das origens das mães e dos pais. Sem perder de vista, no entanto, que uma mesma mulher ou homem pode batizar mais de um filho e também ser batizada(o) e reaparecer como mãe ou pai. Feitas essas considerações prossegue-se com a investigação sobre os escravos que foram batizados na região.

3.6 AS MÃES E OS PAIS DOS QUE AQUI NASCEM

Conforme a Tabela 15, o peso relativo de 83 escravos adultos africanos (3,57%) que receberam o batismo entre os anos de 1755 a 1809 frente aos 2.247 inocentes crioulos (96,43%). Entre 1810 e 1835 foram localizados 749 africanos (15,29%) frente a 4.151 inocentes (84,71%). A análise que segue toma como base esses dois conjuntos.

Tabela 15 – Escravos batizados, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1809

Freguesias	1755-1809						1810-1835					
	Inocentes		Adultos		Total		Inocentes		Adultos		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Rio Pardo	1.272	54,59	71	3,05	1.343	57,64	2.228	45,47	331	6,75	2.559	52,22
Cachoeira	574	24,63	10	0,43	584	25,06	472	9,63	153	3,13	625	12,76
Caçapava	222	9,52	2	0,09	224	9,61	789	16,10	63	1,29	852	17,39
Encruzilhada	179	7,69	—	—	179	7,69	662	13,51	202	4,12	864	17,63
Total	2.247	96,43	83	3,57	2.330	100	4.151	84,71	749	15,29	4.900	100

Fonte: Livros de registro de batismos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Tomando como referências os 1.368 pais dos inocentes batizados, e a seguir as 3.730 mães, procurou-se mapear melhor o perfil dessa parcela da população uma vez que esses assentos também formavam séries de registros que dão a conhecer um pouco mais a respeito das procedências desses

homens e mulheres⁸³. Nesse caso, foram considerados somente aqueles registros que tiveram a sua nomeação explícita como escravos, recolhendo-se as informações referentes à nação ou porto de origem africana.

Mais uma vez, sem desconsiderar a sub-representação dos dados, os batismos confirmam a já indicada predominância dos escravos crioulos, mesmo entre os adultos uma vez que, entre os 1.368 pais de inocentes batizados, apenas 396, ou 28,95%, dos que tiveram a referência da origem eram africanos, e 746, ou 71,05%, nasceram na colônia.

Entre as mães 1.200, ou 32,17%, eram africanas e 2.530, ou 67,83%, crioulas. Esses dados contradizem o que normalmente é apontado pela historiografia, de que até a extinção do tráfico negreiro internacional havia um processo de renovação dos plantéis através da chegada constante de “negros novos”, adultos e homens, em sua grande maioria⁸⁴.

Tabela 16 – Batizados de escravos, segundo a origem dos pais, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835

Período	Pai				Mãe				Total
	Africanos		Crioulos		Africanos		Crioulos		
	#	%	#	%	#	%	#	%	
1755-1809	170	23,70	547	76,30	455	33,26	913	66,74	2.085
1810-1835	226	34,71	425	65,29	745	31,54	1.617	64,46	3.013
Total	396	28,95	972	71,05	1.200	32,17	2.530	67,83	5.098

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Livros de registros paroquiais de batismo de Rio Pardo e Encruzilhada. Arquivo da Arquidiocese de Cachoeira do Sul. Livros de registros paroquiais de batismo de Cachoeira e Caçapava.

Além do assento de batismo, os registros de óbitos também reforçam a presença majoritária dos crioulos frente aos africanos. Nesse caso, deve-se alertar que a historiografia registra a necessidade de cuidados especiais no tocante a esse conjunto documental. Mary Karasch (2000) e Sheila de Castro Faria (1998) apontam uma peculiaridade importante: ambas consideram

⁸³ Importa salientar que as informações dos assentos paroquiais, assim como os inventários *post-mortem*, dependiam muito do zelo do responsável pelo seu registro. Em alguns livros, um número maior de pais teve sua origem e procedência declaradas, em outros, esses dados quase não aparecem.

⁸⁴ Sobre o tráfico internacional de escravos, em especial sobre os “negros novos” que chegavam ao Brasil pelo porto carioca, ver Manolo Florentino (1997), *Em costas negras: um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro (1790-1830)*.

esse registro o menos confiável dentro dos assentos paroquiais⁸⁵ ao indicarem que a morte não precisa ser necessariamente assistida por padres e que, por isso, muitos escravos talvez fossem sepultados sem que os senhores procurassem registrar o falecimento.

Seja como for, também entre os falecidos havia uma maior proporção de crioulos. Dos 4.184 assentos abertos entre 1760 e 1835, mais de dois terços (2.829 indivíduos) nasceram na colônia. Desses, nada menos que 1.998, ou 70,6%, eram crianças. Os africanos corresponderam a um total de 829 indivíduos, ou 19,81%, dos falecidos. E, se excluir os menores de 7 anos (que presumidamente são crioulos) e aqueles superiores a essa idade que não tiveram a confirmação da origem, tem-se para os demais as seguintes proporções: 1.660 indivíduos, destes 831 (50,06%) eram crioulos e 829 africanos (49,94%), ou seja, os óbitos confirmam o equilíbrio entre as origens dos escravos já descrito por Osório (2007), e ainda assim predominam os escravos nascidos na colônia.

A diferença, neste caso, talvez seja mais bem explicada se for levada em consideração a proporção dos menores de idade. Por outro lado, essas 1.998 crianças, representando quase 50% dos 4.184 escravos falecidos entre 1760 e 1835, não deixam de reforçar o que já se percebeu através do exame das demais fontes, ou seja, no decorrer de todo o período a evidência da predominância numérica dos crioulos.

Essas informações permitem pensar em uma situação dicotômica em relação aos escravistas da região. Tudo indica que se convivia lado a lado e, ao mesmo tempo, com senhores cujos plantéis deveriam ser mantidos por eventuais compras, mas principalmente pelo aumento natural dos plantéis com outros que, ao iniciarem seus empreendimentos, necessitariam compô-los, prioritariamente, via tráfico Atlântico⁸⁶. Seja como for, o certo é que os

⁸⁵ Argumento esse que vem sendo referido de maneira consensual entre os demógrafos historiadores.

⁸⁶ Tal característica também foi apresentada por Eduardo Paiva para Minas Gerais no século XVIII, onde o autor observou que os senhores de escravos incentivavam a formação de famílias para aumentar naturalmente os plantéis, e assim escapar da dependência para com os traficantes (PAIVA, 2001, p. 50).

números da população escrava de origem africana não são desprezíveis e merecem, com isso, atenção.

3.7 OS QUE AQUI CHEGAM: AFRICANOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Em estudo sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro, Mary Karasch (2000) descobriu que a maioria dos desembarcados naquela cidade, na primeira metade do século XIX, procedia do centro-oeste africano e que, mesmo quando houve um decréscimo na representação desse grupo, nunca ficou abaixo de 66%. Segundo seus estudos, os escravos da África Oriental vinham em segundo lugar, oscilando entre 16 e 26%, seguidos pelos cativos da África Ocidental, com cifras que não ultrapassavam 7%. Reitera que o centro-oeste africano era dividido em três regiões principais: Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela e que “o significado destes termos variava muito e o uso deles no tráfico de escravos não é coincidente com a verdadeira identidade étnica” (KARASCH, 2000, p. 30).

Essas últimas observações não implicam dizer que as referências africanas (nação/origem) devam ser menosprezadas. Estudos recentes têm demonstrado as formas de apropriação dos nomes de procedência e sua utilização na configuração de novas identidades nas relações de cativo, especialmente na formação da família escrava, nas relações de parentesco espiritual, nas irmandades religiosas e nas revoltas escravas⁸⁷.

No caso da historiografia do Rio Grande do Sul, ainda são bastante inexpressivos os estudos que se debruçam sobre as influências do Tráfico Atlântico. É consenso, no entanto, que a maior parte dos escravos provinha através de rotas estabelecidas com o porto do Rio de Janeiro. Essa localidade, como se sabe, mantinha um predomínio das relações comerciais escravistas com a região da África Central Ocidental, o que fez com que sua população cativa fosse de maioria *banto*. Bem diferente “[...] de Salvador,

⁸⁷ Para melhor observação dessas questões ver: FARIAS, SOARES e GOMES (2005). *No labirinto das nações: africanos e identidades no rio de janeiro, século XIX*. Arquivo Nacional, 2005.

Bahia, que tendeu a receber grupos étnicos da África Ocidental” (KARASCH, 1987, p. 8). Sendo assim, é mais ou menos evidente que as informações constantes das fontes usadas venham a corroborar os dados comumente encontrados para o porto carioca com relação ao predomínio dos escravos oriundos da África Central Atlântica⁸⁸.

Passa-se agora para os grupos étnicos que predominaram no Rio Grande, começando pelo que foi observado por Osório (2007). Segundo essa autora, entre 1765 a 1822 71% dos africanos inventariados eram da África Central Atlântica, 26% da África Ocidental e apenas 3% procedentes da África Oriental. Neste último grupo incluiu-se Mina, Costa, Guiné, São Tomé e Cabo Verde. Osório Interpretou esses dados considerando os vínculos com o Rio de Janeiro, mas salienta que o grupo procedente da África Ocidental, que soma 26%, teria sido muito superior ao que se poderia supor e aventar a hipótese de que talvez “houvesse rotas comerciais importantes entre o Rio Grande do Sul e a Bahia, até agora não conhecidas” (OSÓRIO, 2007, p. 2).

Segundo Soares (2000, p. 117-20), uma mesma nomenclatura de nação/origem africana podia ser vista de maneira desigual por indivíduos de lugares diferentes na colônia. Por exemplo, um escravo da Costa da Mina no Rio de Janeiro seria sinônimo de escravo da África Ocidental, não tendo diferenças internas. Na Bahia poderia ser identificado como *nagô*, *fula* ou *calabar*. Por outro lado, seria plausível admitir que os escravos da África Central Ocidental fossem mais bem detalhados entre os cariocas que entre os baianos e por correspondência também entre os sul-rio-grandenses, fato confirmado através das fontes que analisamos, conforme se verá a seguir.

O exame realizado nos inventariados *post-mortem* para o período de 1764 a 1809 confirma a mesma correspondência já apontada por Osório (2007) em relação à procedência dos escravos africanos, ou seja, eram majoritariamente da África Central Atlântica região que compunha cerca de

⁸⁸ Segundo Miller, na tentativa de escapar das taxas metropolitanas sobre os escravos, os traficantes fluminenses instalaram-se em Benguela, um porto pequeno ao sul de Luanda, e iniciaram um violento e independente comércio de escravos na região. Por volta de 1720, as guerras se tornaram constantes na região e em 1780, o comércio de escravos feito pelos traficantes fluminenses instalados em Benguela era de nível igual ao feito pelos portugueses em Luanda. Nessa mesma época, os traficantes fluminenses se tornaram os “senhores do tráfico sul-angolano” pela virtual retirada portuguesa de Luanda (1991, p. 137).

70% dos escravos. Predominando entre esses benguelas, angolas e congos, seguidos pelos cativos originários da África Ocidental e, por último, pelos procedentes da Contra Costa. Salienta-se que nesta análise não se concorda com a utilização do termo “da costa” como sendo procedente, necessariamente, da Costa da Mina, de modo que não se determinou esse grupo entre os procedentes da África Ocidental. O termo é bastante indeterminado para que se possa inferir tal procedência, fato que distorce, nesse caso, os números dessa região apresentados por Osório (2007).

No segundo período de análise, compreendido entre os anos de 1810 e 1835, embora permaneça o predomínio dos cativos oriundos da África Central Atlântica, nota-se, pelos dados da Tabela 17, que mudanças significativas aparecem no tocante às procedências. Entre os escravos inventariados, os procedentes dessa região passaram dos quase 70% para 37,79% com destaque para os oriundos do Congo que aparecem com 101 indivíduos, subindo sua representação dos 4,97% verificados no primeiro período para 12,39% no segundo. Os originários da África Ocidental contavam com 133 indivíduos (16,32%), sendo 88 guinês (10,80%) e 45 minas (5,52%). Apenas 32 (3,92%) eram moçambiques ou seja, procedentes da África Oriental.

A composição étnica dos africanos também pode ser investigada com base nos registros de batismos. Nesse caso, foram encontrados assentos desde o ano de 1755 embora a inferência das procedências africanas nesses registros não tenha regularidade antes da década de 1780. Essas séries nominais também nos permitem identificar quais as principais regiões de proveniência desses sujeitos.

Entre 1755 e 1809, aproximadamente, apenas 83 africanos foram batizados na região, desses 50% eram provenientes da África Central Atlântica e predominavam os da Angola, com 21,69%. Além disto, 12,04% eram da África Ocidental (Costa da Mina) e tão somente 3,61% da África Oriental (Moçambique). Entre os anos de 1810 a 1835, entre os escravos africanos batizados, o movimento é o mesmo. Predominavam os oriundos da África Central Ocidental passando a se destacar, entre esses os congos e

cabindas. Nota-se, contudo, uma pequena elevação dos escravos da Costa Ocidental com maior presença dos guinês e minas. Os oriundos da Contra-Costa continuam pouco expressivos, mas passaram a contar com 43 indivíduos ou 5,74% do grupo. Essa distribuição confirma tal como observado nos inventários, que a região mantinha certa correspondência com os estudos realizados para o Rio de Janeiro, quanto aos escravos que recebia.

Esse resultado é compatível com os encontrados por Beatriz Mamigoniam (2006), pesquisadora que utilizou os assentos de óbitos para investigar a origem dos escravos africanos da Ilha de Desterro (atual Florianópolis). Em seu estudo, Mamigoniam percebeu que aproximadamente 76% dos africanos da região eram da África Central Atlântica. São importantes demonstrativos da distribuição dos africanos para o sul do Brasil e sugerem que a Fronteira Oeste do Rio Grande enquadrava-se no perfil característico do sul, ou seja, recebia escravos, prioritariamente, a partir do Rio de Janeiro e não diretamente da África conforme já havia sido exposto por Beirute (2006).

Tabela 17 – Origens africanas segundo os registros de inventários e batismos de adultos, 1764-1835

Região	Origens	Inventários				Batismos de Adultos				Total			
		1764-1809		1810-1835		1764-1809		1810-1835		Inventários		Batismos	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
África Ocidental	Guiné	24	9,95	88	10,80	4	4,82	29	3,87	112	10,61	33	3,97
	Mina	9	3,73	45	5,52	6	7,22	24	3,20	54	5,11	30	3,61
Subtotal		33	13,68	133	16,32	10	12,04	53	7,07	166	15,72	63	7,58
África Central Ocidental	Angola	58	24,08	26	3,19	18	21,69	3	0,40	84	7,95	21	2,52
	Banguela	72	29,87	58	7,11	5	6,04	11	1,46	130	12,31	16	1,92
	Benguela	8	3,32	36	4,42	8	9,64	23	3,07	44	4,16	31	3,73
	Cabinda	6	2,48	16	1,97	—	—	43	5,74	22	2,08	43	5,16
	Cabundá	—	—	9	1,10	—	—	—	—	9	0,87	—	—
	Cassange	3	1,24	21	2,57	—	—	5	0,67	24	2,27	5	0,60
	Congo	12	4,97	101	12,39	5	6,03	126	16,84	113	10,70	131	15,74
	Guanguela	2	0,84	3	0,37	—	—	—	—	5	0,47	—	—
	Manjolo	2	0,84	14	1,72	—	—	11	1,46	16	1,52	11	1,33
	Magumbe	1	0,42	1	0,12	—	—	—	—	2	0,18	—	—
Rebolo	9	3,72	23	2,83	6	7,22	9	1,20	32	3,03	15	1,81	
Subtotal		173	71,78	308	37,79	42	50,62	231	30,84	481	45,54	273	32,81
Costa Leste	Moçambique	1	0,42	32	3,92	3	3,61	32	4,27	33	3,13	35	4,20
	Costa Leste	4	1,66	—	—	—	—	11	1,47	4	0,38	11	1,33
Subtotal		5	2,08	32	3,92	03	3,61	43	5,74	37	3,51	46	5,53
Indefinido	Africana	27	11,20	7	0,86	18	21,69	174	23,24	34	3,21	192	23,07
	Da Costa	2	0,84	299	36,69	10	12,04	234	31,24	301	28,51	244	29,33
	De Nação	1	0,42	36	4,42	—	33,73	14	1,86	37	3,51	14	1,68
Subtotal		30	12,46	342	41,97	28	—	422	56,34	372	35,23	450	54,08
Total		241	100	815	100	83	100	749	100	1.056	100	832	100

Fonte: Inventário *post-mortem*, APERS e Registros de Batismos, ACMPOA.

Outra questão importante a ser considerada é o fato de que tanto nos assentos de batismos como nos inventários, percebe-se que entre 1810 e 1835 elevam-se os escravos cuja identificação da origem não foi fornecida. Sabe-se que nesse período o sistema escravista brasileiro sofria com os reflexos da pressão inglesa que restringia e buscava tornar ilegal o comércio Atlântico. Talvez por isso, tenha sido maior a presença dos escravos identificados como sendo africanos da Costa ou de Nação, muito provavelmente porque seriam escravos frutos do comércio ilícito, sendo escravos procedentes de regiões africanas que já não poderiam constar nos registros ainda que, na prática, continuassem a abastecer o comércio Atlântico.

3.8 SOB O ESTIGMA DA COR

Conforme Mattos, o registro da cor é algo bastante subjetivo uma vez que não envolve apenas a tonalidade da pele, mas uma série de outros fatores que vão muito além, incluindo, entre outras coisas, a condição social e a maneira como aquela pessoa era vista pela comunidade. Segundo essa autora observar as designações dadas aos escravos sobre a cor, pode levar a reconhecer de forma mais apurada as relações sociais construídas por esses indivíduos ao longo do tempo (1998, p. 99). A análise desse aspecto torna-se, assim, de grande relevância principalmente porque também pode trazer pistas sobre as origens dos escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande.

Em trabalho realizado por Mary Karasch sobre *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro*, a autora levanta um aspecto interessante sobre a designação da cor entre os escravos. Segundo ela, os africanos eram sempre definidos como *negros* ou *pretos*, acrescenta que um cativo brasileiro poderia ser Antônio Crioulo ou Maria Parda, enquanto os africanos seriam Antônio Angola ou Maria Moçambique que os negros brasileiros preferiam aparentemente o termo crioulo, uma vez que significava nascido no Brasil e eles se orgulhavam disso (KARASCH, 2000, p. 37).

Também para o caso da Fronteira Oeste do Rio Grande nota-se essa tendência de modo que talvez a questão da cor possa ajudar um pouco mais na discussão daqueles que não têm origem discriminada, uma vez que pretos e africanos parecem ter sido palavras utilizadas como sinônimos nesse contexto. Essa última constatação não implica dizer que todos os pretos ou negros sejam africanos, apenas que todos os africanos são pretos ou negros. Não existe em nenhuma das fontes analisadas outra definição de cor para os escravos descritos como africanos, mesmo que haja aqueles que os registros indiquem apenas a nação/procedência. Sendo assim, é plausível pensar-se que os africanos também pudessem ser referidos apenas como pretos e que muitos (não todos, mas com certeza uma boa parte) dos registros onde a origem crioula ou africana não fosse referida e o escravo fosse identificado como “preto”, fossem africanos.

Entre as freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande era comum que os párocos registrassem seus assentos incluindo termos que designassem a cor dos inocentes e dos pais (quando eram filhos legítimos). Nesses casos, os termos utilizados para a definição de cor foram: preto, pardo e cabra. “Crioulo” é outro termo que gera discussão. Neste caso, também é definido como escravo que “nasce” na casa do senhor, ou seja, que é natural do Brasil, em oposição aos africanos. Ainda assim, o termo crioulo também era usado como cor: prova disso é o fato de que cerca de 70% dos escravos tidos como crioulos não tinham uma segunda definição de cor (quando ocorria era parda ou cabra).

Tabela 18 – Cores dos escravos conforme os pais, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835

Cores	1764-1809				Totais		1810-1835				Totais	
	Mães		Pais				Mães		Pais			
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Crioula	187	8,34	38	7,81	225	8,24	388	9,35	54	9,09	442	9,32
Cabra	5	0,23	1	0,20	6	0,21	5	0,12	—	—	5	0,11
Parda	215	9,58	93	19,14	308	11,28	417	10,05	125	21,05	542	11,42
Preta	944	42,05	340	69,96	1.284	47,04	1.418	34,16	388	65,31	1.806	38,06
N/I	893	39,80	14	2,89	907	33,23	1.923	46,32	27	4,55	1.950	41,09
Total	2.244	100	486	100	2.730	100	4.151	100	594	100	4.745	100

Fonte: Livros de registro de Batismo de escravos. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

No período de 1764 a 1809, entre os pais dos inocentes escravos 42,05% das mães e 69,96% dos pais eram pretos. Entre 1810 e 1835 esses números passam a 34,16% das mães e 65,31% dos pais. Examinando-se aqueles indivíduos que não tiveram a origem referida, percebe-se que entre os que contavam com as cores como critério de identificação mais de 83% eram pretos e 17% tinham outras cores, sendo que existe grande chance que eles sejam brasileiros.

Esses dados se tornam ainda mais relevantes no período de 1810 a 1835 quando aumentam as chances de que os senhores procurassem “esconder” nos registros a presença dos africanos devido à contingência de leis que restringiam e buscavam eliminar o tráfico Atlântico, sendo que, nesse caso, os registrariam apenas como pretos. Reforça essa ideia o fato de

que os números de africanos presentes nos inventários entre 1764 e 1809 eram bem mais expressivos que o observado para o período seguinte. A partir de 1810, o número de crioulos se mantém estável, o de africanos cai enquanto o número de escravos de origem desconhecida aumenta. Ou seja, o quadro mostra que durante esse período o número de africanos diminuiu e eleva-se, em contrapartida, o daqueles definidos apenas como “pretos”.

Acrescenta-se, entretanto, que entre os reflexos desses temores pelos quais passava a classe senhorial, talvez se deva incluir a estratégia de encobri-los nas fontes, referindo-se a eles apenas como “preto”, de Nação, da Costa, ou simplesmente africano, restringindo, com isso, qualquer forma de controle sobre um provável comércio ilícito e que provavelmente contava com a conivência das autoridades locais.

3.9 VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS DOS ESCRAVOS E ESTRUTURA DE POSSE

Nesta seção retoma-se a questão do tamanho do plantel (já investigada no Capítulo 2), com objetivo de verificar a eventual relação entre as características dos escravos e o número de cativos de seu respectivo proprietário.

Toma-se inicialmente a razão de sexo. Torna-se evidente a relação entre o número de escravos possuídos e a desproporção a favor de homens no plantel. Entre 1764 e 1809, naqueles de até 3 escravos, resultou em um maior equilíbrio quantitativo entre os sexos (133). Nos segmentos seguintes ocorria uma crescente maioria masculina, com razão de sexo de 139 entre os plantéis compostos por 4 a 9 escravos, 191 naqueles compostos por 10 a 20 e atingia 337 a partir do segmento de 21 escravos ou mais.

Esses dados são compatíveis com os que Luna e Klein observaram para localidades paulistas com base em três anos de censos, 1777, 1804 e 1829. Com base nessa documentação concluíram que havia uma correlação positiva entre o tamanho dos plantéis e a razão de sexo, segundo eles:

Entre os escravos de plantéis menores – com no máximo cinco ou seis cativos –, evidencia-se nesses três anos um equilíbrio demográfico. Mas o equilíbrio entre sexos muda conforme aumenta o tamanho do plantel e esse aumenta ao longo do tempo nos plantéis maiores, chegando a dois homens para cada mulher nas unidades com 41 ou mais cativos em 1829 (LUNA e KLEIN, 2005, p. 187).

Segundo os autores acima citados, em 1829 entre os plantéis de 1 a 5 escravos existentes no Vale do Paraíba havia 136 homens para cada mulher, 172 entre aqueles que possuíam entre 11 e 20 escravos e 207 entre plantéis compostos por 41 ou mais cativos. Como se vê, o quadro era semelhante ao encontrado para a Fronteira Oeste do Rio Grande entre 1764 e 1809 com base na leitura dos inventários *post-mortem* (Tabela 19).

Tabela 19 – Sexo dos escravos: distribuição quanto ao tamanho dos plantéis, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835

Número de escravos Possuídos	1764-1809				Razão de sexo	1810-1835				Razão de sexo
	Homens		Mulheres			Homens		Mulheres		
	#	%	#	%		#	%	#	%	
1 a 3 escravos	83	58,0	60	42,0	133	263	64,3	146	35,6	180
4 a 9 escravos	186	58,3	133	41,7	139	720	59,0	501	41,0	143
10 a 20 escravos	107	65,6	56	34,4	191	908	62,1	555	37,9	163
> de 20 escravos	98	71,2	29	22,8	337	920	68,1	430	31,2	213
Total	474	63,0	278	37,0	170	2.811	63,2	1.632	36,8	172

Fonte: Inventários *post-mortem*, APERS.

Conforme se pode observar na tabela acima, no período de 1810 a 1835, na região em foco não se repetiu o equilíbrio nos pequenos plantéis que passaram a situar-se em uma proporção de 180 homens para cada 100 mulheres, o que provavelmente revele o aumento da oferta de africanos. Nos plantéis médios essa tendência também se manifesta elevando-se a razão de sexo ao patamar de 143 homens para cada 100 mulheres. Nos plantéis maiores nota-se o inverso, ou seja, a tendência foi de redução no tocante ao desequilíbrio entre os sexos em comparação ao que se observou para o período anterior. Neste caso, esses dados provavelmente sejam reflexo do estímulo a reprodução endógena que, como afirmado, ocorria paralelamente ao abastecimento via comércio Atlântico. Nesse caso, os plantéis grandes

passaram de 191 homens para cada 100 mulheres a 163 e os plantéis hipergrandes de 337 a 213.

Pode-se dizer que o resultado anteriormente encontrado, no qual se deparou com maioria masculina na população escrava, manteve-se no segundo período e pode ser explicado também pelo crescimento do acesso de pequenos proprietários à mão de obra escrava, cujo peso proporcional suplantou o dos grandes proprietários, estes com tendência ao maior equilíbrio na razão de sexo de seus escravos. Salienta-se, neste caso, que os dados referentes à razão de sexo dos escravos pertencentes aos plantéis menores, tratam-se do total de escravos pertencentes a esse segmento de senhores. Isso não significa que em cada plantel se mantivesse o equilíbrio (Tabela 19).

Um dado importante a ser considerado, nesse sentido, é a constatação de que a incidência de casamentos entre escravos variou entre regiões porque diferia a disponibilidade de cônjuges potenciais, o que, por sua vez, era determinado pelo tamanho dos plantéis e pelo número de escravos do sexo masculino do domicílio. Segundo Luna e Klein, embora pudéssemos pensar que o aumento da proporção de escravos homens relacionado ao tamanho maior do plantel tivesse um impacto inverso sobre a proporção de casamentos, ocorreu exatamente o oposto. Segundo eles, “entre os adultos (ou seja, os cativos de 15 anos ou mais), a percentagem de casados foi maior quanto maior o tamanho do plantel a que pertenciam” (LUNA e KLEIN, 2005, p. 188).

Outra informação importante é a origem dos cativos relacionada ao tamanho das posses. Os dados da Tabela 20 mostram, entre os períodos de 1764-1809 e 1810-1835, que resultou uma presença superior dos escravos crioulos. Os africanos estavam presentes principalmente entre aqueles proprietários que contavam com poucas posses. Entre 1764 e 1809 os maiores proprietários (com 21 ou mais cativos) contavam com plantéis bastante equilibrados no tocante às origens de seus escravos, dentre esses 49,5% dos escravos eram africanos e 50,5% crioulos.

Tabela 20 – Origem dos escravos: distribuição quanto ao tamanho dos plantéis, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1809

FTP	1764-1809				1810-1835			
	Crioulos		Africanos		Crioulos		Africanos	
	#	%	#	%	#	%	#	%
1 a 3 escravos	62	52,1	57	47,9	127	55,4	102	44,6
4 a 9 escravos	167	60,9	107	39,1	597	71,3	240	28,7
10 a 20 escravos	93	73,8	33	26,2	724	73,2	264	26,7
21 ou + escravos	45	50,5	44	49,5	633	75,2	209	24,8
Total	367	60,3	241	39,7	2.081	71,8	815	28,2

Fonte: Inventários *post-mortem*, APERS.

Os pequenos proprietários (1 a 3 escravos) contavam com 52,1% e 47,9% respectivamente. Entre 1810 e 1835 essa tendência não se repetiu entre os plantéis maiores e passaram a contar com 24,8% de africanos, mas manteve-se entre os menores plantéis que, provavelmente incapacitados da reprodução endógena, mantinham o maior percentual daqueles que chegavam via comércio Atlântico. Entre esses últimos, 44,6% dos escravos eram africanos e 55,4% crioulos. Seja como for, o crescimento representativo desse último grupo é notado em todas as faixas de tamanho de posse, tendência que reflete a tendência já observada de maior equilíbrio entre os sexos.

Por fim, veja-se a relação entre o tamanho do plantel e a estrutura etária dos escravos. Entre todas as faixas de tamanho de posse verifica-se o predomínio de escravos adultos, entre 1764 e 1809 61,3% dos 752 escravos inventariados eram adultos estando em destaque as propriedades com até 3 escravos onde essa faixa etária representava 74,8% dos cativos. Parece que os senhores menos aquinhoados, quando havia a possibilidade de obtenção de cativos, tendiam a adquirir aqueles com potencial produtivo maior. O mesmo é visto entre aqueles que possuíam plantéis hipergrandes, com 21 ou mais escravos, onde os adultos compreenderam 73% das posses. Esses últimos provavelmente porque estavam ampliando seus estabelecimentos e necessitavam de mão de obra excedente que adquiriam via comércio Atlântico. Nas demais faixas de tamanho de plantel, os adultos

compreenderam 52,3 e 58,3%, respectivamente, em propriedades com 4 a 9 e 10 a 20 escravos.

Tabela 21 – Faixa-Etária dos escravos*: distribuição quanto ao tamanho dos plantéis, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1809

FTP	1764-1809						1810-1835					
	Crianças		Adultos		Velhos		Crianças		Adultos		Velhos	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1 a 3 cativos	24	19,5	92	74,8	07	5,7	33	13,9	175	73,8	29	12,3
4 a 9 cativos	103	39,0	138	52,3	23	8,7	224	31,4	420	59,0	68	9,6
10 a 20 cativos	46	30,4	88	58,3	17	11,3	247	32,0	449	58,1	76	9,8
> de 20 cativos	22	22,0	73	73,0	05	5,0	184	26,7	438	63,7	66	9,6
Total	195	30,5	391	61,3	52	8,2	688	28,6	1482	61,5	239	9,9

Fonte: Inventários *post-mortem*, APERS. (*) Para a montagem desta tabela foram contabilizados apenas os escravos com informação explícita da idade. Considerou-se como crianças aqueles que possuíam entre zero e 14 anos, adultos os pertencentes a idades que variavam de 15 a 49 anos e idosos os cativos com 50 anos ou mais.

As crianças, por sua vez, corresponderam a 19,5% entre escravarias com 1 a 3 escravos, 22% nas com 21 ou mais. Nos plantéis formados por 10 a 20 cativos responderam por 30% dos escravos e entre aqueles que possuíam entre 4 a 9 alcançavam 39%. Enquanto os idosos estavam presentes principalmente nos plantéis de 10 a 20 cativos.

No período de 1810 a 1835 observou-se, como no recorte temporal anterior, que as propriedades com 1 a 3 escravos davam prioridade aos cativos adultos, processo semelhante foi visto nas escravarias com 21 ou mais cativos. Nas demais faixas de tamanho de plantel, observa-se um percentual menor de escravos naquela faixa-etária. Entre as crianças, o maior percentual encontrava-se nas escravarias com 10 a 20 escravos (32%), seguidas daquelas que eram compostas por 4 a 9 cativos (31,4%) e o menor, nas com até 3 escravos (13,9%) e entre aquelas que possuíam 21 ou mais escravos (26,7%).

Comparando-se os dois períodos, pode-se dizer que não houve muitas mudanças no perfil da faixa etária dos escravos no tocante às posses, predominando sempre adultos e uma proporção considerável de crianças entre os plantéis médios e grandes. A diferença verificada refere-se ao percentual de idosos, que tendem a aumentar após 1810.

3.9.1 Atividades econômicas dos proprietários e características dos escravos

Vejam os novamente as características demográficas dos cativos, agora na relação com as atividades econômicas de seus respectivos proprietários. As informações apresentadas referem-se às localidades de Rio Pardo, Cachoeira, Encruzilhada e Caçapava. Com base nas atividades exercidas pelos inventariados, busca-se perceber, por exemplo, se haveria mais cativos do sexo masculino entre os senhores dedicados à pecuária que entre os dedicados à agricultura ou às demais atividades, como comércio, charqueadas, etc.

Como foi possível perceber através da leitura dos inventários, as atividades exercidas pelos inventariados às vezes condicionavam o sexo de seus cativos. Por exemplo, os proprietários dedicados simultaneamente ao comércio e a criação possuíam mais cativos do sexo masculino com razão de sexo de 328 e 305,9, respectivamente, entre 1764 e 1809 e 1810 e 1835. Assim como os charqueadores que apresentaram uma desproporção ordem de 217 indivíduos do sexo masculino para cada 100 do sexo feminino entre 1810 e 1835. Já os comerciantes possuíam plantéis mais equilibrados no tocante ao sexo de seus escravos com uma razão de 148,3 entre 1764 e 1809 e 138 entre 1810 e 1835. Entre os agricultores e agropecuaristas os dados não diferem muito, estando na faixa de 150 homens para cada 100 mulheres.

Tabela 22 – Atividades dos proprietários e razão de sexo dos escravos, 1765-1835

Atividade atribuída	1764-1809		1810-1835		1764-1835	
	Total de Escravos	Razão de sexo	Total de Escravos	Razão de sexo	Total de Escravos	Razão de sexo
Agricultor	37	146,6	422	157,3	459	156,4
Criador	265	170,4	1.545	156,2	1.810	158,2
Agricultor/criador	273	160,0	1.516	173,6	1.789	171,4
Comerciante	77	148,3	174	132,0	251	136,7
Comerciante/criador	60	328,5	419	302,8	479	305,9
Charqueador	—	—	190	227,5	190	227,5
N/F	40	166,6	177	139,1	217	143,8
Total	752	170,5	4.443	172,2	5.195	172,0

Fonte: Inventário *post-mortem*, APERS.

Analisando-se os plantéis dedicados à criação observa-se a predominância absoluta de homens frente às mulheres que atuavam nesse universo produtivo. Entretanto, a verificação da razão de sexo de 170,4 entre os proprietários dedicados a essa atividade entre 1764 e 1809 e 156,2 entre 1810 e 1835 indica que essa desproporção a favor dos indivíduos do sexo masculino não era tão absurda, como era de se esperar. A não desprezível presença feminina nesse setor talvez seja reflexo do fato de que as estâncias criatórias também se dedicassem a outras atividades econômicas como, por exemplo, a agricultura de subsistência, cuja mão de obra talvez fosse praticada, prioritariamente, por mulheres, além, é claro, dos afazeres domésticos, como aventou Farinatti (2007, p. 299).

Tabela 23 – Atividades dos proprietários e origem dos escravos, 1765-1835

Atividade atribuída	1764-1809						1810-1835					
	Africanos		Crioulos		N/I		Africanos		Crioulos		N/I	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Agricultor	14	37,8	20	54,0	03	8,2	90	21,3	154	36,5	178	42,2
Criador	71	26,7	146	55,0	48	18,1	255	16,5	792	51,2	498	32,3
Agricultor/criador	78	28,5	135	49,5	60	22,0	323	21,3	782	51,5	411	27,2
Comerciante	33	42,9	31	40,2	13	16,9	36	20,7	78	44,8	60	34,5
Comerciante/criador	32	53,3	18	30,0	10	16,7	67	16,0	149	35,5	203	48,5
Charqueador	—	—	—	—	—	—	04	2,1	65	34,2	121	63,7
N/F	13	32,5	17	42,5	10	25,0	40	22,6	61	34,4	76	43,0
Total	241	32,0	367	48,8	144	19,2	815	18,3	2.081	46,8	1.547	34,8

Fonte: Inventário *post-mortem*, APERS.

Os plantéis maiores estavam concentrados entre os agropecuaristas. Os pequenos proprietários predominavam entre as diversas atividades atribuídas e estavam mais presentes entre os agricultores e pequenos criadores. Observando-se a razão de sexo dos escravos com base na atividade econômica atribuída ao proprietário, nota-se que a maior proporção a favor dos homens fica entre aqueles descritos como comerciantes pecuaristas, seguidos dos charqueadores que aparecem apenas entre 1810 e 1835. Para o período de 1764 a 1809 encontram-se 170,4 homens para cada 100 mulheres entre os criadores e 146,6 entre os agricultores. O maior predomínio dos cativos do sexo masculino ficou para os comerciantes criadores que contavam com razão de sexo na ordem de 328,5 a favor dos homens entre 1764 e 1809 passando a 305,9 entre 1810 e 1835.

Como já referido, 48,8% dos 752 escravos inventariados entre 1764 e 1809 e 46,8% dos 4.443 inventariados entre 1810 e 1835 são definidos genericamente como crioulos (nascidos na colônia). Para o primeiro período foram localizados 241 africanos (32%) e para o segundo 815 (18,3%). Observando-se as origens desses escravos no tocante à ocupação principal de seus senhores não se percebe nenhuma especificidade a esse respeito, ou seja, a proporção entre os dois grandes grupos obedece à proporcionalidade encontrada para o conjunto das fontes. Entre 1764 e 1809 apenas entre os maiores detentores de escravos (comerciantes criadores) nota-se maior predomínio dos africanos, e para as demais atividades foram os crioulos superiores em termos representativos.

Tabela 24 – Atividades dos proprietários e idade dos escravos, 1765-1835

Ocupação	1764-1809						1810-1835					
	Crianças		Adultos		Velhos		Crianças		Adultos		Velhos	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Agricultor	9	24,4	24	64,8	4	10,8	67	29,2	136	59,4	26	11,4
Criador	78	35,4	123	55,9	19	8,7	217	30,9	420	59,7	66	9,4
Agricultor/criador	61	28,4	137	63,7	17	7,9	250	31,3	466	58,4	82	10,3
Comerciante	23	31,9	44	61,1	5	7,0	31	27,7	71	63,4	10	8,9
Comerciante/criador	13	21,7	41	68,3	6	10,0	57	20,0	204	71,6	24	8,4
Charqueador	—	—	—	—	—	—	45	25,6	114	64,8	17	9,6
N/F	11	32,3	22	64,7	1	3,0	21	19,8	71	67,0	14	13,2
Total	195	32,3	391	61,3	52	8,2	688	28,6	1.482	61,5	239	9,9

Fonte: Inventário *post-mortem*, APERS.

Com relação à estrutura etária dos escravos associada ao tipo de atividade econômica desenvolvida pelo proprietário entre 1764 e 1809 os criadores possuíam entre suas escravarias 35,4% de cativos menores de 14 anos de idade frente aos 21,7% existentes entre os comerciantes criadores que eram donos das maiores posses e possuíam maior acesso aos africanos. No segundo período, localizado entre os anos de 1810 a 1835, esse quadro não se alterou de forma significativa. Os agropecuaristas possuíam 31,3% dos plantéis formados por crianças os criadores cerca de 30% e os comerciantes 20% (ver Tabela 24).

A influência da ocupação do proprietário sobre a estrutura demográfica de sua escravaria é, portanto, uma das principais causas das diferenças mencionadas anteriormente: maiores percentuais de homens em unidades maiores e a paradoxal constatação de que nessas unidades havia maior presença de crianças e de adultos casados e viúvos⁸⁹. Nas propriedades menores ligadas à agricultura de subsistência, o padrão era de razões de sexo mais equilibradas, menos africanos, maior presença de adultos e menores percentagens de casados. Mas esses padrões não foram uniformes para todas as unidades econômicas. Alguns comerciantes, por exemplo, apesar de donos de plantéis relativamente pequenos, possuíam percentagens muito elevadas de africanos, pois geralmente tinham recursos para adquirir esses escravos.

⁸⁹ Tratar-se-á oportunamente do matrimônio entre os escravos no Capítulo 5.

Como se mostrou nesta análise das características demográficas da população escrava, o grande crescimento dessa população no início do século XIX acarretou mudanças cada vez mais acentuadas na população cativa. Não resta dúvida de que a mudança no perfil demográfico dos escravos ao longo do tempo relacionou-se essencialmente à modificação das condições econômicas na província observáveis, por exemplo, através do aparecimento da indústria do charque e a subsequente valorização das atividades ligadas à pecuária, atividades que ao se desenvolverem exigiam novos escravos, predominando neste caso, os homens adultos, africanos (quando o comércio era desenvolvido via Rio de Janeiro) e crioulos (via comércio interprovincial).

A expressiva representatividade de crioulos, proporção de mulheres em idade reprodutiva em relação ao número de crianças que compunham as escravarias⁹⁰ demonstra que, no tocante às estratégias de manutenção dos plantéis da região, contou-se sempre com pelo menos, com duas escolhas: os senhores dependiam tanto do crescimento endógeno como também se abasteciam via fluxos regulares de novos cativos, oriundos tanto do comércio interno estabelecido com outras regiões escravistas, como também do comércio atlântico que, como vimos, advinha, principalmente, do porto do Rio de Janeiro, como atesta a presença constante de africanos oriundos da África Central Atlântica.

3.10 OCUPAÇÕES DOS ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Nesta seção busca-se delinear alguns aspectos das ocupações exercidas pelos escravos na Fronteira Oeste do Rio Grande entre anos de 1750 a 1835. Como já referido, a atividade mais comum dos proprietários de escravos da região era a agropecuária. Como era de se esperar, o mesmo ocorre com os cativos para os quais obteve-se a informação da ocupação

⁹⁰ Tal característica também foi apresentada por Paiva para Minas Gerais no século XVIII, onde o autor observou que os senhores de escravos incentivavam a formação de famílias para aumentar naturalmente seus plantéis, e assim escapar da dependência para com os traficantes (PAIVA, 2001, p. 50).

profissional. Foram analisados 722 inventários *post-mortem* de escravistas da Fronteira Oeste do Rio Grande, agrupando 5195 cativos, dos quais apenas 581 ou tão somente 11,18% tiveram 32 qualificações registradas (Tabela 25).

Com base nesses registros, foram localizadas apenas 26 mulheres cativas com ofícios referidos. Esses poucos casos foram invariavelmente ligados à ocupação doméstica: cozinheiras, costureiras e rendeiras. Esse pequeno percentual inferior a 5% dos 581 escravos, cujos ofícios foram localizados, não permite fazer generalizações a seu respeito. Farinatti (2006), em estudo realizado para a região do Alegrete, encontra um quadro semelhante, no que tange à insignificância de cativas com ofício declarado. O autor considerou a hipótese das mulheres escravas da região não se dedicarem a um único ofício tendo sido utilizadas preferencialmente nos serviços da roça, mas também em afazeres domésticos que, segundo ele, não deve ser visto como desprezível, “já que estava presente em quase todas as grandes estâncias” (FARINATTI, 2007, p. 302). Para os cativos do sexo masculino, há um total de 555 indivíduos com referência explícita de sua ocupação⁹¹.

Tabela 25 – Distribuição dos escravos por profissão conforme o sexo, 1764-1835

Atividade	Homens	Mulheres	#	%
Campeiros	251	—	251	43,20
Roceiros	99	—	99	17,04
Sapateiros	63	—	63	10,84
Domésticos	12	26	38	6,54
Carpinteiros	31	—	31	5,33
Alfaiates	27	—	27	4,65
Pedreiros	27	—	27	4,65
Outras*	45	—	45	7,74
Total	555	26	581	100

*Criou-se esta opção, em função das profissões referidas apontarem menos de 10 profissionais por área (ferreiro, oleiro, caixeiro, charqueiro, marceneiro, barbeiro, etc.).
Fonte: Inventários *post-mortem*, APERS, 1764-1835.

⁹¹ Conforme Farinatti (2006), o silêncio sobre os ofícios pode estar relacionado a forma com que os avaliadores designavam os cativos nos inventários ou significar que o escravo era empregado em um conjunto variado de funções não tendo assim uma única ocupação definida (p. 302).

No que tange ao ofício de campeiro entre os escravos da capitania/província do Rio Grande de São Pedro, alguma experiência com o trabalho a esse respeito Petiz (2006), nos indica a necessidade de realizar uma segmentação desse grupo para efeitos de análises. Como se vê, o trabalho realizado na pecuária concentrou quase a metade da mão de obra cativa entre aqueles que tiveram a ocupação declarada nos inventários (251 ou 43,20%). Ou seja, os escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande dedicavam-se prioritariamente às atividades associadas à criação.

Esses dados reforçam o que vem sendo apresentado por outros autores, que já há algum tempo têm demonstrado empiricamente os equívocos de parte da historiografia do Sul, que no passado se esforçou em apresentar a incompatibilidade entre a pecuária e o uso do trabalho escravo⁹².

Tabela 26 – Distribuição dos escravos por profissão conforme a origem, 1764-1835

Atividade	Africanos		Crioulos		N/C		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Campeiros	68	27,09	154	61,35	29	11,20	251	43,20
Roceiros	39	39,40	42	42,42	18	18,18	99	17,03
Sapateiros	06	9,52	33	52,38	24	38,09	63	10,84
Alfaiates	7	25,92	14	51,85	6	22,22	27	4,65
Pedreiros	7	25,92	16	59,25	4	14,81	27	4,65
Carpinteiros	7	22,58	21	67,74	3	9,68	31	5,34
Domésticos	6	15,78	26	68,42	6	15,78	38	6,54
Outras*	2	4,45	39	86,66	4	8,88	45	7,75
Subtotal	142	24,44	345	59,38	94	16,17	581	100

Fonte: Inventários *post-mortem*, APERS, 1764-1835.

A Tabela 26 mostra as atividades desses cativos entre 1764 e 1835 conforme suas origens. Como já referido, tem-se conhecimento sobre as ocupações de 581 escravos dos 5.195 cativos inventariados. Entre esses, 137 (24,44%) eram africanos, 345 crioulos (59,38%) e 94 não tiveram suas origens referidas (16,17%). Conforme os dados obtidos, não foi encontrada

⁹² Conforme Freitas (1977, p. 32), “dado o espraiamento dos rebanhos em uma extensa área, reproduzir nas estâncias o mesmo mecanismo de vigilância imperante sobre os escravos dos engenhos e fazendas de café seria impossível”. Isso exigiria dos senhores que esses recorressem a outro tipo de trabalhador, no caso, o peão livre.

nenhuma evidência de que haveria tendência a concentrar-se entre crioulos os ofícios mais especializados, dado que permite encarar criticamente muito do que foi escrito sobre escravos com ofícios como uma espécie de “elite” cativa.

Nesse caso, não se justifica qualquer espécie de raciocínio no sentido de que os escravos campeiros tinham de ser crioulos porque as capacidades a serem aprendidas no treinamento eram sofisticadas, exigindo alto grau de “ladinização”, tal como sugeriu Maestri (2002) ao afirmar que nesta profissão haveria a necessidade de um treinamento mais prolongado (excluindo os africanos por essa razão). Em função disso, os escravos cujos ofícios foram referidos também foram analisados com base em suas características de idade.

Como é possível perceber através do exame da Tabela 27 há poucas discrepâncias entre as médias de idade compreendidas entre os ofícios referidos. Entre os escravos especializados, aparecem poucos indivíduos com idade superior a 49 anos (idosos) e pouquíssimos com idade inferior aos quatorze anos (crianças). A maioria correspondia a adultos, ou seja, tinham entre 15 e 49 anos de idade (85,89%). Como seria de se esperar, os que tinham ofício declarado, nas faixas etárias mais jovens (até 14), eram mais frequentemente crioulos que africanos. Interpreta-se este dado sem dificuldade, à medida que se recorda o fato de que o tráfico africano se concentra em adultos e que a região contava com uma população cativa prioritariamente formada por crioulos (BERUTE, 2006).

Tabela 27 – Distribuição dos escravos por profissão conforme a faixa etária, 1764-1835

Atividades	Crianças 0-14 anos		Adultos 15-49 anos		Idosos 50 ou +		N/C Idade		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Campeiros	7	2,79	223	88,84	3	1,20	18	7,17	251	43,20
Roceiros	3	3,03	86	86,86	7	7,07	3	3,03	99	17,03
Sapateiros	—	—	50	79,36	1	1,58	12	19,04	63	10,84
Alfaiates	—	—	20	74,07	6	22,22	1	3,70	27	4,65
Pedreiros	—	—	21	77,78	1	3,70	5	18,52	27	4,65
Carpinteiros	—	—	25	80,64	1	3,23	5	16,13	31	5,34
Domésticos	2	5,26	32	84,22	2	5,26	2	5,26	38	6,54
Outras*	—	—	42	93,33	—	—	3	6,67	45	7,75
Total	12	2,06	499	85,89	21	3,62	49	8,43	581	100

Fonte: Inventários *post-mortem*, APERS.

Outro ofício importante entre os escravos da região foi o trabalho realizado na agricultura e comumente referido como “roceiro”. A presença não desprezível de escravos dedicados a essa ocupação, isto é, daqueles que prestavam serviços diretamente ligados ao cultivo, perfazendo um total de 88 indivíduos ou 15% da população servil cujos ofícios foram declarados, também corrobora com o padrão encontrado por Osório (1998). Autora que afirmou que nas grandes estâncias a pecuária, conjugava-se com a agricultura, atividade cuja produção tanto poderia servir às necessidades internas da propriedade, como ser comercializado o excedente no mercado interno.

Na região em foco esses indivíduos trabalhavam nas plantações de trigo, mandioca e outras culturas de subsistência, onde exerciam atividades de limpeza do solo, plantio e colheita. Por sua vez, alguns desses produtos demandavam outras atividades, como por exemplo, a transformação da mandioca e do trigo em farinha, o que era realizado em casas de atafona e/ou engenhos de farinha. Isso significa que o trabalho na roça ia além de arar a terra, plantar e colher envolvia uma série de outras tarefas, nem sempre exercidas nas propriedades que as cultivavam, supondo que demandavam investimentos inacessíveis aos pequenos proprietários, posseiros ou meeiros.

Nas estâncias (propriedades maiores) também havia a necessidade de cativos que fossem especializados em ofícios artesanais, tais como carpinteiros, ferreiros, sapateiros, pedreiros, etc. Esse era um setor da economia que empregava menos braços ao trabalho, o que nem por isso diminuiu sua importância, comparativamente aos campeiros e roceiros. Talvez houvesse pequena demanda pelos serviços desses artesãos, mas eles eram necessários para o funcionamento das atividades ligadas à agropecuária e certamente também proporcionavam lucros aos proprietários. Segundo Farinatti (2006), os artesãos existentes nas grandes estâncias cumpriam um importante papel na reprodução das mesmas “ao diminuir sua necessidade de recorrer ao mercado, garantindo ao menos um trabalhador em algum daqueles ofícios” (FARINATTI, 2006, p. 304).

Esse é um dado que também se confirma na medida em que se percebe através das fontes que os cativos especializados eram mais facilmente encontrados entre os maiores proprietários de terra, gado e cativos. Nesses casos, foram localizados escravos carpinteiros que atuavam no corte da madeira e nos serviços de reparo e construção de carretas e carroças, bens indispensáveis ao transporte de carga nos campos da fronteira. Sapateiros, que dominavam a prática com trabalhos manuais realizados com o couro, matéria-prima comum na região e de grande utilidade para uma série de produtos que, como se sabe, eram indispensáveis na rotina das estâncias. Escravos descritos como pedreiros atuavam na construção e reforma das casas, atafonas, mangueiras ou currais. Além desses, havia, ainda, alfaiates, cozinheiros, barqueiros, domésticas, entre outros.

Evidentemente que nos núcleos urbanos das vilas de Rio Pardo e Cachoeira, que surgiram e cresceram ao longo do período aqui analisado, também viviam e atuavam trabalhadores cativos que possuíam ofícios especializados. Nessas localidades, conforme o interesse e a necessidade, os senhores habilitavam seus escravos em diferentes especialidades de tarefas, uma vez que assim podiam obter maior retorno financeiro que com aqueles escravos sem ofício. Esses trabalhavam, geralmente, com seus senhores, e

mais raramente, eram alugados a terceiros. O escravo podia também trabalhar segundo o sistema de ganho, por conta própria, e entregar periodicamente uma quantia a seu senhor. Assim, engajados nos mais variados tipos de atividade, os escravos passavam a maior parte de suas vidas trabalhando. Os frutos desse trabalho eram motivos tanto de conflito quanto de negociação, e por certo, o acesso a vida familiar também se inseria, nesse jogo de interesses.

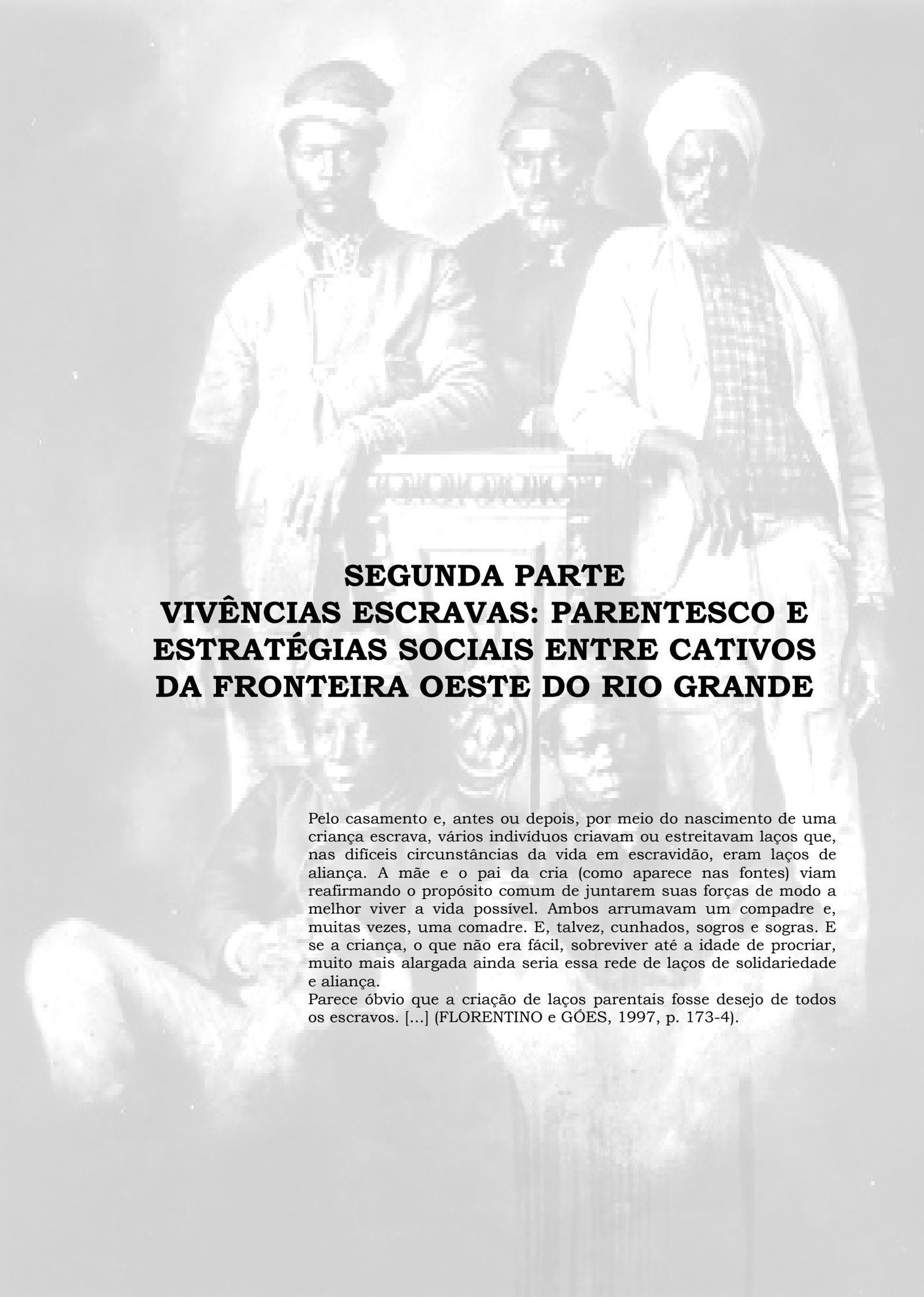
Conforme Maria Beatriz Nizza da Silva (1998, p. 189), “a constituição de famílias escravas é própria do mundo rural, onde grandes plantéis povoavam as fazendas e engenhos”. Abandonando a análise pautada nas *plantation*, identifica-se a sua importância para uma área correspondente à economia interna identificada como Fronteira Oeste do Rio Grande do Rio Grande. Como visto, na Fronteira Oeste do Rio Grande a família escrava que por ventura tenha se constituído com maior probabilidade se encontrava constituída em plantéis pequenos ou médios, mesmo quando configuravam grandes posses. Dessa forma, a hipótese que associa maior presença de famílias cativas ao tamanho das escravarias lançaria dúvidas sobre a existência de um significativo número de famílias escravas na região em estudo. Entretanto, os indícios apontam para a existência de arranjos familiares sólidos, reconhecidos legalmente e expressivos numericamente.

A comprovação dos equívocos da abordagem historiográfica que defendia a insignificância do negro na região e a incompatibilidade existente entre escravidão e pecuária nos oferece, por sua vez, uma série de novas questões, por exemplo, sobre quais teriam sido então, os mecanismos de controle e vigilância utilizados pelos senhores na tentativa de garantir as suas posses representadas nos cativos?

A maior mobilidade dos campeiros, em tese, abria-lhes maiores oportunidades para tentar empreender fugas além-fronteiras, não obstante as preocupações tomadas por seus senhores. Assim, incentivar o casamento e a formação de famílias pode ter sido uma estratégia adotada pelos senhores da Fronteira Oeste do Rio Grande com o propósito de criar laços afetivos entre seus cativos, prendendo-os, com isso, à propriedade.

Assim, de tudo o que foi abordado nesta primeira parte da tese, espera-se ter ficado claro que, embora conformasse um espaço singular, a ocupação lusitana do território sul-rio-grandense caracterizou-se por sua estreita relação com o conjunto socioeconômico maior, que constituía a América Portuguesa. Relação traduzida na atividade pecuária e invernagem ao longo dos séculos XVIII e XIX, destacando-se sua importante atuação como região de abastecimento das regiões sudeste e nordeste e, portanto, contribuindo para a própria viabilização da produção colonial de exportação. Por fim, acredita-se ter enfatizado a relevância sociológica desse ambiente, no qual muito precocemente povos de diferentes origens aprenderam a ser escravos e senhores, participando do processo histórico de constituição dessa peculiar instituição que foi a escravidão no Brasil.

Pensando dessa forma aborda-se na segunda parte da tese o parentesco percebido como uma possível forma de impedir a ousadia escrava através da preocupação que estes teriam com seus familiares. Como anotou Slenes (1999), se a família era uma estratégia de sobrevivência para os cativos, ela também representou uma política de domínio senhorial “que visa aproveitar-se dos anseios dos próprios escravos para torná-los mais vulneráveis, e prisioneiros de seus próprios anseios e esperanças” (1999, p. 45).



SEGUNDA PARTE

VIVÊNCIAS ESCRAVAS: PARENTESCO E ESTRATÉGIAS SOCIAIS ENTRE CATIVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Pelo casamento e, antes ou depois, por meio do nascimento de uma criança escrava, vários indivíduos criavam ou estreitavam laços que, nas difíceis circunstâncias da vida em escravidão, eram laços de aliança. A mãe e o pai da cria (como aparece nas fontes) viam reafirmando o propósito comum de juntarem suas forças de modo a melhor viver a vida possível. Ambos arrumavam um compadre e, muitas vezes, uma comadre. E, talvez, cunhados, sogros e sogras. E se a criança, o que não era fácil, sobreviver até a idade de procriar, muito mais alargada ainda seria essa rede de laços de solidariedade e aliança.

Parece óbvio que a criação de laços parentais fosse desejo de todos os escravos. [...] (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 173-4).

INTRODUÇÃO

Chega-se, enfim, ao tema central desta pesquisa. Na presente parte apresentam-se as características das famílias cativas da Fronteira Oeste do Rio Grande entre 1750 e 1835. Diante das discussões recentes advindas da historiografia propôs-se indagar sobre a produção social do escravo dessa região, e verificar quais teriam sido os processos que alimentaram a existência da escravidão, tal como já vem sendo investigado em outras áreas escravistas do Brasil. Nesse espaço de economia predominantemente agropastoril voltada para o abastecimento interno, foram observadas as famílias escravas como condições estruturais das relações entre senhores e escravos bem como verificada qual teria sido a sua existência efetiva.

Até o momento, com algumas exceções⁹³, a ênfase dada às famílias escravas brasileiras estava em estudos sobre as regiões agroexportadoras. Desse modo, esta pesquisa visa a contribuir para o debate de sua existência, buscando esclarecer suas características em uma região não ligada ao setor de exportação.

Antes de chegar aos resultados, buscou-se sintetizar o perfil da família escrava brasileira através de alguns dos mais importantes estudos a respeito do tema e que compuseram o quadro teórico desta pesquisa (Capítulo 4). No Capítulo 5, apresentam-se as conclusões obtidas a partir das fontes primárias sobre as famílias cativas ao analisar-se o perfil dos escravos que “chegaram ao altar” e os graus de legitimidade dessas uniões. Por fim, no Capítulo 6 analisam-se as escolhas feitas pelos escravos quanto ao compadrio.

Para verificar as questões explicitadas, foram trabalhados os registros eclesiásticos de casamentos, batismos e óbitos encontrados na Cúria

⁹³ Para o Rio Grande do Sul podem-se citar os estudos empreendidos por LAUREANO, Marisa Antunes. *A última vontade*: um estudo sobre os laços de parentesco entre escravos na Capitania do Rio Grande de São Pedro 1767-1809. Porto Alegre: PUC-RS, 2000 (Dissertação de Mestrado). SILVA, Denise A. *Plantadores de raízes*: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville 1845-1888. Curitiba: UFP, 2004 (Dissertação de Mestrado). MACHADO, Cacilda da Silva. *A trama das vontades*. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais/PR, passagem do XVIII para o XIX). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. Tese (Doutorado).

Metropolitana de Porto Alegre. Após o levantamento do material, procedeu-se ao cruzamento dos dados com os informes recolhidos nos inventários *post-mortem*. De posse dessas fontes procurou-se compreender as famílias cativas por meio de sua estrutura e composição (tipos de arranjos familiares, número de filhos, estabilidade, etc.).

CAPÍTULO 4: DEFININDO AS FAMÍLIAS ESCRAVAS E O CUIDADO COM AS FONTES

O historiador está condenado a trabalhar com as fontes que encontrar, não com as que desejar, sendo esta a nossa sina, nossa ciência e nossa arte.

João José Reis

4.1 DEFININDO FAMÍLIAS ESCRAVAS E OS CUIDADOS COM AS FONTES

Opõem-se alguns senhores aos casamentos dos escravos e escravas, e não somente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem, e lhes dão princípio, dizendo: Tu, fulano, a seu tempo, casarás com fulana; e daí por diante os deixam conversar entre si como se já fossem recebidos por marido e mulher (ANTONIL, 1967, p. 90).

Esta pequena citação do padre Antonil⁹⁴ explicita algumas distinções sobre as relações senhoriais no tocante ao matrimônio de seus escravos. Segundo ele, os senhores não teriam interesse em conduzir seus cativos ao casamento legitimado pela Igreja “porque temem que, enfadando-se do casamento, se matem logo com peçonha ou feitiços, não faltando entre eles mestres insignes nesta arte” (ANTONIL, 1967, p. 90).

⁹⁴ André João Antonil viveu no Brasil no século XVIII, sua obra: *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas (...)* foi publicada por Valentim da Costa, Tipógrafo Real em Lisboa em 1711.

No entanto, se existiram motivos para que senhores fossem demovidos da intenção de unir seus escravos em matrimônio, existiram também exceções, e não foram poucas. Para ilustrar essa questão descreve-se a cerimônia ocorrida aos 26 de fevereiro de 1832 quando, às 9 horas da manhã daquele dia, o Alferes Bibiano José Carneiro da Fonseca, morador na Fronteira Oeste do Rio Grande, levou ao altar 21 de seus escravos. Na ocasião, casavam-se na Igreja Matriz os noivos Antônio e Leocádia, Paulo e Rufina, Antônio e Caetana, Benedito e Benedita, Domingos e Mariana, Manoel e Margarida, Gregório e Joaquina, José e Josefa, Mateus e Maria, João e Roza, Paulo e Joana. Todos eram escravos do mesmo senhor, exceto Gregório que já havia sido liberto⁹⁵.

Até a década de 1980, os personagens desta cerimônia, realizada na Igreja Matriz de Rio Pardo, dificilmente frequentariam as páginas de um livro de história. Pensava-se, até então, que os escravos seriam incapazes de ações autônomas e viveriam perdidos uns para os outros. Primeiro, por considerar a promiscuidade um comportamento inerente à escravidão⁹⁶; segundo, pela impossibilidade de os escravos criarem laços de longa duração (morte precoce, separação no momento da partilha, etc.) terceiro, devido ao fato de os proprietários evitarem que seus escravos formassem tais laços visando a manter o controle sobre o plantel⁹⁷ e valorizá-los enquanto bem móvel, à medida que seria mais difícil a venda de um grupo de parentes. Pelas razões expostas, os cativeiros seriam locais onde proliferava a depravação.

Com efeito, essas ideias estão cada vez mais ultrapassadas. Muitos autores já discorreram sobre a questão, mostrando que em várias regiões do Brasil Colonial e Imperial os escravos casavam, tinham filhos e se relacionavam com certa autonomia e estabilidade. O que esses estudos têm mostrado é que, diferentemente do que se pensava até então, os senhores não poderiam controlar totalmente a vida de seus escravos, nem tampouco

⁹⁵ LCFRP, n. 3, p. 305.

⁹⁶ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 1977; FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*, 1989.

⁹⁷ FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1991.

perpetuar o sistema pelo uso exclusivo da força. Conforme autores como Robert Slenes (1999), Sheila Faria (1998), Silvia Brügger (2004), Manolo Florentino e Roberto Góes (1997), entre outros, essas relações sociais estabelecidas entre os escravos devem ser compreendidas sob diferentes conjunturas, pois se entende que transições marcantes afetavam a vida desses sujeitos. Essas poderiam ser alteradas pelos ritmos de trabalho, flutuações do tráfico Atlântico, ou, ainda, pelos diferentes estágios do ciclo de vida dos senhores, que poderiam estabelecer, por exemplo, diferentes estratégias no tocante à reprodução e manutenção dos plantéis. A leitura dessas questões também passa pelas discussões sobre a estabilidade dos relacionamentos e os laços com a comunidade externa, como elementos fundamentais das novas compreensões sobre os aspectos que marcaram a escravidão.

Indícios como o que foi apresentado através do casamento coletivo entre escravos são testemunhos seguros de que nos cativeiros do sul, assim como já vem sendo referido em outras regiões escravistas, também havia uma interação delicada entre famílias cativas e sociedade, onde forças diferentes influenciavam a composição dos comportamentos resultantes. Inquirir sobre seu funcionamento constitui, portanto, estudo de extrema importância, tanto como forma de exploração para o trabalho quanto como sistema social e cultural. É diante desses interesses que volta-se o estudo para a análise da vida escrava e de suas relações com diferentes agentes sociais.

Antes, contudo, é preciso mencionar que a expressão “famílias” não se traduz apenas por elementos de consanguinidade, mas se estabelece por diferentes arranjos constituídos através das relações pessoais e sociais entre os sujeitos que viveram em um determinado complexo espaço-temporal. Também incluía, por exemplo, as afinidades formadas pelo parentesco espiritual, expressado no reconhecimento social por seus membros. Foi dessa forma que foram compreendidos os diferentes estágios de vida das famílias cativas que compuseram o plantel do Alferes Bibiano José Carneiro. Os escravos desse senhor apareceriam de forma reiterada batizando filhos

ou assumindo a condição de compadres, estabelecendo compromissos espirituais que se estendiam aos pais de seus afilhados. Considerando-se existir uma diferença entre papel social e laços consanguíneos, restringir esta abordagem apenas ao biológico seria deixar para trás esse rico e complexo campo de relações.

Com isso, também se deseja demonstrar que a leitura dessas fontes trouxe alguns detalhes específicos, pois ao mesmo tempo em que descreviam a vida e a morte de uma parcela da população também encobriam outras situações importantes que não poderiam ser compreendidas caso tais documentos fossem considerados separadamente. Os registros de casamento, por exemplo, mostram uma realidade imprecisa sobre a sociedade sul-rio-grandense do século XVIII e princípios do XIX, se esses documentos forem considerados apenas como forma de comprovar as uniões estabelecidas entre os escravos, ofuscando, com isso, a existência dos inúmeros relacionamentos consensuais que teriam existido entre eles, tal como acontecia mesmo entre os livres.

Da mesma forma, é necessário ter cuidado quanto à ilegitimidade das crianças escravas presentes nos assentos de batismos e óbitos de crianças que nasciam de uniões consensuais. Nesses casos, elas levavam apenas o nome das mães, sendo abusivo, no entanto, considerá-las como tendo sido concebidas através de relações promíscuas. Com base no cruzamento das fontes foi possível perceber que algumas das escravas de Bibiano José Carneiro, que consumaram o matrimônio na aludida cerimônia coletiva, já haviam batizado ou sepultado “filhos naturais”, sendo lícito pensar-se que, nesses casos, como em outros, também poderiam ser crianças cativas que nasciam ou morriam com a presença do pai. Entende-se assim, que a família escrava vai além das uniões sacramentadas pela Igreja, pois seria colocada de lado outra história que certamente alteraria as conclusões.

Nos inventários, os avaliadores não eram obrigados a referir o parentesco. Muitos processos traziam apenas a referência de seus nomes e valores correspondentes. Alguns listavam primeiramente os adultos e após as crianças; nesses casos, em geral, trazem apenas informações sobre casais

e nada referem sobre seus filhos. Em outros, referem-se às mães com filhos recém-nascidos, esses sim importantes como elemento de avaliação pela impossibilidade de separação. Para exemplificar, dos 21 escravos casados pelo senhor Bibiano José Carneiro da Fonseca, em 1831, não foi encontrado nenhum que tenha sido referido entre suas posses avaliadas em 1848. Teriam sido eles vendidos, ou simplesmente negligenciados para evitar transtornos no momento da partilha? A segunda hipótese, nesse caso, parece ser a mais provável.

Através dos inventários foram localizados apenas 863 indivíduos com parentesco declarados dentre 5.195, o que representa menos de 17%. Entre os cativos com vínculos familiares apenas 328 formaram famílias extensas e 535 matrilineares. Cabe lembrar, ainda, que os jovens com mais de 10 anos eram indicados apenas como “solteiros”, mesmo quando possuíam os pais presentes. Essa constatação sugere que algumas vezes os inventariantes deixavam de declarar o parentesco, provavelmente por esquecimento ou fosse irrelevante para o objetivo do inventário, fazendo com que o número de pessoas sem parentesco se apresentasse superestimado nos inventários.

Seguindo essa lógica, buscou-se conhecer a população escrava existente na Fronteira Oeste do Rio Grande, através de séries formadas por registros eclesiásticos⁹⁸ de batismos, casamentos e óbitos realizados nas freguesias de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1755-1835), Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (1779-1835), Santa Bárbara da Encruzilhada (1700-1835) e Nossa Senhora da Assunção da Caçapava (1800-1835). Esses documentos mostram-se mais adequados tanto pelo volume, que pode ser explicado pela extensão das jurisdições dessas freguesias, que envolviam na época inúmeras capelas e arredores como por seu significativo conteúdo, conforme explicitado a seguir.

⁹⁸ No Brasil, nem sempre as fontes eclesiásticas formam uma série longa e complexa, os municípios que as preservaram, segundo Sheila de Castro Faria (1998) são privilegiados. No caso das freguesias citadas. Cabe lembrar que cada freguesia corresponde a uma temporalidade específica.

4.2 DAS FRESTAS DESTE ESTUDO: AS FONTES ECLESIAÍSTICAS E OS ESTUDOS DAS FAMÍLIAS

A leitura paleográfica das fontes eclesiásticas alimentou um banco de dados que, ao ser finalizado, compunha um conjunto formado por aproximadamente 15 mil registros. Desses, 7.616 foram assentos de batismos, 975 casamentos e 4.645 registros de óbitos, nos quais estiveram envolvidos escravos e forros. Compuseram um quadro bastante preciso de informações textuais que procuram enquadrar os escravos, assim como os demais fregueses dentro das normas da sociedade cristã⁹⁹. O processo de lançamento das informações, ao término da digitação, tornou possível inúmeras consultas e cruzamentos de dados concernentes ao estudo das famílias, da nupcialidade da população analisada, os inocentes designados como legítimos e os que recebem a designação de ilegítimos (naturais), dos ritos católicos, das enfermidades, entre outros aspectos.

São séries alusivas a importantes ritos de passagem aos quais se inscrevem dentro das preocupações sistematizadas pelo Concílio Tridentino (1545-1563) reiteradas na Colônia por meio das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia¹⁰⁰, por D. Sebastião Monteiro da Vide (1707). Por essa razão, tornaram-se repetitivos e homogêneos, apresentando raras modificações que, em geral, foram ocasionadas pela mudança dos religiosos que redigem as atas. Portanto, essa característica da condição seria o principal elemento a permitir a quantificação e o conhecimento de alguns padrões demográficos dessa população.

Sua importância é ainda maior para o período colonial, no qual se insere esta pesquisa. Nesse momento, a Igreja Católica exercia numerosas funções que iam além do caráter religioso, monopolizando registros que somente no final do século XIX passaram a ser de alçada civil. Assim, por exemplo, o nascimento e a morte eram referidos em livros de batismos e de

⁹⁹ São fontes relativamente bem conservadas e encontradas nos arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Mitra da cidade de Cachoeira do Sul/RS.

¹⁰⁰ As Constituições Primeiras foram publicadas em 1719 em Lisboa e representavam segundo Schwartz (1988, p. 315) a legislação canônica que os párocos brasileiros deveriam seguir.

óbitos e o casamento era válido apenas quando celebrado por autoridade religiosa. A Igreja recenseava os paroquianos através dos ritos devidamente registrados que lhes permitia o controle sobre a vida das pessoas, fossem elas escravas ou livres.

Os registros de casamentos constituíram variáveis de extrema importância no que se refere ao comportamento matrimonial dos escravos e forros. As atas dessas cerimônias trazem informações como hora, dia, mês e ano em que ocorreram, permitindo que se pudesse analisar o comportamento sazonal do grupo. Tais registros referem, ainda, a naturalidade, estado jurídico, cor e etnia, aspectos esses que possibilitam reflexões sobre o padrão de escolha do cônjuge. No caso das freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, o documento básico também fornecia, eventualmente, os nomes dos pais, senhores, ou ex-senhores dos noivos, além de informações sobre o batismo dos nubentes, local onde a cerimônia foi realizada, nome e as assinaturas das testemunhas da cerimônia.

De acordo com a hierarquia católica, era função do vigário da vara a realização dos sacramentos¹⁰¹. Este, entretanto, licenciava os párocos para tal incumbência, que podiam também autorizar coadjutores para efetivar tais ritos em locais distantes da Matriz. Tais cerimônias tinham, portanto, a especificidade de terem sido sancionadas pela Igreja Católica, o que significa dizer que, em princípio, envolveram um número pequeno de homens e mulheres em relação ao conjunto dos escravos que encontraram um companheiro para compartilhar uma vida conjugal. A análise desses registros torna-se fundamental, então, para entender o índice de uniões

¹⁰¹ Os registros de casamento passaram a ser minuciosamente analisados, como, entre outros estudos, os de uma Paróquia em Vila Rica (MG), entre 1727 e 1826 (LUNA e COSTA, 1981), e os de 13 localidades de São Paulo, nos anos de 1776, 1804 e 1829 (LUNA, 1990). As demais pesquisas realizadas, incluindo os inventários como fontes, trataram, dentre outras, de localidades como Paraíba do Sul (RJ), entre 1830 e 1872 (FRAGOSO e FLORENTINO, 1987); o Nordeste colonial e açucareiro (SCHWARTZ, 1995); Santana do Parnaíba (SP), entre fins do século XVIII e princípios do seguinte (METCALF, 1990); e Campinas (SP), no século XIX (SLENES, 1987). Constatou-se que, em meio a dificuldades como a desproporção entre os sexos, com o predomínio de homens, existiam espaços menos adversos para a formação de famílias legais e, conseqüentemente, para maior presença de crianças legítimas e de cativos casados e viúvos, como, por exemplo, entre propriedades médias e grandes de Campinas, de Bananal (SP), nos anos de 1801, 1817 e 1829 (MOTTA, 1999, p. 304-8) e de Lorena (SP), no ano de 1801 (COSTA, SLENES e SCHWARTZ, 1987, p. 254).

legítimas em comparação às representadas pelos relacionamentos consensuais presentes no período.

Por sua vez, a série dos óbitos foi considerada, principalmente, pelo estudo da *causa mortis*, que são indicativos das condições de vida desses sujeitos no âmbito do período analisado. O óbito tinha importância fundamental, pois, se o batismo era a entrada do novo cristão ao universo do cristianismo, este sacramento e seus rituais significavam a entrada ao universo celestial. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia determinavam que os escravos fossem assistidos religiosamente “devendo dar aos mesmos ajuda, conforto e auxílio na hora da morte”. Os registros da Fronteira Oeste do Rio Grande, com certa regularidade, informam a data do óbito, prenome de quem morreu, os últimos sacramentos, idade (mesmo para recém-nascidos), naturalidade ou nação, filiação, nome do cônjuge, nome do senhor (quando escravo) ou do antigo dono (quando forro), presença de irmandade, local da moradia e da sepultura, causa da morte, batismo *in extremis* (quando inocentes ou adultos africanos faleciam sem batismo anterior) e alguns trazem testamentos de livres e forros.

Nessas fontes os nomes dos senhores vinham acompanhados da condição religiosa ou patente militar, informações frequentemente identificadas. No entanto, o mesmo não ocorria quanto às profissões civis. Nos registros as crianças foram qualificadas como legítimas ou naturais (ilegítimas) ou expostas, acompanhadas pelo nome dos pais quando legítimas, da mãe quando naturais, e de quem as recebe quando enjeitadas. A definição “inocente” refere-se às crianças que, em média, tinham até 7 anos e ainda não se haviam confessado.

Por intermédio desse conjunto documental obtêm-se informações sobre o comportamento dos cativos da região, ou seja, sobre pessoas que tiveram identidades, anseios e angústias. Essas séries de dados construídos com base nos registros eclesiásticos são analisadas aqui, enquanto fenômeno que sofre a influência de imperativos de ordem religiosa, econômica e cultural e que reflete de formas diversas o contexto social circundante.

Mesmo considerando-se o limite de tais fontes, o resultado dessas ações aponta para o questionamento do silêncio em que se encontram as famílias escravas na produção historiográfica regional, pois verifica-se que quase nada foi produzido a esse respeito. É com base nessa questão que se analisa a produção já estabelecida para o centro do país, pois há mais tempo já vem sendo afirmado que a perpetuação do sistema escravista não poderia ter ocorrido sem que se criassem estratégias de convivência, tal como fora afirmado por Góes (1993), ao estabelecer que os escravos não poderiam ter suas vidas inteiramente subjugadas à lógica do sistema escravista sem que pudessem desenvolver relações sociais estáveis.

4.3 FAMÍLIAS ESCRAVAS E HISTORIOGRAFIA

A leitura atenta dos vestígios do passado escravista sul-rio-grandense leva à compreensão de que a construção das relações familiares entre os escravos continha múltiplos significados, inseridos na construção de mecanismos de integração, formação de alianças políticas e sociais, trocas de solidariedades, ou, ainda, a transformação daqueles que um dia foram estranhos em amantes e parentes. Compreender essas ações não é tarefa fácil nem tampouco insignificante. Resulta, sem dúvida, em um trabalho necessário para que se possa reduzir o descompasso da produção historiográfica regional em relação ao restante do país, onde há mais tempo tais pesquisas já vêm sendo desenvolvidas.

Partindo dessa concepção, verifica-se a importância dos estudos sobre as famílias escravas por considerar-se que por meio delas a maioria dos escravos resguardaria seu caráter humano enquanto produtores de cultura e de relações sociais, o que evidentemente não esgota neste ponto as suas funções. Conforme Schwartz (1988), a compreensão das famílias escravas exige a leitura e análise de dados sob pelo menos quatro ângulos diferentes, o que demonstra o quanto este assunto é complexo. Segundo esse autor, as existências de relações familiares entre os escravos estiveram vinculadas “às normas legais e canônicas do casamento, à realidade na sociedade, às

atitudes e ações dos senhores e às percepções e atuações dos cativos. Todos eram aspectos inter-relacionados, e cada um demanda o uso de diferentes tipos de indícios” (SCHWARTZ, 1988, p. 314).

Conforme Rocha (2004, p. 16), a família escrava “já não é mais uma hipótese a ser comprovada, e sim uma realidade a ser mais bem conhecida”. Porém, essa compreensão nem sempre foi consenso na historiografia brasileira. Tendo em vista que até cerca de três décadas a existência de relações familiares entre os escravos era algo impensável justificada por um decorrente comportamento sexual classificado como promíscuo. Não se considerava a possibilidade de relações familiares estáveis entre os cativos se fossem levados em conta os aspectos violentos, próprios do sistema escravista, e a ausência de consciência ou mesmo de interesse por parte dos senhores em estabelecer famílias entre seus escravos.

Para a corrente teórica, conhecida como “Escola Paulista de Sociologia”, no qual se vinculam autores como Florestan Fernandes (1965), Otávio Ianni (1978) e Fernando Henrique Cardoso (1977), entre outros, a consequência da ausência de relações sociais estáveis entre os escravos, substituídas durante o tempo de cativo pela promiscuidade generalizada, seria a extensa marginalização e miséria dos negros no pós-abolição. Essa ideia corrente até então encobria não apenas a existência da família escrava, mas também as diversas formas de resistência que através dela poderiam ser observadas.

Nessa mesma linha de raciocínio, Mattoso (1982) afirmaria no início da década de 1980 que a disparidade entre os sexos teria sido um sério obstáculo à constituição das famílias cativas, pois os escravos não poderiam ter relações estáveis restando-lhes apenas momentos fugidios em que satisfariam suas necessidades físicas e biológicas. Nessas circunstâncias, segundo a autora, esses teriam vivido de forma dependente da vontade de seus senhores, só sendo sujeitos, efetivamente, quando adotassem práticas de controle de natalidade promovendo o aborto e a prática do *coitus interruptus* (MATTOSO, 1982, p. 127).

Essa construção ideológica da escravidão defendida por Mattoso corroborava com as ideias até então correntes de que o sistema escravista caracterizava-se pela “solidão” que aniquilava os referenciais sociais e culturais dos indivíduos escravizados. A ideia básica norteia-se, principalmente, pela concepção de que o sistema escravista transformaria o sujeito em um ser passivo e anônimo, de modo a facilitar o controle dos proprietários e, assim, os escravos permaneceriam sempre como “estrangeiros” no cativeiro, ou seja, permaneceriam desprovidos de elos parentais ou de amizades¹⁰².

Na mesma década de 1980, porém, diversos trabalhos passaram a questionar a tese de que os escravos somente teriam sido agentes sociais quando matavam ou fugiam. Desde então, esses autores têm demonstrado que estratégias de sobrevivência teriam sido difundidas entre os cativos, visando a amortecer a dura relação estabelecida entre eles e seus senhores, confirmando a ideia de que, apesar das condições impostas pelo cativeiro, estabelecidas através do tráfico e das visões reificadoras dos senhores, os cativos tinham condições de criar e manter estratégias específicas que lhes permitiam enfrentar a coisificação.

Dentre as diversas ações que passaram a ser analisadas destacou-se a constituição de famílias, cujos novos enfoques contavam, por sua vez, com as contribuições advindas da renovada produção historiográfica norte-americana, já revisionista há mais tempo sobre esta temática. Destacam-se, nesse sentido, os estudos empreendidos por Genovese e Gutman¹⁰³. Autores que passavam a questionar as interpretações até então correntes sobre a inexistência das famílias escravas norte-americanas indicando que essas não apenas teriam existido como teriam funcionado enquanto instrumentos de sobrevivência à escravidão. Esses autores, embora tenham construído um

¹⁰² O escravo se resumia a uma mercadoria (uma coisa) sem vontade própria que se refugiaria no isolamento. Tais ideias já haviam sido apresentadas por FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna* (1982, p. 75-7).

¹⁰³ Para a análise historiográfica dos estudos da família escrava nos Estados Unidos e sua repercussão entre os pesquisadores que analisam a família escrava brasileira, ver Motta (1999, p. 121-39) e Slenes (1999, p. 28-43).

objetivo comum no tocante à importância das relações familiares entre os escravos, defendiam opiniões diferentes quanto à sua autonomia.

Genovese considerou a família escrava enquanto prolongamento do mundo dos senhores, e deu ênfase à tendência dos escravos de formarem determinadas comunidades que se constituiriam identificadas com as regras e condutas sugeridas por estes e caracterizadas pelo paternalismo, compreendido como um aspecto que acabava por reduzir as possibilidades dos escravos de se identificarem uns com os outros (1988, p. 24).

Gutman, por outro lado, percebeu as famílias cativas enquanto possibilidades de constituição de uma cultura escrava autônoma àquela veiculada pelos senhores. Procurou aprofundar diversas questões vinculadas à autonomia escrava, como, por exemplo, a análise de um sistema de crenças e comportamentos próprios dos escravos que teriam sido transmitidos entre gerações e, em grande medida, independentes da ação dos senhores, através de uma extensa rede de parentesco, que incluía o compadrio. Para esse autor, não apenas os laços da família nuclear seriam importantes, mas também o reconhecimento de ligações de parentesco demonstradas, por exemplo, pelas escolhas dos nomes que os escravos davam a seus filhos, frequentemente herdados dos nomes dos pais, avós ou mesmo de parentes já falecidos (MOTTA, 1988, p. 136).

Ainda na década de 1980, a brasilianista Alida Metcalf (1987) realizou pesquisa sobre Santana de Parnaíba, em São Paulo do século XVIII, e procurou testar a pertinência desses modelos previamente identificados para a escravidão norte-americana. Afirmou a necessidade de a família escrava ser compreendida dentro do contexto das transformações econômicas relativas ao ciclo de vida de seus proprietários. Propôs a união das perspectivas apontadas por Genovese sobre a integração do escravo à cultura de seus senhores e os estudos de Gutman sobre a identificação da cultura e vida familiar própria dos cativos. Considerou as ideias desses autores não excludentes ao afirmar que tanto os escravos não poderiam negar as realidades da escravidão como também os senhores não poderiam controlar completamente todos os aspectos da vida de seus escravos.

Para Metcalf, o fato de os cativos tecerem complexos laços verticais de interdependência com seus senhores na busca de vínculos que poderiam melhorar suas vidas, não excluía a possibilidade de eles criarem também redes horizontais estabelecidas através da amizade e parentesco, realizadas entre os próprios escravos, de modo que fosse possível a manutenção de uma “cultura africana”, independente da “classe senhorial”. Utilizando-se de fontes paroquiais e cartoriais também constatou que “nas grandes propriedades os cativos encontravam-se em melhores condições para formar famílias estáveis” (METCALF, 1987, p. 231-7).

Desde então, têm sido essas as tendências norteadoras da produção historiográfica brasileira sobre a família escrava. Foram colhidos aqui apenas alguns dos muitos desafios que passaram a ser apresentados pelos historiadores e que deram continuidade a esse processo de renovação. Salienta-se, no entanto, que essas contribuições agora descritas não seguem a ordem de importância desses estudos, nem tampouco abrangem a sua totalidade, apenas têm como objetivo esclarecer a sua identificação e o atual estágio da questão.

Ainda na década de 1980, nos Programas de Pós-Graduação da USP e UNICAMP, estudos específicos sobre Demografia Histórica passaram a empreender pesquisas com a preocupação de verificar a constituição das famílias escravas brasileiras. Esse novo enfoque foi, igualmente, decisivo para que se contestassem as interpretações clássicas da historiografia no tocante à patologia social dos escravos, possibilitando, por exemplo, o repensar do papel desses sujeitos, de suas famílias em seu devir histórico. Essas pesquisas comprovaram, a partir da análise de dados demográficos, a existência de laços familiares estáveis entre os escravos, fossem eles consolidados legalmente perante a Igreja ou não. O que se tem mostrado, desde então, é que apesar de terem de enfrentar situações de destruição ou dissipação de seus laços sociais, ainda assim os escravos procuravam, dentro das suas condições, desenvolver e manter certos ganhos que lhes possibilitassem, entre outras coisas, ter relações familiares.

Outro ponto importante oferecido pela Demografia Histórica relativa à escravidão tem sido a contestação de posições há muito tempo estabelecidas na historiografia brasileira. Através de estudos realizados em fontes seriadas, foi discutido, por exemplo, se a perspectiva de que a oferta elástica de mão de obra cativa seria um elemento fundamental para explicar o sorvedouro de homens em que se converteu a escravidão brasileira. Questão essa que, sob diferentes pontos de vista, diferentes autores desenvolveram acreditando na impossibilidade da reposição da escravaria brasileira através da sua reprodução natural. Mais recentemente, essas questões começam a ser questionadas por historiadores demógrafos, tais como, Vidal Luna (1981), Iracy Del Nero da Costa (1984), Robert Slenes (1987), entre outros, que, através dos estudos sobre as famílias escravas, também passaram a estudar aspectos diversos pertinentes a elas. Por exemplo, o exame da nupcialidade, do compadrio e da legitimidade dos escravos nascidos no Brasil, bem como as variações de fecundidade e mortalidade dos escravos, resgatando assim uma realidade do cativo e das famílias escravas que até então não havia sido considerada.

Entretanto, o estudo da questão da família escrava na historiografia brasileira não se fez sem causar polêmicas. Basicamente, a análise sobre a estrutura e organização das redes familiares escravas vem constituindo duas linhas de raciocínio opostas. Uma que considera as redes parentais entre os cativos como estruturadas e sólidas, e outra que considera as famílias como poucas exceções e continua a acreditar que nesse sistema os indivíduos seriam necessariamente solitários. Entre os que se enquadram na segunda opção, aquela que contesta as novas interpretações sobre as famílias escravas, destaca-se Jacob Gorender (1990), autor de cunho marxista que questiona essas mudanças de perspectiva por considerá-las, na verdade, uma retomada “disfarçada” da visão patriarcal da escravidão que no passado negou a violência do sistema. Segundo ele, através desses novos estudos, estaríamos recuperando a visão correspondente à democracia racial que teria servido no passado como justificativa para o escravismo brasileiro e

cuja perspectiva negava o caráter violento da escravidão (GORENDER, 1990, p. 17-8).

Nos últimos anos, diversas pesquisas vêm respondendo às críticas de Gorender. O ponto comum entre elas tem sido o reconhecimento de que, apesar da violência e dos limites impostos pelo sistema escravista, os escravos possuíam projetos próprios e agiam com relativa autonomia. Na opinião de Motta (1988), por exemplo, os senhores deveriam ter preocupações ambíguas quanto à socialização de seus escravos. Para este autor, o papel dos laços parentais entre cativos tanto pode ser interpretado como um caráter acomodativo, reduzindo as tensões sociais (e, por isso, uma concessão senhorial), como também pode significar uma conquista desses cativos, fruto de disputa, obrigando os senhores a ceder. Segundo ele, a família escrava significou tanto uma estratégia de sobrevivência para o cativo como uma forma de controle social que se estabelece na relação senhor/escravo.

Já Florentino e Góes (1997) preferiram focar o caráter apaziguador representado pelas famílias escravas. Para esses autores, a formação de laços de solidariedade entre os cativos poderia ter servido como expediente que visava a transformar a discórdia em harmonia, estabelecendo laços de alianças, que garantiam a sobrevivência em um ambiente hostil e violento. Destacaram que as famílias escravas teriam servido para abrandar as relações entre os cativos, contribuindo assim para a estabilização social e permitindo, com isso, que senhores e escravos obtivessem renda política com a sua formação. Defendiam a ideia de que uma verdadeira guerra se estabelecia entre os cativos, caudatária das novas relações que eram influenciadas pelo tráfico. Essas novas situações de tensões internas da senzala eram resolvidas através da organização, com regras e normas próprias de seu universo cultural. Para esses autores, os arranjos familiares, ainda que frágeis, contribuíam para a pacificação, solidariedade, ajuda mútua, enfim, contribuíam para a constituição e reconstituição da comunidade de cativos. Nesse contexto, perceberam que as famílias eram constantemente afetadas pelo volume do tráfico negreiro, e em momentos de

estabilidade observaram a ocorrência da reiteração de um padrão cultural africano (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 171-8).

Diante dessas pesquisas e uma vez comprovada a existência e importância das famílias cativas, outro enfoque que também passaria a ser bastante debatido seriam as condições de estabilidade das famílias cativas, ou seja, as possibilidades de manutenção dessas uniões ao longo do tempo. Sobre esse assunto, Fragoso e Florentino afirmaram em seus estudos sobre a Paraíba do Sul, que a existência de famílias escravas estáveis vinculavam-se às estratégias reprodutivas dos plantéis e obedeciam à lógica da *plantation*. Segundo esses autores, na região analisada havia mais de um terço dos plantéis organizados em famílias, onde “a inserção do escravo em redes de parentesco estáveis variava de acordo com a sua própria história (idade, origem) e a história do plantel ao qual pertencia” (1987, p. 162).

Também com ênfase nesse assunto, Rômulo Andrade realizou uma comparação entre dois municípios mineiros e discutiu a organização das famílias escravas bem como a existência de um mercado particular para elas. Afirmou que o limite de tolerância do escravo à violência inerente ao sistema cristalizava-se na possibilidade de constituição de uma família, e constatou que essa seria decisivamente influenciada pela peculiaridade da estrutura agrária na qual estava inserida, a saber: nas grandes unidades produtivas a maioria das famílias estava formalmente constituída, já nas pequenas propriedades eram predominantemente “quebradas”, destacou ainda a pouca expressividade da venda de famílias escravas num mercado caracterizado pelo uso de expedientes para burlar a norma legal (ANDRADE, 1995).

A existência ou não de estabilidade nos relacionamentos é, certamente, uma das principais inquietações entre aqueles que atualmente investigam essa temática. Nas palavras de Florentino e Góes,

de fato, pouco adianta descobrir que o parentesco se traduz no aparecimento de esposas, maridos, filhos, irmãos e avós, netos e tios, sobrinhos e primos, se estas relações não passarem de instantes fugidios e frágeis, presas fáceis do mercado que, onipresente, aparta (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 115).

Quanto à organização dessas famílias, autores como Rocha (2004) e Bacellar (2001) analisaram o ciclo de vida do sistema diante das diferentes estratégias construídas pelos escravos em relação ao casamento, notadamente no que se refere à escolha do companheiro(a), em função de sua origem (crioulo ou africano) e condição social (escravos, forros e livres). Brugger e Kjerfve (1991) examinaram a questão do compadrio, compreendido como uma extensão da família, adquirido pelos vínculos espirituais que uniam padrinhos e afilhados e permitiam aos escravos ampliarem as suas relações, fossem elas horizontais (entre cativos) ou verticais (escravos e livres ou libertos).

Para Slenes (1999), os laços familiares teriam sido fundamentais na formação da personalidade cativa uma vez que por elas os escravos recebiam as lembranças e recordações da cultura africana, diferente daquelas que eram transmitidas por seus senhores (geralmente brancos, de origem europeia). Nas relações familiares, o escravo poderia aprender a lidar com sua dura realidade, a contornar as situações difíceis do cativo. Aprenderia, por exemplo, como evitar punições, como se comportar no meio de brancos, como se relacionar com outros escravos. A família poderia ser, portanto, um refúgio aos rigores da escravidão e um importante mecanismo de sobrevivência. Contribuíam, portanto, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônicas à dos senhores e compartilhadas por uma grande parte dos cativos.

Como se pode perceber através do exame dessa farta produção, o escravo não era um “cadáver moral”, como havia afirmado Joaquim Nabuco, ou peça, que possa ser equiparada a um boi ou a um saco de trigo, tal como muitas vezes foi referido por viajantes estrangeiros que visitaram o território que hoje compõe o Rio Grande do Sul, durante o período escravista. Contestam-se por esses pressupostos as propostas formuladas por historiadores como Jacob Gorender (1990), em que se supunha que a sociedade senhorial escravista buscava apropriar-se da subjetividade do escravo, onde quaisquer atos impregnados da humanidade escrava (todos, evidentemente) possuam um significado de resistência ao cativo.

CAPÍTULO 5: GRAUS DE LEGITIMIDADE DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Separar aqueles escravos uns dos outros e dividi-los pelas outras fazendas, estando acostumados a viverem juntos em família, seria, além de impolítico, desgostá-los separando-os de uma tribo (Barão de Pati do Alferes, 1856)¹⁰⁴.

5.1 FAMÍLIAS ESCRAVAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Entre fins do século XVIII e princípios do XIX a turbulência escrava não era algo que passasse despercebido entre aqueles que viviam na Fronteira Oeste do Rio Grande. Não foram poucas as circunstâncias em que os escravos demarcavam limites de tolerância, certamente percebidos por senhores e feitores. Alguns desses projetos incluíam fugas, rebeliões e a formação de quilombos. Nessas circunstâncias negavam a escravidão e, nesses casos, se capturados, eram duramente reprimidos. Foi, entretanto, na vida cotidiana, que a maioria encontrou seus elementos de resistência, como nos casos daqueles que obtiveram através do parentesco uma forma especial de estratégia do grupo, para alcançar estabilidade e prestígio diante de seus pares e de seus senhores. Através dessas ações, os escravos visavam tornar a vida suportável e não foram poucos os que souberam encontrar espaços no interior do cativeiro que lhes permitissem uma sobrevivência

¹⁰⁴ Conforme J. J. Reis (1989, p. 19), o barão ao desativar uma velha fazenda improdutiva, não ousou como seria de seu interesse, dividir seus 140 escravos por todas as suas propriedades, segundo as necessidades de cada uma.

minimamente digna.

Na região em foco, o predomínio da atividade criatória exigia que escravos campeiros atuassem com montarias em espaços abertos garantindo-lhes alguma margem de autonomia. Nessas circunstâncias provavelmente se abriam melhores condições de negociação com seus senhores e por certo havia o aspecto pessoal, onde alguns proprietários optariam por tratá-los com maior condescendência, no tocante ao disciplinamento, do que era praticado a outros. Isso se explica porque o objetivo econômico dos escravos determinava, muitas vezes, uma diferença de tratamento por parte dos proprietários. Entre os escravos empregados nas charqueadas, por exemplo, acredita-se que a relação fosse mais informal e precária para os cativos, pois os senhores obteriam com maior facilidade os elementos de controle e dominação.

A verdade é que um plantel não era, em princípio, a tradução de um conjunto homogêneo. Conforme Florentino e Góes (1997, p. 35), o coletivo dos escravos era uma reunião forçada e penosa de singularidades e dessemelhanças. Portanto, tais relações, se por um lado uniam e estreitavam relações, também seriam hierarquizadas e distantes. Lima (2000, p. 450) acredita que as relações estabelecidas entre senhores e escravos de ganho, de aluguel, ou seja, detentores de algum saber técnico e por isso mais valorizado, tenderiam a ser mais próximas, principalmente pelo grau de liberdade de ir e vir que esses cativos teriam.

Estabelecidas entre desiguais essas relações também se mostrariam contraditórias por conta das ações praticadas pelos escravos que tornariam visíveis os limites das imposições do sistema escravista. O papel da Igreja Católica, por exemplo, guardava muita dubiedade. Seus rituais tanto prestavam ao controle da população colonial, e nesse sentido essa instituição tornava-se parceira da Coroa, como também abria espaço à resistência. Os casamentos, as missas, as confissões, as visitas pastorais com objetivo de admoestar os devotos, tinham o objetivo de “domesticar” a população. Entretanto, esses mesmos ritos abriam possibilidades de inserção social para os escravos. A eles era garantido o acesso aos

sacramentos e a guardar os domingos por ser o Dia do Senhor¹⁰⁵. Cabia ao proprietário garantir o batismo de seus cativos e permitir-lhes o casamento. Nesse aspecto pode-se considerar que a prática da religião católica pelos escravos criava para eles um espaço próprio de convivência e afetividade.

Com relação ao matrimônio, Robert Slenes considera que para o cativo “casar-se significava ganhar maior controle sobre o espaço da moradia” (1999, p. 150). Os viajantes europeus, em seus relatos, descreveram as senzalas: essas podiam ser pavilhões com vários pequenos cômodos ou choupanas separadas. Os escravos solteiros dividiam com dois ou três companheiros de cativeiro o limitado espaço do recinto. Ao casarem-se, ou seja, constituir família (dentro dos preceitos da Igreja Católica ou não) os cativos passavam a ter direito a um espaço para si, o que determinaria um acréscimo em sua qualidade de vida. Ao descrever a roça, Slenes também diferencia as famílias escravas dos solteiros, identificando para aqueles a possibilidade de produzir a própria alimentação e de seus filhos, tendo assim mais privacidade e momentos de união familiar.

Os produtos cultivados nos domingos e dias santos podiam também ser vendidos, para o proprietário ou não, para formar um pecúlio com o qual o escravo poderia comprar a alforria para si ou para um de seus familiares. Apesar de o autor de *Na senzala, uma flor* referir-se às *plantations*, onde o número de escravos era bem maior que o verificado para a Fronteira Oeste do Rio Grande, muitos aspectos são coincidentes.

Por outro lado, Maria Luiza Marcílio, ao estudar as populações escravas, afirmou que anteriormente a 1850 os senhores sempre criaram obstáculos à formação das famílias legítimas e estáveis, panorama que só se modificaria com a extinção do tráfico. A autora coloca o desequilíbrio em favor dos homens na população escrava em conjunto com outros fatores que formariam o sistema demográfico do escravo brasileiro, a saber: mortalidade elevada, taxas de nupcialidade “extremamente insignificantes”, fecundidade

¹⁰⁵ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade ética, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000. Não se pode deixar de citar também a participação dos escravos nas irmandades. Ali eles gozavam da confraternização e solidariedade dos irmãos, principalmente nos momentos de dificuldade ou na hora da morte.

em geral das mais baixas. Em tais condições, o crescimento vegetativo dos escravos brasileiros teria sido sempre negativo e o tráfico é que garantiria o aumento geral dessa população (MARCILIO, 1984, p. 201-2).

Posteriormente, Nadalin ampliou a proposta de Marcílio ao levar em conta uma maior diversidade de realidades regionais através de uma tentativa de chegar ao mapeamento de um e outro regime demográfico restrito que vigorou no Brasil colônia – alguns, certamente, até a metade do século XIX, quais sejam: regime demográfico paulista, das plantations, da escravidão, da “elite”, das sociedades campeiras, das economias de subsistência, das drogas do sertão, das secas do sertão, das economias urbanas. (NADALIN, 2004, P.137).

Contudo, passadas vinte anos da tentativa de sistematização promovida por Marcílio, Nadalin não pode avançar para além de considerações gerais e de novos desdobramentos geográficos:

Qualquer consideração a um regime demográfico das plantations deve levar em conta o regime restrito da demografia escrava, a complexidade e as flutuações da produção e exportação do açúcar, bem como no volume e custo do tráfico (existe uma relação entre a importação e a mortalidade). Deve ser considerado, ainda, na continuidade do fluxo e seu volume o reforço da cultura africana no Brasil (com variações regionais, Angola, Benguela, Costa da Mina...), e em consequência a continuidade e ou rupturas de valores relacionados. Na relação fluxo e volume (e as repercussões na fecundidade e na morbidade/mortalidade entre os cativos), acima mencionado, função geralmente do desenvolvimento da economia, devem ser levadas em conta, igualmente, as razões de masculinidade e a estrutura etária da população africana. Finalmente, é importante mencionar as possibilidades postas pelo casamento, famílias escravas mais ou menos estáveis e as próprias características das senzalas (NADALIN, 2004, p. 138-9).

Embora Nadalin tenha avançado na reflexão do regime demográfico da escravidão, as pesquisas sobre essa temática, ainda restritas e localizadas no tempo e no espaço, apontam para a existência de trajetórias demográficas diversificadas em contextos econômicos e períodos diversos. Nesse sentido, Paiva e Libby (1995, p.204) chamam a atenção para os diversificados padrões demográficos vigentes na sociedade escravista. Para a Fronteira Oeste do Rio Grande as taxas de nupcialidade “extremamente

insignificantes”, de que fala Marcilio, não correspondem à realidade¹⁰⁶. Mesmo com o predomínio de famílias ilegítimas entre os cativos da região entre fins do século XVIII e início do XIX, o número de filhos legítimos presente nos batismos e os casamentos entre escravos foi considerável. Os cerca de mil casais que constituíram matrimônio perante a Igreja Católica foram, por certo, frutos de negociações existentes entre esses sujeitos e seus senhores, o que nos leva a buscar conhecer um pouco mais sobre essas uniões e as diferentes estratégias que as envolviam.

5.2 GRAUS DE LEGITIMIDADE DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

A afirmação da raridade dos casamentos entre escravos, durante muito tempo, não foi consensual apenas para o Rio Grande do Sul, mas para todo o Brasil. Atribuía-se este fato, especialmente, às exigências burocráticas e financeiras feitas pela Igreja para a realização dos matrimônios¹⁰⁷. Essa ideia, porém, já foi bastante criticada, destacando-se, pelo contrário, não só o empenho da Igreja no sancionamento eclesiástico das uniões como também a valorização social do casamento.

Os índices de legitimidade foram reavaliados, levando-se em consideração as especificidades regionais. Assim, segundo Sheila de Castro Faria (1998, p. 52-3), a alta proporção de filhos ilegítimos observada em alguns trabalhos demográficos tende a se concentrar em áreas de maior

¹⁰⁶ Segundo Sergio Nadalin: O maior número de regimes demográficos se justifica pelas especificidades regionais. “Naquele estudo [2003], tendo em vista (...) a ligação entre as variáveis populacionais e as estruturas sociais, foi aventado que o regime colonial define restrições e oportunidades demográficas semelhantes e diferenciadas – se forem considerados os distintos aspectos regionais e as configurações econômicas locais, sem mencionar as distinções possíveis entre as diversas camadas sociais” (NADALIN, 2004, p. 133).

¹⁰⁷ Stuart Schwartz encontrou altíssima ilegitimidade para freguesias do recôncavo baiano, no século XVIII. Iraci Del Nero da Costa calculou para Vila Rica, em 1804, 98% de ilegitimidade. Renato Pinto Venâncio encontrou 88,6% de filhos naturais para a Freguesia da Sé, em São Paulo. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. COSTA, Iraci Del Nero Da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: USP, 1979. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. VENÂNCIO, Renato Pinto. Nos limites da Sagrada Família. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

instabilidade, tais como áreas urbanas, portuárias e centros mineradores. No entanto, o meio rural e a atividade agropecuária pressupõem o trabalho familiar e, portanto, apresentam taxas de legitimidade bem mais elevadas que as de outras regiões.

Tabela 28 – Índice de legitimidade dos cativos batizados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1809

Filhos	Caçapava		Cachoeira		Rio Pardo		Encruzilhada		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Legítimos	94	42,3	207	36,1	392	30,9	64	35,8	757	33,8
Naturais	128	57,7	367	63,9	877	69,1	115	64,2	1.487	66,2
Total	222	100	574	100	1.269	100	179	100	2.244	100

Fonte: Livros de registro de batismos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Na Fronteira Oeste do Rio Grande percebe-se, pelos documentos analisados, uma forte presença da família escrava. Por meio dos registros eclesiásticos, foi possível detectar uma ampla representatividade da organização familiar dos cativos dessa região. Como se pode observar na Tabela 28, os arranjos familiares caracterizados através dos registros de batismos de crianças cativas realizados entre 1755 e 1809 referem que eram legítimas 757 crianças correspondendo a 33,8% dos casos, sendo 1.487 ou 66,2% ilegítimas. Na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 392 inocentes eram fruto de uniões oficializadas em 30,9% dos registros. Portanto, 69,1% dessas crianças não tinham seus pais reconhecidos pela Igreja. Por esses números pode-se observar que o grau de legitimidade dessa localidade foi um pouco menor que nas demais uma vez que Cachoeira, Encruzilhada e Caçapava ficaram na faixa dos 35 a 40% dos filhos legítimos entre os cativos batizados.

Tabela 29 – Índice de legitimidade dos cativos batizados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835.

Filhos	Caçapava		Cachoeira		Rio Pardo		Encruzilhada		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Legítimos	229	29,1	111	23,5	455	20,5	225	34,0	1.020	24,6
Naturais	560	70,9	361	76,5	1.773	79,5	437	66,0	3.131	75,4
Total	789	100	472	100	2.228	100	662	100	4.151	100

Fonte: Livros de registro de batismos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

No segundo período, entre 1810 e 1835, o número de filhos naturais tornou-se mais expressivo. São 79,5% em Rio Pardo, 76,5% em Cachoeira, 70,9% Caçapava e 66% em Encruzilhada. Parece claro que a maior parte dos nascimentos dos cativos da região era de filhos ilegítimos. Contudo, esse índice não era tão elevado se comparado a outras regiões e períodos. Na Freguesia de São José da Cidade do Rio de Janeiro, entre 1802 e 1821, apenas 6,8% das crianças escravas batizadas eram filhas de uniões legitimadas pela Igreja. Note-se que se trata de uma freguesia urbana. Os índices de 33,8% e os 24,6% de nascimentos legítimos de escravos obtidos, respectivamente, para os períodos de 1755 a 1809 e 1810 a 1835 são relativamente próximos, por outro lado, dos observados em períodos diversos em algumas freguesias rurais, tais como a de São Salvador dos Campos dos Goitacases, entre 1753 e 1800, contam com 46,4% de legitimidade; a de São Gonçalo do Recôncavo do Rio de Janeiro, entre 1645 e 1668, com 47,5%; a de Jacarepaguá do Rio de Janeiro, entre 1796 e 1799, com 40,1%.

Robert Slenes encontrou índices de legitimidade bem mais expressivos para os plantéis paulistas do século XIX ao analisar a lista das matrículas dos escravos de 1872. Trata-se, portanto, de um período posterior ao fim do tráfico e diferente ao que estabelecemos para essa pesquisa, ainda assim, considerando-se as ideias de Slenes, é cabível sugerir que o baixo índice de ilegitimidade da região deve-se ao fato de se tratar de plantéis com pequeno número de escravos (1999, p. 102). Mais adiante, pretende-se voltar as atenções sobre a família escrava posta nos inventários *post-mortem*

independentemente de ser legítima ou não¹⁰⁸.

É importante lembrar aqui que ser ilegítimo não significa obrigatoriamente não ter uma família estável. É provável que a maior parte das relações conjugais entre escravos não fosse legalizada perante a Igreja, não sendo, portanto, considerada por ela quando do registro de batismo de um inocente. Essa questão também é assim referida por vários pesquisadores que trabalham com o tema, como Schwartz (1988, p. 310). Além disso, reconhece-se que uniões consensuais eram características também das populações urbanas livres do século XIX (MARCILIO, 1984, p. 205).

Ademais, mesmo que parte dessas crianças ilegítimas não tivesse a presença do pai, para os escravos essa ausência pode não ter tido o mesmo peso que para as pessoas de outras camadas da população. Isso porque, conforme foi apontado por Fragoso e Florentino (1987, p. 156) e por Metcalf (1987, p. 283), a ligação entre mãe e filho pode ter sido mais forte (inclusive para a própria sobrevivência do último), não podendo ser desprezada como tipo de família. Além disso, existem etnias africanas cujas culturas são matrilineares, o que reforça a importância da ligação mãe e filho e talvez isso possa ter tido influência no sentido dos poucos filhos legítimos.

5.3 CASAMENTOS DE ESCRAVOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE, 1755 A 1835

O casamento que se entende aqui será aquele praticado em matrimônio contraído “em face da Igreja Católica”, como determinara o Concílio de Trento, e não o casamento pelas leis da natureza, ou seja, segundo o concubinato. Nesse sentido, para a feitura do presente capítulo lançou-se mão de uma base empírica constituída por séries de registros

¹⁰⁸ Slenes trabalhou o índice de legitimidade segundo a estrutura de posse em Campinas, seu trabalho aponta para a ideia de quanto menor for a escravaria menor será o índice de legitimidade. Em plantéis com 1 a 9, o índice era de 29% de legítimos e mais de 10 cativos era de 80%. Nas Freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande nos períodos estudados (1755-1809 e 1810-1835), notou-se que a proporção de filhos legítimos ficou, respectivamente, em 33,8% e 24,6%. Ainda assim constituíram taxas muito inferiores em relação às das escravarias paulistas (SLENES, 1999, p. 102).

matrimoniais das Freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Mitra de Cachoeira do Sul. A primeira tarefa, portanto, foi a de coletar dos livros aqueles registros que envolveram ao menos um dos nubentes na condição de cativo ou forro.

A partir dos dados arrolados através do levantamento realizado obteve-se um conjunto das informações que se mantiveram relativamente invariáveis e reiterativas ao longo do tempo, possibilitando, com isso, uma análise seriada, que permitiu extrair algumas inferências sobre as possibilidades de os escravos contraírem matrimônio no contexto de uma região fronteiriça.

Tabela 30 – Casamentos de escravos e forros da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835

Freguesia	Período	Total	%
Rio Pardo	1755-1835	618	63,4
Cachoeira	1779-1835	112	11,5
Caçapava	1800-1835	89	9,1
Encruzilhada	1790-1835	156	16,0
Total		975	100

Fonte: Livros de casamentos. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e Mitra da cidade de Cachoeira do Sul/RS.

Através do exame da Tabela 30, percebe-se a distribuição irregular dos matrimônios obtidos por escravos e forros perante a Igreja Católica. Pode-se notar nada menos que 618, ou 63,4%, concentraram-se na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo entre 1755 a 1835. Esse desequilíbrio pode ser explicado pelo fato de essa freguesia ter se estabelecido em um período anterior às demais localidades analisadas. Além disso, ocupava um imenso território e populações sobre sua alçada e por essa razão concentrava os maiores contingentes cativos. Esses resultados têm por base um conjunto documental formado por 975 registros de casamentos. Na Freguesia de Nossa Senhora da Cachoeira foram realizados 112 assentos (11,2%) entre 1779 a 1835. A Freguesia de Santa Bárbara da Encruzilhada contou com 156 lançamentos (16,0%) de 1790 a 1835; e a

Freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Caçapava com 89 matrimônios (9,1%), abertos entre 1800 e 1835.

5.3.1 O casamento entre cativos e o seu papel normatizador

É consensual na bibliografia referente às famílias escravas o papel normatizador desempenhado pelo matrimônio sobre essas populações. Esse aspecto fica evidente na Fronteira Oeste do Rio Grande, região fortemente marcada pela atividade militar, pela presença de estrangeiros que eram atraídos pelas novas terras conquistadas e onde houve rapidamente a formação de uma sociedade complexa, marcada pela presença do elemento de origem europeia tanto quanto pelo indígena e pelo negro escravizado. Nessas circunstâncias os órgãos competentes exigiam a montagem de um aparelho organizador e repressor das desordens. Para se ter ideia da importância dada ao casamento como forma de controle dessas populações, observa-se a reincidência de denúncias e punições determinadas pelas visitas diocesanas acerca das uniões consensuais (KÜHN, 1996).

Entretanto, essa preocupação não foi suficiente para transformar o casamento na forma recorrente de união conjugal. No período de 1755 a 1835 tem-se a abertura de 7.615 assentos de batismos de escravos enquanto os de casamentos compreenderam tão somente 975. Assim, havia um forte descompasso entre o primeiro sacramento e o segundo. Esse último sacramento era certamente incentivado entre brancos para que fosse colocado em prática o princípio católico do “crescer e reproduzir-se”, mas o que dizer do casamento entre escravos? Qual era a instrução específica à união legítima dos cativos?

Conforme a doutrina oficial estabelecida pela Igreja Católica e presente nos dispositivos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, impressas em 1720, e do observado em todo o Brasil, assim aludem à questão do matrimônio entre cativos:

Conforme o direito divino, e humano, os escravos e escravas podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo; ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário pecam mortalmente, e tomam em suas consciências culpas de seus escravos, que por esse temor se deixa muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação (COIMBRA, 1720. Livro I, Título LXXXI, 303).

Como se pode perceber, a Igreja Católica defendia o direito de o escravo casar-se e usufruir uma vida conjugal normal. Contudo, tinha o cuidado de explicitar que o casamento não traria ao escravo o fim do cativeiro: “e declaramos, que posto que casem, ficam escravos como antes eram, e obrigados a todo o serviço de seu senhor”¹⁰⁹.

De todo modo, não deveria ser fácil encontrar escravos que entendessem os pressupostos doutrinários que as Constituições exigiam para o casamento. Ademais, diferentemente do que a lei canônica preconizava, provavelmente havia discordância de alguns senhores quanto à realização do matrimônio de seus escravos. Sobre esse assunto a historiografia sugere um alto grau de intolerância para que essas uniões se consagassem. Schwartz entende que o escravo só podia casar-se perante a Igreja, com o consentimento do proprietário, pois de outra forma os proclamas não seriam publicados pelos padres (SCHWARTZ, 1988, p. 318). Slenes, na mesma direção, afirma que as decisões e vontade dos escravos eram “ratificadas pelos senhores, já que estes permitiam ou não o casamento” (1987, p. 222).

A historiografia brasileira sobre o assunto também afirma, nesse sentido, que havia uma clara tendência a casamentos “intrapropriedades” (SLENES, 1999; MOTTA, 1999; METCALF, 1990; SCHWARTZ, 1995), ou seja, em plantéis maiores, aumentariam as chances de localizar possíveis parceiros (SLENES, 1987). Essas características foram confirmadas em estudo sobre Campos dos Goitacases, no norte fluminense, nos séculos XVII e XVIII, quando se verificou que “eram os tipos de produção, as localizações

¹⁰⁹ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Livro Primeiro, Título LXXXI “Do matrimônio dos escravos”, parágrafo 303 (Vide, 1720).

das áreas, o tamanho das unidades produtivas e o período que, dependendo de determinadas combinações, influíam nas possibilidades de casamento dos escravos”. Por exemplo, áreas com ilegitimidade superior a 66% eram aquelas próximas a “portos recebedores de africanos, e sede de bispados” (FARIA, 1998, p. 323), pois a proximidade do bispado levaria a interferência maior da Igreja nas relações entre senhores e escravos, podendo aumentar o controle sobre a venda, separadamente, de escravos casados, prática esta censurada pela Igreja.

Tabela 31 – Casamentos dos escravos segundo a pertinência do plantel, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1758-1835

Freguesia	Escravos de mesmo dono		Escravos de donos diferentes		Escravos com livres ou forros		Forros com forros		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Rio Pardo	437	70,8	17	2,7	60	9,7	104	16,8	618	100
Cachoeira	76	67,8	7	6,3	18	16,1	11	9,8	112	100
Caçapava	65	73,1	2	2,3	12	13,4	10	11,2	89	100
Encruzilhada	113	72,4	2	1,3	22	14,1	19	12,2	156	100
Total	691	70,9	28	2,9	112	11,5	144	14,7	975	100

Fonte: Livros de registro de casamentos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Através do exame da Tabela 31 nota-se que os cativos que viviam em propriedades da região, quando encontravam um possível parceiro para a vida, e sendo estes de outros senhores, acabavam estabelecendo relações diferentes do casamento sancionado pela Igreja, situação que diminuía quando compartilhavam, além do destino de escravos, a mesma propriedade. Entre os 719 casamentos localizados em que ambos os cônjuges eram cativos, constatou-se que apenas 28, ou 3,90%, eram pertencentes a senhores diferentes. E 691, ou 96,10%, formaram uniões entre indivíduos de um mesmo plantel.

Em estudo realizado para Campinas, Robert Slenes verificou que “os senhores praticamente proibiam o casamento formal entre escravos de donos diferentes ou entre cativos e pessoas livres” (1999, p. 75), assim como

nos registros estudados para a Fronteira Oeste do Rio Grande, observou-se que a maioria das cerimônias se referia a escravos de um mesmo proprietário. Esses dados provavelmente se explicam pelo fato de que casamentos entre escravos de diferentes propriedades, pouco frequentes nas freguesias em estudo, deveriam criar situações embaraçosas para os senhores, como quando do nascimento dos filhos ou até reivindicações de maridos e esposas, desejosos por morar ao lado de seus parceiros, em uma das propriedades. Mas, se as intervenções senhoriais se alastrariam a outros aspectos do casamento, como definir com quem um cativo deveria se casar?

Robert Slenes considera que o apoio dos proprietários teria sido fundamental. Segundo esse autor, a maioria dos matrimônios acontecia nas igrejas e matrizes que ficavam nas sedes dos municípios. A viagem até o local pelo casal escravo e pelas testemunhas ao evento, em sua maioria também cativa, certamente implicava um esforço considerável por parte do senhor e talvez sua perda (no caso dos matrimônios não realizados no tempo de “folga” dos escravos) de algumas horas do trabalho cativo (1999, p. 93).

Outro aspecto que deve ser lembrado como elemento que dificultava as uniões sacramentadas entre escravos é a burocracia exigida para a confirmação dos mesmos. Conforme Beatriz Nizza e Silva (1984), as exigências da Igreja eram as mesmas para os casamentos de homens livres. Segundo ela, entre as dificuldades burocráticas impostas pela Igreja Católica encontrava-se a obrigatoriedade das certidões de batismo, nem sempre fáceis de conseguir, devido à movimentação, via tráfico, da população escrava; proclamas que deveriam ser anunciados em três domingos (ou dias santos) seguidos, tanto na freguesia onde se daria o casamento como naquelas onde os noivos residiram após terem alcançado idade para casarem – 12 anos para mulheres e 14 anos para os homens – tudo isso, obstaculizava o casamento. Do ponto de vista da burocracia, “o problema era o mesmo nas camadas populares e em relação à escravatura: o complicado processo matrimonial e as despesas exigidas contribuíram para a manutenção do concubinato” (p. 142-8).

Por essas razões, o casamento religioso é visto como recurso presente para uma parcela pequena da população escrava, embora também sejam consideradas como famílias as unidades constituídas por mães solteiras com seus filhos. Porém, existem controvérsias no que diz respeito, por exemplo, ao significado daquela instituição. Para Florentino e Góes, a intensa chegada de africanos, considerados como estrangeiros, criava um campo de conflito, contornado mediante a criação de laços familiares, quando o desconhecido tornava-se conhecido e, portanto, fundando a paz. Dessa forma, as famílias acabavam por auxiliar na reprodução do sistema escravista, tendo um papel estrutural (FLORENTINO e GÓES, 1997).

Essa perspectiva é criticada por Robert Slenes, ao acreditar que a família, embora respondesse a uma estratégia senhorial de formação de reféns tanto dos anseios dos escravos quanto dos proprietários, apresentou-se como espaço em que experiências e memórias eram transmitidas e como possibilidade de os escravos obterem o mínimo de autonomia, possuindo uma função “desestabilizadora” (1999). De todo modo, ambos os autores observam uma série de padrões no comportamento cativo, especialmente no que tange ao parentesco, que pôde minorar os efeitos das condições adversas vividas no cativeiro.

Na região em foco, embora fosse provável que alguns dos casamentos realizados resultassem de indicações dos proprietários, não se pode considerar que todos os matrimônios pudessem representar uma imposição senhorial, isso porque seria pensar nos cativos como “seres totalmente manipulados”, se tratava de homens e mulheres atuantes em suas vidas. Os proprietários, por sua vez, ao negociarem concessões com seus escravos, construía importantes estratégias de controle, evitando, inclusive, uma possível fuga do cativo. Dessa forma, acredita-se que existiam, dentro dos limites impostos a seres escravizados, momentos de relativa manifestação de suas vontades, como na introdução de algumas preferências na hora da escolha do cônjuge: o casamento endogâmico, tratado a seguir, foi uma delas.

5.3.2 Origem dos cônjuges

Conforme Lopes (2006, p. 16), “se for verdade que para sobreviver é preciso associar-se, o casamento é então ocasião privilegiada para a construção de alianças políticas e sociais, trocas e solidariedades”. No caso do matrimônio contraído entre escravos, ao contrair essas uniões, o enlace normalmente recaía, então, sobre as escolhas dos cônjuges sob o ponto de vista do estatuto jurídico, da naturalidade, das cores e das etnias africanas.

No que se refere ao estatuto jurídico, conforme o exame da Tabela 32, dos 1.950 indivíduos observados entre os matrimônios, onde pelo menos um dos nubentes fosse escravo ou forro, 1.545 eram escravos e 307 forros, o que em termos percentuais representam 79,23 e 15,74%, respectivamente. Os demais 5,03% ficaram a cargo dos 98 homens livres, o que revela uma participação coadjuvante, mas não desprezível. Isso se justifica pela existência na região dos aldeamentos indígenas de São Nicolau em Rio Pardo e Cachoeira, o que possibilitou o enlace entre esses grupos distintos que, no entanto, viviam muito próximos pelas condições de trabalho. A maioria, contudo, optou pelo casamento com consortes pertencentes ao grupo dos escravos e forros, esses sim, objetos privilegiados no presente trabalho.

Tabela 32 – Distribuição percentual dos casamentos de escravos e forros por situação jurídica dos cônjuges, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835

Freguesia	Período	Escravos		Forros		Livres		Total de cônjuges	
		#	%	#	%	#	%	#	%
Rio Pardo	1755-1835	968	78,3	206	16,6	62	5,1	1.236	100
Cachoeira	1779-1835	188	83,9	22	9,8	14	6,3	224	100
Caçapava	1800-1835	145	81,5	21	11,8	12	6,7	178	100
Encruzilhada	1790-1835	244	78,2	58	18,6	10	3,2	312	100
Total	1755-1835	1.545	79,2	307	15,8	98	5,0	1.950	100

Fonte: Livros de Registros de Casamentos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS e Mitra de Cachoeira do Sul/RS.

Observando-se esses dados nota-se que entre os matrimônios realizados na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 968 dos consortes eram cativos e representavam 78,3% dos nubentes, seguidos por

206 forros, ou 16,6%, e 62 indivíduos livres (portugueses e indígenas) que representaram os 5,1% restantes. Na Freguesia de Nossa Senhora da Cachoeira os cativos compuseram um total de 188 indivíduos (83,9%), 22 forros (9,8%) e 14 livres (6,3%). Em Santa Bárbara da Encruzilhada chegaram ao altar 244 cativos (78,2%), 58 forros (18,6%) e 10 livres (3,2%). Na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Caçapava entre os casamentos contraídos por escravos ou forros, foram 145 nubentes escravos (81,5%), 21 indivíduos forros (11,8%) e 12 tidos como livres (6,7%).

Pelos dados acima mencionados, quanto ao estatuto jurídico observado na distribuição dos casamentos realizados nessas freguesias, nota-se que havia um nítido comportamento endogâmico. No período estudado ocorreram 716 casamentos em que tanto a noiva como o noivo eram escravos, outros 68 escravos formaram uniões com forros e 45 com indivíduos livres, ou seja, dos 975 casamentos entre cativos da Fronteira Oeste do Rio Grande, 73,4% foram endogâmicos quanto ao estatuto jurídico dos noivos.

Tabela 33 – Distribuição percentual dos casamentos por situação jurídica dos cônjuges, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1762 a 1835

Freguesia	Escravos com escravos		Escravos com forros		Escravos com livres		Forros e livres		Forros com forros		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Rio Pardo	454	73,5	37	6,0	23	3,7	39	6,3	65	10,5	618	100
Cachoeira	85	75,9	9	8,0	9	8,0	5	4,5	4	3,6	112	100
Caçapava	66	74,2	5	5,6	8	9,0	4	4,5	6	6,7	89	100
Encruzilhada	111	71,2	17	10,9	5	3,2	5	3,2	18	11,5	156	100
Total	716	73,4	68	7,0	45	4,6	53	5,4	93	9,6	975	100

Fonte: Livros de Registros de Casamentos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS e Mitra de Cachoeira do Sul/RS.

Quanto aos ex-cativos, semelhante padrão não foi observado, visto que dos 214 matrimônios envolvendo um consorte forro 93, ou 43,4%, deles tinham por parceiro outro indivíduo forro; 68, ou 31,8%, casaram-se com escravos e 53, ou 24,8%, estabeleceram-se com livres de origem portuguesa ou indígena.

Observando-se o estatuto dos cônjuges no que diz respeito à origem, nota-se que dos 923 africanos, 788, ou 85,4%, casaram-se entre si, 116 (12,6%) uniram-se com crioulos e os outros 19 (2,0%) com indígenas e portugueses. Esse padrão endogâmico observado na escolha dos cônjuges no que tange às suas origens também foi notado entre os escravos crioulos. Entre os 982 cativos nascidos na colônia 840 (85,6%) casaram-se com outros crioulos, 11,8% dos restantes com escravos africanos e 2,6% com livres. Entre os forros, o comportamento dos 81 que eram africanos também tendeu ao fechamento, já que 64 (79%) casaram-se com outros consortes da mesma naturalidade. Dos 61 forros crioulos dos quais se conhece o estatuto jurídico do parceiro ou parceira, metade dos homens se casou com forras crioulas, e pouco mais de dois terços das mulheres tiveram o mesmo comportamento.

Tabela 34: Distribuição percentual dos casamentos conforme a origem dos cônjuges, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1758 a 1835

Freguesia	Africano com africano		Africanos com crioulos		Africanos com livres		Crioulos com livres		Crioulos com crioulos		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Rio Pardo	271	43,8	70	11,3	12	2,0	11	1,8	254	41,1	618	100
Cachoeira	48	42,8	20	17,9	4	3,6	5	4,5	35	31,2	112	100
Caçapava	26	29,2	11	12,3	2	2,4	6	6,7	44	49,4	89	100
Encruzilhada	49	31,4	15	9,6	1	0,6	4	2,6	87	55,8	156	100
Total	394	40,4	116	11,9	19	2,0	26	2,7	420	43,0	975	100

Fonte: Livros de Registros de Casamentos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS e Mitra de Cachoeira do Sul/RS.

Do total de 975 casamentos, ocorreu a presença de pelo menos um dos nubentes identificado como africano em 529 (54,3%) dos enlaces, representados por 923 indivíduos (47,4%) do total dos casados. Os crioulos, por sua vez, estiveram presentes em 562 matrimônios, 57,7% do montante, e corresponderam a 982 nubentes, ou 50,3% dos casados. Os 45 indivíduos restantes (2,3%) eram portugueses, indígenas ou de origem incerta. Assim sendo, foram analisados os casamentos de escravos e forros da região, levando-se em conta a naturalidade dos cônjuges, também percebeu-se que tanto crioulos como africanos, igualmente, assumiam um claro

comportamento endogâmico. Das uniões formalizadas com a presença de pelo menos um dos nubentes africanos, 394 foram com consortes também africanos (74,5%), 116 com crioulos (21,9%) e 19 (3,6%) com livres: portugueses e indígenas. Já os crioulos contaram com 420 indivíduos (85,6%) que se casaram com outros crioulos, 116 casaram com africanos (11,8%) e 26 (2,6%) com livres.

Esses dados vistos de forma separada entre as quatro Freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande não mostram discrepâncias significativas no tocante à endogamia dos matrimônios. Na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 271 matrimônios foram estabelecidos entre africanos e 254 entre crioulos, perfazendo um total de 84,9% dos 618 casamentos. Na Freguesia de Nossa Senhora da Cachoeira, 48 enlaces foram contraídos entre africanos e 35 entre crioulos, o que corresponde a 74% dos 112 matrimônios obtidos perante a Igreja. Na Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, 26 casais de africanos e 44 de crioulos constituíram 78,6% dos matrimônios. Em Santa Bárbara da Encruzilhada foram realizadas 49 cerimônias em que ambos os nubentes eram africanos e 87 em que eram crioulos, o que representa 87,2% de relações endogâmicas entre os 156 matrimônios concebidos no período.

Por esses dados pode-se observar que a escolha dos pares demonstrou até aqui padrões absolutamente endogâmicos do ponto de vista jurídico e por naturalidade, embora fossem diferenciados os níveis de interação matrimonial entre mulheres e homens escravos, livres e forros nessas freguesias, conforme mostrado a seguir.

Tabela 35 – Casamentos segundo a origem dos noivos, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1758-1835

Origem	Crioulo	Africano	Indígenas	Forros	Livres	Não Consta	Totais
Noivo	136	496	12	156	98	77	975
Noiva	119	462	34	138	—	222	975
Total	255	958	46	294	98	299	1.950

Fonte: Livros de registro de casamentos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Na Fronteira Oeste militarizada, marcada pela guerra, a insuficiência de mulheres de origem portuguesa contribuiu para que homens livres de pouco cabedal acabassem por disputar mulheres no mercado matrimonial de escravos e forros. Por essa razão, observou-se que foram as escravas, e, sobretudo as forras, que vislumbravam condições de se aproveitarem de tal situação para fugir do padrão endogâmico de seu grupo, como no exemplo a seguir.

No dia 2 de outubro de 1804 contraíram matrimônio Pedro de Araújo Villaça, natural da Praça da Colônia, bispado de Buenos Aires, filho legítimo de Bastos de Araújo e Vitória Ferreira e Francisca Benguela, viúva do preto Domingos, e escrava do Tenente Coronel Patrício Correia da Câmara¹¹⁰. Assim como Francisca, há outros dois casos em que a mulher escrava casou-se com indivíduos dos domínios da Espanha, houve dois casamentos com portugueses; e doze com indígenas de nação Guarani. Além disso, oito mulheres forras se casaram com livres, sendo uma africana com um brasileiro, uma crioula com um brasileiro, e três crioulas com portugueses.

Entre os homens ocorreram 18 casamentos de escravos com mulheres livres. Nesse caso, todas eram indígenas indicando que entre os homens escravizados da região o acesso às mulheres livres através da união legal só ocorria através do matrimônio contraído com mulheres índias. Já as escravas ou forras alcançavam, inclusive, os portugueses ou espanhóis.

Quando agregados por situação jurídica e por cor dos nubentes, observou-se que a endogamia era a marca. A novidade aqui é o fato de se constatar que nas freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, quando as mulheres forras conseguiam avançar matrimonialmente para o mundo dos livres, o fizeram com maior frequência por meio de uniões com pardos e brancos.

¹¹⁰LCRP - 2B, f. 240, ACMPOA.

Tabela 36 – Percentual de distribuição dos casamentos conforme a endogamia segundo a cor dos cônjuges, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1758-1835

COR	Caçapava	Cachoeira	Rio Pardo	Encruzilhada	Totais
Crioula	5	6	13	13	27
Cabra	—	—	1	—	1
Parda	6	4	28	10	48
Preta	32	50	325	73	480
Endogâmicos	43	60	367	96	566
N/F	16	17	83	31	147
Exogâmicos	30	35	168	29	262
Total	89	112	618	156	975

Fonte: Livros de registro de casamentos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Observa-se através dos dados da tabela acima que dos 975 casamentos em que houve a participação de escravos e forros, a escolha dos pares demonstrou padrões absolutamente endogâmicos, também do ponto de vista da cor. Nesse caso, houve uma pequena diferenciação nos níveis de interação entre mulheres e homens nas quatro Freguesias da Fronteira Oeste analisadas. Nos casos em que houve abertura para um consorte de outras cores, o padrão era de mulheres buscando homens de cores mais claras¹¹¹, o que significa dizer que, se tivessem filhos, muito provavelmente derivariam dessas uniões filhos não pretos.

Distribuídos de acordo com a etnia, os cônjuges assumiram posturas parecidas: pautavam-se preferencialmente nos da mesma nação, dos agrupados conforme a região de origem. Nesses casos, em 312 celebrações de um total de 529 onde houve a presença de escravos africanos, tanto a noiva como o noivo eram da mesma etnia. Em 108 casos, os noivos eram da Guiné, 84 foram casais Angolas, 38 africanos, 33 Benguelas, 23 Banguelas,

¹¹¹ Robert Slenes (1999, p. 82) fala a respeito da liberdade de escolha que as mulheres tinham e do quanto podiam eventualmente “jogar” com a escassez no mercado. Ao contrário do que apresenta Manolo Florentino e José Roberto Góes a respeito de um domínio do mercado matrimonial escravo por parte dos homens mais velhos em fases de retração do tráfico. Podemos inferir, a partir dos casos estudados, que, dado o desequilíbrio sexual generalizado, o espectro de escolhas era maior para as mulheres, o que lhes permitia optar por um homem que deixaria impressa na pele de seus filhos a marca da escravidão um pouco mais distante.

13 da Costa, 6 do Congo, 2 da Costa Leste, 2 Mina, 2 de São Tomé e 1 Rebolo. Os demais são entre africanos de etnias diferentes.

Tabela 37 – Casamentos conforme a nação/origem dos cônjuges, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1758-1835

Nação/Origem	Ele	Ela	Total	Casais endogâmicos quanto à origem africana
Angolas	121	109	230	84
Africanos	51	47	98	38
Banguelas	36	43	79	23
Benguelas	57	57	114	33
Bojú	2	6	8	1
Cabinda	4	4	8	1
Cabo Verde	4	—	4	—
Cabundá	—	2	2	—
Congo	33	23	56	6
Costa Leste	2	2	4	2
Da Costa	18	16	34	11
De Nação	6	5	11	5
Guanguela	—	4	4	—
Guiné	129	125	254	108
Manjolo	1	1	2	1
Mina	17	6	23	02
Moçambique	4	1	5	—
Muteca	1	—	1	—
Rebolo	7	7	14	—
São Tomé	3	4	7	2
Total	496	462	958	317

Fonte: Livros de registro de casamentos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Os crioulos constituíram apenas 36 casais com essa característica de endogamia. Desses, 24 eram oriundos do Rio Grande de São Pedro, 8 de Pernambuco e 4 de São Paulo. Como se vê, a endogamia foi a marca das escolhas matrimoniais dos casais analisados neste trabalho.

Tabela 38 – Procedência dos escravos crioulos, conforme os casamentos da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Capitania/Província	1755-1835				Totais	
	Homens		Mulheres		#	%
	#	%	#	%		
Alagoas	2	1,51	—	—	2	0,80
Bahia	4	3,03	1	0,85	5	2,00
Espírito Santo	—	—	4	3,42	4	1,61
Mato Grosso	1	0,75	—	—	1	0,40
Minas Gerais	5	3,79	2	1,71	7	2,81
Paraná	5	3,79	2	1,71	7	2,81
Pernambuco	22	16,67	22	18,80	44	17,67
Rio de Janeiro	8	6,06	1	0,85	9	3,62
Rio Grande do Sul	47	35,61	76	64,96	123	49,40
Santa Catarina	4	3,03	—	—	4	1,61
São Paulo	34	25,76	9	7,70	43	17,27
Total	132	100	117	100	249	100

Fonte: Assentos de Casamentos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Conclui-se, com isso que, entre os escravos localizados para a Fronteira Oeste do Rio Grande, a procura por iguais, seja do ponto de vista da naturalidade, da cor ou do estatuto jurídico foi a norma. Ficou clara a permanência de padrões culturais endogâmicos dentro e fora da escravidão, o que nos permite inquirir que casar-se, neste caso, parece ter sido fruto muito menos do controle e da concessão senhorial, como sugere Robert Slenes, e muito mais resultado do desejo e das escolhas pessoais desses indivíduos.

5.4 TEMPO DE CASAR

Na generalidade das comunidades coloniais brasileiras, o calendário agrícola, aliado as restrições de caráter religioso, tenderia a influenciar a distribuição das cerimônias matrimoniais ao longo do ano, gerando preferências coletivas pelas épocas menos atingidas pela conjugação dos vários fatores condicionantes. Dessa forma, o movimento sazonal de casamentos torna-se um rico indicador do cotidiano dessas populações na

medida em que a escolha do mês para a realização da cerimônia reflete costumes, tradições, interdições e mentalidades religiosas, além de influências das atividades sociais e econômicas.

Desse modo, a sazonalidade dos casamentos aqui analisados possui relação direta com a organização do tempo de uma sociedade de matriz religiosa cristã, cujo calendário litúrgico anual muito informa sobre os povos e indivíduos que o adotam. Assim, tanto a direcionalidade das opções manifestadas em um determinado período como a sua evolução no tempo, poderá construir indícios de uma maior ou menor adesão às prescrições religiosas impostas pela Igreja e refletir, indiretamente, o catolicismo de cunho popular praticado na colônia. Esse, ainda que recheado de práticas não exatamente alinhadas com a hierarquia da Igreja e com reelaborações e reinterpretções de elementos romanos, era frequentemente orientado pela observância do calendário anual e das festas religiosas tradicionais consideradas importantes.

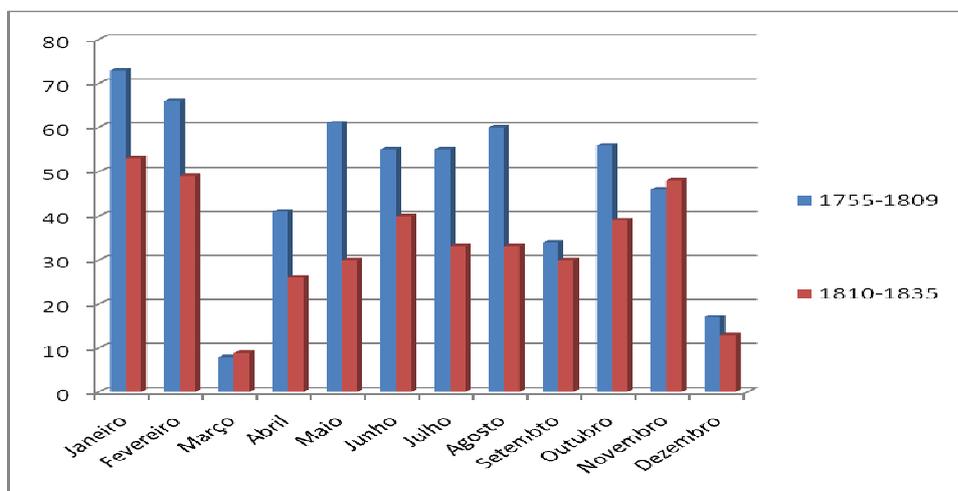


Figura 11: Sazonalidade dos casamentos nas paróquias da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835.

Fonte: Livros de registro de casamentos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Com o objetivo de detectar possíveis variações comportamentais durante os anos que medeiam entre 1758 a 1835, optou-se pela separação do total de casos em dois grandes períodos (1758-1809 e 1810-1835) em que as tendências observadas podem dar a entender a existência de alterações

de mentalidade e configurações sociais distintas (Figura 11). Na análise da frequência mensal dos casamentos de escravos que buscaram a sanção eclesiástica nas Freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, a primeira constatação é a frequência baixíssima de matrimônios nos meses de dezembro e março.

Uma explicação para esse dado talvez seja a influência tradicionalmente exercida pela Igreja Católica, resultando na observação do calendário religioso associado ao tempo do Advento e da Quaresma. O mês de março, por exemplo, é frequentemente incluído nos 40 dias após a quarta-feira de cinzas e, portanto, período de abstinência e jejum que, em função da preparação para a Páscoa, é considerado impróprio para a realização de ritos festivos. Por outro lado, a maior frequência dos matrimônios nos meses de janeiro e fevereiro refletiria a forte demanda reprimida nos meses de dezembro devido ao Advento e ao mês de março associado à Quaresma. Ocorre que os casais, sabendo das interdições religiosas, tendiam a procurar a Igreja para sancionar suas uniões nos meses imediatamente anteriores ou posteriores a esse período.

Essa tendência foi também percebida em outros estudos que contemplaram em suas análises a população livre, como o que foi desenvolvido por Carlos Bacellar (2001), sobre a Vila de Sorocaba no século XVIII, e por Janaina Lopes (2006) que investigou freguesias cariocas do século XIX. Pelo que demonstraram esses autores e em consonância com os dados encontrados para o antigo território sul-rio-grandense, percebe-se que não havia diferenças quanto às assimilações das interdições religiosas dos nubentes, visto que se igualavam as práticas matrimoniais de escravos, forros e livres.

Percebe-se também que ocorre, na distribuição dos casamentos de escravos nos dois períodos analisados, uma queda acentuada no mês de setembro seguida de uma tendência de alta nos meses subsequentes. Esse período não redundava em interdição do casamento. Logo, o fator de interdição pode ter passado a ser o trabalho e não mais a observância religiosa. É de grande ajuda, nesse sentido, a análise da distribuição dos casamentos ao

longo das estações do ano, a saber: verão (dezembro, janeiro e fevereiro), outono (março, abril e maio), inverno (junho, julho e agosto) e primavera (setembro, outubro e novembro).

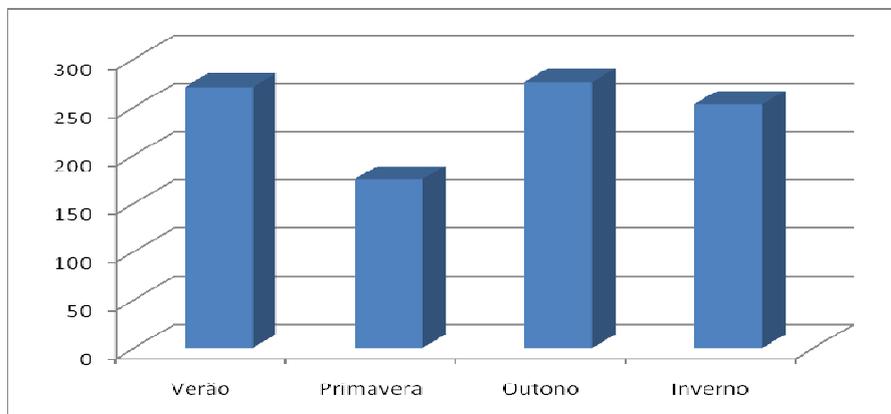


Figura 12: Percentual de distribuição de casamentos escravos nas estações do ano na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1762-1835.

Fonte: Livros de registro de casamentos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

A Figura 12 nos mostra, a princípio, a menor incidência de escravos casando-se na primavera (setembro – outubro – novembro) e a distribuição regular pelas demais estações do ano. Vale lembrar que, no caso de atividades ligadas à pecuária como a castração, marcação e os rodeios, predominava o trabalho justamente nesse período do ano. Segundo atesta o documento citado por Guilhermino Cesar (1964, p. 42) no qual cita que o futuro Conde de Piratini ordenava no ano de 1832 que a marcação fosse feita “o mais cedo que for possível a fim de não encontrar este trabalho com outros que se acumulam para o tempo de inverno...”¹¹². Dez anos depois, o Visconde de São Leopoldo afirmou que a marcação era praticada uma vez por ano, na estação fresca.

Segundo Farinatti a marcação e a castração eram atividades realizadas “no início da primavera, o que dava tempo para as feridas geradas por essas atividades cicatrizarem e evitava que insetos, comuns no verão, depositassem ali suas larvas gerando bicheiras”. Segundo o autor, essas tarefas eram aquelas que exigiam um incremento mais significativo de

¹¹² Entre os trabalhos que se acumulavam no inverno estava a fabricação da farinha de mandioca.

trabalhadores e representavam os picos estacionais de demanda de mão de obra (FARINATTI, 2007, p. 292).

Portanto, não se deve descartar a provável relação com a dinâmica das atividades campeiras, em que uma parte significativa desses escravos se inseriam, mesmo que alguns deles pertencessem, a princípio, ao meio urbano ou a outras atividades como os agricultores ou trabalhadores domésticos. A esse respeito, adverte Schwartz (1988, p. 245) para o fato de que a cidade e o campo não devem ser considerados como polos opostos na economia colonial brasileira, mas sim como parte de uma continuidade integrada.

Essa relação provavelmente faria com que o manejo com o gado demarcado pelas estações, mais intensas ou não conforme o período significasse mais ou menos trabalho e, conseqüentemente, menor ou maior incidência de casamentos. Essa hipótese só viria a confirmar a tendência de alta percebida nos matrimônios escravos em momentos de menor demanda por seus trabalhos no outono e no verão. Nesse sentido, importa lembrar que, muito provavelmente, um momento exerça uma espécie de complementaridade sobre outro, já que tempos de trabalho intenso talvez também significassem momentos privilegiados de aproximação e encontros, condição de possibilidade, portanto, para uma possível união.

5.4.1 Os dias de casar

O modo como os cristãos organizaram sua semana influenciou diretamente na organização de seu calendário. Em seu estudo sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro Mary Karasch nos informa que “[...] muitos escravos, embora não todos tinham folga nos domingos e principais feriados [...]” e de que “[...] o descanso do trabalho certamente contribuía para o entusiasmo com que celebravam os dias santos com procissões, fogos e danças durante toda a noite” (KARASCH, 2000, p. 347).

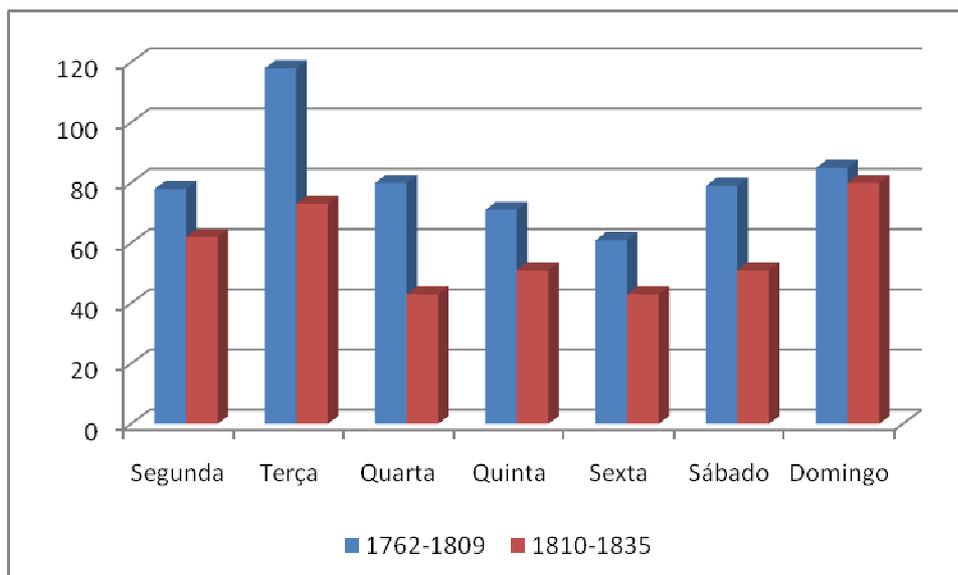


Figura 13: Casamentos por dias da semana entre escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1762-1835.

Fonte: Livros de registro de casamentos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Considerando, então, os casamentos dos escravos e forros de acordo com os dias da semana em que se realizavam, percebe-se que, de uma maneira geral, conforme a Figura 13, que no período de 1762 a 1809 eles tenderam a se concentrar nas terças-feiras, seguidos pelos domingos e no período de 1810 a 1835, o inverso¹¹³. Os casamentos, no entanto, distribuíam-se por todos os dias, não havendo, em especial, preferência pelo final de semana em detrimento dos demais dias para a realização do rito matrimonial entre os escravos.

Todavia, os domingos devem ter sido procurados porque era uma oportunidade para que tanto escravos como forros contassem com seu dia de folga. Momentos em que não haveria a necessidade da interrupção do trabalho cotidiano para a celebração e, quem sabe, até a impossibilidade de comemoração pelo sacramento recebido.

Já o predomínio pelos casamentos nas terças-feiras talvez esteja relacionado à devoção por Santo Antônio que, como se sabe, recebe a fama

¹¹³ Foi utilizado um calendário perpétuo para descobrir os dias da semana correspondentes aos dias em que os casamentos foram registrados.

de ser casamenteiro¹¹⁴. A festa de Santo Antônio é comemorada no dia 13 de junho, dia de sua morte. No entanto, a trezena que a antecede a essa data é marcada por pregações especiais e festas em homenagem a um dos mais populares milagreiros. Posto que vem de uma longa data a fama de Santo Antônio ser protetor dos namorados, pelo visto isso também se refletia nos casamentos dos cativos.

Para iluminar um pouco mais a análise do comportamento matrimonial dos escravos, também se pode lançar mão do estudo dos casamentos dos homens e mulheres livres de Sorocaba realizado por Carlos Bacellar. Embora distinto do presente trabalho no que diz respeito ao estatuto jurídico da população estudada, essa tese de doutorado nos indica, dentre outras coisas, as preferências matrimoniais segundo os dias da semana para a realização das cerimônias de casamento. A tendência encontrada pelo autor também foi a preferência pelas terças-feiras em detrimento das sextas-feiras e domingos. De posse de tais dados, Bacellar concluiu que:

[...] se o fim-de-semana era normalmente reservado para diversas atividades, o matrimônio não era uma dessas. Os casamentos marcados fora do fim-de-semana talvez visassem ressaltar a ocorrência da cerimônia, realizada em dias onde a vila, normalmente, estava esvaziada. Chamava-se, assim, maior atenção para o evento, informando à comunidade o novo Status de casal alcançado pelos jovens noivos (BACELLAR, 2001, p. 84).

A ideia da procura por um dia que permitisse um maior destaque da cerimônia e um afastamento dos dias de maior interesse pelo templo parece estar presente também nos casamentos dos escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande, embora se entenda que o fato de serem nas terças-feiras deve-se à forte mentalidade religiosa associada a Santo Antônio, santo casamenteiro. Casar sob a sua bênção parece ter sido um símbolo de devoção presente nas escolhas feitas pelos cativos e forros que se casavam na Fronteira Oeste do Rio Grande entre fins do século XVIII e princípios do XIX.

¹¹⁴ Não existem documentos seguros que indiquem o porquê de ser justamente esse dia. Alguns dizem, no entanto, que foi porque o santo foi sepultado em uma terça-feira e o povo não arredou pé da sepultura a noite inteira. Assim teria nascido o costume de dedicar a Santo Antônio as terças-feiras e fazer as trezenas. Até hoje muitos católicos devotos visitam igrejas nas terças-feiras de cada semana. Momentos em que se confessam e comungam.

5.4.2 As horas de casar

Até aqui configura-se um quadro em que as uniões matrimoniais sancionadas pela Igreja, em um primeiro momento, são dissolvidas pelo mundo do trabalho, dada a queda na incidência dessas nos períodos do ano de maior demanda por “braços”. Encontros seriam cristalizados em períodos posteriores, em momentos dedicados a outras atividades. Nesse sentido, escravos e forros buscariam oficializar através do casamento o contato e o convívio, possivelmente estabelecidos antes no trabalho.

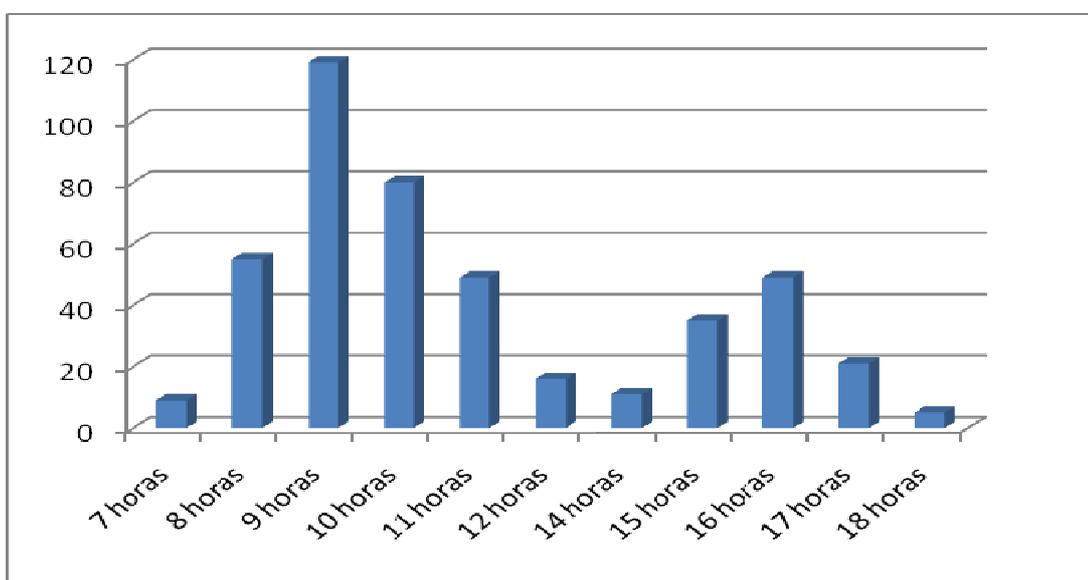


Figura 14: Distribuição dos horários nos quais escravos e forros se casavam, freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1762-1835.

Fonte: Livros de registro de casamentos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Esta tendência é, aparentemente, reiterada pela Figura 14 que se refere à distribuição de matrimônios cativos durante as horas do dia, pois, ao observá-los, constata-se a presença de um expressivo pico às 9 horas. Sendo assim, em consideração que este horário situa-se no início da manhã. O comportamento dos livres, por sua vez, mostra uma tendência inversa, com 23,1% no primeiro período e 76,9% no segundo. A explicação encontrada para tal quadro é a ideia de que talvez possa ter existido uma definição de horários de forma a dividir os grupos que frequentavam a Igreja.

Com efeito, a análise da Figura 14 mostra claramente que os matrimônios cativos da região concentravam-se nos períodos da manhã: 73,06% ocorriam nesse recorte do dia, das 7 às 12 horas, e apenas 26,94% ocorriam das 13 às 19 horas. Talvez o período matinal fosse menos favorável àqueles que se deslocavam por longas jornadas até o templo, sobretudo nos períodos mais frios do ano, de forma que ficava reservado esse período para as cerimônias que envolviam cativos, grupo que, obviamente, não tinha independência em relação à escolha da “hora de casar”. Não há também restrição aos templos escolhidos por eles ou seus proprietários visto que em alguns casamentos realizados na região a cerimônia também podia ocorrer em oratórios particulares ou em capelas menores que se espalhavam pelo vasto território da Fronteira Oeste. Com relação ao horário, pode-se considerar assim as primeiras horas da manhã como horários menos “nobres”, e, portanto mais próprios para casamentos entre escravos ou forros, enquanto os horários ao entardecer e à noite mais propícios para noivos de condição socioeconômica privilegiada.

Robert Slenes salienta que nas regiões rurais teria sido mais comum que os casamentos fossem realizados de forma coletiva para “tornar o uso do tempo mais eficiente, mas também (se suspeita) de impressionar a escravatura com o clima de festa que a resultante ‘romaria’ à igreja implicava” (1999, p. 93). Na região em foco, as igrejas matrizes sediaram a maioria dos casamentos celebrados tanto de escravos como outros. No entanto, não foi percebida uma preferência pelo domingo, que seria o dia dedicado ao Senhor (missa) e de folga dos escravos. As celebrações indicam que haveria certamente uma perda de trabalho dos noivos e talvez, dos convidados (dos 975 casamentos de escravos, apenas 165 foram realizados no domingo, 130 no sábado e outros 680 espalhados entre os dias de semana). Entretanto, em dois aspectos a experiência campineira é diferente. Primeiramente, os casamentos coletivos foram raros na região. Além disso, em raríssimas ocasiões as testemunhas foram companheiras de cativo, como será visto a seguir.

5.5 TESTEMUNHAS DOS CASAMENTOS DE ESCRAVOS

Nos casamentos realizados para Fronteira Oeste do Rio Grande, outro aspecto que chamou atenção foi o fato de as testemunhas serem sempre indivíduos do sexo masculino e quase sempre livres. Difere, portanto, do que fora apresentado por SLENES (1999, p.93) cuja pesquisa sobre Campinas indica que as testemunhas ao evento, eram na sua maioria formadas por cativos. Na região em foco, a princípio, eram espectadores que não tinham a importância para os noivos tal como o compromisso que se estabelecia entre padrinhos de batismo, já que foram as mesmas pessoas a assinar em várias séries de assentos.

Percebe-se, no entanto, que se tratava, em geral, de grandes proprietários locais, figuras bastante atuantes na região e que, provavelmente, também fossem muito devotadas à fé católica. Alguns eram coadjutores de outras freguesias e talvez representassem pessoas da alçada do padre, nada representando para os noivos. Essas ideias corroboram a tese defendida por Faria (1998, p. 309), autora, segundo a qual: “testemunhas eram todos os que assistiam à cerimônia, como aludem alguns assentos e que de meados do século XVIII em diante, fixou-se em duas”.

De fato, nas cerimônias de casamento realizadas por escravos e forros da Fronteira Oeste do Rio Grande, chama-se a atenção à ausência quase total dos companheiros de cativeiro, configurando-se em um universo formado basicamente por homens livres, visto que, em apenas 3 cerimônias das 975 que foram realizadas entre os anos de 1762 a 1835, estiveram presentes apenas 2 escravos e 1 forro. Este dado parece um forte indicativo de que as relações representadas pelas testemunhas de casamento entre os escravos não tiveram, ao menos para a região em estudo, o caráter das redes de sociabilidades que se estabeleceram através da escolha dos padrinhos dos batizados, conforme discutiremos a seguir.

CAPÍTULO 6: PARENTESCO ESPIRITUAL E ALIANÇAS ENTRE ESCRAVOS

Nos interstícios dos sistemas normativos estáveis ou em formação, grupos e pessoas jogam uma estratégia significativa própria, capaz de marcar a realidade política de uma maneira duradoura, não de impedir as formas de dominação, mas de condicioná-las e modificá-las (LEVI, 2000, p. 45).

No dia três de setembro de 1833, os padrinhos José e Dionísia, pretos, escravos do senhor José Joaquim dos Santos levaram a pequena Balbina, parda, para receber a água do batismo cristão na Matriz da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Balbina era filha de Agostinha Angola e, como sua mãe e padrinhos, era escrava do senhor José Joaquim dos Santos. Essa inocente era, na verdade, crioula da primeira geração de filhos africanos em terras do Império Português na América. Foi batizada e registrada pelo vigário Antônio Alvares Ferreira. O celebrante, ao escrever o registro, não se esqueceu de identificá-la como parda, o que não acontecia em outras atas, que indicavam os inocentes cativos como crioulos, filhos de africanos em terras americanas. Como na maior parte dos registros de inocentes escravos da região, o pai não foi nomeado.

O sacramento do batismo, como o recebido pela menina Balbina, tinha um lugar muito importante na sociedade colonial, pois, conforme Soares (2000, p. 22), tratava-se da “forma primeira de identificação de qualquer indivíduo, livre ou escravo, pobre ou rico, nobre ou plebeu”. Através desse rito de passagem as crianças escravas ou adultos recém-desembarcados

seriam integrados à comunidade cristã, posto que, segundo os ditames da Igreja, através do ato do batismo ter-se-ia um segundo nascimento “[...] um nascimento social e religioso que definia desde a tenra idade a religião, e que por consequência, definiria o conjunto de valores pelos quais o indivíduo deveria se pautar”.

Na Fronteira Oeste do Rio Grande o cotidiano das localidades era, sem dúvida, marcado pelo nascimento de crianças. Da segunda metade do século XVIII até primeira metade do século XIX, dos assentos de batismos que sobreviveram, somam-se 6.398 que correspondem a inocentes. Não por acaso esses registros têm sido uma das principais fontes utilizadas por aqueles que atualmente se debruçam sobre os estudos relativos à escravidão, sobretudo entre os que dedicam especial atenção às relações de compadrio. Talvez porque este tenha sido o sacramento católico mais comum entre os cativos e na população em geral ou porque se percebe que através dele os escravos estendiam suas relações, uma vez que com a prática do apadrinhamento obtinham uma forma de parentesco proveniente de um ato de escolha. Dessa forma, estendiam, entre si ou com os outros setores sociais, laços imbuídos de significados precisos.

Tais registros tiveram início em Rio Pardo, no ano de 1755, quando passaram a formar séries bastante completas e bem conservadas no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, com exceção para os dados que vão de 1763 a 1774, cujo livro se perdeu. Na soma dos assentos verificados para as quatro freguesias da região entre 1755 e 1835 viu-se nascer um número expressivo de crianças, tanto livres, escravas ou forras. Nessas sociedades, como em qualquer outra, também foram geradas crianças que não puderam ser assumidas pelas mães. Desde a década de 1780, essa realidade transpareceu nos casos de crianças expostas tanto nos caminhos que levavam às vilas quanto nas portas das casas. Tais crianças receberam padrinhos e madrinhas. Nesses casos, como em outros, a administração do sacramento do batismo era muito importante para as pessoas envolvidas a ele. Constituíam um momento de reunião, tanto de livres como de escravos e forros.

Tabela 39 – Batismos da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835

Período	Escravos inocentes		Escravos adultos		Forros na Pia		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%
1755-1809	2.247	92,0	83	3,4	112	4,6	2.442	100
1810-1835	4.151	80,2	749	14,5	274	5,3	5.174	100
Total	6.398	84,0	832	10,9	386	5,1	7.616	100

Fonte: Livros de registro de batismos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Entre os fregueses das localidades de Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada, foram localizados 7.616 registros que ocorreram entre os anos de 1755 a 1835, sendo 832 (10,9%) referentes a adultos, 386 (5,1%) a crianças forras e 6.398 (84%) a crianças escravas, não havendo aqui distinção entre naturais, legítimos ou expostos¹¹⁵. Os assentos de batismos, nesse caso, tornam-se fontes privilegiadas para o estudo da composição dessa população, bem como a análise da sociedade na qual emerge.

Tabela 40 – Sexo dos escravos inocentes batizados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835

Sexo	1755-1809				1810-1835				Totais			
	Inocentes		Africanos		Inocentes		Africanos		Inocentes		Africanos	
	#	%	#	%	#	%	#	#	#	%	#	%
Masculino	1.105	49,17	56	67,46	2.075	49,98	538	71,82	3.180	49,70	594	71,40
Feminino	1.142	50,83	27	32,54	2.076	50,02	211	28,18	3.218	50,30	238	28,60
Total	2.247	100	83	100	4.151	100	749	100	6.398	100	832	100

Fonte: Livros de registro de batismos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

¹¹⁵ Para análise da demografia, ver MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros eclesiásticos e a demografia histórica da América Latina. In: Separata Memórias da I Semana da História. Franca-SP, 1979, p. 257 et. seq. SCOTT, Ana Silvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina Deckmann (organizadoras). A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX. São Leopoldo: Oikos, Editora da Unisinos, 2008. Para a análise sobre escravidão a partir do uso de fontes paroquiais, utilizou-se como base GÓES, José Roberto. O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da Primeira Metade do Século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

Em relação ao sexo, de maneira geral, o quadro acima demonstra que houve um pequeno predomínio das meninas nos batismos de inocentes escravos da região. Já os números correspondentes aos adultos africanos batizados indicam o predomínio absoluto, como era de se esperar, de indivíduos do sexo masculino, com a proporção de 594 homens (71,40%) frente a 238 mulheres (28,60%). Tais números refletem a lógica do sistema escravista de, a princípio, importar mais homens que mulheres. Por outro lado, se o número de inocentes batizados for comparado com os dados correspondentes aos adultos que tiveram assentos realizados no mesmo período, pode-se perceber que para uma população batizada de 6.398 crianças escravas na faixa de zero a 5 anos, têm-se identificados através do batismo 832 africanos. Ainda que tais números não signifiquem o conjunto da população escravizada da região, não deixaram de ser representativos. Evidenciam, ainda, que não apenas os inocentes receberam a água na pia batismal das igrejas da região, mas também um número expressivo de cativos adultos. Tal situação mostra a ação da Igreja e do Estado na tentativa de controle da população, não só pela difusão do primeiro sacramento como também pelo valor do mesmo para a população colonial.

Na região em foco, as péssimas condições materiais em que estavam inseridos os escravos levavam à expressiva mortalidade infantil. A luta pela vida nos enfrentamentos de doenças e as dificuldades materiais da família poderiam ter perdurado até as crianças atingirem a maioridade. Além das possíveis omissões, os livros de óbitos indicam que muitas crianças não sobreviveram, chegando a serem enterradas antes mesmo do recebimento do batismo cristão¹¹⁶. Outras, nascidas com risco de morte, foram batizadas por alguns leigos, mas não resistiram, sendo enterradas como anjinhos. É o que

¹¹⁶ Em estudo anterior sobre a mortalidade diferencial verificamos que aproximadamente 42% dos óbitos da Freguesia de Rio Pardo diziam respeito a escravos. Entre esses, 38,32% correspondiam a crianças, menores de 1 ano de idade. Somados aos que foram declarados apenas como recém-nascidos, foram encontrados 998 casos entre os falecidos de um total de 2.275 (42,87%) dos óbitos atribuídos a menores de 1 ano de idade. Essa estatística reflete, provavelmente, a falta de cuidados básicos e de condições mínimas de sobrevivência tanto das crianças como das mães. No caso das mortes especificadas de *recém-nascidos*, ou *morto logo após o nascimento*, é provável que tenham sido acometidos do conhecido mal dos sete dias, ou seja, infecção umbilical. Esse caso representa 11% dos falecimentos da região. CF: PETIZ, Silmei S. Doenças dos escravos no sul do Brasil. In: *Doenças e escravidão: Sistema de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

ocorreu com o inocente João, filho da escrava Tereza batizada em casa por necessidade pelo próprio senhor que por “piedade”, também foi seu padrinho¹¹⁷. João viria a falecer duas semanas depois, conforme atesta seu assento de óbito.

Não só as crianças corriam risco ao nascer. Suas mães também passavam por dificuldades no parto. Joaquina Angola¹¹⁸, esposa de José, preto da mesma nação, foi uma das 58 mulheres escravas que morreram “de parto”, mãe de Agostinha, como as demais, não viu a filha crescer. Entretanto, a maioria das mães resistia ao parto, como a preta Cabinda Joaquina, escrava de Valeriano Antônio Araújo, moradora da vila de Cachoeira que pôde batizar no dia 4/2/1818 as filhas gêmeas Sebastiana e Marta, que haviam nascido no dia 20 de janeiro do mesmo ano¹¹⁹.

Tempos de partida para uns, tempos de chegada para outros, são assim os caminhos da Igreja: repletos de testemunhos sobre os ciclos da vida. Esse também era o caso do menino Feliz, batizado em Rio Pardo pelo vigário Sebastião do Rego. Na mesma ocasião, o proprietário levava à pia batismal mais 16 escravos africanos, adultos e recém-chegados à região, conforme se pode depreender pelo uso do termo boçal, que indica o desconhecimento da língua portuguesa, conforme podemos depreender do registro abaixo:

Aos vinte e oito do mês de novembro de 1832 nesta matriz da vila de Rio Pardo batizei solenemente e pus os santos óleos a Feliz nascido aos vinte quatro de maio do mesmo ano, filho natural de Joaquina. João Congo, Miguel Benguela, José e Manoel congos, Matheus, Pedro, Paulo, Francisco, Joaquim, José, Leopoldina, Mathias, Luiz, Manoel, Damião e Domingos, todos escravos do capitão mor Francisco Pinto Porto e todos de nação, adultos e boçais. Foram padrinhos Joaquim e Margarida, escravos do mesmo senhor. Que para constar fiz este assento que assino (Vigário Sebastião do Rego)¹²⁰.

Segundo a legislação canônica, os assentos de batismos deveriam conter a data da cerimônia, o local onde foi realizado, o prenome do batizando, nome dos pais, nome e sobrenome dos padrinhos (se esses

¹¹⁷ LBRP – n. 3, f. 180, 30/9/1781, AHCMPA.

¹¹⁸ LORP – n. 4, f. 33, 17/5/1809, AHCMPA.

¹¹⁹ LBC – n. 2, f. s/n, 4/2/1818, AHDC.

¹²⁰ LBRP – n. 3, f. 236, 28/11/1832, AHCMPA.

fossem livres) com seus respectivos estados matrimoniais. Constava, ainda, o nome do proprietário dos pais e do batizando, nome dos proprietários dos padrinhos (se fossem escravos) e a freguesia a que pertenciam pais e padrinhos do batizando. Na Fronteira Oeste do Rio Grande, além dessas informações, as fontes também forneceram a data do nascimento dos inocentes, idade e a nação de origem dos africanos, e ainda a cor das pessoas envolvidas. Além disso, mediante as informações referentes às uniões sacramentadas pela Igreja Católica, podemos verificar os índices de legitimidade e ilegitimidade da população escrava existentes na região.

Como documento de posse, ocasionalmente o batismo também servia como forma de oficializar a alforria de uma criança escrava recém-nascida ou a promessa de libertação futura. Foi o caso da inocente Roza, filha ilegítima da escrava Ana, pertencente a José da Roza Correia. O pai esteve presente no momento do batismo e se chamava José da Cruz Dias, açoriano, *natural da Freguesia de Santa Catarina, Bispado de Angra*. A inocente foi batizada no dia 2/2/1775, na Igreja Matriz de Rio Pardo aos três meses de idade, tendo como padrinhos os pretos forros Francisco e Rita. O registro de seu batismo foi acompanhado da afirmação: “sendo que o pai da dita criança solicitou ao seu senhor que faria a mesma por forra e isenta de sua condição de escrava na importância de duas Doblas em dinheiro [...]”¹²¹. Encerra-se com as assinaturas do proprietário e do pai da criança. O outro caso, ocorrido em 21/12/1777, dizia respeito ao batismo da recém-nascida Rosália, filha legítima de Mateus, preto forro com Francisca, escrava da também preta forra Leonarda Maria. Uma observação colocada posteriormente pelo pároco informa que foi dito a ele pela senhora “que a criança passa a exercer a condição de livre e forra do estado de escravidão o que certifico em verbo sacerdotal [...]”¹²².

Essas promessas de liberdade registradas nos livros de batismos devem ter sido feitas ou por comodidade do proprietário ou pelo papel burocrático que a Igreja assumia no Brasil durante o período colonial. Essa função organizadora só começou a ser secularizada a partir da segunda

¹²¹ LBRP – n. 3, f. 7, AHCMAPA.

¹²² LBRP – n. 3, f. 61, AHCMAPA.

metade do século XIX (BASTOS, 1988). Assim, explicam-se também outras 116 situações encontradas em que inocentes escravos recebiam a alforria na pia batismal.

Outra questão também presente nos batismos era a transferência de posse em que se registrava que a criança recém-nascida, a partir do batismo, passava a ser propriedade de parentes ou afilhados dos proprietários através de doação ou venda. Este foi o caso de Severina, filha de Ana, escrava de Ana Branca. A cerimônia de seu batizado também serviu para que a sua senhora fizesse doação da dita escrava, a filha Ana Maria, transferindo “todo o domínio e posse que pode dispor da dita inocente”¹²³. Como se vê, no século XVIII e parte do XIX, os assentos de batismos também tinha uma função burocrática específica por servir para os proprietários como primeiro registro de propriedade dos inocentes.

Importante se faz ressaltar que a Igreja considerava responsabilidade dos senhores o batismo dos escravos, uma vez que este ato simbolizava uma das principais justificativas para a escravidão: a conversão dos pagãos e dos infiéis e a salvação das almas. No ato do batismo o pároco deveria informar aos pais e padrinhos do batizando os laços que estes passam a contrair a partir daquele momento. Pelo batismo os padrinhos ficavam sendo “fiadores para com Deus, pela perseverança do batismo na fé e por serem seus pais espirituais têm obrigação de lhes ensinar a Doutrina cristã e os bons costumes”. Assim, aos *pais espirituais* cabia a formação moral e religiosa dos afilhados.

Na América Portuguesa, as normas conciliares que regiam o batismo e outros sacramentos estavam traduzidas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), que foram publicadas em 1718 e passaram a reger a vida religiosa daqueles que participavam diretamente do cotidiano colonial. A partir da sua publicação, era obrigatório que cada Pároco tivesse em mãos um exemplar desse código, que passou a ser referência na ampliação das normas católicas. Especialmente sobre o sacramento do batismo, as Constituições dedicam a ele títulos que determinam a maneira

¹²³LBRP – n.1E, p. 47, de 12/11/1798. AHCOMPA.

como deveriam ser ministrados, bem como o papel desempenhado por cada um dos presentes (Pároco, pais e padrinhos).

O título X das Constituições da Bahia, *Do Sacramento do Batismo, de sua Matéria, Ministro e Efeitos*, estabelece as principais características do ritual. Segundo sua determinação, por ser o primeiro de todos os sacramentos católicos, somente após a sua administração o indivíduo ficava apto a receber os demais. Tendo como matéria a água natural, o sacramento era proferido, pelo pároco, em latim, ao som das seguintes palavras: *Ego te baptizo in nomine Patris, ET Filis, ET Spiritus Sancti*.

Sendo a salvação da alma o principal motivo pelo qual se justificava a administração do batismo, e considerando-se que esse ritual tinha uma enorme importância e necessidade individual, a preocupação da Igreja Católica era que as crianças fossem batizadas logo que nascessem, pois, caso morressem sem serem batizadas, perderiam a salvação. Assim determinava que, “[...] mandamos, conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam batizadas até os oito dias depois de nascidas; e que seu pai, ou sua mãe, ou quem delas tiver cuidado, as façam batizar nas pias batismais das paróquias, donde forem fregueses”¹²⁴.

A Figura 15 traz a distribuição dos inocentes escravos batizados na região segundo o número de dias calculado entre o nascimento e ocasião em que o sacramento foi ministrado. Não foi possível identificarmos essa informação em 1.765 assentos (27,59%) dos registros que foram lançados entre o período de 1755 a 1790. Para os demais 4.633 (72,41%), graças ao zelo dos vigários locais teve-se essa informação. Como se pode perceber,

¹²⁴ As normas do Concílio de Trento determinavam que o batismo deveria ser realizado o mais cedo possível, sendo que cada diocese deveria fixar os prazos admissíveis. No Brasil, conforme as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1770), possivelmente em função das distâncias a serem percorridas e das enfermidades imediatas ao pós-parto que atacavam a mãe e a criança, admitia-se que se passasse até oito dias após o nascimento para que se efetivasse o batismo. “Como seja muito perigoso dilatar o batismo das crianças com o qual passam do estado de culpa ao da graça, e morrendo sem ele perdem a salvação, mandamos conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam batizadas até os oito dias depois de nascidas; e que seu pai ou sua mãe, ou quem delas tiver cuidado, as façam batizar nas pias batismais das paróquias d’onde forem fregueses e não cumprindo assim pagarão dez tostões para a fábrica da nossa Sé, a Igreja Paroquial. E se em outros oito dias seguintes as não fizerem batizar pagarão a mesma pena em dobro” (CONSTITUIÇÕES, 1707, Título XIV, p. 20).

nesses casos, é nítido que a população local não cumpria a norma estabelecida quanto ao fato de o batismo ser oferecido às crianças até o oitavo dia de vida. Para a maioria, esse sacramento era oferecido após o primeiro mês de vida.

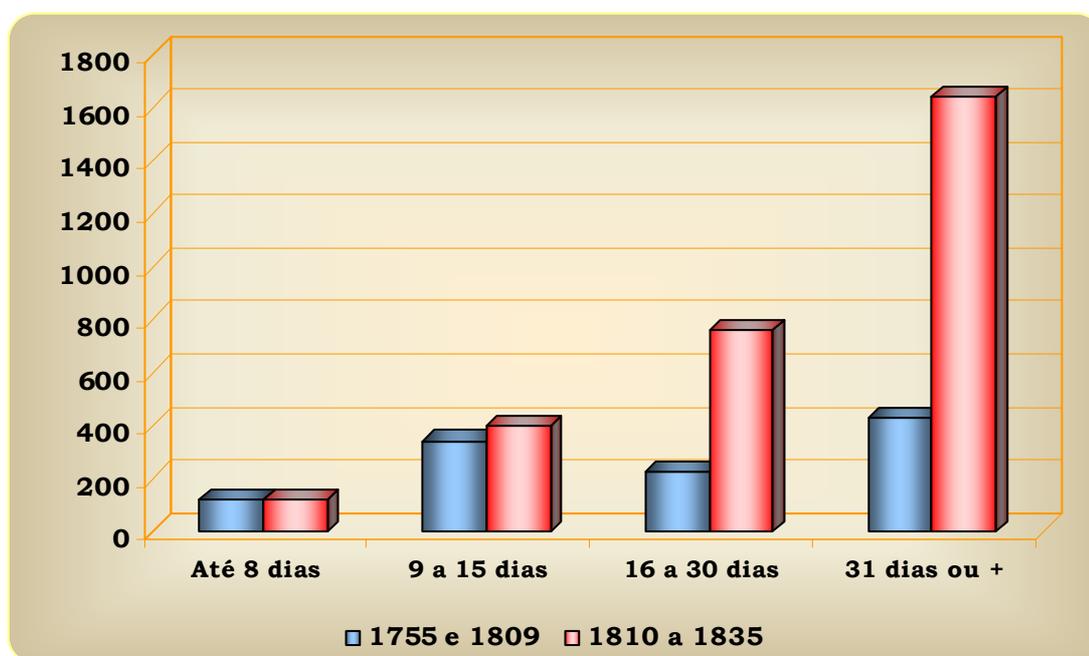


Figura 15: Distribuição das crianças escravas de acordo com o tempo transcorrido em dias, entre o nascimento e o batismo, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755 a 1835. Fonte: Assentos de Batismos, ACMPOA.

Com efeito, entre 1755 e 1809 foram localizados 1.123 inocentes cujos batismos referiram a data de nascimento. Entre esses apenas 121 (10,8%) contaram com esse sacramento até o oitavo dia de vida. Outras 345 crianças foram batizadas com idades entre 9 e 15 dias de vida o que corresponde a 30,7% dos casos. Aquelas que tinham entre 16 e 30 dias, somam 228 casos (20,3%) dos registros. Por fim, 429 batismos (38,2%) tinham mais de um mês de vida ao serem batizadas. Entre 1810 e 1835 o desrespeito à norma eclesiástica quanto ao tempo de batismo tornou-se ainda mais expressivo. Nesse período, apenas 3,9% das famílias cumpriam a determinação dos 8 dias e quase 64% receberam batismos após o primeiro mês de vida.

Esses dados são bastante diversos dos apresentados por Paula Chagas e Sergio Nadalin (2008), onde foi identificado que no século XVIII havia a preocupação evidente em batizar as crianças precocemente. Para a região de Curitiba, encontraram um percentual próximo dos 40% referentes a

batismos de escravos realizados até o oitavo dia, no que concluem que: “sempre se preferiu batizar a criança no primeiro mês. *No Setecentos quase 79% dos cativos e no Oitocentos, praticamente a mesma percentagem com 77%*”.

Em síntese, apesar das pequenas diferenças reveladas entre um período e outro (Figura 15), o perfil da distribuição dos intervalos entre o nascimento e o batismo demonstram claramente que na Fronteira Oeste do Rio Grande raramente se observava a recomendação canônica de que o sacramento fosse oferecido até o oitavo dia de vida. Suspeita-se de que, nesse caso, havia especificidades tais atribuídas as grandes extensões das freguesias e da falta de clérigos disponíveis capazes de atender à população crescente e bastante dispersa, de forma que a Igreja acabou por fazer vistas grossas a esse desrespeito. Impossível pensar que uma população, em grande parte carente, estaria arcando com custos pesados que coubesse por penitência. Ademais, não temos notícias de reclamações dos visitantes ou observações feitas nos registros de batismos que refiram sobre o pagamento de multas dos senhores de escravos que fugiam à norma.

Motta, em análise que fez explorando esse assunto, constatou que “é bastante nítido o amplo predomínio dos casos em que o sacramento religioso ocorria até os 90 dias de idade dos bebês” (1988, p. 23). Seu estudo realizado para as localidades do Vale da Ribeira e Casa Branca localizou nos batismos, respectivamente, 83,8 e 90,9%, com esse intervalo de tempo. No caso da Fronteira Oeste do Rio Grande, utilizando-se dessa metodologia obtêm-se 73% entre 1755 e 1809, e 68% entre 1810 e 1835. Algo mais próximo como se vê.

Assim, embora não batizassem seus escravos nos oito dias previstos, é provável que os senhores procurassem fazê-lo no menor tempo possível. Isso porque a finalidade do registro extrapolava as funções religiosas, era também exigido pelo Estado em suas diversas instituições e, para além da salvação das almas, havia a necessidade de formalizar a posse dos inocentes “crias da casa”, sendo o registro de batismo o documento que dava garantia

de posse sobre aqueles que eram levados à pia batismal. Maria de Fátima Rodrigues das Neves esclarece bem sobre esses interesses:

Quando um escravo era comprado, havia uma matrícula que servia como comprovante da posse. Porém, o inocente nascido de uma escrava não era matriculado, já que não tinha ocorrido uma transação comercial. Dessa maneira o registro de batismo era a única forma de que dispunha o proprietário para comprovar que alguns dos escravos, nascidos em seus plantéis, eram efetivamente seus (NEVES, 1990, p. 238).

Não era, portanto, uma mera formalidade, muito antes pelo contrário, constituía uma necessidade de todos os segmentos: livres, forros e escravos, sendo o batismo dos últimos uma obrigação de seus senhores. As crianças cativas deveriam ser levadas à Igreja Matriz ou à Capela mais próxima para serem batizadas, mesmo sem autorização dos pais. Com relação aos escravos adultos, o batismo deveria ser administrado até seis meses após a aquisição. Ao reconhecer a vastidão do território colonial, as Constituições da Bahia permitiam o batismo fora da Igreja Matriz e ministrado por capelães ou outros religiosos. Contudo, esses deveriam, mensalmente, apresentar o livro dos registros dos batismos ao Pároco para que os assentos desse sacramento fossem transferidos para o rol da Paróquia. Antes de prosseguir com a análise deve-se refletir sobre qual o possível significado que a instituição do compadrio teve para os escravos. Certamente, esta não é uma tarefa fácil e uma das formas de aproximação é perceber o que “dizem” os escravos quando escolhem seus compadres, ou seja, quem são eles?

Uma impressão que fica é que as percepções sobre esse sacramento, não eram as mesmas, pois, se do ponto de vista da população livre, essa cerimônia poderia significar um aspecto fundamental, como justificativa ideológica da escravização em função da cristianização, do ponto de vista dos escravizados tinha importância como uma oportunidade de ressocialização. As relações de compadrio significavam responsabilidades mútuas, principalmente quanto à proteção do afilhado (GUDEMAN e SCHWARTZ, 1988, p. 42). Por essas razões, esse sacramento cristão pode se transformar em um dos principais mecanismos de estudos sobre as múltiplas formas

como se organizavam as comunidades escravas, que envolviam africanos e crioulos.

Tabela 41 – Padrões do compadrio: o perfil dos padrinhos e madrinhas escolhidos. Freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1755-1835

Freguesia	Período	Total de batismos	Batismo com padrinho e madrinha		Batismo com apenas o padrinho		Batismo com apenas a madrinha		Batismo sem padrinhos		Batizado inocentes em perigo de vida*	
			n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Rio Pardo	1755-1835	4.141	3.631	87,7	453	10,9	4	0,1	53	1,3	50	1,2
Cachoeira	1779-1835	1.348	1.084	80,4	234	17,4	2	0,1	28	2,1	28	2,1
Caçapava	1800-1835	1.079	995	92,2	71	6,6	1	0,1	12	1,1	13	1,2
Encruzilhada	1791-1835	1.048	929	88,6	108	10,3	2	0,2	9	0,9	6	0,6
Total		7.616	6.639	87,2	866	11,3	9	0,2	102	1,3	97	—

*Informações ilustrativas, inclusas nos batismos sem padrinhos e apenas padrinho e/ou madrinha.

Fonte: Livros de Registros de Batismos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

A pesquisa sobre a escravidão na Fronteira Oeste do Rio Grande para o período de 1755 a 1835 compreendeu os registros de escravos das Freguesias de Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada que somaram 7.616 assentos, sendo que em 6.639 (87,2%) os escravos batizados contaram com ambos os padrinhos, demonstrando que tanto para esse segmento quanto para os demais havia uma grande importância na prática do compadrio.

Na falta de um dos padrinhos foi a madrinha a ausência mais frequente, correspondendo a 866 batismos (11,3%) do total, tendo sido bastante incomum os batismos em que apenas a madrinha se fez presente, correspondendo apenas a nove casos. Mas as cerimônias em que não constam padrinhos contabilizaram 102 assentos, sendo que, nesses casos, constatou-se que se tratavam, na maior parte, de batismos realizados em casa por estar a criança em perigo de vida. Deduz-se que para esses inocentes a cerimônia tinha outro significado, representando mais uma preocupação com a morte que com a vida, daí a ausência de padrinhos.

Entre os livros de batismos da região, foram encontrados 97 assentos de crianças batizadas em casa por se acharem em perigo de vida. Nesse caso, regem as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que o batismo dos inocentes deveria ser ministrado pela parteira que estava acompanhando o parto.

Por que muitas vezes acontece perigarem as mulheres de parto, e, outrossim, perigarem as crianças, antes de acabarem de sair do ventre de suas mães, mandamos as parteiras, que aparecendo a cabeça, ou outra alguma parte da criança, posto que seja mão, ou pé, ou dedo, quando tal perigo houverem a batizarem na parte, que aparecer, e em tal caso, ainda que aí seja homem, deve por honestidade batizar a parteira, ou outra mulher, que bem o saiba¹²⁵.

Outra questão importante, no âmbito das pesquisas empreendidas, sobre o compadrio entre escravos, está a compreensão do parentesco espiritual no âmbito da relação senhor-escravo. Nesse sentido, até muito recentemente, a coerência com a lógica da família patriarcal atribuía que era hábito dos senhores apadrinharem seus escravos. Com esse ângulo de visão pensava-se que o apadrinhamento seria um dos mecanismos de reforço dessa instituição, cujos cativos teriam interesse em estabelecer tal relação, que lhe poderia trazer benefício. Dessa forma, o compadrio significaria para o escravo uma interiorização dos valores clientelistas da família patriarcal, a aceitação e o reforço da submissão, como base formadora de sua personalidade.

Em um estudo pioneiro no Brasil, Gudeman e Schwartz indicaram que no Recôncavo baiano, na década de 1780, foi extremamente raro o apadrinhamento de cativos por seus senhores (GUDEMAN e SCHWARTZ, 1988). Para os autores, havia incompatibilidade entre propriedade escrava e parentesco espiritual, e a saída para essa incompatibilidade não foi abolir o batismo ou a escravidão, mas mantê-los separados. Dessa forma, os autores puseram em dúvida a existência de relações paternalistas entre senhores e seus cativos no que tange à prática do compadrio. Nas palavras dos autores:

¹²⁵ CONSTITUIÇÕES, 1707.

A Igreja sem dúvida fez sua própria conciliação com a escravidão, mas sugerimos que a não escolha (dos senhores) é resultado direto de um conflito entre dois idiomas e instituições: a Igreja e a escravidão. Cada uma destas implica um tipo diferente de relações, quando as duas se encontram no singular evento do batismo, só pode haver silêncio e estranhamento, e não superposição... Não obstante as funções a que possa submeter-se, para a Igreja o compadrio significa relação espiritual (GUDEMAN e SCHWARTZ, 1988, p. 41).

Segundo Gudeman e Schwartz (1988, p. 42), à medida que o batismo traduz um significado oposto à escravidão, o de “igualdade, humanidade, libertação do pecado”, o batismo do escravo une relações incompatíveis. A separação desse conflito se deu mantendo separados na pia batismal os dois polos da contradição: o senhor e o escravo.

Os dados levantados para a Fronteira Oeste do Rio Grande confirmam os resultados obtidos por esses autores, embora de forma não tão contundente. Nos 7.230 batismos de filhos de escravos e de adultos que foram levantados, em apenas 36, ou seja, em menos de 1% dos casos os próprios senhores foram padrinhos. Se não havia exclusão absoluta, claro está que havia uma forte resistência ao compadrio entre senhores e seus escravos.

Assim, pode-se, a princípio, descartar o compadrio como sendo um instrumento de reforço da família patriarcal, pelo menos nos moldes colocados. Para Silvia Brugger (2007, cap. 5), no entanto, não basta perceber que para a Igreja o batismo é oposto à escravidão. É preciso buscar o que ele tem de afirmação. Segundo essa autora, o apadrinhamento não deixava de se constituir em uma aliança hierárquica, já que muito raramente um escravo era padrinho ou madrinha de uma criança livre, e os cativos tendiam a preferir madrinhas e, especialmente, padrinhos forros ou livres para seus filhos, sobretudo os cativos de unidades escravistas de pequeno porte. Brugger conclui que, embora existissem laços de solidariedade entre padrinhos e afilhados e entre compadres, também havia componentes de dominação presente nessas relações.

De fato, o compadrio comportava inúmeros conteúdos políticos. Para Schwartz, esse sacramento também ritualizava o purgamento do pecado original e a aceitação do novo crente na fé católica. Os padrinhos passavam

a ocupar a função de “pais espirituais” do batizando, encarregados de zelar pela sua educação religiosa. Talvez por isso seja vedado aos pais apadrinhar os filhos, já que assim não haveria terceiros para verificar se essa educação está sendo ministrada. Certamente, é pela natureza das funções dos padrinhos que a Igreja recomenda expressamente, mesmo nos dias atuais, que os padrinhos devam ser bons católicos, o que exclui, por exemplo, as pessoas divorciadas, as que “exploram o sexo”, etc.

A relação entre os “pais espirituais” e seus “filhos” é vitalícia. Por toda a vida estarão ligados padrinhos e afilhados, mas não só. Os pais do batizando serão também, por toda a vida, compadres e comadres dos padrinhos de seus filhos. Por essa razão, a Igreja atribuía à relação de “paternidade espiritual” um sentido de parentesco biológico. Casamentos entre padrinhos e afilhados necessitavam de licença especial, já que eram proibidos sob pena de excomunhão.

Mas uma coisa é o que prega a Igreja e outra a leitura que se faz de seus ditames. Algo da sua pregação sem dúvida vai permear, mas é certo que tanto livres como escravos deram a sua própria interpretação ao compadrio. Especialmente os escravos. Esses, é sabido, fizeram sua leitura e adaptação particular dos diversos aspectos que envolvem a religião que lhes foi imposta, e não é de admirar que o tenham feito também do compadrio.

Para José Roberto Góes (1993), o compadrio era uma das formas de incorporar os africanos recém-chegados, e de propiciar meios de socialização de modo a formar uma comunidade escrava. No entanto, alguns autores ressaltam que o caráter hierárquico não estava necessariamente ausente no compadrio entre cativos, pois, em geral, os escravos domésticos ou os que possuíam algum tipo de qualificação profissional apadrinhavam mais do que os escravos de roça (SLENES, 1997). Contudo, esses laços, quando estabelecidos fora do mesmo plantel, não uniam apenas padrinhos e afilhados, mas as famílias entre si.

Para Robert Slenes (1999), a perspectiva de ligação através do compadrio com indivíduos de *status* social superior foi muito atraente para os cativos na busca por auxílio material. Segundo esse autor, a ligação com

peessoas livres por laços de compadrio teria a vantagem adicional, para o escravo, de ter alguém que pudesse interceder por ele em qualquer contenda com seu senhor. Schwartz realizou estudo sobre o padrão de compadrio dos escravos paranaenses correspondente aos séculos XVIII e XIX. Como resultado destacou que, tal como em sua pesquisa anterior, com Gudeman, na Bahia (GUDEMAN e SCHWARTZ, 1988), também em Curitiba o padrão era o apadrinhamento de crianças escravas preferencialmente por pessoas livres ou libertas¹²⁶.

Tabela 42 – Condição social dos padrinhos dos inocentes escravos, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835

Padrinhos	1755-1809				1810-1835				Totais			
	Inocentes		Africanos		Inocentes		Africanos		Inocentes		Africanos	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
N/F	75	3,33	1	1,20	48	1,16	3	0,40	123	1,92	4	0,48
Escravos	945	42,06	52	62,65	1.972	47,51	487	65,02	2.914	45,56	539	64,78
Livres	882	39,25	21	25,31	1.691	40,74	199	26,57	2.573	40,24	220	26,45
Forros	345	15,36	9	10,84	440	10,59	60	8,01	785	12,28	69	8,29
Total	2.247	100	83	100	4.151	100	749	100	6.395	100	832	100

Fonte: Livros de registro de batismos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Com base nos resultados obtidos para a Tabela 42, nota-se, com relação à pesquisa na Fronteira Oeste do Rio Grande, que essa região apresentou resultados diferentes da de Slenes, Gudeman e Schwartz. Ali, nos batismos de filhos de escravos observa-se que entre as possíveis combinações de condição social dos casais de padrinhos, aquelas onde ambos são escravos, ocorreriam com uma leve superioridade frente aos livres. Em que pesem as pequenas diferenças entre um período e outro, a

¹²⁶ Por exemplo: FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal*. Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX). Dissertação de mestrado. PPGHIS-UFF, 2000; NEVES, Maria de F. Rodrigues das. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: *História e população*. São Paulo: ABEP/IUSSP/CELADE, 1989; BOTELHO, Tarcisio R. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, v. 3, p. 108-115; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; BRÜGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal - família e sociedade* (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX), São Paulo: Annablume, 2007, cap. 5.

tendência demonstrada é de que havia uma preferência dos escravos da região por estabelecer relações de compadrio com outros escravos.

Nos batismos de inocentes das Freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, entre 1755 e 1809 foram encontrados padrinhos escravos em 42,06% dos assentos. Os livres foram padrinhos em 39,25% dos casos e os forros em apenas 15,36% do total. Esses dados foram confirmados para o período de 1810 a 1835 mantendo-se o predomínio dos padrinhos escravos frente aos livres e forros. Desse modo, em que pesem essas pequenas diferenças observadas, os compadres eram escolhidos, na maioria das vezes, em meio a outros cativos. Isso, entende-se, pode indicar que os escravos da região buscavam através do compadrio maior socialização, o que evidencia, da mesma forma, que a família escrava se ampliava através do estabelecimento de vínculos entre indivíduos de mesma condição social.

Para alguns autores, a união dos cativos entre os seus teria marcado profundamente a vida dos escravos. J. Blassingame (1972) defende que as relações de parentesco teriam sido fundamentais na formação da personalidade do escravo desde a sua infância. Para o autor, foi no meio familiar que as crianças foram socializadas com valores próprios, diferentes dos do mundo branco e livre. A família teria sido, assim, um dos mais importantes refúgios aos rigores da escravidão e um importante mecanismo de sobrevivência. Essa talvez seja uma das razões que explicam o predomínio de escravos entre os padrinhos da região, ou seja, o de estreitar as relações entre os seus.

Essa questão é também referida nos estudos de H. Gutman (1976) sobre o estabelecimento de laços de parentesco (consanguíneos ou não) no qual o autor considera que teria sido através da família que tornava-se possível a sobrevivência de tradições africanas e a criação e transmissão de uma cultura afro-americana. Fontes qualitativas por ele analisadas, especialmente cartas de escravos a seus parentes, evidenciam o profundo sentimento que envolvia as relações familiares entre cativos e a angústia provocada pelas separações de pais e filhos e de casais.

Tabela 43 – Condição social dos padrinhos dos escravos africanos, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835

Padrinhos	1755-1809		1810-1835		Totais	
	#	%	#	%	#	%
N/F	1	1,20	3	0,40	4	0,48
Escravos	52	62,66	487	65,02	539	64,79
Livres	21	25,30	199	26,57	220	26,44
Forros	9	10,84	60	8,01	69	8,29
Total	83	100	749	100	832	100

Fonte: Livros de registro de batismos das paróquias de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Nossa Senhora da Cachoeira e Santa Bárbara da Encruzilhada. Arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e da Diocese de Cachoeira.

Já o compadrio relativo aos africanos adultos assumiria alguns aspectos diferentes daquelas observadas para os inocentes cativos. Conforme Brugger (1991), esses indivíduos, ao chegarem a um mundo diferente do seu, atribuíam aos não-parentes denominações de parentesco tomadas de empréstimo aos brancos: irmão, para seus contemporâneos, tios, aos mais velhos e avô, para os escravos idosos. Conforme Gutman (1976) este comportamento já se configurava nos navios negreiros, o que o autor interpreta como demonstração de um processo ativo de adaptação.

Sem perder de vista que são diferentes as nações de origem dos escravos, e que, portanto, podem ser diferentes as noções de parentesco, as conclusões de Gutman sugerem uma dimensão mais profunda do significado do compadrio que merece ser investigada no caso brasileiro. Partindo-se dela, o compadrio seria um instrumento de recriação e adaptação de códigos de origem africana. Teria a função de ligar o que está separado. Unir pessoas de histórias e condições semelhantes em um universo comum e compreensível a todos: o parentesco. Nele, cada um está situado em relação ao outro e, ao mesmo tempo em que se recuperam individualidades, formam uma personalidade coletiva. O parentesco fictício seria um dos mecanismos de uma comunidade escrava.

6.1 NOME DOS BATIZADOS

Historiadores que tratam da questão do compadrio têm apontado a importância do nome do batizando como algo fundamental nas cerimônias de batismos, pois por meio deles é possível ao pesquisador atento perceber indícios de “homenagens” feitas à pessoa escolhida para cumprir este papel. Dessa forma, acredita-se que se o batizando tiver nome igual ao da mãe, padrinho, madrinha ou mesmo dos senhores, a homenagem estaria sendo direcionada para a relação com tal pessoa. E, dependendo da condição jurídica dessa pessoa, a escolha poderia ser uma das estratégias para o fortalecimento da comunidade escrava ou não.

Tabela 44 – Homenagens entre os nomes dos inocentes batizados, 1755-1835

Escravos	Total de homenagens	Pai		Mãe		Padrinho		Madrinha		Senhores	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Inocentes	395	33	8,0	65	16,1	164	40,0	116	28,3	17	4,1
Adultos	15	—	—	—	—	9	2,2	3	0,7	3	0,7
Total	410	33	8,0	65	16,1	173	42,2	119	29,0	20	4,8

Fonte: Livros de Registros de Batismos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

A questão das homenagens pelo nome foi bem mais evidente em relação ao batismo de inocentes, conforme o indicado na Tabela 44. Essa questão talvez possa ser explicada pelo fato de que, no caso dos inocentes, os próprios parentes deveriam ter a possibilidade de escolha, o que não acontecia quando os registros se referiam a africanos adultos, que tinham os seus nomes escolhidos pelos seus senhores. Porém, as pessoas mais homenageadas por meio do nome foram os padrinhos e madrinhas de escravos inocentes, contabilizando 164 padrinhos e 116 madrinhas (4,1%) das homenagens obtidas através dos nomes. As mães tiveram seus nomes passados às filhas e ou filhos com maior frequência que o nome dos pais aos filhos, sendo talvez um indicativo da tendência matrilinear.

Isto parece indicar que se os escravos tinham, em geral, esse costume de homenagem através do nome dos inocentes batizados, não o fizeram de maneira muito expressiva, uma vez que elas representam um universo de

410 batismos de um conjunto composto por 7.616, ou seja, em 5,4% dos batizados ocorreu a escolha do prenome igual ao correspondente ao primeiro nome de alguma pessoa envolvida na cerimônia. Como se pode perceber, esse cenário fronteiriço marcado pelas atividades pecuárias, que exigiam uma mobilidade maior no trabalho escravo, constituíram, contrariamente ao que era defendido por uma historiografia tradicional, um meio favorável para os cativos constituírem as famílias, como forma de se fortalecer enquanto comunidade e obter maior autonomia. Essas estratégias serviriam, assim, como elementos da afirmação do caráter humano em contrapartida à tese de anomia defendida pela Escola Paulista de Sociologia, que tão fortemente marcou os estudos sobre o negro na década de 1980, através de trabalhos que, ao procurar demonstrar o caráter violento da escravidão sul-riograndense, acabaram por relegar a um segundo plano a capacidade dos escravos de pensar o mundo através de categorias e significados sociais se não aqueles instituídos pelos próprios senhores.

O exame das fontes demonstrou a importância da multiplicidade das organizações familiares entre os escravos, uma vez que incluíam não só casais legalmente formados, mas, com certeza, aqueles que jamais sacramentaram suas uniões, mesmo que elas fossem estáveis. Os documentos apontam indícios suficientes para determinar sua existência.

Com o levantamento da documentação foi possível visualizar uma fração da história dessas famílias, percebendo que alguns desses cativos tiveram a possibilidade de se casar, gerar filhos, estabelecer relações de compadrio de várias maneiras, fornecendo pistas sobre como a comunidade escrava na região criava suas estratégias de aliança e amizade. As alianças, percebidas pela escolha nos nomes, preferencialmente entre padrinhos, demonstram que existiam laços de afetividade demonstrada através dessas homenagens. Nesse sentido, entende-se que as famílias escravas estariam sustentadas no somatório dos laços verticais e horizontais. Contudo, para que se possa compreender a sua importância na região, é necessário ainda analisar a estabilidade dessas famílias através do cruzamento dos dados e também seguir a trajetória de suas vidas.



TERCEIRA PARTE
FAMÍLIAS E ESTRATÉGIAS SOCIAIS
ENTRE SENHORES E ESCRAVOS DA
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Se os barões cedem e concedem, é para melhor controlar. Onde os escravos pedem e aceitam, é para melhor viver, algo mais que o mero sobreviver (REIS e SILVA, 1989, p. 8).

INTRODUÇÃO

Nos capítulos seguintes, almejamos discutir as redes de relações estabelecidas entre os escravos da região em foco. Para tanto, fundamentar-se-ão nossas ideias por meio da utilização de diferentes jogos de escalas. Pretende-se, com isso, ampliar a capacidade de deduzir estabilidade nas relações entre cativos, ultrapassando a simples constatação da presença dessas relações parentais. A ideia é estabelecer, através da leitura de um conjunto variado de fontes, a efetividade desses arranjos familiares.

Visando desenvolver essas ideias esta abordagem está dividida em duas partes. A primeira destina-se à apresentação sucinta da família e da atividade econômica dos proprietários, aos quais estavam ligados a vida e os destinos daqueles escravos. A segunda tem como propósito analisar as relações familiares tecidas pelos cativos no transcurso da trajetória desse senhor, tendo como fio condutor a busca pela compreensão das suas condições de estabilidade.

O objetivo principal é o acompanhamento no tempo de famílias cativas constituídas no interior de plantéis de alguns dos maiores proprietários locais¹²⁷. A reconstituição dessas famílias constitui um esforço no sentido de avançar no conhecimento das dinâmicas e dos significados da construção dos laços de parentesco entre os escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande.

No Capítulo 7, lança-se mão de um conjunto de informações provenientes de um número variado de fontes que vão desde registros de batismos, casamentos e óbitos, passando pelos inventários *post-mortem* e manumissões. Com isso, pretende-se também analisar até que ponto havia estabilidade nos arranjos familiares entre os cativos da região. Assim sendo, ao determinar-se uma alta frequência da formação de redes parentais, bem como acompanhando no tempo suas histórias está-se dando o primeiro

¹²⁷ O processo de seleção destes senhores guiou-se por dois critérios básicos: primeiro a existência da variedade máxima de fontes, ou seja, foram escolhidos aqueles para os quais se conseguiu reunir a maior quantidade e variedade de documentos referentes aos seus cativos. Segundo a representatividade desses senhores, quanto à definição de suas ocupações ou atividades econômicas principais, de modo a estabelecer certa amostragem entre os maiores plantéis.

passo para fundamentar as análises sobre a estabilidade do plantel e da relação entre senhores e escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande.

No Capítulo 8, continua-se a análise das famílias escravas da Fronteira Oeste do Rio Grande, ampliando as redes parentais resgatadas no capítulo anterior. Nesse momento descartam-se os anos específicos para acompanhar no tempo essas genealogias, valorizando agora o estudo longitudinal e não o transversal, que permite um olhar com o foco mais ajustado e mais completo sobre as famílias escravas que existiram na região. É sabido que o método de reconstrução genealógica não é novo, autores como Hackenberg (1997), Rocha (2004) e Machado (2008) já se utilizaram dele no estudo de famílias escravas.

As trajetórias das famílias escravas dos Simões Pires foram as primeiras escolhas como “janelas para o passado”. O patriarca dessa família, o senhor Matheus Simões Pires era açoriano, de nascimento, foi um dos fundadores da vila de Rio Pardo e teve sua vida entrelaçada com os principais acontecimentos que se liga a esse povoado entre fins do século XVIII e princípios do XIX, período que marca o recorte desta pesquisa. No mesmo capítulo, analisa-se a presença de redes parentais nos plantéis de grandes proprietários locais de modo a buscar subsídios para inferir sobre as condições de estabilidade e, então, passar a analisar a relação entre os escravos e os Simões Pires, percebendo se haveria a possibilidade de uma negociação entre eles ou não, e se esta teria propiciado a formação de famílias no interior do cativeiro.

No último capítulo, abordam-se as relações de parentesco dos cativos como uma importante estratégia na luta pela liberdade através das diversas formas de se libertar um cativo. Dentre essas destacam-se as cartas de alforria, a alforria na pia batismal e as alforrias expressas em testamentos.

CAPÍTULO 7: AS PROPRIEDADES ESCRAVAS E OS GRAUS DE ESTABILIDADE DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS

No dia 8 de novembro de 1803, às nove horas da manhã, era celebrado na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário em Rio Pardo o matrimônio de Antônio e Maria, escravos de Antônio de Souza Nunes. Consta no registro de casamento deste casal, além de seus prenomes e a referência do proprietário, o nome das duas testemunhas: Manoel Muniz Simões e Antônio da Silveira, ambos livres.

Antônio era natural da África, procedente de Moçambique e Maria era crioula, “cria da casa”, ou seja, havia nascido na freguesia em que estava realizando seu casamento e era, portanto, natural de Rio Pardo. Antônio tinha 18 anos quando se casou e Maria 21 anos. Certamente trabalhavam no cultivo de gêneros alimentícios e Antônio também lidava com o gado, uma vez que tinha o ofício de campeiro. A união desse casal cativo foi relativamente longa, estável e profícua, pois Maria e Antônio batizaram seis filhos entre setembro de 1806 e outubro de 1817. Em 1835, ano em que foi aberto o inventário de Antônio de Souza Nunes, pelo menos três filhos permaneciam na propriedade: Narciso de 19 anos, Firmino de 20 anos e Lauriana de 22 anos.

A morte não deixou intocada a família de Maria crioula e Antônio Moçambique. Na primavera de 1820, no dia 18 de maio, na tentativa de novo parto, Maria veio a falecer juntamente com o filho, tinha então 48 anos de idade, tendo vivido pelo menos 21 anos na companhia do esposo e dos filhos.

Foi enterrada assim como o inocente Pedro, no Adro da Matriz de Rio Pardo.

De acordo com o inventário de Antônio de Souza Nunes, em 1835 a posse de escravos desse proprietário era de 67 escravos, dos quais 28 foram listados com relações familiares de primeiro grau. Ou seja, cerca de 40% dos cativos desse plantel viviam entre familiares. E essa participação pode ter sido ainda mais significativa uma vez que não consta dessa relação as esposas e esposos já falecidos e, igualmente, parte de suas proles.

A reconstituição dessa família e de outras mais que viveram nas Freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, demonstra que pelo menos em alguns casos houve condições delas serem bem-sucedidas, com relativa estabilidade e duração longa da união, prole numerosa e baixo número de óbitos no período. O que poderia até surpreender em uma região que pouco se assemelhava economicamente às *plantations* do sudeste brasileiro, áreas de reconhecida estabilidade da família escrava (FLORENTINO e GÓES, 1997; SLENES, 1999). Mesmo que a trajetória familiar de Antônio e Maria possa não ter sido a regra entre os escravos da região analisada, pode-se dizer que a família escrava garantiu espaço para se efetivar em uma área onde os plantéis de escravos eram em geral pequenos, mesmo quando se tratava de grandes posses, como no caso do senhor Antônio de Souza Nunes, que tinha seus escravos espalhados por quatro estâncias.

Alguns documentos da época são claros em mencionar o quanto os escravos deveriam ser incentivados pelos senhores a uma prática religiosa católica. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) possuíam um título inteiro dedicado a alertar aos senhores o fato de eles serem obrigados, como bons cristãos, a ensinar ou fazer ensinar a doutrina cristã aos filhos, discípulos, criados e escravos:

[...] mandamos a todas as pessoas, assim eclesiásticas, como seculares, ensinarem ou façam ensinar a Doutrina Cristã à sua família e especialmente a seus escravos que são os mais necessitados desta instituição pela sua rudeza. Mandando-os para a igreja, para que o pároco lhes ensine os Artigos da Fé, para saberem bem crer: o Pai Nosso, e Ave Maria, para saberem bem pedir: Os Mandamentos da Lei de Deus e da Santa Madre Igreja, os pecados mortais. Para saberem bem obrar: as virtudes para que os sigam e os sete sacramentos, para que dignamente os recebam, e com eles, a graça que dão, e as mais orações da graça cristã. Para que seja em tudo o que importa para a sua salvação. E encarregamos gravemente às consciências das sobreditas pessoas, para que assim o façam, atendendo conta, que tudo darão a Nosso Senhor¹²⁸.

Nesse caso, Antônio de Souza Nunes provavelmente se enquadre naquele perfil de homem misericordioso e devoto. Pesquisando em outras fontes, descobriu-se que esse proprietário levou ao altar outros 9 casais entre 1779 e 1830 e à pia batismal um total de 28 escravos, tendo sido todos eles inocentes recém-nascidos. Vejamos um pouco mais sobre a sua história e a de seus escravos.

7.1 ESCRAVOS DE ANTÔNIO DE SOUZA NUNES

O estancieiro Antônio de Souza Nunes era senhor de muitos escravos. Seu inventário é datado de 1835. Através dos bens arrolados pelos avaliadores encontramos o orçamento demonstrativo dos bens da herança, entre os quais é possível observarmos a avaliação das terras, benfeitorias, casas, lavouras, animais e escravos. Antônio era detentor de uma morada de casas, com arvoredos, na vila de Rio Pardo (700\$000), um rincão de campos com seus bens de capões e matos (2:500\$000), um rincão de campos na Guardinha (2:500\$000), pedaço de campo na Guardinha de São Sebastião (500\$000), uma chácara no arroio das pedras com casas e telhas (1:600\$000), uma parte de campos na beira do rio Jacuí (800\$000) e uma morada de casas na tapera do arroio das pedras (60\$000). Possuía, ainda, 2221 reses (9:358\$000) e 230 cavalos e potros (386\$400). Entre as

¹²⁸ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de sua majestade: propostas e aceitas em Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Primeira edição, Lisboa 1719 e Coimbra. São Paulo: Typografia 2 de dezembro de Antônio Louzada Nunes, 1853, Título 2, parágrafo 4.

ferramentas descritas em seu inventário consta 1 forno de fazer farinha, 8 machados de carpintaria, travadeiras, martelos grandes e pequenos, serra braçal de mão, foices de colher trigo, 4 arados de ferro, 9 enxadas e 4 pás. Entre as propriedades foram avaliados 67 escravos dos quais 28 possuíam parentesco evidente e encontravam-se divididos em dez famílias.

No inventário de Antônio de Souza Nunes, os avaliadores mencionaram os casais e seus filhos menores de 10 anos, assim como mães solteiras ou viúvas com seus filhos menores. Os jovens com mais de 10 anos foram indicados apenas como “solteiros”, mesmo quando possuíam os pais presentes. Essa constatação dá a entender que algumas vezes os inventariantes deixavam de declarar o parentesco, provavelmente por esquecimento ou pouco interesse, fazendo com que o número de pessoas sem parentesco se apresentasse superestimado nos inventários.

Em 1835, entre as propriedades de Antônio de Souza Nunes viviam quatro (5,97%) crianças com 9 ou menos anos de idade. Todas elas pertenciam a famílias com ao menos um dos genitores presentes. 28 integrantes do plantel (41,79%) compunham as dez famílias por nós identificadas (Tabela 45). Do total de famílias, sete eram compostas por casais escravos, duas eram chefiadas por mães solteiras e outra por uma viúva.

Tabela 45 – Relação dos escravos de Antônio de Souza Nunes, conforme o inventário de 1835

Nome	Idade	Valor (Réis)	Ofício	Nação/origem	Relação de Parentesco
Pedro	50 anos	350\$000	N/C	Congo	Viúvo de Izabel
Antônio	40 anos	400\$000	N/C	Moçambique	Viúvo de Mariana crioula
Vicente	43 anos	300\$000	N/C	Moçambique	Casado com Luiza Conga
Luiza	45 anos	300\$000	N/C	Congo	Casada com Vicente
José Ignácio	47 anos	400\$000	N/C	Pardo	N/C
Francisca	60 anos	200\$000	N/C	Da Costa	N/C
Adriana	5 anos	150\$000	N/C	Crioula	Filha de Raimundo e Damázia
Mauricio	20 anos	500\$000	N/C	Rebolo	Casado com Mariana
Mariana	N/C	300\$000	N/C	N/C	Casada com Mauricio Rebolo
Domingos	40 anos	800\$000	Carpinteiro	Congo	Casado com Maria

Fonte: Inventário *post-mortem*, APERS (continua).

Nome	Idade	Valor (Réis)	Ofício	Nação/origem	Relação de Parentesco
Maria	39 anos	400\$000	N/C	Crioula	Casada com Domingos
Tomás	70 anos	200\$000	N/C	Banguela	N/C
Felipe	75 anos	200\$000	N/C	Benguela	Casado com Benedita Rebolo
Benedita	39 anos	350\$000	N/C	Rebolo	Casada com Felipe Benguela
Joaquim	30 anos	600\$000	Carpinteiro	Mina	Casado com Silvéria crioula
Silvéria	25 anos	500\$000	N/C	Crioula	Casada com Joaquim Mina
Manoel	44 anos	800\$000	Carpinteiro	N/C	N/C
Matias	38 anos	600\$000	N/C	Benguela	Casado com Joana crioula
Joana	30 anos	400\$000	N/C	Crioula	Casada com Matias Benguela
Domingos	45 anos	400\$000	Roceiro	Banguela	N/C
Francisco	53 anos	160\$000	N/C	Angola	N/C
Januário	60 anos	100\$000	N/C	Mina	Batizado em 17/09/1827
Francisco Galego	53 anos	300\$000	N/C	Cassange	N/C
Ignácio	28 anos	350\$000	N/C	Moçambique	N/C
Mateus	43 anos	500\$000	N/C	Moçambique	N/C
Antônio do Coito	43 anos	500\$000	Roceiro	Congo	N/C
Gaspar	18 anos	500\$000	Campeiro	Cassange	N/C
João	57 anos	250\$000	Roceiro	Congo	N/C
Miguel	27 anos	350\$000	N/C	Cabinda	N/C
Manoel Velho	N/C	Sem valor	N/C	N/C	Doente
Pedro	53 anos	200\$000	N/C	Benguela	Doente
Justino	42 anos	500\$000	Carpinteiro	Crioulo	Aleijado de uma perna
Daniel	24 anos	600\$000	Campeiro	Crioulo	Filho de Mauricio e Maria
Salvador	24 anos	600\$000	Campeiro	Crioulo	Filho de Mauricio e Maria
Manoel	18 anos	550\$000	Campeiro	Crioulo	N/C
Generoso	18 anos	600\$000	Campeiro	Crioulo	Filho de Antônio e Francisca
Antônio	28 anos	600\$000	Campeiro	Crioulo	N/C
Sebastião	14 anos	400\$000	N/C	Crioulo	N/C
Narciso	12 anos	350\$000	N/C	Crioulo	Filho de José e Roza
Vicente	93 anos	20\$000	N/C	N/C	Doente
Prudenciana	20 anos	400\$000	N/C	Crioula	Filha de Joana
Delfina	20 anos	400\$000	N/C	Crioula	Filha de Mauricio e Maria
Catarina	27 anos	400\$000	N/C	Crioula	N/C
Florinda	29 anos	450\$000	N/C	Crioula	Mãe de Tomé de 10 anos
Tomé	10 anos	300\$000	N/C	Pardo	Filho de Florinda
Ana	16 anos	400\$000	N/C	Crioula	N/C
Claudina	16 anos	400\$000	N/C	Crioula	N/C
Josefa	9 anos	300\$000	N/C	Crioula	Filha de Manoel e Ignácia
Mariana	8 anos	250\$000	N/C	Crioula	Filha de Mariano e Maria
Bernarda	23 anos	400\$000	N/C	Cassange	N/C

Fonte: Inventário *post-mortem*, APERS (continua).

Nome	Idade	Valor (Réis)	Ofício	Nação/origem	Relação de Parentesco
Feliciano	25 anos	400\$000	N/C	Congo	N/C
Firmina	4 anos	150\$000	N/C	Parda	N/C
Firmino	N/C	550\$000	N/C	N/C	N/C
João	40 anos	550\$000	Campeiro	Crioulo	Filho de Antônio e Maria
Hilário	16 anos	550\$000	Carpinteiro	Crioulo	N/C
Damázia	N/C	500\$000	N/C	Crioulo	Casada com Raimundo
Raimundo	N/C	600\$000	N/C	Crioulo	Casado com Damázia
Ignácio	N/C	400\$000	N/C	N/C	N/C
José	N/C	157\$000	N/C	N/C	N/C
Maria	N/C	157\$000	N/C	N/C	N/C
Joaquim	N/C	100\$000	N/C	N/C	N/C
Ana	N/C	400\$000	N/C	Crioulo	N/C
Rafael	12 anos	400\$000	N/C	Crioulo	N/C
Ignácio	N/C	300\$000	N/C	Crioulo	N/C
Faustina	20 anos	500\$000	N/C	Crioulo	N/C
Domingos	30 anos	450\$000	Campeiro	Cabinda	N/C
Miguel	28 anos	500\$000	Campeiro	Congo	N/C

Fonte: Inventário *post-mortem*, APERS.

Analisando-se os valores das idades médias, bem como o número de filhos, os dados apontam para vínculos familiares que se haviam estabelecido já há vários anos, e cuja duração denota a estabilidade daquelas relações. De fato, dentre os dez filhos pertencentes àquelas dez famílias, presentes e identificadas através do inventário (e do cruzamento com outras fontes) o mais novo tinha 4 anos e o mais velho 40 anos de idade.

A maioria desses 28 cativos integrantes das dez famílias foi identificada no inventário de 1835, sendo seus integrantes partilhados entre os herdeiros de Antônio de Souza Nunes ou sendo por ele legados em seu testamento; outros, também por disposição testamentária, sendo beneficiados com a concessão de alforrias.

Através do levantamento realizado dos registros paroquiais de casamentos obteve-se a confirmação da estabilidade vivenciada pelas famílias escravas. Dessa forma conheceu-se a família de Vicente e Luiza, cujo matrimônio foi confirmado em 30/4/1830. Na avaliação de 1835, eles são descritos como casados e possuem 43 e 45 anos de idade

respectivamente. Dos dez agrupamentos familiares chefiados por casais, foi possível identificar os assentos de casamentos para nove casos. Os enlaces pertinentes ocorreram entre setembro de 1779 e julho de 1830 (por exemplo, em 20 de janeiro de 1824, a escrava Ignácia Mina casava-se com Manoel Mina).

Data do Casamento	Marido	Condição do Marido	Mulher	Condição da Mulher
11/9/1779	José Angola	escravo	Roza Angola	escrava
31/1/1795	Pedro Congo	escravo	Izabel Banguela	escrava
8/1/1803	Antônio da Costa	escravo	Maria Crioula	escrava
23/12/1813	Domingos Guiné	escravo	Maria Guiné	escrava
20/1/1824	Manoel Mina	escravo	Ignácia Mina	escrava
7/1/1828	José Crioulo	escravo	Catarina Crioula	escrava
29/9/1828	Raimundo Guiné	escravo	Damázia Guiné	escrava
30/4/1830	Vicente Congo	escravo	Luiza Conga	escrava
22/7/1830	Daniel Crioulo	escravo	Rita Crioula	escrava
22/7/1830	Joaquim Mina	escravo	Silvéria Crioula	escrava

Quadro 2: Casamentos entre cativos de Antônio de Souza Nunes.
Fonte: Inventário *post-mortem*, APERS.

Segundo a historiografia, era bastante comum que as escravas se casassem após a concepção do primeiro filho. No estudo sobre a cidade de Lorena, Schwartz, Slenes e Costa¹²⁹, analisando a distribuição das famílias com um ou mais filhos sobreviventes presentes no censo de 1801, chamaram a atenção para o fato de que as famílias chefiadas por mães solteiras predominavam na faixa de um filho.

Através do exame dos assentos de batismos dos escravos de Antônio de Souza Nunes, encontrou-se a escrava Ignácia que teve a pequena Lourença anteriormente à legitimação de sua união com o escravo Manoel. Para se chegar a essa conclusão, foram separados os registros de batismo compostos por mães e filhos e, em seguida, comparados com aquelas que haviam chegado ao altar. Pôde-se então constatar que Ignácia aparecia nos assentos de batismos como mãe solteira e que havia contraído matrimônio

¹²⁹ Stuart Schwartz; Robert Slenes; Iraci Del Nero da Costa, "A Família Escrava em Lorena (1801)". *Revista de Estudos Econômicos*, n. 17(2), São Paulo, IPE/USP, 1987.

posteriormente, sendo arrolada no inventário juntamente com seu marido e filhos.

Data	Inocente	Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
	Joana	N/C	Tereza preta	Miguel escravo	Tereza escrava
26/2/1797	Maria	Pedro Banguela	Izabel Banguela	Antônio forro	Maria Índia
4/7/1818	Manoel	N/C	Joana Preta	Antônio forro	Maria Índia
28/5/1820	Hilário	Domingos Banguela	Maria Crioula	José escravo	Florinda escrava
28/2/1826	Mauricia	Mariano	Márcia	Manoel escravo	Bernarda escrava
16/7/1826	Mateus	Africano	14 anos	Bernardo escravo	
16/7/1816	Miguel	Africano	12 anos	Bernardo escravo	
17/11/1829	Bernarda	Da Costa	14 anos	José escravo	Benedita escrava
	Gaspar	Da Costa	10 anos	José escravo	Catarina escrava
	Miguel	Africano	12 anos	Bernardo escravo	
14/10/1821	Sebastião	Maurício Rebolo	Mariana Guiné	Manoel escravo	Felipa escrava
15/6/1821	Lourença	N/C	Ignácia	Domingos escravo	Juliana escrava
6/11/1822	Felisbino	N/C	Joana preta	N/C	N/C
21/3/1824	Narciso	Tomás Benguela	Roza Rebolo	N/C	N/C
1/11/1825	Josefa	Manoel	Ignácia	João escravo	Josefa escrava
15/1/1826	Tomé	N/C	Florinda preta	Garcia escravo	Delfina escrava
11/09/1814	Perpétua	Maurício Rebolo	Mariana Guiné	Francisco escravo	Josefa escrava
21/1/1816	Narciso	Antônio	Maria	José preto forro	Maria Índia
21/1/1816	Matias	Antônio	Francisca	Antônio forro	Maria escrava
21/10/1816	Silvéria	Maurício Rebolo	Mariana Guiné	Manoel escravo	Ana escrava
23/4/1817	Generoso	Antônio	Francisca	Antônio escravo	Maria escrava
	Leduvina	Domingos Banguela	Maria Guiné	Jacinto Albuquerque	Maria forra
29/10/1817	Firmino	Antônio	Maria	Antônio escravo	Benedita escrava
12/04/1819	Delfina	Maurício Rebolo	Mariana Guiné	Manoel escravo	Silvéria escrava
17/9/1827	Januário	Preto da Costa	N/C	José escravo	Joaquina escrava
17/10/1829	Adriana	Raimundo	Damázia	Custódio	Matilde Pereira
1/5/1809	Joaquim	José preto	Maria Preta	Joaquim escravo	Gertrudes escrava
30/7/1820	Prudenciana	N/C	Joana Preta	José escravo	Maria escrava
2/9/1781	Maria	N/C	Joana Preta	Antônio escravo	Roza escrava
7/3/1810	Daniel	Maurício Rebolo	Mariana Crioula	Antônio escravo	Josefa escrava
19/1/1812	João	Antônio	Maria	Gaspar escravo	Maria Índia
28/6/1812	Salvador	Maurício Rebolo	Mariana Crioula	Antônio escravo	Joaquina escrava
29/8/1813	Lauriana	Antônio	Maria	Francisco escravo	Ana escrava
2/1/1814	Fidelis	N/C	Antônia	Pedro Gonçalves	Izabel Maria forra
8/9/1806	Felicidade	José	Maria	Paulo escravo	Francisca escrava
8/10/1815	Izabel	Domingos Banguela	Maria Crioula	João escravo	Maria escrava
12/3/1831	Firmino	N/C	Florinda	Pedro escravo	Roza escrava

Quadro 3: Batismos dos cativos de Antônio de Souza Nunes.

Fonte: ACMPOA. Assentos de batismos da paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

7.2 TAMANHO DOS PLANTÉIS E LEGITIMIDADE DA FAMÍLIA ESCRAVA

Como era de se esperar, a correspondência da região marcadamente voltada para uma base econômica interna, onde predominavam pequenos e médios plantéis de escravos, foram raros os casos de proprietários como Antônio de Souza Nunes que levaram mais de 4 casais de escravos ao altar. Com efeito, ao se tomar os 10 proprietários da região com maior número de uniões entre seus cativos no período de 1762 a 1809, observa-se que eles absorvem 26,31% de todos os casamentos. Cruzando seus nomes com outros documentos, a exemplo dos inventários, confirma-se a proposição de que nas propriedades maiores os escravos encontravam melhores oportunidades para formar famílias estáveis (METCALF, 1987, p. 237). Entre 1755 e 1809 foram, nesse caso, os comerciantes como Manoel José Machado e Matheus Simões Pires, além dos estancieiros, donos de grandes rebanhos, como Antônio de Souza Nunes, aqueles que conseguiram reunir melhores as condições que propiciaram a formação das famílias legitimadas pela Igreja, conforme Tabela 46 a seguir.

Tabela 46 – Lista dos proprietários que mais levaram escravos ao altar na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1809

Proprietário	Ocupação	Freguesia	Casamentos	Total	% sobre total
1. Manoel José Machado	Comerciante	Rio Pardo	9	9	3,94
2. Manoel Bento da Rocha	N/C	Rio Pardo	8	17	7,46
3. Felisberto Pinto Bandeira	Comerciante	Rio Pardo	8	25	10,97
4. Francisco Velozo Rabelo	Comerciante	Rio Pardo	7	32	14,04
5. Mateus Simões Pires	Comerciante	Rio Pardo	7	39	17,11
6. Luiz Severino José de Carvalho	N/C	Rio Pardo	5	44	19,30
7. José da Roza Garcia	N/C	Rio Pardo	4	48	21,06
8. João Pereira Fortes	Comerciante	Rio Pardo	4	52	22,80
9. Antônio de Souza Nunes	Criador	Rio Pardo	4	56	24,56
10. Antônio Gonçalves da Cunha	Criador	Rio Pardo	4	60	26,31
Total de casamentos na região				228	100

Fonte: Inventários *post-mortem*, APERS/Livros de Casamentos das freguesias de Caçapava, Encruzilhada, Cachoeira e Rio Pardo.

Na Fronteira Oeste do Rio Grande mais da metade dos escravos vivia em propriedades cujas posses variavam entre 1 a 10 cativos, entre 1764 e 1835. Nesse contexto de senhores de poucos escravos é evidente que cativos das pequenas escravarias enfrentavam maiores dificuldades para formar uma família e mantê-la ao longo do tempo que aqueles mais aquinhoados que tinham médias e grandes posses de escravos.

Não por um acaso no período seguinte, observado entre os anos de 1810 a 1835, apareceram entre os proprietários que mais levaram escravos ao altar, os charqueadores, ainda que se tenha mantido o destaque reservado aos proprietários comerciantes. Nesse período, como já demonstrado através da análise da estrutura das posses, houve maior concentração das grandes escravarias. Em correspondência a essa característica, observa-se que os 10 proprietários que mais levaram escravos ao altar passaram a absorver quase 40% dos 134 matrimônios onde ambos os nubentes eram escravos.

No topo da lista aparecem as figuras de Bibiano José Carneiro da Fonseca e Manoel José Machado (filho), ricos estancieiros e charqueadores, o primeiro também era militar e mantinha negócios em outras localidades, tendo sido um dos maiores proprietários também em Porto Alegre, cidade onde batizou e levou ao altar mais algumas dúzias de escravos e onde viveu seus últimos dias. O segundo era filho homônimo de um dos mais prósperos comerciantes locais, que já encabeçava a lista dos principais escravistas no período anterior.

Tabela 47 – Lista dos proprietários que mais levaram escravos ao altar na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1810-1835

Proprietário	Ocupação	Freguesia	Casamentos	Total	% sobre total
Bibiano José Carneiro Fonseca	Comerciante	Rio Pardo	11	11	8,20
Manoel José Machado	Charqueador	Rio Pardo	7	18	13,43
Antônio de Souza Nunes	Comerciante	Rio Pardo	7	25	18,65
José de Freitas Teixeira	N/C	Encruzilhada	6	31	23,14
Manoel de Macedo Brun	Comerciante	Rio Pardo	4	35	26,11
Antônio Simões Pires	Militar/Estanc.	Rio Pardo	4	39	29,10
Fortunato Luiz Barreto	N/C	Encruzilhada	4	43	32,09
João Batista Simões	N/C	Rio Pardo	3	46	34,32
Felisberto Pinto Bandeira	Comerciante	Rio Pardo	3	49	36,57
Antônio Machado Bittencourt	Comerciante	Encruzilhada	3	52	38,81
Total de casamentos na região				349	100

Fonte: Inventários *post-mortem*, APERS/Livros de Casamentos das freguesias de Caçapava, Encruzilhada, Cachoeira e Rio Pardo.

Como se pode ver, o tamanho da escravaria determina maiores ou menores chances do escravo encontrar um parceiro, pois como já verificou Slenes, havia maior número de escravos casados e viúvos em médias e grandes posses, ou seja, com 10 ou mais escravos (SLENES, 1999, p. 71-2). Característica que confirmamos também para a economia de abastecimento interno referente à Fronteira Oeste do Rio Grande, onde se percebeu através das fontes já citadas que quanto maior o tamanho da escravaria maiores eram as chances de o(a) escravo(a) encontrar um parceiro(a), especialmente as mulheres dada a razão de sexo ser mais elevada entre cativos adultos (aproximadamente 180).

Sérgio Nadalin (2003), refletindo sobre os regimes demográficos do passado colonial brasileiro, analisa, dentre outros, o sistema demográfico da *plantation*. Nele, o autor alerta para a necessidade de se distinguir dois “regimes demográficos restritos”: o das camadas senhoriais e a dos escravos. Neste último, a flutuação da produção e exportação do açúcar, o volume, a continuidade e custo do tráfico e, por fim, o reforço da cultura africana, as razões de sexo e a estrutura etária dessa população, são elementos que devem ser levados em conta.

Na região em foco, conforme se verificou, o montante dos plantéis e o tipo de atividade desenvolvida pelos proprietários refletiam em disparidades entre o peso de homens e mulheres. Em outras palavras, isso significa dizer que para uma parcela dos escravos tornava-se, por conseguinte, praticamente impossível obter companhia estável. Por exemplo, se considerarmos que entre a população escrava da região havia uma razão de sexo de 180 homens para cada 100 mulheres então podemos dizer que havia para cada grupo de 180 homens, apenas 100 que poderiam encontrar parceiras.

Lembrando-se sempre que, no caso dos escravos, as uniões ocorriam, via de regra, dentro dos plantéis (COSTA et al., 1987, p. 254; SLENES, 1987, p. 223; METCALF, 1983) o que dificultava ainda mais, pois neste caso tornava-se necessário o equilíbrio entre sexos em nível de propriedades. Sendo assim, o efeito inibidor provocado pela preferência nas uniões dentro dos plantéis, constitui um importante entrave redutor da proporção de escravos que conseguiam uma relação conjugal estável, comparativamente ao número potencial máximo calculado, quando se considera a população escrava como um todo.

Outro ajuste também indicado como inibidor das possibilidades de casamentos, diz respeito à correspondência entre as faixas etárias, em nível das propriedades entre os indivíduos dos dois sexos. Por exemplo, em um plantel com um homem de 15 anos e uma mulher de 49 anos, para efeito de cálculos, foi considerado como representando um casal potencial. Outro, entretanto, em que havia 3 homens com idades entre 15 e 49 anos e 1 mulher de 60 anos não foi considerado. Dentro dessas hipóteses, tomando o conjunto dos inventários como um todo, o potencial máximo de escravos possível de casamento alcançava 61,07% da população escrava existente em Rio Pardo e Caçapava entre 1764 e 1835.

Tabela 48 – Faixa Etária dos escravos, inventariados na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Freguesia	Rio Pardo	Caçapava	Total	%
0 a 14 anos	882	21	903	29,45
15 a 49 anos	1.823	50	1.873	61,07
50 anos ou +	285	6	291	9,48
Total	2.990	77	3.067	100

Fonte: Inventários *post-mortem*. APERS.

Essas também são questões que se somam às já referidas reforçando a tese de que, plantéis com maior número de cativos facilitariam a localização de possíveis cônjuges. Dado encontrado, por exemplo, para Lorena e Cruzeiro, áreas caracterizadas por produção de alimentos, de café, de cana-de-açúcar e início de uma atividade comercial, em 1874. Dos cativos de propriedades com até 4 escravos, 16,7% estavam envolvidos em uniões legítimas, contra 71,6% de escravos das propriedades com 40 ou mais cativos (MOTTA e MARCONDES, 2000, p. 111). Em Bananal, nos anos de 1801, antes da difusão do café na localidade, em 1817, no momento de introdução do cultivo, e em 1829, quando a região caminhava para a *plantations*, as frequências de casados e de viúvos aumentaram com a elevação do número de cativos por propriedades (MOTTA, 1999, p. 307).

Nota-se que o maior número de casamentos nas maiores propriedades ocorria mesmo tendo essas elevadas razões de sexo entre os escravos. Dentre outros, Luna (1992, p. 458), em estudo sobre 25 localidades de São Paulo nos anos de 1777, de 1804 e de 1829, afirmou que: “Nos maiores plantéis, apesar da alta razão de masculinidade, a influência do tamanho do plantel na determinação da proporção de casamentos mostrava-se suficientemente forte para provocar maior proporção de casamentos”. O mesmo foi encontrado por Costa e Nozoe (1989, p. 342), em Lorena, no ano de 1801, onde os percentuais de escravos casados e de viúvos, calculados sobre a população escrava acima de 14 anos, e o número de homens escravos, tenderam a aumentar com a faixa de tamanho dos plantéis.

Tabela 49 – Tamanho do plantel e participação de casados e viúvos na Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Número de escravos possuídos	1764-1809		1810-1835		Total	
	#	%	#	%	#	%
1 a 3 escravos	10	17,5	5	2,2	15	5,2
4 a 9 escravos	19	33,3	40	17,3	59	20,4
10 a 20 escravos	28	49,1	74	31,8	95	32,9
> de 20 escravos	—	—	113	48,7	120	41,5
Total	57	100	232	100	289	100

Fonte: Inventários *post-mortem*, APERS.

Conforme se pode observar através da tabela acima, na Fronteira Oeste do Rio Grande, entre os proprietários inventariados, aqueles que possuíam pequenos e médios plantéis somavam, respectivamente, 5,2 e 20,4% dos casados, já os senhores detentores das maiores escravarias contabilizavam entre 32,9 e 41,5% (Tabela 49). Esses resultados ocorreram apesar da elevada desproporção entre os sexos a favor dos homens existentes nos plantéis acima de 20 cativos. E não podem explicar-se pela diferença nas estruturas etárias dos escravos possuídos por grandes e pequenos proprietários. Os dois apresentaram perfil similar quanto às idades, com cerca de 30% de crianças, 65% de indivíduos de 15 a 49 anos e cerca de 5% de pessoas com 50 anos ou mais. A causa provavelmente relaciona-se com a própria composição dos plantéis.

Confirma-se, com isso, a hipótese já referida de que havia uma tendência maior às relações conjugais frente aos maiores plantéis, nos pequenos era reduzida a probabilidade de existir um homem e uma mulher, com faixas etárias compatíveis, apesar de mostrarem no conjunto a eles atribuído, maior equilíbrio entre os sexos.

Analisando as características das famílias formadas entre 1750 e 1835, na Fronteira Oeste da Capitania (depois província) do Rio Grande de São Pedro observou-se também de que forma as ditas características foram alteradas em decorrência da transformação econômica e demográfica verificadas na região entre os dois períodos anteriormente descritos. Observando-se que as famílias legitimadas pelo matrimônio não foram

predominantes na região, correspondendo a 33,8% entre 1755 e 1809 e a 24,6% entre 1810 e 1835. As constituídas por mães solteiras e seus filhos, representaram 66,2 e 75,4%, respectivamente. As últimas resultaram, quer de uniões estáveis, quer de encontros acidentais.

A representatividade de mães solteiras e filhos, já marcante entre 1755 a 1809, tornou-se mais frequente após 1810, num momento de transformação econômica e demográfica. Unindo os dados dos casamentos, foram encontrados 572 matrimônios entre 1762 e 1809, o que representa 58,6% dos matrimônios e, 41,4% entre 1810 e 1835 apesar do importante crescimento populacional verificado nesse período. Esse perfil pode ser resultado de um crescente desinteresse senhorial na oficialização da união dos cativos, evitando, assim, a intervenção da Igreja em sua relação com os escravos e, particularmente, quando houvesse necessidade de vender separadamente um dos cônjuges. No caso de senhores que apoiassem ou tolerassem o casamento de seus escravos, os últimos deveriam buscar cônjuges nos limites das propriedades em que viviam e trabalhavam¹³⁰.

Entretanto, entre 1810 e 1835 a região vivenciou o aumento de trabalhadores de muitos plantéis e, conseqüentemente, maior oferta de possíveis noivos. Já o processo de “crioulização” daqueles que continuaram em cativeiro promoveu a formação de escravarias que dispunham de laços parentais¹³¹. Os dois movimentos talvez possam ter gerado uma dificuldade a mais na localização de parceiros nos limites das propriedades. Alguns cativos conseguiram casar. Entretanto, a maior parte, provavelmente, buscou seus companheiros, quando escravos, nas propriedades vizinhas, inviabilizando a oficialização da união. Outros se associaram aos forros e, os demais, aos livres.

A partir desse período, em um momento de maior demanda pelo trabalho escravo, também mudavam as atitudes senhoriais com relação a seus cativos. Enquanto a reposição passou a ser mais facilmente garantida, a intervenção da Igreja nas relações senhor-escravo tornava-se mais amenizada. Sheila Faria explica esse contexto de aumento da ilegitimidade e

¹³⁰ Como visto, os casamentos ocorriam entre escravos de um mesmo senhor.

¹³¹ A crioulização resultou da reprodução natural e/ou da compra via tráfico interno.

de diminuição de casamentos entre escravos como “uma cristalização do processo de interferência direta dos senhores na vida particular dos negros cativos” (FARIA, 1998, p. 339). Ao lado disso, a autora levantou também a hipótese do aumento de práticas africanas, que passaram a ditar as vidas e as formas de organização familiar, em decorrência do grande desembarque de cativos africanos na primeira metade do século XIX. Florentino e Góes (1997, p. 141-4) também observaram a diminuição de famílias legítimas no agrofluminense, na primeira metade do século XIX. Segundo eles, o aumento do número de africanos, correspondendo à chegada de estrangeiros, de não aparentados, gerou uma urgência na criação de laços, fazendo com que eles se unissem, sem necessariamente passar pelo sacramento do matrimônio.

A partir da comparação dos números de escravos casados, viúvos e filhos legítimos e os de mães solteiras e filhos naturais encontrados em Lorena, em 1801, e em Lorena e Cruzeiro, em 1874, Motta e Marcondes (2000, p. 109) verificaram a diminuição percentual de escravos envolvidos em famílias legítimas e o aumento de cativos ligados às formadas por mães solteiras. Os percentuais de escravos que participaram das famílias legitimadas foram de 38%, no ano de 1801, e de 27%, na década de 1870 (MOTTA e MARCONDES, 2000, p. 109-10).

Como decorrência da alta representatividade de famílias matrifocais e seu percentual ao longo dos anos, a principal referência dos escravos foi à ilegitimidade. Com efeito, dos cativos com laços parentais, cerca de 70% viviam em famílias encabeçadas por mulheres solteiras. Enquanto isso, 30% dos trabalhadores compulsórios participavam de famílias nucleares, ou seja, compostas por casais com seus filhos. Analisando a composição dessas famílias entre um período e outro, nota-se que no avançar para o século XIX ocorre a redução dessas famílias nucleares, mas, no geral, aumenta a presença de escravos envolvidos em outros tipos de famílias¹³²: entre 1755 e 1809, 2.247 crianças foram batizadas estando inseridas em famílias

¹³² Trata-se dos laços consanguíneos e matrimoniais. No caso deles, sim, observamos uma diminuição dos escravos envolvidos naqueles vínculos. No entanto, como já foi dito no início do estudo, consideramos como famílias escravas não apenas as matrifocais e nucleares, mas também o apadrinhamento e as famílias extensas. Nos próximos capítulos, estudaremos o batismo e as famílias formadas por três ou mais gerações.

nucleares; já nos anos de 1810 até 1835, a participação passou para 4.151, representando um aumento de quase 100% no número de nascimentos. Nos inventários, os indivíduos casados passaram de 57 entre 1764 e 1809 para 232 entre 1810 e 1835. Ao incluírem-se os escravos unidos por laços de parentesco, constatou-se que, ao contrário de uma redução, houve um aumento da participação de cativos em família, correspondendo a 40,9% até 1809, e 41,2% entre 1810 e 1835. Esses percentuais foram encontrados após o cruzamento de registros paroquiais com os inventários.

Por esses dados parece bastante claro que mesmo diante das dificuldades encontradas pelos escravos, não deixa de ser significativo que em torno de 30% dos cativos anotados em assentos de batismos estavam com seus familiares¹³³. Portanto, será que a realidade escravista estimulava a promiscuidade? Os cativos eram simples “marionetes” nas mãos de seus senhores? Será que não era importante para os escravos, e para alguns senhores, a socialização parental?

A vida dos escravos não se baseava na promiscuidade, e muito menos os cativos eram apenas “mercadorias”. Pelo contrário, tanto os senhores quanto seus escravos estavam em constante negociação. Uns, procurando manter o trabalho e a autoridade sobre suas “peças” e outros, formas de melhor sobreviver. Nesse jogo de “interesses”, a família apareceu como um meio de garantir a permanência do cativo na propriedade, já que possivelmente evitaria fugir e deixar seus parentes, assim como ofereceu aos escravizados, humanidade, solidariedade e sociabilidade.

¹³³ Esse percentual, com certeza, seria maior se fossem incluídos os padrinhos, as madrinhas, os tios e as avós.

CAPÍTULO 8: TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS ESCRAVAS NO INTERIOR DE PROPRIEDADES DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE - ESTUDOS DE CASOS

[...] a demografia da escravidão não é efeito exclusivo da lógica econômica da empresa escravista, nem existe descolada da pessoa do escravo. É, antes, um cenário conflitivo por definição, espaço onde estratégias se delineiam e fazem conhecer melhor a escravidão (FLORENTINO e Góes, 1987, p. 174-5).

Para o especialista norte-americano Thorne (1982), pode-se pensar na família como um tecido de vários fios que compõem um desenho. Segundo ele, ao tirar-se ou acrescentar-se um fio, transforma-se o desenho. Assim, para quem procura recuperar a história de famílias ao descobrir um fio antes escondido, ou não visto, a apreciação do próprio desenho modifica-se. Essa metáfora utilizada por Thorne pareceu procedente ao perceber-se a impossibilidade de reconstituir um modelo unitário de transformação, no interior do qual se encontre o fio unitário da família.

Através dos vestígios deixados pelo plantel de Mateus Simões Pires¹³⁴ que, sem ser tomado como representativo, apresenta-se como um instrumento importante, principalmente para a análise de estratégias de relação interpessoal. O estudo da sua trajetória é-nos interessante, por constituir um caminho, uma fonte para a compreensão do modo como

¹³⁴ O processo de seleção desse senhor guiou-se por dois critérios básicos: primeiro, a existência de um número máximo de fontes, ou seja, foi escolhido entre aqueles para os quais conseguimos reunir a maior quantidade e variedade de documentos referentes aos seus cativos. Segundo, a representatividade desse senhor quanto à definição de suas ocupações, de modo a estabelecer certa amostragem entre os maiores plantéis.

determinado grupo social organizou materialmente a sua vida e estabeleceu, enfim, as suas relações sociais. Por meio desses fragmentos serão tecidas algumas considerações sobre a inserção do escravo em redes de parentesco, cuja estabilidade variava “de acordo com a própria história pessoal (idade, origem) e a história do plantel no qual se inseria” (FRAGOSO e FLORENTINO, 1987, p. 162).

8.1 FAMÍLIA SIMÕES PIRES E SUAS RELAÇÕES NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE

Com base nessas ideias, foram colhidas algumas informações sobre Mateus Simões Pires, comerciante, rico proprietário de terras, gado e escravos, que viveu em Rio Pardo, entre 1755 e 1819. Mateus nasceu na freguesia de São Sebastião, Ilha Terceira, arquipélago dos Açores, do Reino de Portugal, em 1724. Supõe-se que tenha sido um dos muitos retirantes da Colônia de Sacramento que foram, com assédio de Dom Miguel Salcedo, repatriados para Santa Catarina. Há certeza, porém, da existência de uma irmã sua por nome Luciana, casada e falecida naquela Colônia. Mateus casou-se em Rio Grande (por procuração) com Catarina Ignácia da Purificação, também açoriana, natural da freguesia de São Miguel, Ilha Terceira. Catarina faleceu em Rio Pardo, em 1817. Mateus faleceu na mesma cidade, com 95 anos, de tifo, em 1819. O casal deixou dois filhos: Vicência Joaquina e Antônio Simões Pires.

No tempo em que essa família migrou para Rio Pardo, essa localidade correspondia a um vasto território (toda Fronteira Oeste do Rio Grande), espaço que era então disputado pelas coroas ibéricas. Para colonizá-lo e facilitar o domínio português, foram distribuídas sesmarias. Tais propriedades foram doadas ao longo do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX como estratégia militar para efetivar a conquista. Favorecido por essas circunstâncias, Mateus recebeu uma doação, em 1792, cujas razões o conde de Rezende assim esclareceu:

[...] atendendo a representar-me Mateus Simões Pires, morador do Quartel de Rio Pardo, que **vive de seu negócio de fazendas secas** o qual *tinha porção avultada de animais vacuns e cavalares por ter recebido em pagamento das mesmas, e por não ter onde os prender e criar* e do outro lado do rio Tabaguã se acharem um rincão devoluto, que confrontava pela borda do Sudeste com o Tabaguã Chico e pelo poente, para cuja parte faz frente com as caídas que deságuam nos ditos arroios. O suplicante é casado, e com família, **tinha vinte escravos, foi prisioneiro dos espanhóis na ilha de Santa Catarina, donde perdeu vinte e cinco mil Cruzados e, esteve naqueles domínios bastantes anos, e hoje esta pagando o que naquele tempo perdeu, por ser a maior parte alheio**, e para melhor poder acodir ao seu crédito e honra: me pedia lhe mandasse passar uma sesmaria [...] (Livro F 1247 f. 69v-70. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, grifos nossos).

Em 1818, era aberto o inventário *post-mortem*¹³⁵ de Catarina Ignácia da Purificação. Nos autos do processo encontra-se o orçamento demonstrativo dos bens da herança do casal inventariado, e soube-se que as avaliações resultaram num monte-mor de pouco mais de (quarenta contos de réis 42:366\$402); e que quase a metade (48,7%) dessa cifra correspondia ao valor da escravaria possuída, composta por 62 cativos, que são os bens que prioritariamente interessam à análise.

Partindo desse registro e do cruzamento com o restante da documentação¹³⁶, foram reconstituídas as famílias escravas, e observadas as suas características mais salientes e mensurados os seus traços menos evidentes. Foi uma opção metodológica. A partir do inventário, retrocedeu-se até 1755, ano do primeiro assento de batismo correspondente a escravos de Mateus, e através do cruzamento nominativo, mapeou-se mais de meio século visando a capturar vivências que melhor explicassem o significado do parentesco e da família escrava na região em foco. Essas informações também podem ser encontradas nos registros eclesiásticos de óbitos e assentos de casamentos. Mas não é só. Estão também disponíveis (nos mesmos arquivos) os registros entre os descendentes de Mateus, os quais herdariam os cativos, caracterizados em seus respectivos inventários. O cruzamento de todos esses indícios tornou possível reconstruir uma complexa rede de interação parental,

¹³⁵ Inventário *Post-mortem* Civil e Crime, Vara de Rio Pardo processo n. 22, maço 1, 1818. Arquivo Público do Rio Grande do Sul, APERS.

¹³⁶ Além do inventário foram utilizados registros eclesiásticos compostos por assentos de batismos, casamentos e óbitos.

que de outra forma permaneceria oculta. Mas o que se pode saber sobre a vida familiar dos escravos desse plantel. Muito, como se verá.

Antes, porém, é necessário retornar à trajetória dos proprietários desse plantel. Conforme o inventário *post-mortem*, o casal possuía duas estâncias: Capivari e São João, além de um sítio, ambas as propriedades com partes anexas. Nessas grandes extensões de terra, o casal dedicava-se à criação de animais. Possuía 5.698 cabeças de gado, sendo 4.560 reses e bois mansos, 820 equinos entre cavalos, éguas, potros e redomões, 218 mulas e 100 ovelhas.

A historiadora Sabrina de Souza (1998, p. 44), em estudo sobre os comerciantes de Rio Pardo, verificou que eles enfrentavam dificuldades para efetuar pagamento de compras e saldar compromissos financeiros devido à escassez de moedas. Segundo ela, por essas razões utilizava-se o “o gado e seus derivados para saldar dívidas, sendo esses largamente aceitos no comércio local”. É provável, portanto, que Mateus e sua mulher também contassem com esses animais, para os mesmos fins. Sabemos ao certo que haviam necessitado de terras “por ter porção avultada de animais vacuns e cavalares que havia recebido em pagamento de suas fazendas secas”.

O comércio e a criação não foram, contudo, as únicas atividades de Mateus Simões Pires. Ele também se dedicava ao cultivo de trigo e seus negócios vinculavam-se ao comércio de farinha. No sítio do casal há menção à plantação dessa cultura e a indicação da existência de atafona, com roda e prensa para a moenda. Na mesma propriedade consta, ainda, a existência de casa de pouso e “vivenda de comércio”. Tudo isso nos leva a crer, com base em tais descrições, que o comércio, realizado no seu sítio, localizado nas cercanias do povoado, provavelmente atendesse aos viajantes, à vizinhança e às próprias necessidades de seus moradores. Não se descarta, ainda, que parte dessa produção de trigo fosse acrescida pelo excedente de outros agricultores, que não possuíam recursos próprios e que a farinha também fosse transformada em “moeda de troca”, que favorecia seus negócios com o Rio de Janeiro, uma vez que o trigo juntamente com o couro constituíam os principais gêneros que dessa vila partiam para o comércio com essa cidade.

Sabrina Souza (1998, p. 120) inferiu ter sido muito difícil para um comerciante de Rio Pardo estabelecer-se de forma solitária, tendo sido comum o estabelecimento de sociedades que eram imprescindíveis para que se obtivessem capital para investir. Talvez com base na “falta de capital próprio”, Mateus Simões Pires tenha se unido a João Pereira Fortes, em 30 de novembro de 1773. Na ocasião, ambos compareceram ao cartório do Tabelião Domingos Martins Pereira, em Porto Alegre, para o registro de exploração agropecuária e comercial¹³⁷, declarando que, amigavelmente, tinham povoado uma estância denominada “Guardinha”, na qual possuíam vários animais vacuns, cavalares e crias de bestas muares, com casas e currais; que da mesma forma possuíam do outro lado do Rio Guaíba outra estância chamada “Nossa Senhora do Rosário”, na qual também possuíam animais vacuns e cavalares e crias de mulas e que entre ambos possuíam mais seis escravos, a saber: Manoel, Vicente, Mateus, Antônio, José e Raimundo. E que da mesma forma possuíam uns campos em que cada um tinha sua casa e roças, em cujo campo tinham entre ambos uma atafona [...] e que em todos os bens expressados, disseram que de hoje em diante ficavam sócios em tudo que se achassem dentro das ditas estâncias [...] tanto em ganhos como em perdas.

O contrato que regulamenta essa sociedade nos revela dados importantes para a compreensão das relações e obrigações de cada sócio. Previa que “dos desfrutes de suas fazendas fariam tropas de mulas que ele sócio Mateus Simões Pires, presentemente, iria dispor a São Paulo”. Outra consideração que deve ser feita refere-se à já citada ligação que Mateus mantinha no porto carioca. Conforme o contrato, “seriam sócios em todo e qualquer negócio que da cidade do *Rio de Janeiro* se fizesse conveniente, tanto em fazendas secas e molhados, como de escravos que se remetesse para a dita cidade (Rio Pardo)”.

Como se vê, Mateus Simões Pires dedicava-se à criação de mulas “que remetia para São Paulo”; trazia “fazenda seca, molhados e escravos”, do Rio de Janeiro para revender na região. Possuía casa de pouso e sítio onde

¹³⁷ Conforme Livro IV do Segundo Notário de Porto Alegre, APERS.

plantava, colhia e fabricava farinha de trigo. Com base nessas diversas atividades, pôde prosperar e muito. Por meio do exame da sociedade que firmou pode-se acompanhar um pouco da sua trajetória pessoal conhecendo que seu empreendimento foi, enfim, exitoso. Ao final de sua vida ele havia aumentado consideravelmente o seu patrimônio pessoal, adquirido campos, gado, e teve multiplicado o plantel de escravos, que passou de 20 indivíduos em 1790 para 62, em 1818.

Efetivamente, quando em 1790 Mateus Simões Pires requereu sesmaria de campos, situados em Bagé, ao Sul do rio Camaquã, o Dr. José de Saldanha deu seu perfil financeiro nestes termos: “o suplicante, bem estabelecido neste quartel, tem uma estância nos galhos do Capivari que comprou, outra no fundo do Rincão de São Sepé [...], também por ajustes, uma boa chácara perto desta freguesia e grandes casas neste povo [...]”. A estância do Capivari, com três léguas, estava em sua posse desde 1768, como se depreende do texto de sua carta de sesmaria. Trata-se da estância denominada “Nossa Senhora do Rosário” que, como visto, foi incluída nos bens formadores da sociedade com João Pereira Fortes. O Rincão de São Sepé foi comprado a Manoel de Souza Nunes e demarcado judicialmente, em 1799¹³⁸.

Os novos campos que Mateus requereu por título de sesmaria, em 1790, já referida, foram vendidos a Domingos Rodrigues Nunes. Quando sua esposa, Dona Catarina Ignácia da Purificação, ditou seu testamento, aprovado em 13 de maio de 1818, fez constar a declaração de que os bens do casal se compunham de “[...] uma morada de casas nesta vila, uma chácara, além do Rio Pardo, duas sesmarias de campo em São João e uma sesmaria no Capivari”. A chácara era o remanescente de sua primitiva “data” recebida como casal de número, povoador de Rio Pardo. Os dois campos no Rincão de São João (ou São Sepé) eram as sesmarias de “Aroeira” e a do “Rincão das Timbaúvas”, este último medindo três léguas, foi em 1816, transferido com sobras à Inocência Umbelina de Jesus, filha de Antônio Gonçalves Borges, cunhado de Mateus Simões Pires. A sesmaria do Capivari, já visto,

¹³⁸ Livro IV do Segundo Notário de Porto Alegre, APERS.

identifica-se com a estância “Nossa Senhora do Rosário”, em Encruzilhada, que integrou dos bens da sociedade com João Pereira Fortes¹³⁹.

Esgotada a vigência da sociedade formada em 1773, trataram de dissolvê-la. Mas o documento hábil só mais tarde foi preparado, indicando-se os motivos da demora de sua elaboração. Vejamos seus termos:

Dizemos, eu Mateus Simões Pires e João Pereira Fortes que sendo verdade que tratamos entre nós uma sociedade por uma escritura pública em 30 de Novembro de 1773, na qual se declarava todas as condições que nela contem e porque se acham as nossas contas justas de parte a parte e não há cousa que duvida faça, por cuja razão determinamos apartar por finda a dita sociedade e dar por invalida a escritura que se passou, e por não haver tabelião nesta presente ocasião em esta povoação do Rio Pardo, se não passou o destrato dela, por cujo motivo passamos um ao outro este papel de quitação em que declaramos que nos demos por satisfeitos completamente de todas as nossas contas, as quais de hoje para todo o sempre, damos por findas, protestando não mover contendas, ou dúvidas aos nossos descendentes no tempo futuro; e para clareza de tudo, passamos este salvo conduto uma a outro, para servir de defesa a qualquer dúvida, que se oferecer; e pedimos às Justiças de Sua Real Majestade, mandem dar inteira validade ao dito papel, e se faltar alguma cláusula, que em direito se faz necessário, a damos por expressas e distintamente declarados; e por nossas esposas não saberem ler, nem escrever, assinaram por elas Caetano Coelho Leal a rogo de Eugênia Roza, e por Catarina Ignácia da Purificação, assinou a seu rogo, Antônio Simões Pires (Distrato de uma Sociedade Rural-In Suplemento Rural – Correio do Povo, 23 de Fevereiro de 1979).

Do tempo em que vigorou a sociedade, João Pereira Fortes também aumentou seus haveres. Além da “Guardinha”, com que ingressou sua participação na sociedade, continuou a comprar campos: em 1780, adquiriu a sesmaria do “Capão Grande” em Cachoeira por compra ao tenente José da Silva Baldaia e também a da “Boa Vista” comprada a Santos Martins em 1783; teve ainda outra denominada “Piquiri que foi vendida por Antônio Gonçalves Borges (cunhado de Mateus Simões Pires) que era casado com sua filha, D. Joana Roza Pereira Fortes”.

Como se pode ver, além dos interesses comerciais, esses homens tinham outros aspectos em comum: eram açorianos e possuíam vínculos familiares. Uma circunstância interessante dos d’Agueda, é o fato de haverem os dois irmãos mais velhos adotado o sobrenome Fortes, abandonando o que haviam trazido da ilha nativa e, haver o terceiro irmão,

¹³⁹ CF: *Revista do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, v. 11, p. 124, 1995.

Miguel, conservado o sobrenome Simões. Junte-se a essa coincidência de nomes com Mateus Simões Pires a associação de interesses estabelecida entre este e João Pereira Fortes, para nos induzir à convicção de que existiam vínculos familiares (além dos evidentes) entre os Simões e os d'Agueda (ou Fortes).

Por meio dos casamentos, esses açorianos buscaram para si e para suas famílias melhor inserção na sociedade sul-rio-grandense. Sabrina Souza (1998, p. 172), ao analisar os comerciantes de Rio Pardo, constatou que esses eram, prioritariamente, oriundos de Portugal, e raramente nascidos na própria região. Observando a origem de suas esposas, concluiu que esses casavam, preferencialmente, com mulheres locais, representando, com isso, “uma das formas de inserção social desses estrangeiros estabelecidos em Rio Pardo”. Já Dante de Laytano (1979, p. 173-4) indica que a “farda exerceu uma importante sedução” ao referir que muitos rapazes de famílias simples que não seguiram a carreira das armas terminava pelo menos casando com filha de militar, entrando assim nas famílias da oficialidade dos regimentos, batalhões e legiões da capitania.

Mateus Simões Pires e Catarina Ignácia tiveram um casal de filhos: Vicência Joaquina, a mais velha, casou-se em Rio Pardo com João de Souza Pimentel, natural da ilha de São Miguel, filho de Francisco de Souza e Vicência Josefa, naturais da mesma ilha. Faleceu com testamento em 1835, não deixou descendência.

O filho caçula de Mateus, Antônio, nasceu em Rio Pardo, em 12 de outubro de 1766. Destinado pelo pai a ser comerciante, foi levado para o Rio de Janeiro, com o fim de receber melhor instrução. Após uma prática de 11 anos voltou do Rio de Janeiro, tendo continuado o tráfico mercantil. Já adulto, ingressou na vida militar e casou-se em 17 de janeiro de 1789 com Maria do Carmo Violante de Queiroz e Vasconcelos, filha do tenente de dragões Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos. Pode então ascender em seus objetivos pessoais chegando ao posto de Sargento-mor além de ter feito carreira política como vereador e Juiz de Paz de Rio Pardo. Antônio faleceu

com 90 anos de idade na mesma cidade em que nasceu no dia 4 de março de 1856. Teve 14 filhos e deixou, portanto, vasta descendência.

Como se pode perceber, a trajetória dos Simões Pires, ainda que apresentada de forma resumida demonstra que as relações horizontais obtidas através do casamento fortaleciam as sociedades já existentes e favoreciam o surgimento de novas. Como, por exemplo, através do matrimônio contraído filhas de comerciantes ou de militares, principalmente os mais graduados, era também uma possibilidade de alcançar maior prestígio social. Essas diferentes trajetórias teriam afetado de maneira desigual a vida dos escravos? É o que se pretende responder a seguir.

8.2 AS FAMÍLIAS ESCRAVAS DOS SIMÕES PIRES

No estudo realizado, recorreu-se à utilização dos inventários *post-mortem*¹⁴⁰ como fonte para análise da obtenção dos padrões de posse dos escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande. O exame desses registros possibilitou perceber, ainda que de maneira aproximada, o montante dos escravos e a sua distribuição entre o conjunto da população livre. O resultado do presente estudo se por um lado comprova a existência de pequenos plantéis por outro relativiza a noção geral de senhores com poucos escravos. Contudo, mesmo entre os senhores detentores de muitos escravos, de certo modo, não deixaram de existir pequenos e médios plantéis, uma vez que esses proprietários distribuíam os cativos pelas diversas propriedades, onde atuavam em roças de pequeno e médio porte, serviços de transporte, reparos ou construção, corte e beneficiamento de madeiras, manejo do gado, etc.

¹⁴⁰ O uso dos inventários como fonte têm conhecidas limitações, como o fato de tenderem a representar preferencialmente as camadas mais abastadas da sociedade e sub-representar os muito pobres uma vez que esses provavelmente não realizariam a partilha judicial de seus poucos bens. Ainda que se tenha em conta essas limitações, são documentos imprescindíveis para o estudo das estruturas de posse das escravarias do sul, principalmente pelo fato de essa região não dispor das listas nominativas de habitantes, sendo assim um dos poucos recursos viáveis para o acesso direto entre a população escrava e as unidades produtivas.

Florentino e Góes (1997), ao estudarem os padrões socioculturais por meio dos quais os arranjos familiares dos cativos se realizavam e se reiteravam ao longo do tempo na região do agrofuminense, nos anos de 1790 a 1850, alertaram para os cuidados que são necessários ao se analisarem as composições familiares dos escravos, tomando por base os inventários *post-mortem* de seus proprietários. Observam que nem todos os inventários eram elaborados com cuidado e que, muitas vezes, a ausência de determinadas informações indica principalmente o “descaso”, a ignorância ou a insignificância das mesmas para os que as informam. Nas palavras dos autores: “[...] qualquer investigação das relações familiares escravas neste tipo de fonte indicará um patamar mínimo de sua incidência, e não a expressão exata da realidade passada” (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 51-2).

O inventário de Catarina Ignácia, esposa de Mateus Simões Pires, que está sendo analisado, é um exemplo de plantel “excepcionalmente grande” entre os proprietários da Fronteira Oeste do Rio Grande. O exame dos dados referentes aos escravos existentes entre as posses dessa senhora demonstra o quanto as considerações de Florentino e Góes são significativas. Ao se comparar a relação dos cativos da meação de Mateus Simões Pires à luz dos dados coletados nos assentos de casamentos (Quadro 4) e batismos (Quadro 5) de seus mancipios, pode-se tecer algumas considerações sobre a formação de famílias escravas na propriedade analisada.

Na ocasião da abertura do inventário do casal, em 1818, essa família possuía 62 escravos. No entanto, com base nessa fonte, apenas dois casais formavam vínculos familiares, e para os 58 escravos restantes não houve a indicação de parentesco. Nem mesmo as crianças tiveram o nome da mãe referida. Foi através do cruzamento nominativo de variadas fontes que se soube que esses números subestimam o montante real dos escravos que de fato viveram junto a outros indivíduos com ligação de sangue. Pode-se, portanto, observar essas pessoas em outros momentos antes e depois do ano de abertura do inventário, colaborando com a ideia já referida de que a preocupação dos inventariantes era apenas descrever e avaliar os escravos a

serem partilhados e não, necessariamente, apresentar suas relações de parentesco. Por intermédio do inventário ter-se-ia apenas um retrato que fixa num dado momento o ciclo de vida dessas famílias, como se elas não tivessem nem passado nem futuro (ROCHA, 2004, p. 43).

O plantel de Mateus Simões Pires compunha-se de um montante de 47 cativos do sexo masculino e 15 do sexo feminino; ou seja, correspondia a uma razão de sexo de aproximadamente três homens para cada mulher. Observando-se o universo escravista da região, tem-se a comprovação de que os homens eram, de fato, a maioria na população cativa. Entre os africanos, como era de se esperar, a predominância do sexo masculino era bem mais acentuada que entre os crioulos. Essa constatação aparece nos inventários, em que pese os limites arrolados anteriormente.

Quanto à origem dos escravos, também deve-se relativizar o resultado obtido pelo exame dos inventários. Tomando-se como exemplo os escravos avaliados entre os bens de Catarina Ignácia e Mateus Simões Pires, teve-se apenas 3 indivíduos africanos, para os demais não houve a informação da origem. Por meio do exame de outras fontes, esses números podem ser considerados bem inferiores à composição real do plantel e o peso dos procedentes do comércio atlântico. Isso leva a crer que esse dado não era tão fundamental entre os avaliadores que registravam os cativos entre os proprietários da região em foco.

Além disso, estudos recentes sobre o perfil das escravarias têm apontado um conjunto de elementos característicos dos plantéis de escravos, poderia levar a considerar a hipótese da reprodução natural dos cativos¹⁴¹.

¹⁴¹ Nadalin considera que “Qualquer consideração a um regime demográfico das plantations deve levar em conta o regime restrito da demografia escrava, a complexidade e as flutuações da produção e exportação” (NADALIN, 2004, p. 138-139). Já os autores Paiva e Libby (1995) acrescentam que distinções devem ser feitas ao comparar sistemas escravistas regionais ou mesmo microrregionais, com respeito ao grau de desenvolvimento na produção destinada ao comércio de exportação. Especialmente a partir do século XVIII boa parte dos escravos no Brasil não trabalhava diretamente neste setor. Vastas regiões do País, algumas das quais possuindo consideráveis populações escravas, passaram a se especializar em produções destinadas ao crescente mercado interno, de modo que, ao chegar ao século XIX, havia uma espécie de dicotomia entre economias escravistas ligadas ao mercado internacional e aquelas dependentes do mercado regional. Para as várias regiões tal distinção carrega importantes implicações em termos da experiência escrava, inclusive demográfica (PAIVA e LIBBY, 1995, p. 204).

Tal hipótese viria a relativizar a tese de que proprietários de escravos não estimulariam a reprodução biológica no interior das senzalas como apontou Marcílio (1984), em sua proposta sobre o sistema demográfico das populações escravas. Pelo menos dois aspectos nos levam a inferir sobre essa questão: o cruzamento dos registros de batismos com os óbitos de inocentes indicam números superiores de nascimento ao das mortes para todos os anos, segundo pelo número de alforrias passadas a escravas que são favorecidas pelo “número de crias”, que haviam dado a seus senhores.

O estímulo à formação das famílias também pode ser um indicativo dessa estratégia de reposição das escravarias via reprodução endógena. Uma vez que foram significativos os registros de casamento entre cativos dessa região, constituindo um conjunto formado por 975 assentos, onde pelo menos um dos integrantes era escravo, registrados nas freguesias de Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada.

Por meio desses registros, foram rastreados os assentos matrimoniais à procura dos casamentos realizados pelos escravos de Mateus Simões Pires e foram encontrados 9 casais, número bem superior ao que foi revelado pelo inventário (2 casais) e bastante próximo dos assentos de batismos (8 casais). Uma explicação plausível para essa diferença entre o número de registros de casamentos e o de casais identificados no inventário, além do descuido ou descaso dos avaliadores para com essa informação, pode ser a venda de casais ou ainda o falecimento de um dos cônjuges. Salienta-se, com isso, a imprecisão desse último conjunto documental para a análise em questão, uma vez que os avaliadores registram apenas um momento da vida dessas pessoas e não suas relações ao longo do tempo, diferentemente do que se pode obter através das fontes eclesiásticas que permitem o acompanhamento longitudinal.

Outro aspecto a ser considerado é o número de africanos referidos entre os escravos que tiveram seus vínculos familiares legalmente constituídos perante a Igreja. Nessas fontes, 4 casais ou 8 indivíduos, número bem superior aos 3 que foram mencionados no inventário do casal. Esses dados também reforçam as características endogâmicas já referidas,

qual seja, de que africanos casavam-se, não apenas entre si, mas de preferência entre indivíduos de uma mesma nação ou procedência.

Data do Casamento	Marido	Condição do Marido	Mulher	Condição da Mulher
5/7/1778	José Guiné	escravo	Francisca Guiné	escrava
21/8/1782	Francisco Angola	escravo	Isabel Benguela	escrava
23/1/1786	Vicente	escravo	Antônia	escrava
19/11/1781	André Gonçalves	forro	Roza Angola	escrava
25/12/1802	Fabiano Guiné	escravo	Felisberta Guiné	escrava
8/7/1805	Paulo Guiné	escravo	Lucrecia Guiné	escrava
8/7/1805	Luciano pardo	escravo	Esméria crioula	escrava
10/3/1808	Mateus Simões	escravo	Ludoane Maria	forra

Quadro 4: Casamentos entre cativos de Mateus Simões Pires.

Fonte: Assentos de Casamentos das freguesias de Rio Pardo, Cachoeira, Encruzilhada e Caçapava. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

Para além das considerações gerais sobre o matrimônio entre escravos, a utilização dos registros paroquiais de batismos permite que se explorem mais alguns traços da vida familiar que caracterizava o cotidiano dos escravos. Na Fronteira Oeste do Rio Grande os índices de legitimidade corresponderam a aproximadamente 30% de 6.800 batismos de inocentes escravos (Capítulo 6). São indicativos de que uma parte dos escravos conseguia não só ter acesso ao matrimônio como também manter essas uniões estáveis e gerar filhos. Dessa forma, com base no Quadro 5 tem-se uma visão mais complexa da rede de parentesco correspondente aos escravos de Mateus Simões Pires.

Por meio dos assentos de batismos, foram localizados 8 casais que estabeleceram suas relações entre fins do século XVIII e princípios do XIX. Além de ressaltar o número de filhos presentes – média de 3,5, calculada para o conjunto das famílias –, destaca-se o índice de legitimidade obtido entre os inocentes que foram levados à pia batismal por esse senhor, sendo que apenas duas crianças filhas da africana Cândida constaram como filhas

naturais, representando tão somente 8% dos 24, os demais 92% foram referidos como filhos legítimos, ou seja, contavam com pai e mãe ao nascer.

Data do Batismo	Inocente	Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
31/8/1783	Francisca	José Preto	Francisca Guiné	Antônio	Gracia
6/10/1792	Manoel	José Preto	Francisca Guiné	Antônio	Joana
28/11/1779	Joaquim	José Preto	Francisca Guiné	Joaquim	Ana
2/9/1787	Jacinto	José Preto	Francisca Guiné	Vicente	Antônia
1/3/1789	Felisberta	José Preto	Francisca Guiné	Bernardino Camargo	Severina Maria
12/3/1793	Clemência	N/C	Cândida Congo	José	Gertrudes
10/4/1796	Mariana	N/C	Cândida Congo	Francisco de Paula	Mariana
11/2/1798	Fortunato	Mateus Preto	Cândida Congo	Joaquim	Antônia
21/2/1805	Ignácia	Mateus Preto	Cândida Congo	Domingos	Antônia
6/5/1810	Francisco	Mateus Preto	Cândida Congo	Ignácio	Maria
13/9/1812	Gertrudes	Mateus Preto	Cândida Congo	João	Mauriciana
4/9/1792	Esméria	Antônio Guiné	Josefa Guiné	Francisco	Feliciana
26/12/1794	Feliciana	Antônio Guiné	Josefa Guiné	Manoel forro	Feliciana
26/11/1796	Teodoro	Antônio Guiné	Josefa Guiné	Antônio forro	Francisca
20/7/1800	Joana	Antônio Guiné	Josefa Guiné	Gonçalo	N/C
16/8/1803	Constância	Antônio Guiné	Josefa Guiné	Mateus	Antônia
20/3/1808	Simplicio	Antônio Guiné	Josefa Guiné	Manoel	Joaquina
21/10/1818	Ursula	Antônio Guiné	Josefa preta	Gaspar Simões	Maria Esméria de Faria
7/7/1809	Vicência	Antônio Guiné	Josefa Guiné	Ricardo Pereira	Francisca Souza
15/11/1812	Calhista	Antônio Guiné	Josefa Guiné	José Pedroso	Juvência Nunes
8/4/1795	Albino	José crioulo	Gertrudes	José forro	Francisca Maria
1/5/1800	Rita	José crioulo	Gertrudes	Caetano	Francisca
	Bárbara	José crioulo	Gertrudes	José	Teresa
18/9/1814	Lourenço	José crioulo	Gertrudes	João	Maria
2/5/1814	Esméria	José crioulo	Feliciana crioula	Salvador forro	Josefa Maria forra
12/11/1818	Maria	José crioulo	Feliciana crioula	Antônio	Josefa
27/11/1804	Eugênia	Antônio Benguela	Joana Benguela	Pedro	Antonia

Quadro 5: Batismos dos cativos de Mateus Simões Pires.

Fonte: Assentos de batismos da paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

Esses dados parecem confirmar a hipótese já referida de que em plantéis maiores haveria melhores condições de a família se constituir e se manter estável, uma vez que a média de legitimidade encontrada para esse

plantel é bem superior aos cerca de 30% encontrados para o conjunto dos escravos inferidos pelas fontes. A seguir, um pouco mais sobre essas famílias escravas.

8.2.1 Família de Cândida e Mateus

As relações recuperadas revelam um pouco da variedade dos arranjos familiares existentes. Começando pelo parentesco mais comumente encontrado entre os historiadores da família escrava, qual seja as mulheres solteiras com seus filhos. Entre os 27 inocentes levados à pia batismal pelo senhor Mateus Simões Pires, apenas a escrava Cândida encontrou-se nesta condição, em duas ocasiões. A primeira quando batizou a inocente Clemência no dia 12/3/1793 e a segunda quando levou à pia batismal a menina Mariana no dia 10/4/1796.

Essas crianças, contudo, não seriam frutos de relações eventuais. A busca em registros de batismos indicou que Cândida também seria a mãe de Fortunato (11/2/1798), Ignácia (21/2/1805) Francisco (6/5/1810) e Gertrudes (13/9/1812), todos eles registrados na paróquia de Rio Pardo como filhos seus com o preto Mateus, igualmente escravo de Mateus Simões Pires¹⁴². Segundo a historiografia, era bastante comum que as escravas se cassassem após o nascimento do primeiro filho. Com base nessas ideias e constatações, é lícito pensar que Clemência e Mariana apenas tenham nascido anteriormente à legitimação da união de seus pais.

Seja como for, encontrar famílias escravas estáveis, no interior das senzalas, implica a descoberta de uma estabilidade no próprio plantel (BACELLAR e SCOTT, 1990). Isto é, acompanhando no tempo as famílias, pode-se seguir a trajetória do respectivo plantel de forma a repensar as relações entre os escravos e destes com seus senhores. Isso nos permite destacar pelo menos três pontos de estabilidade nesta família. Primeiro, observando a idade do filho mais velho, cuja presença do pai foi referida (Fortunato, batizado no dia 11/2/1798) e a mais jovem (Gertrudes batizada

¹⁴² LBRP, f130v. (1796), fl. 135v. (1798), fl 138v (1800) e fl 139v. (1802) AHCMPA.

no dia 13/9/1812), constatamos, com base nesse tipo de fonte, que esse casal estaria unido pelo matrimônio por pelo menos quatorze anos, tempo considerável para a convivência de uma família escrava.

Segundo, em 1819, ou seja, 27 anos mais tarde, 4 irmãos continuavam na estância de Capivari, juntamente com seus pais Cândida e Manoel. Da filha mais velha, de nome Clemência, não se teve notícias, talvez tenha sido vendida ou tenha falecido sem que se tenha localizado seu registro de óbito, não se sabe ao certo. A caçula, Gertrudes, faleceu com 3 anos de idade em 1815, em decorrência de sarampo. Outros 3 filhos do casal já haviam falecido, porém sem batismos, apenas com registro de óbito. Foi o caso de Maria, falecida no dia 12/3/1800 pelo Mal de Sete Dias, de Manoel, nascido no dia 14/9/1801 e cuja morte contou com mesmo motivo, além de Francisco que faleceu “por causa das Bexigas”, no dia 26/2/1804.

O terceiro ponto a destacar é o fato de Cândida e Manoel terem escolhido como padrinhos de seus filhos outros escravos, com exceção do batismo de Mariana, cujo compadre foi Francisco de Paula, pardo forro. Entre as madrinhas, todas eram cativas. Ou seja, havia uma clara tendência à preferência pelo estabelecimento de vínculos entre indivíduos do mesmo grupo. Essa questão também foi percebida entre os demais casos, pois em nada menos do que 19 dos 27 batismos houve a preferência por padrinhos escravos e apenas quatro contaram com padrinho e madrinha livres. Outra questão a ser considerada é a constatação de que maior parte dos casais de compadres não se repetia nos batismos e eles eram geralmente, cativos pertencentes a outros plantéis, o que nos leva a crer que além da estabilidade desses relacionamentos familiares, também havia certa margem de mobilidade e de vínculos que se estabeleciam para além das cercas que os separavam.

8.2.2 Família de Antônio Guiné e Josefa Guiné

Nessa linha de interpretação e com base nos registros eclesiásticos também obteve-se um pouco mais de informações sobre a família de Antônio Guiné e Josefa Guiné¹⁴³. Da mesma forma, escravos de Mateus Simões Pires que levaram 8 filhos à pia batismal entre 1792 e 1812: Esméria (4/9/1792), Feliciano (26/12/1794), Teodoro (26/11/1796), Joana (20/7/1800), Constância (16/6/1803), Simplício (20/3/1808), Vicência (8/6/1809) e Calista (15/10/1812). Mais Sebastião que faleceu de tétano no dia 27/01/1812, aparentemente, sem assento de batismo. O casal teve, portanto, nove filhos. Por meio dessas fontes constatou-se que permaneceu unido por um período superior a 20 anos e que pode assistir ao casamento da filha mais velha, Esméria, com o pardo Luciano no dia (8/7/1805).

Seguindo a trajetória dessa família, soube-se que Josefa foi agraciada com a alforria em registro datado de 20 de dezembro de 1814¹⁴⁴. Na ocasião Mateus Simões Pires declara que a concessão era dada em razão de seus bons serviços [...] bem como “pelas crias que havia dado”. Já liberta, Josefa batizaria a netinha Esméria (provavelmente uma homenagem à tia), filha de Feliciano com o crioulo José. Antônio permaneceu no cativeiro, pois aparece batizando em 1818, juntamente com a esposa já alforriada. Um ano antes, em 1817, Joana, a quarta filha do casal, então com 17 anos, também seria alforriada, por carta concedida “em atenção aos bons serviços de seus pais e dos que têm feito”¹⁴⁵.

Mais uma vez, tanto a idade calculada dos filhos, conforme o próprio número deles apontou para vínculos familiares que se haviam estabelecido já há vários anos e cuja duração denota estabilidade naquelas relações. Como se pode ver, os escravos desse plantel, em que pesem as condições intrínsecas do cativeiro, também encontravam meios para estabelecer

¹⁴³ Conforme registros de batismos, casamentos e óbitos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, existentes no arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

¹⁴⁴ Talão de Notas n. 1, Rio Pardo, f. 99.

¹⁴⁵ Talão de Notas n. 3, Rio Pardo, f. 135V.

relações e criar vínculos com familiares de sangue e parentesco espiritual, através do compadrio.

8.2.3 Família de José preto e Francisca preta

Francisca preta da Guiné casou-se no dia 5 de fevereiro de 1778 com José, preto da Costa. Este casal teve ao todo 8 filhos: 5 que chegaram à idade adulta e mais 3 que faleceram logo após o nascimento. Segundo os assentos de batismos da Paróquia de Rio Pardo, a escrava Francisca era mãe de Joaquim (28/11/1779), Francisca (31/8/1783), Jacinto (2/9/1787), Felisberta (1/3/1789) e Manoel (6/10/1792). Conforme os óbitos desse período o casal perdeu duas filhas, ambas se chamavam Maria e pela mesma causa: o Mal de Sete Dias (tétano no cordão umbilical). A primeira faleceu no dia 22/10/1789, portanto, prematura, já que sete meses antes a mãe havia dado a luz ao jovem Felisberto. A segunda nascida no dia 22/10/1790 e, por fim, Manoel, falecido logo após nascer no dia 13/1/1791.

Quando o jovem Manoel nasceu no dia 6 de outubro de 1792, Francisca já era viúva. José, preto da Guiné, seu esposo, havia falecido quatro meses antes, “de causa repentina”, tinha então, 35 anos de idade sendo que, por 14 anos havia vivido em matrimônio ao lado dele e na companhia dos filhos. Apesar de pequena a história da família de Francisca e José, também nos revela certa estabilidade em suas relações. Importante dizer que no ano em que foi aberto o inventário de Mateus Simões Pires os irmãos Joaquim, Francisca, Jacinto e Manoel ainda permaneciam unidos na Estância de São João onde haviam crescido na companhia dos pais, apenas Felisberto estava separado dos demais, embora permanecesse na mesma família de proprietários, pois exercia o ofício de campeiro na estância de Capivari.

Francisca tinha cerca de 60 anos quando foi alforriada no dia 9/2/1818. Segundo o documento passado por seu senhor: “em razão de estar em decrépita idade [...] para que liberta possa tratar de si indo onde bem lhe parecer, para cujo fim recebemos a quantia de 32\$ réis que

repartimos em igual parte”. Francisca havia sido recebida em herança por Antônio Simões Pires que aceitou vendê-la, referindo que isso fazia “em nome dos bons trabalhos que tem exercido a mim e no tempo que serviu a meu pai”.

Sobrava-lhe, quem sabe, algum tempo de vida para que pudesse visitar os filhos e por que não dizer, cuidar dos netos. No dia 25/8/1804, ainda como escrava havia assistido ao casamento de sua filha Felisberta com o escravo Fabiano, preto da Guiné, e, provavelmente tenha ajudado a vir ao mundo suas duas netinhas: Umbelina que tinha 5 anos quando foi aberto o inventário de Catarina Ignácia e Mateus Simões Pires em 1819 e Maria, que havia falecido “logo após nascer”, no dia 30/8/1805. A filha e o genro, também eram escravos da Estância de Capivari e foram herdados pelo Capitão Antônio Simões Pires, ou seja, permaneceram unidos mesmo após a partilha dos bens do seu antigo proprietário.

8.2.4 Família de José Crioulo e Gertrudes Preta da Costa

Não conseguimos localizar o casamento da escrava Gertrudes com José crioulo, sabemos, contudo, que o casal teve 4 filhos e que permaneceu unido por um período de pelo menos 14 anos, tempo que decorre do nascimento do primeiro filho: Albino, no dia 8/4/1795 e de Lourenço, o mais novo, que foi levado à pia batismal no dia 18/9/1814. No momento da abertura do inventário, em 1818, não foi localizado nenhum dos integrantes dessa família entre as posses de Mateus Simões Pires, fato que leva a crer que talvez, neste caso, os integrantes desse grupo tenham sido utilizados para saldar dívidas, tendo sido repassados de forma coletiva ou separadamente.

8.2.5 Outras famílias escravas de Mateus Simões Pires

Além dessas famílias referidas foram localizados os escravos Francisco Angola e Izabel Benguela, casados no dia 21/8/1782. Esse casal, segundo os registros eclesiásticos analisados não deixou descendência embora tenham permanecido unidos por um período de 22 anos já que Francisco faleceu em Rio Pardo no dia 26 de fevereiro de 1804, com 70 anos de idade “de paralisia”.

Vicente e Antônia, ambos pretos de Angola, casaram-se no dia 23/1/1786, também não deixaram descendência, mas foram padrinhos de 12 crianças de plantéis diferentes. Eram escravos da chácara de Mateus e permaneceram unidos após a partilha dos bens inventariados em 1818, ou seja, embora sem filhos, não se pode dizer que não tenham formado família e estendido suas relações através do compadrio. Permaneceram unidos por pelo menos 33 anos.

A escrava Rosa, preta Angola, casou-se com preto forro, André Gonçalves no dia 19/11/1781. Não se obteve mais notícias suas. Talvez tenha sido resgatada do cativeiro por seu esposo.

Paulo Guiné e Lucrecia Guiné casaram-se no dia 8/7/1805 e não deixaram mais vestígios após essa data. Talvez tenham sido vendidos. Luciano, pardo de Rio Pardo já referido casou-se com Esméria, crioula, cria da casa de Mateus, (nascida no dia 16/8/1792 e batizada no dia 4/9/1792) filha dos escravos Antônio e Josefa.

Mateus Simões, preto, escravo de Mateus Simões Pires, casou-se no dia 10/3/1808, com Maria da Conceição, preta Rebola, forra e moradora de Cachoeira. Recebeu alforria no dia 6/5/1813 “com a condição de servir até a morte dos senhores e em retribuição aos bons serviços prestados”.

8.3 MOMENTOS DECISIVOS: A PARTILHA DOS BENS E OS DESTINOS DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS

Com a morte da senhora Catarina Ignácia da Purificação (1817) e o estado de saúde debilitado de Mateus Simões Pires foi aberto o inventário dos bens do casal em 1818, pelo filho Antônio Simões Pires que, além de comerciante, também era juiz de paz em Rio Pardo.

Conforme os estudos realizados por Fragoso e Florentino, a estabilidade das famílias escravas variava “de acordo com a própria história pessoal (idade, origem) e a história do plantel no qual se inseria” (1987, p. 162). A ocasião da morte de um senhor e a consequente partilha dos seus bens são consideradas pela historiografia como uma circunstância de grande apreensão para as famílias de cativos, isto porque seus integrantes se viam diante da real possibilidade de serem separados. Mas, certamente, também era um momento de expectativa quanto a possíveis alforrias.

Utilizando-se da metodologia aplicada por Rocha (2004), recorreu-se ao cruzamento das informações dos inventários com aquelas provenientes de outras fontes, como os registros de batismos. Além disso, buscou-se conhecer um pouco mais das famílias dos proprietários, combinando as informações de mais de um membro delas.

Dessa forma ficamos sabendo que, quando a partilha foi feita em 1818, houve a menção a 62 escravos, dos quais 20 ficaram através da meação a Mateus Simões Pires e os demais foram repartidos entre os filhos do casal. Vicência Joaquina a filha mais velha recebeu 20 cativos e o caçula Antônio Simões Pires outros 16 escravos. Entre os demais, um foi doado ao afilhado Mateus, filho de Mateus José Ferreira e 5 foram agraciados com a alforria testamentária. Uma escrava doente e aleijada ficou entre as posses de seus senhores, mas recebeu o donativo de 50\$000 réis. Outras duas escravas: Antônia e Cândida ficaram forras na metade de seus valores.

Conforme testamento de Catarina Ignácia da Purificação, anexo ao seu inventário, aberto em 1818, consta entre as suas últimas vontades:

Declaro que a minha escrava **Antônia**, deixo forra na metade de seu valor, que a outra metade pertence ao meu marido [...] a escrava **Izabel** fica forra como se livre nascesse. Declaro que sendo meu afilhado Mateus, filho de Mateus José Ferreira, dou-lhe um escravo por meu falecimento [...] fica forro o meu escravo **José Ignácio** e a crioula **Calista**, e suas importâncias sairão da minha terça, como sairá a escrava **Esméria** que eu deixo forra [...] declaro que sendo a crioula **Mariana** doente e aleijada, dou-lhe para seu sustento e vestuário a quantia de 50\$000 [...] o escravo **Mateus** se lhe passe a carta de liberdade e do seu valor tirará da minha terça [...] a escrava **Cândida** a deixo forra na metade de seu valor (Grifo nosso)¹⁴⁶.

Antônio Coivara e a esposa Joana permaneceram unidos juntamente com a pequena Eugênia, tendo sido herdados pela senhora Vicência Joaquina de Almeida. Fabiano Velho, casado com Felisberta pode permanecer ao lado da esposa e na companhia da filha Umbalina passando para as posses de Antônio Simões Pires. José, casado com Feliciano pode permanecer unido à esposa, juntamente com a filha Esméria e a netinha Maria. E assim, sucessivamente, o exame dos nomes dos escravos herdados, descritos por propriedade onde viviam mostrou que houve critério na partilha dos mesmos, visto que nenhum casal foi separado. Diante dessa constatação fica evidente que os Simões Pires procuraram preservar seus escravos unidos pelo parentesco no momento da partilha dos seus bens. Mas teriam sido as trajetórias dessas famílias meras exceções ou haveria uma prática comum entre os senhores locais de se levar em consideração as ligações familiares entre eles no momento em que ocorriam as partilhas?

8.4 OS CASAIS DE ESCRAVOS NAS PARTILHAS: OS LIMITES DA ESTABILIDADE E DA PROPRIEDADE

Avaliar essas condições de estabilidade tem fundamental importância visto que elas são indicativas de que pelo menos em alguns casos os núcleos familiares de escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande puderam se manter unidos, ao longo do tempo. Segundo Rocha “se a duração das uniões estava limitada ao tempo de vida restante ao proprietário, os altos índices de casamento encontrados [...] seriam pouco relevantes, já que boa parte

¹⁴⁶ Testamento anexo ao inventário de Catarina Ignácia da Purificação. Número 22, 1818 APERS.

dessas uniões estaria fadada a uma duração efêmera” (ROCHA, 2006, p. 178).

Na análise que essa autora fez sobre a estabilidade das famílias escravas no momento das partilhas realizadas para Campinas do século XIX, de posse dos dados obtidos chegou à conclusão que “para os proprietários a preservação das famílias cativas na distribuição dos escravos entre os herdeiros era uma regra observada” (ROCHA, 2006, p. 179).

Tabela 50 – Destinos dos casais de escravos conforme as partilhas, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1835

Período	Número de escravos partilhados	Número de casais partilhados	Casais separados		Casais unidos	
			#	%	#	%
1764-1809	752	57	14	24,56	43	75,44
1810-1835	4.443	232	78	33,62	154	66,37
Total	5.195	289	92	31,83	197	68,17

Fonte: Inventários *post-mortem* APERS.

Realizou-se exame dos inventários locais anotando as informações sobre os destinos dos casais referidos nesse conjunto documental. De posse dos dados obtidos foram encontrados 57 casais para o período de 1764 a 1809 e 232 para os anos correspondentes a 1810 a 1835. No primeiro recorte, 75,44% deles permaneceram unidos após a partilha, e no segundo 66,37%. Havia, portanto, a intenção senhorial da manutenção dos núcleos familiares dos escravos da fronteira Oeste do Rio Grande, já no século XVIII, muito antes dos efeitos da abolição do Tráfico em 1850 ou da formulação da Lei de 1871. É provável que tal estratégia estivesse ligada, tal como Cristiany Rocha observou para Campinas, a uma prática que “poderia servir como uma espécie de estímulo à busca do casamento formal por parte dos escravos” (2006, p. 185). Isso porque, caso fosse uma prática corrente a separação dos casais depois da morte do senhor e da consequente partilha dos bens não haveria motivos para que estes procurassem o casamento católico.

Alida Metcalf, em estudo sobre Santana de Parnaíba no século XVIII, supôs sem base empírica que a estabilidade das famílias escravas naquela

região estava condicionada ao ciclo de vida dos proprietários. Segundo ela, após a morte destes “os escravos que haviam constituído famílias eram divididos entre herdeiros e suas famílias separadas” (METCALF, 1987, p. 229-43). Os resultados ora apresentados para a Fronteira Oeste, assim como os apresentados por Cristiany Rocha para Campinas permitem relativizar essa questão ao se considerar o momento da morte do senhor bem menos “ameaçador” à manutenção das famílias do que supõe Metcalf.

Florentino e Góes, em estudo realizado para a capitania do Rio de Janeiro entre 1790 e 1835, analisaram os destinos de 138 famílias depois da morte de seus senhores. Segundo esses autores, os índices de manutenção e separação dessas famílias ocorriam de acordo com quatro variáveis: tamanho dos plantéis, tipos de famílias (matrifocais, nucleares com e sem filhos), origem dos chefes (crioulos ou africanos) e, por fim, conjuntura (intensidade) do tráfico de africanos. De acordo com suas conclusões, os maiores índices de permanência das famílias de escravos depois das partilhas aconteciam nos grandes plantéis, preferencialmente, entre famílias nucleares (legitimadas pela Igreja) com filhos, cujos chefes eram africanos e nos períodos de menor intensidade do tráfico Atlântico. Nessas condições ideais cerca de 90% das famílias continuavam juntas” (1997, p. 121).

Com relação à Fronteira Oeste do Rio Grande, confirmam-se pelo menos duas dessas condições ideais: a frequência das separações dos núcleos familiares nas partilhas dos inventários foram maiores nos momentos de maior entrada de africanos (1810 a 1835) e a estabilidade esteve ligada ao tamanho dos plantéis. Os prováveis sub-registros nos inventários de informações sobre a origem dos escravos (se africanos ou crioulos) e do parentesco entre crianças e seus pais não nos permite inquirir sobre esses aspectos.

8.4.1 A segunda geração dos Simões Pires: Antônio Simões Pires

Antônio Simões Pires herdou os negócios do pai e manteve as estâncias de criação instaladas na costa do Quarahy, Sarandy, Camaquã e Dom Pedrito. Nessas propriedades, onde se criavam em larga escala gados bovinos e cavalares, não raro eram visitadas por compradores de cavalos para a remonta das tropas de El Rei. Delas foram muitas vezes requeridos animais vacuns para a alimentação das tropas, contando-se entre os requerentes o alferes João Fernandes de Campos.

Antônio Simões Pires, assim como o pai, teve uma vida longa, falecendo em Rio Pardo com mais de 90 anos em 1856, ano em que foi aberto seu inventário. Conforme os bens descritos, percebe-se que, embora se mantivesse como um homem de muitas posses havia perdido boa parte do patrimônio acumulado ao longo da vida. Dos 16 escravos que herdara (e outros que adquirira) restava-lhe apenas 6. Entre seus bens constavam a escrava Luiza, crioula de 59 anos, José, Marinheiro de 55 anos, Bonifácio, africano, atacado das urinas, João, Campeiro de 46 anos, Vitor, crioulo, campeiro de 25 anos e Belarmino, crioulo, Campeiro de 44 anos. Este último foi alforriado porque “tinha pronta para a sua liberdade a quantia de 600\$000”.

Há que se considerar, neste caso, que a Revolução Farroupilha teria sido um dos motivos mais importantes para a perda de parte de seus bens, além é claro, das transformações que ocorrem no escravismo sul-riograndense em decorrência do fim do tráfico atlântico. Entre seus bens constavam, ainda, uma morada de residência na Vila de Rio Pardo que fora avaliada em 1.200\$000, uma fazenda em Capivari com uma légua e três quartos de extensão de campos com benfeitorias (7.000\$000). Uma fazenda de campos de sesmaria e metade de um campo comprado em Camaquã (11.000\$000) e uma fazenda no Quaraim (6.000\$000). Em suas propriedades criava 2.840 animais (157 reses mansas, 22 bois mansos, 1.740 reses xucras, 500 ovelhas, 87 potros, 201 éguas, 126 cavalos e 7 burros).

Ainda que tenha possuído ao final da vida menos posses que o pai, Antônio foi um dos homens mais ricos e influentes no seu tempo. Como teria sido então, a situação de seus plantéis de escravos? Haveria alguma diferença importante em relação às condições já verificadas entre os plantéis de Mateus Simões Pires?

8.4.2 Escravos de Antônio Simões Pires

Antônio Simões Pires levou quatro casais de escravos ao altar entre os anos de 1804 e 1832. A metade, portanto, dos oito casais verificados entre os escravos de seu pai.

Data do Casamento	Marido	Condição do Marido	Mulher	Condição da Mulher
10/7/1804	Lourenço	escravo	Luzia	escrava
10/2/1816	Antônio	escravo	Maria	escrava
20/4/1830	Felizardo	escravo	Maria	escrava
26/7/1832	Pedro	escravo	Esméria	escrava

Quadro 6: Casamentos entre cativos de Antônio Simões Pires.

Fonte: Assentos de Casamentos das freguesias de Rio Pardo, Cachoeira, Encruzilhada e Caçapava. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

Observando-se os registros eclesiásticos de batismos e óbitos, percebeu-se que entre as posses de Antônio haviam existido pelo menos 13 famílias cativas: 5 casais com filhos e 8 mães solteiras com suas crianças. É evidente, neste caso, que as taxas de ilegitimidade entre os cativos de seu plantel eram mais expressivas que as percebidas entre os escravos de seu pai. Antônio levou à pia batismal 30 escravos entre 1784 e 1835, sete eram adultos africanos e 24, crianças recém-nascidas. Entre esses últimos, 13 eram legítimas (56%) e 10 ilegítimos (44%).

Entre os casais unidos pelo matrimônio observa-se que o casal Maria e Antônio batizou 3 filhos entre 1788 e 1794. Luzia e Lourenço tiveram 4 filhos entre 1811 e 1818 e Felisberta e Fabiano 2 entre 1812 e 1817. Com um filho apenas registrou-se a presença do casal Catarina e Domingos que

levaram o pequeno Zacarias à pia no dia 20/2/1831 e Maria e Felizardo que batizaram a inocente Roberta no dia 3/5/1831.

Percebe-se, com isso, que, embora a presença das famílias tenha sido registrada na segunda geração dos Simões Pires, esta não se fez presente com as mesmas condições de legitimidade e estabilidade verificadas na primeira geração. Entre os escravos de Antônio houve uma maior representatividade de mães solteiras, e os casais batizavam menos filhos. Permaneciam unidos por menos tempo (conforme a observação que se pode fazer a partir dessas fontes).

Data do Batismo	Batizando	Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
3/10/1784	Perpétua	N/C	Maria	João – escravo	Constância – escrava
24/12/1786	Ângelo	N/C	Margarida	Matias – escravo	Terezinha – escrava
24/3/1788	Matildes	Antônio	Maria	Manoel – escravo	Maria de Almeida – escrava
23/3/1790	Simplicio	Antônio	Maria	Gonçalo de Souza – livre	Ana – escrava
23/1/1791	Gabriel (adulto)	N/C	N/C	Antônio – escravo	Esméria – escrava
12/3/1791	Manoel	N/C	Faustina	José Caetano – livre	Maria Gomes – livre
12/8/1791	José	N/C	Clara	João – escravo	N/C
19/2/1792	Germana	N/C	Antônia	Pedro – escravo	Maria – escrava
10/9/1793	Rafael	Antônio	Maria	João – escravo	Joana – escrava
19/1/1794	Feliciano	Antônio	Maria	Silvano Rodrigues – forro	Bibiana – escrava
3/5/1802	Manoel	Antônio	Maria	José Caetano – livre	Maria Apolinária – livre
8/3/1811	Belmiro	Lourenço	Luzia	Belarmino – escravo	Joaquina – escrava
12/7/1812	Umbalina	Fabiano	Felisberta	João – escravo	Terezinha – escrava
13/3/1814	Januário	Lourenço	Luzia	José Caetano – livre	Joaquina – forra
27/2/1814	Serafina	N/C	Izabel	Paulo – escravo	Maria – escrava
4/1/1816	Joaquim (adulto)	N/C	N/C	João – escravo	Maria – escrava
4/2/1816	Antônio (adulto)	N/C	N/C	Pinheiro – escravo	Felisberta – escrava
6/10/1816	Adão	N/C	Izabel	Camilo – escravo	Delfina – escrava
23/10/1816	Januário	Lourenço	Luzia	Francisco Antônio - forro	Leocádia – escrava
26/3/1817	Gertrudes	Fabiano	Felisberta	Silvano Rodrigues – forro	Engrácia – escrava
25/10/1818	Clemência	Lourenço	Luzia	Antônio – escravo	Maria – escrava

Quadro 7: Batismos dos cativos de Antônio Simões Pires (continua).

Fonte: Assentos de batismos da paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

Data do Batismo	Batizando	Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
25/3/1827	Joaquim (adulto)	N/C	N/C	Ignácio – escravo	Felisberta – escrava
20/7/1828	José (adulto)	N/C	N/C	Paulo – escravo	Maria - escrava
6/6/1829	Agostinho	N/C	Catarina	João – escravo	Luzia Maria Joaquina – forra
30/3/1830	Joaquim (adulto)	N/C	N/C	João – escravo	Michaela – escrava
30/3/1830	Bonifácio (adulto)	N/C	N/C	Mateus – escravo	Perpétua – escrava
20/2/1831	Zacarias	Domingos	Catarina	José Pinheiro – livre	Leocádia – escrava
3/5/1831	Roberta	Felizardo	Maria	João – escravo	Maria – escrava
29/7/1833	Barnabé	N/C	Rufina	Joaquim – escravo	Ana Maria – escrava
15/2/1835	Adão	N/C	Inocência	Pedro – escravo	Michaela – escrava

Quadro 7: Batismos dos cativos de Antônio Simões Pires.

Fonte: Assentos de batismos da paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

A observação das trajetórias das famílias escravas pertencentes a Antônio Simões Pires, verificadas no quadro acima, nos permite dizer que este senhor, assim como seu pai, teve entre as suas posses famílias escravas, tanto aquelas que se uniram por laços consanguíneos como as que foram constituídas pelo parentesco espiritual através dos laços de batismos. No entanto, no momento de abertura do seu inventário, em 1856, restavam apenas seis indivíduos, aparentemente sem nenhum traço de parentesco entre eles. Essa constatação somada à presença do escravo fugitivo Joaquim que o herdeiro Manoel Simões Pires pede que seja avaliado, pois *“havia sido capturado quando foi batido o quilombo da serra do Facão e este se achava recolhido na cadeia civil desta cidade”*. São indicativos de que intrincadas relações se estabeleciam entre senhor e seus escravos, com variadas formas de estratégias empregadas incluindo nesses casos o uso da violência e, em contrapartida, a prática de atos de resistência extremados pelo ato da fuga e formação de quilombos.

8.4.3 Maria Esméria: terceira geração dos Simões Pires

A filha mais velha de Antônio Simões Pires, chamada Maria Esméria (neta de Mateus), casou-se em Rio Pardo, em 1806, com Manoel José Ferreira de Faria. O esposo era natural da freguesia de Santa Maria de Faria, Termo de Barcelos, do Arcebispado de Braga, filho de Sebastião Manoel da Fonseca e Maria Roza de Faria, ambos da mesma freguesia. Este, aparentemente seguiu os negócios iniciados pelo patriarca dos Simões Pires, tendo sido um dos comerciantes mais atuantes de seu tempo.

Em 1819, em um processo de cobranças de dívidas, Manoel ao expor seus argumentos, descrevia ter “uma loja de mercadorias e de Armazém de Molhados”¹⁴⁷. No seu inventário, na descrição dos bens, foi relatada a existência de um armazém na Rua Santo Ângelo. Assim como o sogro, Faria também foi adquirindo posição importante na administração municipal. Esteve presente na elaboração do primeiro Código de Posturas de Rio Pardo em 1811. Em 1817 já exercia o cargo de Juiz de Barrete¹⁴⁸ e em 1821 seria eleito vereador¹⁴⁹.

Foi, no entanto, um comerciante que sofreu com o não pagamento de dívidas por parte de seus devedores. Como consequência de seu insucesso nos negócios, não quitou seus credores, pois sempre precisava de mais empréstimos, até que em 1826 não houve mais condições de administrar seus negócios, tendo seus bens hipotecados. Sabrina de Souza (1998, p. 183) nos informa que Manoel José de Faria sofreu seis processos de execução de dívidas, sendo que em todos foi condenado ao pagamento. O total da dívida chegava a 16:186\$779 réis. Esta quantia equivalia a uma pequena fortuna para a época o que levou a que vários bens fossem hipotecados. Entre eles constavam 15 escravos e 5 escravas. Apesar de não ter sido declarada a falência, não teve condições de reverter o quadro excessivo de dívidas no qual era o centro. Após a abertura de seu

¹⁴⁷ APERS – Rio Pardo – Ordinárias, Maço 28, n. 1104, 1815.

¹⁴⁸ AHMRP – Registro de Juramentos e Nomes da Câmara Municipal – 1811-1847, p. 46.

¹⁴⁹ AN –SDA – Códice – 223, p. 15.

inventário¹⁵⁰, datado de 1845, ano de sua morte. Seus bens foram levados a leilão, pois a soma final de 22:610\$000 réis, era insuficientes e não pagavam as dívidas existentes.

Data do Batismo	Batizando	Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
29/1/1815	Tereza	N/C	(Adulta)	Francisco – escravo	Joana Velozo – livre
29/1/1815	Eva	N/C	Tereza	Francisco – escravo	Joana Velozo – livre
18/8/1816	Adão	N/C	Tereza	Francisco – escravo	Joana Velozo – livre
8/2/1818	Francisca	N/C	Felizarda	Antônio – escravo	Gertrudes Conceição – livre
28/1/1820	Sebastião	N/C	Cipriana	João – Forro	N/C
1/7/1823	Severino	N/C	Cipriana	Francisco da Silva Bacelar	N/C
5/12/1823	Evaristo	N/C	Cândida	Francisco da Silva Barcelos	N/C
7/8/1825	Januário	N/C	Cipriana	Januário Francisco Simões	N/C
27/11/1825	Lourenço	N/C	Cândida	Lourenço – escravo	Tereza – escrava
26/8/1827	Sebastiana	N/C	Cândida	Caetano José de Souza – livre	N/C
7/10/1827	Apolinário	N/C	Cipriana	Albino Francisco da Roza – livre	N/C
8/12/1830	Luiz	N/C	Cipriana	Antônio Leopoldino Ferreira – livre	N/C
12/11/1834	Benedito	N/C	Cipriana	Adão – escravo	Joaquina de Menezes – livre

Quadro 8: Batismos dos cativos de Manoel José de Faria.

Fonte: Assentos de batismos da paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

O exame dos escravos do casal Maria Esméria e Manoel José de Faria mostra que nenhum casamento foi registrado entre seus escravos. Examinando-se os registros eclesiásticos encontram-se 14 batismos entre seus cativos entre 1815 e 1833. Dentre esses, 100% das crianças foram ilegítimas, ou seja, ou contavam apenas com a mãe ou quando havia a presença dos pais, esses eram unidos por relações consensuais. A escrava Cipriana, por exemplo, deu a luz a 7 filhos em intervalos regulares entre 1820 e 1833 é muito provável, neste caso, que vivesse na companhia de alguém que fosse o pai dos seus filhos. Os demais 7 escravos foram distribuídos da seguinte forma: a escrava Cândida que batizou 3 filhos entre 1823 e 1827, Tereza levou à pia a pequena Eva no dia 29 de janeiro de 1815

¹⁵⁰ APERS – Vara de Família, Maço 22, n. 503, p. 2.

(mesma data em que foi batizada) e o inocente Adão no dia 18 de agosto de 1816. Felizarda batizou Francisca no dia 8 de fevereiro de 1816.

A história do plantel de Manoel José de Faria constituída em um período de maior fluxo de africanos, e cujo proprietário teve menor sorte nos negócios registra, como era de se esperar, circunstâncias menos favoráveis à formação das famílias cativas, legitimadas ou não perante a Igreja. Com a falência desse proprietário os escravos, ao serem entregues a um número bastante grande de credores, não puderam, enfim, permanecer entre os seus, ocorrendo, portanto, a separação efetiva entre pais, filhos e irmãos.

CAPÍTULO 9: NOS CAMINHOS DAS RELAÇÕES: ALFORRIAS E LAÇOS DE FAMÍLIA

“Liberdade – essa palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique, ninguém que não entenda.”
(Cecília Meirelles, 1977, p. 75).

Neste capítulo procura-se identificar as diferentes circunstâncias e estratégias que levaram os escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande a serem alforriados. Para tanto, foi utilizada uma base documental formada por alforrias¹⁵¹, registradas na pia batismal, expressas em testamentos ou em cartórios na forma de cartas. Com base nessas fontes procurou-se dissertar sobre uma questão significativa da nossa problemática, a estratificação social. Esta tarefa foi mais bem desenvolvida em relação aos escravos à medida que os documentos fazem maiores referências a eles.

Estudos têm demonstrado que os cativos não formam um grupo homogêneo. Eles estavam divididos horizontalmente, pois estabeleciam relações sociais, culturais e institucionais diferentes com os senhores. Assim, apontam-se os grupos de escravos que teciam relações diferenciadas com os proprietários, o que foi significativo para a conquista da liberdade. A

¹⁵¹ Alforria, também conhecida como manumissão (manumitir, do latim, *manumittere*), propriamente libertar da mão. Segundo Vainfas (2000, p. 29-30), “as ordenações manuelinas (1521) e filipinas (1603) não tratam das formas em que seriam possível a alforria, pressupondo-as já existentes e praticadas, mas sim das possibilidades de se sustar a alforria com muitas de suas determinações inspiradas no direito romano. Assim, segundo a legislação, poder-se-ia retirar a liberdade prometida por ingratidão, listando-se as diversas modalidades das injúrias graves ou atentados aos doadores”.

segunda seção refere-se às modalidades de alforria. Ou seja, o ônus que os escravos assumiam para obtenção da mesma. Na terceira seção, foram identificadas sistematicamente as múltiplas personagens que participavam direta ou indiretamente das alforrias pesquisadas. Desenhou-se uma sociedade além dos senhores e escravos, os dois polos antagônicos através dos quais as sociedades escravistas foram por muito tempo estudadas. Identificaram-se as pessoas, além dos cativos, que pagaram pelas alforrias, as composições familiares dos escravos alforriados, os padrinhos de batismo dos mesmos. Destaca-se, então, as relações de parentesco dos cativos como uma importante estratégia na luta pela liberdade.

9.1 AS CARTAS DE ALFORRIA

Para realizar qualquer análise embasada em documentação específica é necessária a apresentação das principais características da fonte. Assim, a carta de alforria era um documento escrito pela mão senhorial e que serviu como prova de que um indivíduo havia deixado a vida do cativo passando à condição de liberto, ou seja, a carta de alforria foi um documento que o senhor outorgava ao seu escravo para que esse se tornasse livre.

Assim, embora esses documentos fossem redigidos obedecendo a uma fórmula jurídica de uso corrente na colônia e no Império, por terem sido produzidos pelos senhores, revelam o olhar desses sobre as relações que mantinham com seus escravos. Não obstante, pode-se perceber, nos motivos alegados e nas entrelinhas da palavra senhorial, a ação dos escravos. Mas quais as principais variáveis e características encontradas nesse tipo de documento?

Nas cartas de liberdade passadas por proprietários escravistas da Fronteira Oeste do Rio Grande consta a identificação do escravo com informações a respeito do sexo, cor, idade, parentesco e origem além das categorias de alforrias (onerosas ou gratuitas) e, em alguns poucos casos, a ocupação ou ofício do escravo. As informações concernentes aos proprietários se resumem principalmente ao nome do senhor e estado civil.

Em alguns casos, verificou-se ainda, a ocupação do senhor e o local de moradia. A carta de liberdade podia ser concedida a título gratuito – sem ônus ou condição alguma – ou oneroso. Neste último caso o escravo teria que cumprir obrigações diversas ou pagamento, que podia ser realizado em dinheiro ou em mercadorias. As cartas de liberdade onerosas podiam ser condicionais ou incondicionais, como explicitado nas tipificações logo adiante.

Grande parte das cartas de alforria contém justificativas pelas quais o escravo estava sendo liberto. Os principais motivos, ou justificativas foram: “bons serviços”, “pagamento em dinheiro ou em mercadorias pelo escravo e/ou por terceiros”, “afeto”, “vontade do senhor”, “verba testamentária”, “reconhecimento” e “doações e esmolas”. Após as justificativas, o documento era datado e assinado por duas testemunhas. Geralmente, a carta de alforria era lavrada no livro de notas do Tabelião do Cartório da localidade em que morava o senhor e seu escravo.

São fontes importantes para o estudo de tais relações, pois permitem muitas leituras acerca da escravidão. Schwartz, em seu estudo sobre a Bahia, percebeu as alforrias como “ação judicial em que os direitos de propriedade eram cedidos e na qual o escravo assumia nova personalidade e responsabilidades jurídicas” (2001, p. 173). O autor aponta que assim como contratos, empréstimos, entre outros acordos financeiros necessitavam ser registrados em cartório por serem assuntos jurídicos, o mesmo acontecia com a carta de alforria, que era uma ação judicial na qual os direitos de propriedade do senhor eram cedidos ao escravo que assumia um novo *status* social e responsabilidades jurídicas. Andréa Lisly Gonçalves (2000, p. 162) argumenta que do total de manumissões registradas em cartório outras tantas podem não constar nos livros de notas do tabelião, por exemplo, aquelas que são resultado de disposições testamentárias. Acrescenta-se, porém, que muitas alforrias, principalmente a das crianças escravas que receberam a liberdade na pia batismal, podem não ter sido registradas pela mão do tabelião.

Após essas considerações, transcreve-se na íntegra um documento de liberdade registrado em cartório, para mostrar quais variáveis podem ser retiradas da alforria:

Lançamento de uma carta de liberdade passada pela senhora Clara Antônia de Oliveira Bandeira [...] Digo eu abaixo assinado que possuo livre e desembargado um escravo de nome Joaquim, 26 anos, preto, de nação Rebolo que ao fazer deste a recebi da mão do senhor José de Souza Brasil a quantia de 230\$400, a quem o dito escravo fica responsável [...] (Talão 3, Rio Pardo, p. 88).

Esse é um documento com variáveis e especificidades praticamente completas. Desta carta podem-se extrair dados como nome do escravo e do senhor, algum indício de sua origem, a possível cor e a idade. As justificativas dadas pela senhora para a concessão da manumissão, o pagamento em dinheiro realizado por um terceiro, e as condições impostas ao escravo. Outro aspecto a ressaltar é que esta carta é um tipo de alforria condicional paga, tipificação a ser avaliada adiante.

No caso da carta de liberdade concedida sob condições, registrá-la significou uma maneira de fazer o escravo cumprir a obrigação devida ao senhor. Ademais, garantia ao escravo que herdeiros mal intencionados, não revogassem sua liberdade assentada em vida pelo proprietário:

[...] pelo ter criado e me ter muito amor [...] lhe concedo a liberdade sem que eu ou outra pessoa alguma possa receber estúpido algum [...] porém com a condição de que me acompanhará enquanto eu for vivo e da mesma forma a sua senhora, minha mulher Maria Joaquina que a criou debaixo das penas impostas pela lei [...] não deve servir de dúvida essa carta de liberdade (Talão 5, Rio Pardo, p. 82).

No caso das cartas de alforria onerosas que possuíram algum tipo de condição ou pagamento em dinheiro parcelado, estas adquiriram a forma de contrato entre senhor e seu escravo, ou seja, o libertando tinha de saldar uma obrigação, sendo assim, o senhor foi credor do liberto. Esse tipo de carta garantiu ao proprietário o direito de cobrar o cumprimento das obrigações estabelecidas no documento:

[...] ficando o escravo crioulo, José, Oficial de Sapateiro por trato e convenção que comigo fez em comum acordo com o senhor Antônio Luiz de Azevedo Alves a fim de sede-lhe o serviço mencionado por tempo de três anos [...] e só assim obrigado a preencher ao sobredito senhor aqueles dias ou meses que dentro do dito tempo faltar ao trabalho por moléstia ou vadiação, para cujo fim nos convencionamos na quantia de 192\$ que recebi ao fazer desta (Talão 4, 15/1/1831, Rio Pardo, p. 107v).

Além do registro em cartório, havia outras formas de comprovar a liberdade: uma se dava pelos registros batismais de crianças escravas que eram libertas na pia batismal, e a outra, em verbas testamentárias, nas quais um dos últimos desejos do senhor era o de alforriar o escravo, e em muitas cartas de liberdade nota-se esta condição¹⁵², tornando-se possível analisá-las a partir dos testamentos anexados aos inventários *post-mortem*.

Entre os inventários abertos no período de 1764 a 1835, foram encontrados 78 escravos alforriados de um total de 5.195 cativos avaliados. Um número, portanto, bastante inexpressivo, mas não inexistente. Dentre esses, 38 indivíduos eram do sexo masculino e 40 do sexo feminino¹⁵³. Desses, 12 eram africanos, 43 crioulos e 13 com origem indeterminada. Observando-se as idades, foram localizados 26 adultos que possuíam entre 16 e 60 anos e 17 crianças que tinham entre alguns dias de vida e 6 anos de idade. A família foi fortemente representada. Nada menos do que 16 escravos casados estiveram presentes entre os alforriados através de verba testamentária.

Entre aqueles que alcançaram a liberdade através das alforrias cartoriais encontraram-se 785 escravos, sendo 410 indivíduos do sexo feminino (52,2%) e 375 do sexo masculino (47,8%). Nesse conjunto

¹⁵² Malheiros, 1866: p. 98, § 82. “Os modos mais comuns no Brasil são: 1° a *carta*, ainda que assignada sómente pelo senhor ou por outrem a seu rogo, independente de testemunhas; 2° o *testamento* ou *codicillo*: 3° a *pia batismal*”.

¹⁵³ Segundo Sheila Faria “realmente, uma das poucas unanimidades entre historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de bem menos numerosa na população escrava” (FARIA, 2004, p.111). O mesmo se sucede em Porto Alegre nos anos de 1800 a 1835. Onde 60,4% eram mulheres e 39,6% eram homens (ALADRÉM, 2007, p. 3). Ronaldo Vainfas afirma o privilégio das mulheres ao acesso às alforrias devido algumas particularidades, tais como: preço inferior ao homem, à sua possibilidade maior de estabelecer laços afetivos com seus senhores e o fato de que, sendo ela responsável pela reprodução da escravidão, através do princípio romano de *partus sequitur ventrem*, sua família (consanguínea ou por via do compadrio) centraria mais esforços em libertá-la do que o homem (VAINFAS, 2000, p. 31).

documental foram encontradas referências a 232 casos em que a família se fez presente interferindo diretamente na conquista da liberdade. Dessa forma, entre as muitas possibilidades de leitura que esses documentos propiciam, destacaremos apenas algumas das muitas implicações da presença das famílias escravas na região em foco, qual seja a sua relação com a conquista da liberdade.

A escritura de liberdade da pequena Julia deixa claro que se tratava de uma alforria passada inicialmente na pia, que consistia na prática de declarar livre, no ato do batismo, o filho da escrava. Joana era filha legítima dos escravos João e Margarida, propriedades da senhora Josefa Margarida, moradora do Arraial de Rio Pardo. Em 1808, a senhora registraria em cartório que:

[...] em atenção aos bons serviços que dos ditos (pais) recebi e por me pedirem mandei declarar no batistério por forra e liberta de toda pensão e sujeição do cativo a dita crioula Julia, e por prevenir toda e qualquer dúvida, ou esquecimento que houvesse no acento do batistério de dita como acontece (Talão 2, Rio Pardo p.1v).

Nas alforrias na pia batismal, sempre de crianças, é mais difícil detectar a presença ou não de pagamento, mas presume-se que a maioria tenha sido gratuita. Contudo, a alforria da pequena Julia estava no âmbito de uma negociação e não na suposta “generosidade” por parte da senhora, como evidencia a dita carta ao sublinhar o reconhecimento desta pelos bons serviços prestados pelos pais da criança que não satisfeitos com o registro batismal solicitaram a existência da carta.

Em estudo realizado por Kuniuchi (2005) sobre a prática do compadrio em Rio Grande, a partir das fontes coligidas por Queiroz¹⁵⁴, a autora faz menção a somente cinco casos de libertações no batismo, ainda assim quatro com a condição de os escravos completarem 25 anos, e o quinto com a condição de o cativo servir até a morte do proprietário. Confiando nos dados analisados por Kuniuchi, parece que os padrinhos de cativos em Rio

¹⁵⁴ De acordo com Kuniuchi (2005, p. 2), as “informações foram coletadas e tabuladas pela professora Maria Luiza Bertuline Queiroz, cujos trabalhos de mestrado e doutorados em história quantitativa apresentam análise sobre esse material. O rigoroso trabalho de organização das informações encontra-se à disposição para consultas no Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)”.

Grande não tiveram sucesso, ou interesse, em ajudar seus afilhados a receberem alforrias, afinal somente 5 libertações (0,73%) foram concedidas através do batismo entre 1830 e 1850, de um total de 682 batismos analisados pela autora.

Para a Fronteira Oeste do Rio Grande, dos 6.800 inocentes escravos batizados, encontramos números mais expressivos representados por 128 alforriados na pia batismal (1,88%). Entre esses, 72 meninas e 56 meninos. Trinta e um deles contavam com o pai e com a mãe, eram, portanto, filhos legítimos. Noventa e sete eram filhos de mães solteiras ou fruto de relacionamentos consensuais. Vale ressaltar que, nesses casos, geralmente os senhores não explicitavam o porquê da liberação. Isso porque para a maioria deles esse *ato de caridade* seria compreensível, em si mesmo, como de piedade cristã. Mas houve exceções. Em 34 delas ocorreu o pagamento, foram, portanto, alforrias indenizadas. Quando o inocente Izaias foi alforriado no dia 21/5/1835 sua mãe, a escrava Cândida, o resgatou do cativeiro através do pagamento de quatro Dobras à senhora Cecília Manoela dos Santos. Outras 16 crianças foram alforriadas através de pagamentos efetuados por seus pais, 12 delas foram resgatadas do cativeiro por seus padrinhos e as demais contaram com o auxílio de procuradores ou de outros interessados. Em quatro casos, o benefício da liberdade foi concedido por senhores que também se declaram pais das crianças. Esse foi o caso do inocente Manoel batizado no dia 1º de junho de 1824 como filho natural da preta Maria com seu senhor Manoel Francisco Fração “que disse que libertava ao dito inocente como se livre nascesse por ser o pai do sobredito Manoel” (LBRP, n. 3, f. 32).

Em estudo sobre o compadrio, Gudeman e Schwartz (1988, p. 53) encontraram 5% de escravos libertos ao nascer na Bahia do século XVIII, número semelhante aos 5% ou 6% encontrados por Ramos (2004) para o período colonial em Vila Rica, Minas Gerais. Em comparação a esses estudos, os números de alforrias batismais disponíveis para a Fronteira Oeste não chegam sequer a 2% dos registros de batismo. Estas não devem ser, no entanto, desconsideradas. Conforme Maísa Cunha (2009, p. 103) o

impacto da alforria sobre a demografia escrava “fazia sentir em graus e modos diferentes no volume, estrutura e dinâmica demográfica, uma vez que podia ser obtida por homens e mulheres, em momentos diferentes do seu ciclo vital e familiar”.

Em grande parte das cartas de liberdade encontram-se as declarações senhoriais do tipo: “minha vontade”, ou “de minha livre espontânea vontade”, “por minha benevolência”, “esmola” ou “benefício” firmada pelos senhores. Essas declarações mostram que os proprietários queriam passar a imagem de que suas concessões foram atos de benevolência para com seus escravos, e que por terem o domínio pleno, somente eles poderiam decidir sobre a concessão da alforria. Entretanto, não houve benevolência na maior parte das manumissões, pois a maioria delas se deu a título oneroso.

A fidelidade ao proprietário foi uma dessas possibilidades vislumbradas por alguns escravos, como no caso do casal Antônio e Joana, pretos da Guiné, escravos da viúva Maria dos Santos, moradora da freguesia de Santo Amaro que lhes concedeu a carta de alforria “em retribuição aos bons serviços prestados durante 40 anos sem nota alguma, nem desgosto e nem me arredado o pé de casa, antes sim com gosto, prontidão, lealdade me tem servido [...]”. (Talão 3, Rio Pardo, p. 65v.).

Como afirma Mary Karasch “as cartas revelam muito sobre a função da alforria na sociedade escravista [...], mas também contestam afirmações anteriores sobre a facilidade e frequência da manumissão no Brasil” (KARASH, 2000, p. 440). Principalmente após a década de 1980, diversos estudos quebraram a ideia tradicional de caridade ou benevolência senhorial. Alguns historiadores como Eduardo França Paiva (2001) apontaram que a alforria seria uma espécie de “válvula de escape”, usada pelos proprietários para amenizar um sistema que deveria possuir alguma flexibilidade, enquanto para o escravo, a liberdade seria a maior e a mais importante meta de toda a sua vida, e, para tanto, valia a pena simular fidelidade e obediência. Também é importante frisar que rebeliões, fugas e suicídios de escravos existiram, significando que esses indivíduos não toleraram passivamente o cativeiro. No entanto, outro grupo de escravos

aprendeu no cotidiano a estabelecer estratégias de sobrevivência no cativeiro e, desse modo lutaram paulatinamente usando os artifícios de fidelidade, bom comportamento e bons serviços a fim de verem sua mobilidade aumentada, terem direito de formar famílias, receber certa parcela de terras para estabelecer uma economia própria, e com perseverança atingir o mais desejado de todos os objetivos, a alforria.

Assim, embora os senhores declarassem paternalmente que concediam a liberdade ao seu mancipio por ser esta uma ação de sua benignidade, grande parte as concedeu a título oneroso, contestando a ideia de benevolência que esses proprietários procuravam passar no corpo da carta. As justificativas presentes nesses documentos são a prova de que houve participação do cativo na conquista da liberdade. Desse modo, após a ilustração do que é a alforria e do que se pode encontrar em seu corpo textual, pode-se avançar sobre as tipificações existentes nas categorias de alforrias, mais precisamente das onerosas.

9.2 TIPOS DE ALFORRIA

Para uma melhor análise dos tipos de alforria, foram feitas as seguintes tipologias: alforrias plenas pagas, em que o próprio escravo comprava sua alforria, ou pagas por terceiros, em que outra pessoa comprava a liberdade do escravo; alforrias plenas gratuitas, concedidas sem ônus ou condição, e alforrias condicionais, em que o alforriado ficava obrigado a prestar algum tipo de serviço ao senhor. A tabela que segue apresenta as informações sobre os tipos de alforria.

Tabela 51 – Tipos de alforria, Fronteira Oeste do Rio Grande, 1811-1835

Tipos de Alforria	Quantidade	Frequência
Alforrias plenas pagas	286	36,43%
Alforrias plenas gratuitas	185	23,57%
Alforrias condicionais	314	40%
Total	785	100%

Fonte: Cartas de Liberdade de Rio Pardo. APERS.

Como se pode perceber através dos dados acima mencionados, 23,57% das alforrias foram gratuitas, 36,43% foram pagas e a maioria (44%) foi condicional, ou seja, o escravo alforriado continuava a prestar serviço ao senhor ou a outro interessado de algum modo. Nas alforrias plenas pagas o escravo não devia mais serviços ao senhor depois de feito o pagamento. Isso pode ser percebido na seguinte carta de alforria fornecida no ano de 1835 pela viúva de Francisco Gomes de Oliveira, moradora do distrito de Cruz Alta ao escravo João Maria, preto da Costa, registrada nos seguintes termos: “[...] declaro que não só pelos bons serviços, mas também por ele dito (seu falecido esposo) que o escravo ter emprestado ao seu senhor a metade do dinheiro com que foi comprado” (Talão 12, Rio Pardo, p.48).

Neste caso, nota-se a inversão dos papéis, pois, normalmente, o senhor era provedor para com o escravo. Que interesses teriam movido o cativo João Maria a fornecer dinheiro a Francisco Gomes de Oliveira para que este o comprasse? Não se sabe ao certo, mas, certamente, criou entre eles uma relação de deveres e expectativas que, após a morte do senhor, favoreceu o escravo com a liberdade.

Outro caso sugestivo de alforria plena que foi paga foi o caso do cativo “de cor honesta”, oficial de sapateiro, Manoel José de Anchieta liberto pelo senhor Manoel da Silva Machado, morador da freguesia de São José de Taquari nos seguintes termos:

[...] por haver recebido do referido escravo bens móveis e posses entre as ilhas denominadas dos Macacos da parte de cima e outra da parte de baixo, com plantação de 4 alqueires de trigo que na dita ilha se acha do presente ano que tudo equivale a quantia de 160\$ pela qual é a liberdade, exceto do imposto dos mencionados bens fica para satisfazer os jornais que me devia vencidos ficando o sobredito escravo sem posse nem domínio e direito nos ditos terrenos e bens entre nós contratados e pactuados (Talão 1, Rio Pardo, p. 37v).

Também por indenização, o escravo Gaspar, preto, Guiné, obteria sua liberdade. Na ocasião em que passou a carta de alforria o senhor Manoel Machado Teixeira assim referiu:

[...] em razão dos seus bons serviços, lhe perdoei parte, da avoltada quantia que por ele me davam, e sim recebido do mesmo 160\$ em gado de criar para a sua alforria [...], unicamente com a condição de que ficará esta carta em depósito até que ele dito escravo satisfaça ao seu benfeitor Antônio Ronaldo de Carvalho (Talão 2, Rio Pardo, p. 117). (grifos nossos).

Esses são alguns exemplos de cartas de alforrias outorgadas em que a principal justificativa apresentada foi o pagamento feito pelo escravo. Foram documentos que envolveram pagamento por parte do cativo e constituíram uma das formas mais usuais de obterem a liberdade na Fronteira Oeste do Rio Grande, registrando-se, igualmente, algumas das diversas formas para acumularem pecúlio e comprarem suas liberdades.

As justificativas variavam de acordo com o tipo de alforria outorgada. Nas cartas que não envolviam ônus financeiro – as gratuitas e não-pagas condicionais (23,57%) – os senhores se preocupavam em dar mais explicações para o ato comparativamente às cartas que envolviam pagamento. Nesses tipos de carta, os senhores de escravos expressam de forma mais explícita, as relações de intimidade que os uniam aos cativos, além de reafirmarem comportamentos desejados para o liberto. As justificativas baseiam-se no reconhecimento de qualidades pessoais e de serviços prestados pelo escravo ou por um parente seu. Nesse primeiro bloco, encontram-se expressões como “lealdade”, “fidelidade” e “bons serviços”, e mais raramente, indicações de ter o escravo acompanhado o senhor durante alguma enfermidade. Outros justificam ter a escrava lhes dado crias, ter amamentado ou criado os filhos do senhor. Muitas vezes, o proprietário expressava abertamente o sentimento de afetividade (“por ser minha cria”, “por amor que lhe tenho”) ou

religiosidade (“por amor de Deus”), ou ainda parentesco biológico ou ritual (caso de libertar afilhados). Nesse tipo de alforria, o escravo também era libertado sem obrigação de continuar a trabalhar para seus senhores.

Para ilustrar as circunstâncias das alforrias concedidas de forma plena e gratuita, apresentam-se as motivadas pelo reconhecimento do senhor, destacando algumas das experiências vividas pelos escravos da Fronteira Oeste do Rio Grande.

Assim, no dia 20 de novembro de 1811, o senhor Pedro Machado Soares de Rio Pardo, ao alforriar o cativo Joaquim, revelou ter o crioulo recebido a liberdade “em razão de tê-lo criado, e lhe ter amor, e pela boa conduta que tem é muito de minha vontade que seja forro e liberto por minha morte e de minha mulher” (Livro 1, Rio Pardo, p. 89).

Os escravos Marcelo crioulo e Maria preta da Costa, receberam alforria do seu senhor, o padre Antônio Pereira Sarmiento de Cachoeira devido: [...] aos bons serviços que vinham prestando há um longo período de cativo e por que com muito zelo e caridade se dedicaram ao meu cuidado durante o tempo da minha enfermidade”¹⁵⁵ (Livro 2, Rio Pardo, p. 55).

A gratidão senhorial também foi o motivo alegado para a alforria do preto Antônio, preto da Costa, escravo do senhor Antônio Araújo que assim justificou a carta:

[...] atendendo aos bons serviços que nos tem feito igualmente nos ir buscar um escravo que contávamos perdido na cisplatina e por cujas circunstâncias lhe damos a sua liberdade a qual poderá gozar dela com a cláusula de nos servir até nossa morte (Talão 4, Rio Pardo, p. 147v). (grifos nossos).

A concretização da alforria ocorria a partir de relações interpessoais; entretanto, as personagens não estavam dissociadas de um contexto histórico mais amplo. As pressões cotidianas realizadas pelos cativos e grupos subalternos em geral, das mais violentas até as mais sutis, convenciam os senhores a formular os axiomas acima explicitados. Uma destas pressões era a fuga. Prática mais corrente na primeira metade do

¹⁵⁵ Ver Regina Célia Lima Xavier. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, Campinas, CMU/UNICAMP, 1996, p. 24-25. Xavier relata a experiência de Ludgero que cuida do senhor hanseniano, e as expectativas de liberdade alimentadas pelos cativos nas circunstâncias.

século XIX, em virtude dos conflitos locais entre luso-americanos e espanhóis-americanos.

Vale salientar que os motivos alegados pelos donos de escravos podiam vir associados em uma mesma alforria, como em alguns casos demonstrados. Em decorrência disto, optou-se por não dar uma dimensão muito expressiva à análise quantitativa das motivações das alforrias porque se reconhece a dificuldade desse tipo de análise tendo em vista a complexidade do discurso senhorial. O certo é que, por vias diferentes, nossos personagens encenavam o processo conflituoso da luta entre a escravidão e a liberdade: de um lado um escravo que fugia para o além-fronteira e um escravo que conseguia sua liberdade compactuando com a manutenção da propriedade escrava.

A respeito ainda desse último caso, não se tem informação sobre o estado de saúde, idade e as atividades exercidas pelo escravo Antônio, nem sobre o escravo recuperado na Cisplatina. Essa manumissão provavelmente resultou de intensas negociações. Antônio devia proporcionar lucros aos seus donos e lhes servia como modelo de escravo “confiável”, do contrário não teria nem recebido a permissão para tal feito.

A alforria motivada pelo reconhecimento foi representativa, comparativamente às demais. Bons serviços, presteza e lealdade foram os motivos mais alegados para a concessão de alforrias gratuitas (58,4%), e para as não-pagas condicionais (50,2%) na primeira metade do século XIX. Mas o que de fato significavam bons serviços no momento da alforria? Para Stuart Schwartz, “bons serviços” eram uma pré-condição para o senhor conceder a alforria, e não o motivo desta, sobretudo quando ela não envolvia ônus financeiro para o cativo. Ressaltar qualidades de um cativo, como os bons serviços por ele prestados, também tinha um sentido pedagógico: manipular as expectativas daqueles que permaneciam em cativeiro, incentivando-os a fazerem “bons serviços”.

O intuito desses procedimentos também poderia ser a manutenção dos laços morais entre senhores e escravos, que a alforria não devia romper, dando continuidade a uma relação de mútua dependência e proteção.

Segundo Campos Graf, “daí ser tão comum o ex-escravo tornar-se agregado do domicílio do ex-senhor, sobretudo quando, tratando-se de uma família em que, apenas um ou alguns de seus membros obtinha a alforria, enquanto os outros permaneciam no cativeiro” (GRAF, 2000, p. 99).

Dessa forma, os forros permaneciam no convívio com seus ex-proprietários, criando uma espécie de clientela constituída por libertos independentes. Nesse caso, como já observado, a maioria das cartas de alforria de Rio Pardo foi condicional, com 40%. Nesse tipo de alforria, o escravo continuava com algum vínculo com seu ex-senhor.

Os proprietários José Rodrigues e Mariana Luiza Rodrigues, moradores em Taquari que concederam alforria aos escravos Fidelis e Domingos em razão “dos bons serviços que nos fizeram [...] com a cláusula de nos servirem até nossa morte” (Talão 2, Rio Pardo, p. 111) contavam com essa estratégia visando a garantir, por parte dos libertos dependentes, os mesmos serviços do escravo. Nesse caso, no entanto, tiveram o cuidado de acrescentar:

[...] que querendo ainda mais continuar o nosso agradecimento aos mesmos; ainda depois de nossa morte vendo que eles ficam sem ter onde trabalharem por serem uns pobres por isso fizemos a doação graciosa de 200 braças de frente encostadas a meu filho Manoel José Rodrigues que começam do arroio que divide o campo até o Timbé do Morro.

O recurso da liberdade condicional foi muito utilizado por pessoas idosas, que temiam a doença, a idade avançada e a morte. Fidelis e Domingos poderiam estar inscritos neste universo, não necessariamente pela idade dos seus antigos senhores (pois nada sabemos sobre isto), mas em última análise, pela atmosfera criada a partir do conteúdo da carta passada que refere a preocupação sobre o destino dos mesmos “após a morte dos senhores”.

Apesar de o discurso senhorial presente nas cartas de alforria ter primado pela afirmação de um domínio senhorial à base do convencimento, também se consegue entrever que esta relação nem sempre era tranquila, ao reafirmar a quem cabia a prerrogativa da alforria e qual o lugar ocupado pelo escravo. Em 1824, ao outorgar a alforria gratuita do escravo Mathias

pequeno, crioulo, o senhor Luiz Francisco Lager, encarregado dos bens pertencentes senhora Maria de Jesus da Encarnação, mãe do falecido senhor Antônio Pacheco de Lima declarou:

[...] em razão de ser indispensavelmente necessário afastar da comunicação dos demais escravos sujeitos da dita administração [...] visto que ele a prevaricava com mau exemplo de sua altivez e insubordinação motivada da bebedeira, e jogos, e os outros maus vícios a que estava habituado, e que já o tornavam incorrigível e perigoso entre os outros escravos aos quais muito cumpre manter no melhor possível estado de sujeição [...] atendendo aos bons serviços que antes fizera ao seu falecido senhor conforme bem fui informado, e ele assim ter testemunhada em seu testamento pelo qual beneficiou com o legado que deixou a sua mulher, julguei mais conforme a estas circunstancias e mais compatível com a humanidade, e com os benéficos sentimentos de minha constituinte em vez de vender, forrar o dito crioulo [...] dando ele em reconhecimento deste estimável benefício e para evitar prejuízo a minha constituinte a quantia de 220\$ (Talão 10, Rio Pardo, p. 21). (grifos nossos).

Fidelidade, obediência, respeito e humildade eram atributos esperados pelo administrador. Ao ressaltar tais atributos, deixou claro que controlaria tal plantel e não admitiria quaisquer atos de insubordinação. Para o escravo Matias, romper tal pacto era abortar um processo de negociação que ainda assim possibilitou aquele desfecho. Essa carta é um exemplo da tensão que envolvia a relação senhor e escravo, e dos meios diversos utilizados por ambas as partes em suas intrincadas relações.

Outro exemplo dessa política de domínio senhorial que envolvia as relações escravistas da região é a carta de alforria do pardo Ricardo, natural do Rio de Janeiro que tinha na ocasião de sua libertação 50 anos e exercia a ocupação de oficial de sapateiro. A sua carta outorgada no ano de 1833 pelo capitão João Marcos Viera de Araújo Pereira, morador da Serra de cima do Botucaraí, Termo de Rio Pardo assim declara:

[...] que tendo recebido dele muitos bons serviços e ter-me ele dado muitas provas de fidelidade, tanto em ocasiões que tenho sido atacado de graves moléstias como em várias viagens nas quais me tem acompanhado e também ser ele de bons costumes pois nunca achei em ladroeira alguma, e nem me consta que fizesse a outra alguma pessoa, por tudo isto e por esperar que ele me tratará sempre a mim a minha mulher e filhos com aquele respeito que as leis recomendam e providenciam a respeito dos libertos faço esmola a este bom escravo de lhe dar a sua liberdade gratuitamente [...] (Talão 11, Rio Pardo p.116).

As duas cartas acima ressaltam o império da vontade senhorial ao alforriar, invocando uma definição convencional de paternalismo em que os subordinados posicionavam-se como dependentes. Eugene Genovese demonstrou que o paternalismo foi um elemento fundamental da ideologia senhorial, portanto da dominação de classe, e que a existência dessa ideologia não pressupunha inexistência de antagonismos sociais. Sidney Chalhoub, inspirado em Edward Thompson, chega à mesma conclusão. As cartas de alforria da Fronteira Oeste do Rio Grande demonstram conflitos presentes na relação senhor e escravo, e a necessidade de aquele reafirmar o seu domínio sobre este era certamente uma resposta aos questionamentos e enfrentamentos da convivência cotidiana, em que um e outro se atritavam, mas também negociavam ou faziam acordos.

Os fragmentos das histórias relatadas nas cartas de alforria indicam que na relação entre o senhor e o escravo também havia espaços para reconhecimento, afeição e religiosidade, apesar de por trás disso, também se ocultar o reforço de laços pessoais de dominação e não somente meros atos de benevolência senhorial, como visto no decorrer deste trabalho.

Nas cartas de alforria em que o motivo apresentado era o pagamento feito pelo escravo, sua família ou terceiros, prevaleceu um tom de negociação, com os senhores frequentemente reconhecendo os bons serviços prestados pelo escravo ou sua família, porém, deixando pouco espaço para manifestações de afetividade. Nesse tipo de alforria, a principal motivação era o ressarcimento material ao senhor, e isto pode ser melhor vislumbrado quando este declarava sua situação econômica. Era obrigação do proprietário de um escravo fornecer moradia, alimentação, vestuário e tratar as suas enfermidades. O custo dessas despesas era alto, quando não havia disponibilidade de muitos recursos, caso dos pequenos proprietários, cuja situação como mantenedores do escravo se invertia, como se pode ver em algumas experiências vividas pelos escravos.

9.3 A FAMÍLIA COMO ESPAÇO PARA A LIBERDADE

Considerando-se que os escravos unidos por parentesco constituíam um fator de diferenciação no interior do próprio segmento escravo então os estudos de casos de manumissão alcançados a partir dos esforços despendidos por parentes do beneficiado, consanguíneos ou não, fruto de uniões formais ou informais, deverão evidenciar a relação entre família escrava e estabilidade do sistema.

Nesse caso, as alforrias interessam aqui, essencialmente pela correção positiva, encontrada pela historiografia, entre o estabelecimento de laços familiares e o acesso à liberdade, ainda que se tenha de admitir que a ausência de estudos conclusivos sobre tema, em especial para o Rio Grande do Sul, impede que se estabeleçam correlações mais estreitas neste sentido.

Andréa Gonçalves (1999, p. 336) considerou que “a existência de laços de parentesco pode ter interferido na decisão do senhor alforriar”. A autora, com base no estudo que realizou para a comarca de Ouro Preto, também considera que essa interferência teria sido maior na primeira metade do século XIX que na segunda. Tendo como objetivo “perceber qual a influência existente entre vínculos familiares e acesso à alforria”, Gonçalves esclarece que:

O estudo das manumissões, por sua própria natureza, tende a realçar a presença dos laços de parentesco o que poderia se mostrar abusivo em se considerando o sistema escravista em sua totalidade. Em outros termos, se a família favorece as manumissões os vínculos familiares estarão mais presentes neste tipo de documento impedindo que se generalize os dados aí encontrados para a escravidão moderna em geral (GONÇALVES, 1999, p. 337).

Em 1824 Joana Moreira Telles, parda forra, moradora de Porto Alegre e viúva de Valentim Munis, impetrou ação Civil na Comarca de Rio Pardo, visando à alforria e liberdade de seu filho, o pardo Felisberto, escravo do reverendo Felisberto da Silveira Machado. Segundo a suplicante:

Atendendo a uma petição da mãe do escravo, na qual acusa o senhor do escravo de lunático e nas ocasiões em que se vê atacado é quando maltrata o dito escravo já com pancadas, já com navalha raspando a cabeça, cortando o couro, isto por muitas vezes, e de que resultou evadir o mencionado escravo, para a casa de João Ferreira Couto, e o suplicante dar-lhe ordem para o vender no Rio de Janeiro, para onde vai a suplicante, pois querendo remediar os males que padece seu filho, recorre a Vossa Senhoria para que na forma da Lei [...] se digne nomear [...] ao dito suplicado demente furioso, e que depois seja notificado, para louvar-se em um homem para servir de trabalhador, e a suplicante desde já se honra no Capitão Manoel Velozo Rabelo, para avaliar o mencionado escravo, e a suplicante depositar a avaliação, a fim de que por sentença se declare por forro e liberto (1º Tabelionato, Rio Pardo Livro 7, Registros Diversos, p. 101).

No dia 3 de fevereiro de 1825, Joana Moreira Telles solicitou ao juízo municipal da cidade de Rio Pardo o arbitramento de seu valor para a liberdade, uma vez que ele não conseguira entendimento com o senhor de seu filho a respeito do preço. Na mesma ocasião, o processo de arbitramento foi passado pelo vereador e Juiz de Fora, Capitão Thomaz de Aquino Figueiredo Neves, que designou o Guarda Mor Manoel Alves de Oliveira para avaliar o escravo, cujo preço foi estabelecido em 153\$600, “em atenção a este ser aleijado de um braço”. No dia após a suplicante depositar a avaliação, Felisberto, enfim, viu-se livre do seu suplício passando a viver em companhia de sua mãe, quando “por sentença foi declarado forro e liberto sem ódio ou malícia”¹⁵⁶.

As ações que pleiteavam a alforria através da indenização dos senhores constituíram o tipo principal de ação de liberdade impetrada na Comarca de Rio Pardo, na segunda metade do século XVIII e princípios do XIX. De acordo com o levantamento realizado, pode-se notar ainda que os escravos que possuíam parentes libertos tinham muito mais chances de alcançar sua alforria por indenização que aqueles sem parentesco desse tipo.

Ligia Bellini (1988) estudou a prática da alforria, buscando conhecê-la a partir das relações que se estabeleciam entre senhores e escravos, segundo o discurso do documento de liberdade. Essa autora ressalta a importância da negociação cotidiana no enfrentar, recuar ou fazer acordos para

¹⁵⁶ Carta de Requerimento por Felisberto, p. 111. Sentença Civil e Crime de Ação de Alforria e Liberdade p. 101r. 1º Tabelionato, Rio Pardo Livro 7. Registros Diversos.

concretizar a alforria, considerada, por ela, como fruto da relação ambígua, construída no dia a dia entre escravos e senhores.

Os laços de parentesco tinham, portanto, grande importância na luta dos cativos pela liberdade nos tribunais. Através da doação de pecúlios acumulados por familiares que já haviam alcançado a alforria, a família constituída no cativo serviu muitas vezes como caminho para a liberdade. Tendo em vista que o pecúlio era o meio mais utilizado para a consecução da alforria na Justiça, os cativos que podiam contar com parentes próximos capazes de acumular algum dinheiro, principalmente os libertos, tinham mais chances e esperanças de se libertarem por essa via. A construção de laços de família entre escravos, nesse sentido, articulava-se ao conjunto mais amplo das estratégias utilizadas por eles para se livrarem do cativo.

Na análise que segue pretende-se demonstrar que outros escravos, como Felisberto, também puderam alcançar a liberdade através da luta empreendida por parentes.

9.3.1 Intrincadas relações: os meus e os seus

As alegações de afeição ocorreram com frequência nas cartas de alforria passadas pelos proprietários da Fronteira Oeste do Rio Grande. Quem era o escravo contemplado com a carta de alforria gratuita? Foram, sobretudo, as mulheres e as crianças, sem grandes disparidades entre os sexos, os que mais se beneficiaram dessa modalidade de alforria e, em muitos casos, existe a referência de que conviviam com parentes próximos e dispostos a interceder por eles.

Na Fronteira Oeste do Rio Grande, entre fins do século XVIII e princípios do XIX, as relações de cumplicidade e interdependência de senhores e escravos também estiveram presentes. Muitos escravos atuavam de forma significativa na vida de seus senhores, provendo a sobrevivência e a segurança deles e dos seus pares. Não por acaso as relações afetivas constituíam razões de alforrias, tais como: “pelo amor que lhe tenho”, “pela amizade que lhe dedico”, “por tê-lo criado nos meus braços”. Certamente que

essa linguagem utilizada também estava ligada ao pensamento paternalista senhorial, mas se for descartado totalmente o seu conteúdo de afetividade pode-se afirmar que são “relações sociais vazadas por hipocrisia de alto a baixo” (CHALHOUB, 1990, p. 150).

Em 1813, o senhor Manoel Rodrigues, da Freguesia de Santa Bárbara da Encruzilhada, alforriava sua escrava Agostinha, parda, “para sossego de sua consciência por ser pai de filhos seus” (Rio Pardo, L. 2, p. 42v.). No mesmo ano, o proprietário Francisco Pereira, da Freguesia de Caçapava, alforriava a parda Felizarda mediante o pagamento de 76\$800 por Manoel da Silva “com quem teve filhos [...] e com quem quer tomar estado” (Rio Pardo, Livro 2, p. 56).

Através de casos como esses acima citados, pode-se observar que laços afetivos se manifestavam de forma incisiva quando além de senhor o proprietário também era pai da criança liberta. Este foi o caso de 12 alforrias das 785 analisadas. Nesses casos, os proprietários normalmente referem entre os motivos que os levavam a alforriar “um direito de suas escravas por terem tido filhos naturais com elas” e reconhecem que eram “mortais” e que desejavam “consciência segura”.

Por certo o parentesco de senhores com suas escravas foi muito mais corriqueiro que o reconhecimento por aqueles de seus filhos naturais. A história de Manoel da Silva Lopes, no entanto, ilustra outro hábito existente na sociedade da Fronteira Oeste do Rio Grande. Manoel comprou a alforria da parda Felizarda que, aparentemente, era uma concubina sua e com quem desejava “tomar estado”. Essa história é bem singular, pois, aparentemente, constituíam um relacionamento reconhecido na comunidade, tanto que a cativa foi alforriada. Não deixa de demonstrar, no entanto, as nuances e os percalços das alforrias motivadas por laços de parentesco consanguíneo ou não, laços que não pressupunham um caminho linear e tampouco fácil de ser percorrido. Apesar dos motivos que facilitaram a libertação de Felizarda, eles não foram bem-sucedidos na sua totalidade, pois ela continuou ligada ao antigo senhor através do cativo dos filhos.

Já o escravo Gaspar e sua esposa Rufina, escravos da senhora Maria Gomes Jardim, receberam alforria condicionada no dia 22 de dezembro de 1826 em razão dos “bons serviços” que haviam prestado à sua senhora, e que deveriam prestar até o seu falecimento que só ocorreu no ano de 1853. (Rio Pardo, L. 11, p. 9v.). Assim, teriam se passado 27 anos entre a concessão da alforria e sua efetivação. Casos como esse, em que prevalece a condição de prestação de serviço, impondo de forma absoluta a obrigação de acompanhar e servir os senhores até a morte, foram bastante recorrentes entre os alforriados da Fronteira Oeste do Rio Grande. Há casos, entretanto, em que a alforria de famílias inteiras e numerosas se dá de forma incondicional. Foi o que ocorreu com a crioula Eva, de propriedade de Francisco da Costa Pinto Bandeira que foi alforriada com os quatro filhos, sem qualquer exigência (Rio Pardo, L. 15, p. 160).

Em outras circunstâncias, condições distintas poderiam prevalecer para diferentes membros de uma mesma família. Foi o que se passou com aquelas escravas que recebiam a alforria pelo número de crias que haviam dado aos seus senhores. Este foi o caso da cativa Josefa liberta no dia 20 de dezembro de 1814¹⁵⁷ “pelos bons serviços [...] e, principalmente por ter me dado produção de crias”. Josefa viveu por um período de mais de duas décadas junto ao crioulo Antônio que permaneceu no cativeiro após a sua libertação. Entre o nascimento de Esméria, primeira filha do casal em 1792 e o de Calista, a última, nascida em 15 de novembro de 1812, o casal teve outras sete crianças.

¹⁵⁷ Talão de Notas número 1, Rio Pardo, f. 99.

A alforria, neste caso, representava um prêmio em recompensa aos filhos gerados e são indicativos dos interesses senhoriais na existência das famílias cativas¹⁵⁸.

O índice de escravos casados na escravaria de Mateus Simões Pires (já analisado no capítulo anterior) foi de cerca de 90% e talvez a alforria de Josefa representasse um estímulo para os demais casais também terem filhos. Em 1817, Joana, a quarta filha do casal, então com 17 anos, também seria alforriada por carta concedida “em atenção aos bons serviços de seus pais e dos que têm feito”¹⁵⁹. É provável, portanto, que a alforria passada a Joana tenha sido facilitada por seus laços familiares, fato também confirmado quando a proprietária, através de verba testamentária, também alforriou, em 1818, mais duas escravas dessa mesma família, as cativas Esméria e Calista.

A alforria do casal de escravos Antônio, crioulo, e sua mulher Joana foi justificada pela senhora Maria dos Santos, moradora na freguesia de Santo Amaro, da seguinte forma: “pelos bons serviços que destes tenho recebido principalmente por me ter dado oito filhos e todos vivos e porque a dita escrava até o presente sem nota alguma, nem me ter dado desgosto e nem me ter arredado de casa antes, sim com muito gosto e agrado me tem servido” (Talão 2, Rio Pardo, p. 109v). Na Fronteira Oeste do Rio Grande, ao longo do século XIX, 18 cartas de liberdade foram registradas, por diferentes senhores, com essa justificativa.

¹⁵⁸ De acordo com Kátia Mattoso, “a lei libertava automaticamente o escravo que dá 7 filhos a seu senhor”. Contudo, a autora não esclarece qual era a lei que amparava esse tipo de alforria. Cf. Kátia Mattoso. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 197. Ver também Eduardo Spiller Pena. *Pajens da casa imperial, jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Pesquisas em História Social da Cultura, 2001, p. 165-167. Analisando os debates travados no IAB, sobre o tema da escravidão por Caetano Alberto Soares, entre outros, o autor diz que a emancipação gradual dos escravos atingiu o ápice de sua função moralizadora, nos discursos de Caetano, quando este propôs a liberdade à cativa que concebesse cinco ou mais filhos, mantendo-os vivos até sete anos. Isto estimularia nas escravas os ‘cuidados’ com a criação dos filhos, coibindo o “desleixo de muitas”. Ver especialmente a nota 25 à página 165, em que o autor trata da declaração de Henry Koster, viajante que passou pelo Brasil no início do século XIX e que afirmou que existiam “lei ordinária” e “ordenanças” determinando a liberdade para as escravas que tivessem parido 10 filhos e os criado. O autor observou que “se tal lei ou ordenanças existiram, somente uma pesquisa em documentos judiciais nos locais em que o viajante esteve poderá comprovar”. Nas cartas de alforria registradas no cartório da vila de Minas do Rio de Contas sobre o argumento de ter dado crias, não houve menção a leis ou ordenanças.

¹⁵⁹ Talão de Notas número 3, Rio Pardo, f. 135V.

No dia 10 de agosto de 1810, em Caçapava, a preta Maria, africana, tornava-se forra “por ter dado produção de crias” a seu senhor. Em Rio Pardo, Manoel Barbosa Bastos concedeu a liberdade à crioula Maria, em retribuição “aos bons serviços prestados”, por ter criado três filhos seus “amamentando-os dos seus peitos com todo amor e carinho”. Tal ato de generosidade era também justificado “por ter dado sete filhos, e destes cinco se achavam vivos”. O senhor fez questão de ressaltar, no entanto, “que ficava seus filhos cativos, tanto os presentes como os futuros” que tivesse antes da sua morte. O estímulo à reprodução natural através da concessão alforria não foi fato raro na região em foco, muitas outras se seguiram a essa. Como se vê, o número de filhos que uma escrava paria poderia significar para ela um prêmio para a conquista da liberdade e para os senhores uma estratégia de controle e estímulo a reprodução. Tendo em vista que continuavam na condição de cativos os filhos é de se imaginar que as mães seguissem servindo aos senhores, pois não teriam a intenção de separar-se dos entes queridos.

A afirmação de que a existência de laços familiares poderia resultar em condições mais favoráveis à obtenção da alforria, no entanto, não deve ser generalizada. É provável que alguns senhores tenham sabido transformar em vantagem material o interesse demonstrado pelos familiares em tornar forros os parentes, sobretudo em se tratando de parentesco de primeiro grau. Assim agiu o preto forro, Martinho Antônio, ex-escravo da senhora Maria dos Santos Ferreira, casado com a crioula Paula, de 40 anos, que no dia 11 de março de 1807 comprava a sua liberdade pelo preço de 12 Doblás. Outro caso foi o da preta Izabel, casada com o preto forro João José, que foi libertada em razão de sua senhora “ter recebido de seu marido [...] o seu valor em um escravo novo de nome Sebastião de nação Angola” (Rio Pardo, L. 1, p. 88v.).

A família escrava foi importante para concretizar projetos de liberdade. O pagamento feito pela família do escravo foi recurso amiúde utilizado para alcançar a alforria, apesar de ter sido o menos frequente na amostra. Ao buscar espaços de autonomia como moradia, cultivo e preparação dos seus

alimentos, a família escrava apresentava interesses próprios, muitas vezes antagônicos aos interesses senhoriais. A construção de uma identidade escrava possibilitava, por outro lado, o enfrentamento da escravidão por meio de uma rede de solidariedade entre os seus membros.

Nas alforrias passadas no ato do batismo algumas vezes os padrinhos de filhos de escravos, conseguiam a liberdade de seus afilhados, seja por seu prestígio pessoal frente ao proprietário da criança escrava, fosse através de pagamento do preço justo da criança. Este foi o caso do escravo Gervázio filho de Vicência que fora batizado no dia 30 de abril de 1805. Na ocasião foi dito por seu padrinho, o senhor José Álvares Ferreira, “que o resgatava do cativo através do pagamento da quantia de 20\$000 réis pagos a senhora Matildes Alves Ferreira” (LBRP, n. 7, p. 152v.).

Não raro os inventários traziam listas de escravos que deviam dinheiro a senhores, inclusive “escravos de outrem”. A alforria paga por terceiros, embora menos frequente na documentação analisada, também se fez presente. Na carta passada ao escravo Feliciano, pardo de 3 anos de idade, filho da preta Rebolo Maria, o senhor José Joaquim Aires, morador da freguesia de Piratini assim declarou:

[...] em atenção aos bons serviços e lealdade que tem servido sua mãe muito precisamente ao depois do falecimento de minha mulher, sua senhora [...] não só por atender os méritos da referida sua mãe como por receber ao passar desta carta de liberdade 51\$200, em moeda corrente de Lourenço de Almeida Teles, seu padrinho o qual já há muito me solicitava a alforria do dito seu afilhado (Talão 2, Rio Pardo, p. 57v.).

No entanto, se, ao convidar pessoas livres, de melhor condição social, os escravos esperavam conseguir a manumissão de seus filhos, nas freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande esse suposto plano foi frustrado. Na região, para todo o período de 1755 a 1835 foram 128 crianças que tiveram esse privilégio, o que não alcançou 2% de todos os escravos batizados.

Os escravos, evidentemente, buscavam a liberdade, situação que poderiam alcançar através de diferentes mecanismos, para alguns o batismo pode ter sido o caminho, porém outros não tiveram o mesmo privilégio. De

qualquer forma, os documentos comprovam que um escravo podia ser liberto em qualquer fase de sua vida. Ao comparar os dados sobre as conquistas de alforria, marcados nos registros de batismo, nos processos de inventários ou nas cartas de alforria, conclui-se que, provavelmente, para os cativos da Fronteira Oeste do Rio Grande, a melhor estratégia para negociar sua liberdade estava ligada às relações com seu senhor. A menor possibilidade estava associada ao compadrio, pois o batismo e o apadrinhamento não significavam e nem tampouco asseguravam um compromisso de libertar o futuro afilhado.

Esses dados reforçam que o sentido dado pelo compadrio pelos escravos fosse na direção de reforçar laços de compromisso e de cumplicidade com a comunidade escrava ou com o mundo dos livres. Nas freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, conquistar a liberdade pelo compadrio atingiu alguns poucos escravos que se pode definir como exceção. Por outro lado, as libertações realizadas como cláusulas testamentárias ou cartas de liberdade avisam que alcançar a alforria era um processo que devia ser lento e elaborado pelo cativo junto ao seu senhor, sendo mais provável que ela fosse alcançada quando, além de si próprio, pudesse contar com auxílio de parentes, sendo, portanto, mais um indício da importância das famílias cativas entre os plantéis da região pelos ganhos que os escravos poderiam obter através delas que, como visto, não foram poucos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recuperar a família escrava e o seu significado entre os cativos da Fronteira Oeste do Rio Grande! Tarefa difícil, mas não impossível. Difícil: porque se está diante de um grupo – os escravos – que deixou pouquíssimos registros escritos próprios, que não passaram pela “filtragem” dos senhores ou autoridades responsáveis pela elaboração de documentos de caráter público ou privado. Possível: uma vez que há nos Arquivos do Rio Grande do Sul centenas, milhares de documentos com informações que podem auxiliar a recuperar o silêncio no qual por muito tempo estiveram mergulhadas as evidências de que os escravos sul-rio-grandenses também criavam estratégias de socialização.

Nesse sentido, intentou-se primeiro reconstruir, de maneira o mais fiável possível, o cenário em que se descortinam as tramas sociais propostas à análise. Com esse objetivo mapeou-se a história de Rio Pardo, município que constituiu, em grande parte, a Fronteira Oeste do Rio Grande no período analisado. Seu contexto histórico foi apresentado desde a chegada dos primeiros povoadores europeus com seus escravos na década de 1750 até princípios do século XIX. Destaca-se a importância dessa localidade como *área de passagem* entre os primeiros núcleos litorâneos do Rio Grande e o seu interior em expansão. De Rio Pardo partiam os lusitanos para a ocupação e povoamento de novas localidades que acabavam formando novas freguesias no entorno dos portos fluviais da calha do rio Jacuí e ao longo dos caminhos e estradas que eram abertas para ligar essa localidade às Missões

a oeste e ao rio Taquari ao sul. Com efeito, na região em foco, ao longo do período analisado, surgiram novos entrepostos comerciais, fortificações, novas áreas de pastagens, lugares de descanso e pouso para tropeiros, e, com isso, *a fronteira* avança até que chegasse aos contornos do Rio Grande do Sul atual.

No tocante ao tamanho dos plantéis percebe-se que, embora tenha existido a predominância dos pequenos, esses, no entanto, tornaram-se menos expressivos na passagem do século XVIII para o XIX. Observa-se que houve um movimento no sentido de concentração dos cativos em plantéis grandes e excepcionalmente grandes entre 1810 e 1835. Tal movimento parece estar relacionado com a elevação de Rio Pardo à condição de sede da Vila após 1809 e Cachoeira após 1819, quando essas localidades passaram a ter grande importância econômica e política nos primeiros decênios do século XIX. Vale ressaltar, nesse sentido, que também houve um acréscimo significativo no número de inventariados e número de escravos. Os primeiros passaram de 163 para 636 indivíduos e os escravos de 752 para 4.443, confirmando o maior dinamismo atingido por essas localidades que passavam por um correspondente crescimento populacional que era acompanhado pela elevação da importância da mão de obra escrava.

Esses dados, embora ratifiquem a posição inicial considerável dos pequenos plantéis, relativizam essa mesma ideia, à medida que nos leva a pensar que diante de novas conjunturas poderiam estar mais comuns os plantéis médios, além de aparecerem plantéis grandes, como parte não desprezível do cenário escravista do Rio Grande do Sul e mais precisamente da Fronteira Oeste.

Entretanto, a existência de grandes plantéis não significa, de fato, que esses senhores detivessem propriedades onde viviam números expressivos de cativos. Esse foi, certamente, um quadro muito incomum para região onde, normalmente, os escravistas possuíam diversas propriedades cujos cativos eram distribuídos entre elas, não significando na prática que os mesmos convivessem entre si, em grandes grupos.

A inexistência de atividades econômicas que demandassem o uso de grandes quantidades de escravos, aliada ao fato da disponibilidade da mão de obra indígena egressa das Missões, tem sido apontada por parte da historiografia sul-rio-grandense como a razão da pouca representação dos cativos na região. De fato, a representação dos escravos no Rio Grande do Sul pode ser considerada baixa se comparada a outros centros escravistas que formavam economias tipicamente de exportação, como o Rio de Janeiro ou Bahia, por exemplo, onde a participação dessa parcela da população manteve-se elevada até a abolição do tráfico Atlântico. É preciso ponderar, entretanto, que o percentual da população escrava sul-rio-grandense era superior aos padrões do tipo de economia que apresentava, ou seja, a produção destinada ao mercado interno e é sobre este padrão que se devem estabelecer paralelos, pois são regiões com mesmo tipo de economia.

Com base na análise dos Mapas de População foi possível perceber que os negros escravizados, que formavam cerca de 30% da população sul-rio-grandense entre fins do século XVIII e princípios do XIX, constituem, portanto, parcela importante dessa mesma população. Esse coeficiente expressivo e seu crescimento durante o período analisado, não deixa de ser um indicativo do quanto foi importante a escravidão no território que hoje compõe o Rio Grande do Sul. E, mais precisamente, as fontes que os descrevem para a Fronteira de Oeste do Rio Grande, desenharam um quadro de intenso crescimento populacional durante o período analisado, sendo que a representação dos cativos chegou a ser superior ao observado para outras áreas da capitania/província.

Outra questão importante a ser considerada é o fato de que tanto nos assentos de batismos como nos inventários percebe-se que entre 1810 e 1835 elevam-se os escravos cuja identificação da origem não foi fornecida. Sabe-se que nesse período o sistema escravista brasileiro sofria com os reflexos da pressão inglesa que restringia e buscava tornar ilegal o comércio Atlântico. Talvez por isso tenha sido maior a presença dos escravos identificados como sendo africanos, da Costa ou de Nação, muito provavelmente porque seriam escravos frutos do comércio ilícito, sendo

escravos procedentes de regiões africanas que já não poderiam constar nos registros ainda que, na prática, continuassem a abastecer o comércio Atlântico.

Para melhor compreensão das origens dos escravos da região analisou-se, também, a questão da cor, uma vez que pretos e africanos parecem ter sido palavras utilizadas como sinônimos nesse contexto. Sendo assim, é plausível pensar-se que os africanos também pudessem ser referidos apenas como pretos e que muitos (não todos, mas com certeza uma boa parte) dos registros onde a origem crioula ou africana não fosse referida e o escravo fosse identificado como “preto” fossem africanos.

Reforça essa ideia o fato de que os números de africanos presentes nos inventários entre 1764 e 1809 eram bem mais expressivos do que se observa para o período seguinte. A partir de 1810, o número de crioulos se mantém estável, o de africanos cai enquanto o número de escravos de origem desconhecida aumenta. Ou seja, o quadro mostra que durante esse período o número de africanos diminuiu e elevam-se, em contrapartida, aqueles definidos apenas como “pretos”. Nesse período aumentam as chances de que os senhores procurassem “esconder” nos registros a presença dos africanos devido à contingência de leis que restringiam e buscavam eliminar o tráfico Atlântico, sendo que, neste caso, os registrariam apenas como pretos. O sub-registro dos africanos referindo-se a eles apenas como “preto”, de Nação, da Costa ou simplesmente africano restringia, com isso, qualquer forma de controle sobre um provável comércio ilícito e que provavelmente contava com a conivência das autoridades locais.

Esses dados em conjunto são indicativos de que na Fronteira Oeste do Rio Grande, aparentemente, convivia-se, ao mesmo tempo, com a alternativa da reprodução endógena, além, é claro, do próprio comércio de escravos africanos ou não, vindos de outras regiões brasileiras.

Nas estâncias (propriedades maiores) também havia a necessidade de cativos que fossem especializados em ofícios artesanais, tais como carpinteiros, ferreiros, sapateiros, pedreiros, etc. Esse era um setor da economia que empregava menos braços ao trabalho, o que nem por isso

diminui sua importância, comparativamente aos campeiros e roceiros. Talvez houvesse pequena demanda pelos serviços desses artesãos, mas eles eram necessários para o funcionamento das atividades ligadas à agropecuária e, certamente, também proporcionavam lucros aos proprietários.

Nesses casos, foram localizados escravos carpinteiros que atuavam no corte da madeira e nos serviços de reparo e construção de carretas e carroças, bens indispensáveis no transporte de carga nos campos da fronteira. Sapateiros, que dominavam a prática com trabalhos manuais realizados com o couro, matéria-prima comum na região e de grande utilidade para uma série de produtos que, como se sabe, eram indispensáveis na rotina das estâncias. Escravos descritos como pedreiros atuavam na construção e reforma das casas, atafonas, mangueiras ou currais. Além desses havia, ainda, alfaiates, cozinheiros, barqueiros, domésticas, entre outros.

Nos núcleos urbanos das vilas de Rio Pardo e Cachoeira, que surgiram e cresceram ao longo do período aqui analisado, também viviam e atuavam trabalhadores cativos que possuíam ofícios especializados. Nessas localidades, conforme o interesse e a necessidade, os senhores habilitavam seus escravos em diferentes especialidades de tarefas, uma vez que assim podiam obter maior retorno financeiro que com aqueles escravos sem ofício. Esses trabalhavam, em geral, com seus senhores, e mais raramente eram alugados a terceiros. O escravo podia também trabalhar segundo o sistema de ganho, por conta própria, e entregar periodicamente uma quantia a seu senhor. Assim, engajados nos mais variados tipos de atividade, os escravos passavam a maior parte de suas vidas trabalhando. Os frutos desse trabalho eram motivos tanto de conflito quanto de negociação, e por certo, o acesso à vida familiar também se inseria, nesse jogo de interesses.

Todas as questões aqui levantadas serviram para suprir um espaço ainda em aberto na historiografia do Rio Grande do Sul que ainda se ressentia de um maior número de trabalhos acerca da história da escravidão negra. Destacou-se o escravo, elevando-o à condição de protagonista de sua história. Por muito tempo, excluiu-se o negro da história sul-rio-grandense, o

que já causou muitos danos ao conhecimento histórico da participação desse grupo na formação deste estado.

Uma das hipóteses deste trabalho recaiu na constituição das relações familiares enquanto possibilidade de o escravo ter um núcleo relativamente estável de produção, reprodução e de difusão de sua cultura. A análise dos registros de batismo das freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande permitiu concluir que, ao contrário do que até então se pensava sobre os enlaces matrimoniais dos cativos, existiu por parte desses indivíduos uma prática de casamentos sancionados perante a Igreja Católica, mesmo que o número das uniões ilegítimas tenha sido maior. A afirmação de que os escravos não se casavam, bem como a de que possuíam uniões em que se procurava apenas a satisfação de necessidades sexuais levando-os à privação de qualquer tipo de vida familiar não se sustenta. As informações e possíveis explicações obtidas com a nossa pesquisa apontam no sentido de que a família foi sendo uma conquista progressiva do escravo. Se foi verdade que houve uma época em que o senhor dispunha como queria de seus escravos, também é possível que o parentesco possa ter contribuído, de forma decisiva, para forjar laços de afetividade entre escravos.

Através da história de algumas famílias escravas pôde-se tirar do obscurantismo em que a escravidão – e certa historiografia – as colocou. Tentou-se reconhecê-las como pessoas que agiram e reagiram dentro da sociedade de forma efetiva, sendo vistas e reconhecidas em seu dia a dia como parte fundamental na engrenagem do sistema. O exame das fontes mostrou a importância da multiplicidade das organizações familiares entre os escravos, uma vez que incluíam não só casais legitimamente formados, mas, com certeza, aqueles que jamais sacramentaram suas uniões, mesmo que elas fossem estáveis. Os documentos apontam indícios suficientes para determinar sua existência. A sua importância na região foi demonstrada através da análise da estabilidade dessas famílias pelo cruzamento dos dados e da trajetória de suas vidas.

Por meio da documentação analisada percebeu-se que os cativos que viviam em propriedades da região, quando encontravam um possível

parceiro para a vida, e sendo esses de outros senhores, acabavam estabelecendo relações diferentes do casamento sancionado pela Igreja, situação que diminuía quando compartilhavam, além do destino de escravos, a mesma propriedade.

Observando-se os padrões matrimoniais dos escravos da região e a frequência dos casamentos ao longo das horas do dia, dos dias da semana, dos meses e, por fim, no decorrer das estações dos anos. Ao longo dos meses do ano, a distribuição deles obedecia tanto ao calendário religioso – em especial aos períodos de interdição, como por exemplo, a quaresma – quanto à sazonalidade das atividades da pecuária. Além disso, tanto ao longo dos dias da semana como das horas do dia, a frequência de matrimônios tendia a recair sobre momentos de menor volume de trabalho e, de alguma maneira, igualmente acompanhavam o calendário religioso. A endogamia, tanto por naturalidade como por estatuto jurídico, cor e etnia, foi a marca do comportamento escravo. O permite concluir que casar-se, neste caso, parece ter sido fruto muito menos do controle e da concessão senhorial, e muito mais resultado do desejo e das escolhas pessoais desses indivíduos.

Quanto às cerimônias de batismo, os resultados encontrados mostraram que independentemente de faixa etária, sexo, legitimidade, tamanho de plantel, a maioria dos cativos teve seu laço de compadrio estabelecido com pessoas de igual condição jurídica. Se em relação às crianças esses laços podem ter representado uma forma de fortalecer a amizade entre pais dessas e seus companheiros de cativeiro, no caso dos adultos, principalmente africanos, o compadrio escravo, no momento da escolha, provavelmente, atendeu mais às necessidades do proprietário porque facilitaria a adaptação de seu novo cativo ao regime de trabalho. Portanto, nos batizados de inocentes, os escravos devem ter tido mais condições de escolher quem faria parte da família que nos batizados dos adultos. No entanto, os escravos foram encarados neste trabalho como agentes históricos ativos. Desse modo, mesmo que não tenham participado da escolha dos padrinhos, puderam conduzir essa relação, que pode lhes ter sido imposta, de acordo com seus interesses. E, em se tratando do

compadrio entre os escravos esses interesses se traduziam na construção de uma comunidade escrava fortalecida pela família extensa. Assim, a instituição cristã foi utilizada para ampliar a família escrava e fortalecer os laços entre os cativos.

A força dessa comunidade pode ser melhor avaliada pelas situações específicas, alcançadas através dos cruzamentos entre os registros de batismos, casamentos e óbitos com os inventários *post-mortem* dos proprietários. Com o levantamento da documentação foi possível visualizar uma fração da história dessas famílias, percebendo-se que alguns desses cativos tiveram a possibilidade de se casar, gerar filhos, estabelecer relações de compadrio de várias maneiras, fornecendo pistas sobre como a comunidade escrava na região criava suas estratégias de aliança e amizade. As alianças, percebidas pela escolha nos nomes, preferencialmente entre padrinhos, demonstram que existiam laços de afetividade através dessas homenagens. Nesse sentido, entende-se que as famílias escravas estariam sustentadas no somatório dos laços verticais e horizontais.

Porém, apesar disso, ficou claro que também houve desmembramentos de algumas dessas famílias. Embora também se evidencie a capacidade de reconstrução dessa comunidade e de ressocialização desses cativos, capacidade esta advinda da necessidade humana de se relacionar com os outros. Esse cruzamento serviu para mostrar a importância que tinha a comunidade escrava para os cativos com certa estabilidade, nas relações familiares, incluindo o compadrio entre cativos.

Com isso, verificou-se que muitos laços parentais foram conservados por vários anos. Essa estabilidade e capacidade de reconstruir laços familiares apontam, então, para a existência de uma relativa autonomia da comunidade escrava. Relativa porque estava mais sujeita às variações econômicas, assim como o restante da sociedade, e aos ciclos de vida do proprietário.

Por fim, foram analisadas as manumissões buscando-se perceber indícios que também apontassem para os ganhos da família escrava. A análise desses documentos indicou casos em que famílias inteiras eram

alforriadas, fato que não foi incomum ao longo de todo o período pesquisado. Nota-se também que em alguns casos as fontes indicam a presença de proprietários que, movidos pelo arrependimento, acabam por reconhecer os filhos havidos com algumas de suas escravas concedendo-lhes a alforria. Em outras há situações em que o reconhecimento da paternidade revela a existência de vínculos familiares para além das uniões formais. Em outras mais, condições distintas poderiam prevalecer para que os diferentes membros de uma mesma família recebessem o benefício e outros não. Nesse caso, é provável que alguns senhores tenham sabido transformar em vantagem material o interesse demonstrado pelos familiares em tornarem forro um parente seu, sobretudo em se tratando de parentesco de primeiro grau.

Não obstante a instabilidade dos arranjos familiares entre os escravos, em algumas situações os cativos lograram preservar algum laço de parentesco como os que uniam irmãos, pais e filhos, além, é claro, daqueles não referidos nas fontes. Nos papéis de liberdade, em alguns casos, os senhores declaram a idade dos cativos e o tempo em que esses viviam entre suas posses. Nesses casos as alforrias não alcançavam apenas escravos ligados pelo casamento ou à sua prole como também a possibilidade que alguns escravos tiveram de tornar estáveis os laços de companheirismo mesmo nas condições adversas do cativeiro. Não passa despercebido nesse caso o fato de que algumas famílias eram constituídas por casais com muitos filhos, o que já representava um plantel de porte considerável e estável em um contexto em que predominavam as pequenas posses de escravos. Foram exemplares, nesses casos, as libertações fornecidas às mulheres cativas devido ao número de filhos gerados, comprovando, com isso, que alguns proprietários locais estimulavam a reprodução endógena de seus plantéis.

Como observado, os laços de compadrio, considerados como uma forma fundamental de parentesco não consanguíneo, normalmente se efetivavam no próprio universo social dos escravos e libertos e funcionavam como um capital comunitário que, muitas vezes, poderiam concorrer para a

manumissão do escravo, sobretudo no momento do próprio batismo. Por certo, em determinados casos a presença de padrinhos livres poderia se tornar um fator facilitador da concessão da alforria na pia batismal. Em todo o caso, o universo dos documentos de manumissão também indica que esse benefício podia ser alcançado a partir dos esforços despendidos por parentes do beneficiado, consanguíneos ou não, fruto de uniões formais ou informais. Esses casos também servem de testemunho da relação entre família e estabilidade do sistema.

REFERÊNCIAS

ALADRÊN, Gabriel. Crioulos e africanos libertos em Porto Alegre: padrões de alforria e atividades econômicas (1800-1835). In: III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, Florianópolis. Anais do III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007.

_____. *Liberdades Negras nas Paisagens do Sul. Alforria e Inserção Social de Libertos em Porto Alegre, 1800- 1835*. Niterói: UFF, 2008 (Dissertação de Mestrado).

AMORIM, Maria Norberta. *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga: Universidade do Minho, 1991.

_____. Falandando de Demografia Histórica. In: *Boletim Informativo do NEPS – Núcleo de Estudos de População e Sociedade*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Guimarães, n. 1, p. 1-2, maio de 1998.

ANDRADE, Marcos. Campanha da Princesa: Formação e expansão de uma vila no Império. *Revista Eletrônica do Brasil*, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, jul./dez. 2004.

_____. *Família, fortuna e poder no império do Brasil: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Niterói-RJ, 2005 Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense.

ANDRADE, Rômulo. *Limites Impostos pela Escravidão à Comunidade Escrava e seus vínculos de Parentesco (Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX)*. São Paulo, 1995 (tese de doutorado), Universidade de São Paulo.

ANDRADE, Rômulo; CARRE, A. N. Estrutura Agrária e População Escrava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal e seu Entorno: Itaguaí, 1808-1888. *Revista Universidade Rural*, Série Ciências Humanas, v. 27, n. 1-2, p. 102-8, 2005.

ANDRADE, Rômulo. Casamentos entre Escravos na Região Cafeeira de Minas Gerais. *Revista Universidade Rural*. Série Ciências Humanas, Seropédica (RJ), v. 22, n. 2, p. 177-97, 2000.

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Cap. I: Das minas do ouro que se descobriram no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

ARAÚJO Thiago Leitão de. *Escravidão, Fronteira e Liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. 2008. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ÁVILLA, A. G.; MACHADO, J. M.; MACHADO, R. G. *Barroco mineiro*. Glossário de Arquitetura e Ornamentação. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

BACELLAR, Carlos de A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2001.

BACELLAR, Carlos A. P.; SCOTT, Ana Silvia Volpi. Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818. In: Sérgio Odilon Nadalin; Maria Luiza Marcílio; Altiva Pillati Balhana (org.). *História e população. Estudos sobre a América Latina*. São Paulo: ABEP/CELADE/IUSSP, 1990, v., p. 213-7.

BACELLAR, Carlos A. P.; SCOTT, A. S.; BASSANEZI, M. S. C. B. Quarenta anos de demografia histórica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15, 2006, Caxambu. *Anais...* Campinas: ABEP, 2006 (CD-ROM).

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BAKOS, Margaret M. A escravidão negra e os Farroupilhas. In: PESAVENTO, Sandra J.; DACANAL, José Hildebrando (org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. *Escravidão e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. A formação da primeira Rede de Vilas no Rio Grande de São Pedro. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. VI, n. 2, p. 149-67, dezembro de 1980.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: constituição de uma sociologia das interpretações de civilizações*. Trad. CAPELLATO, Maria Eloísa e KRÄHENBÜHL, Olívia. São Paulo: USP, 1971.

BELLINI, Lígia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul* – PA, GRAFOSUL, IEL, DAC, SSEC, 1976.

BERGARD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BERND, Zilá; BAKOS, Margaret M. *O negro consciência e trabalho*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os Portos do Sul: Características do Tráfico Negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BLASSINGAME, John. *The Slave Community*. Londres: Oxford University Press, 1972.

BOLÉO, Paiva. Emigração açoriana para o Brasil. *Revista BÍblos*, Lisboa, v. XX, 1945.

BORTOLLI, Cristiane de Quadros. *Vestígios do passado: a escravidão no planalto médio gaúcho*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Escravidud y trabajo*. Un estudio sobre los afrodescendientes em la frontera uruguaya, 1835-1855. Montevideo: Pulmón Ediciones, 2004.

BOTELHO, T. R. Família Escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. *Jornada Setecentista*, Curitiba, 5, 2003.

———. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. *População e Família*, São Paulo, v. 1, n.1, p. 211-234, jan./jun.1998.

BRÜGGER, Silvia Maria J.; KJERFVE, T. M. G. N. Compadrio: Relação Social e Libertação Espiritual em Sociedades Escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, Rio de Janeiro, junho de 1991.

BRÜGGER, Silvia Maria J. Casamento e Concubinato: Uma Análise dos Significados das Práticas Matrimoniais na América Portuguesa. *Revista de História*, São Leopoldo, n. 9, 2004.

———. *Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João del Rei; Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CARATTI, Jonas. Documentos da escravidão: instrumentos de pesquisa sobre escravos no Rio Grande do Sul (1763-1888). *Anais do Terceiro Encontro: escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2 a 4 de maio de 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CESAR, Guilhermino. Os soldados negros dos Pinto Bandeira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Suplemento Rural, 23/3/1974.

———. *O conde de Piratini e a estância da música*. Porto Alegre: IEL, e Caxias do Sul: UCS, 1978.

———. *História do Rio Grande do Sul – Período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.

CHAGAS, Paula Roberta; NADALIN, S. O. Para o mundo e para a eternidade: a idade do batismo nas atas paroquiais (Curitiba, séculos XVIII-XIX). *Anais.../XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais: As Desigualdades Sócio-Demográficas e os Direitos Humanos no Brasil*. Caxambú, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2008. p. 1-18.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Tradução de Fernando Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREA, Silvio Marcus de S. A Poligenia Étnica na Formação Social do Espaço Fronteiriço de Rio Pardo: 1750-1850. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério L da. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUBISC, 2001.

COSTA, Elmar Bones da (editor). *História ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria Estadual da Cultura/CEEE, 1998.

COSTA, Iraci Del Nero da; GUTIERREZ, Horácio. Nota sobre casamento de escravos em São Paulo e no Paraná. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 313-21, dez. 1984.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica: População (1719-1826)*. São Paulo: IPE-USP, 1979. (Col. Ensaios Econômicos).

COSTA, Iraci Del Nero da, SLENES, R. W.; SCHWARTZ, S. B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 245-95, maio/ago. 1987.

COSTA, Iraci Del Nero da. Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos. *História: Questões & Debates*, v. 4, n. 6, p. 121-7, jun. 1983.

CUNHA, Maísa Faleiro da. *Demografia e família escrava*. Franca/SP, século XIX, Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas/IFCH, 2009. Tese (doutorado).

DÍAZ, A. P.; FUENTES, M. A. *Esclavitud, familia y parroquia en Cuba: otra mirada desde la microhistoria*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2006.

_____. Una metodología – desde los registros parroquiales – para la reconstrucción de la familia negra en Cuba colonial. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, FEA/USP, set. 2004.

EISENBERG, Peter. “A Carta de alforria e outras fontes para estudar a alforria no século XIX”. In: __: *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVII e XIX*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, S. S. C. *A Colônia Brasileira: Economia e Diversidade*. Edição Reformulada.. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004. v. 1. 120 p.

FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. PPG-História/UFRJ, Tese de Doutorado, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Edusp, 1965.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. RJ: IBGE, 1959.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal. Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. Dissertação de mestrado. PPGHIS-UFF, 2000.

FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790, c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

———. A reconstituição de famílias escravas: parentesco e família entre cativos de Manoel de Aguiar (1872). In: Congresso de la Asociacion Latinoamericana de Población, 2., 2006, Guadalajara – México. *Anais...* ALAP, 2006.

———. Abolicionismo e lógica demográfica da plantation no Brasil, 1789-1850 (notas de investigação). In: Scott, Ana Silvia V.; Fleck, Eliane C. D. (org.). *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, v. 1, p. 214-234, 2008.

FORTES, A. B.; WAGNER J. B. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto – mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

———; ———. Filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 151-73, maio/ago. 1987.

FRANCO, R.; CAMPOS, A. A. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 21-40, jan. 2004.

FREIRE, J. Famílias senhoriais, estratégias de manutenção e/ou ampliação de posses em escravos: Zona da Mata Mineira, século XIX. In: Seminário Sobre a Economia Mineira. Economia, História, Demografia e Políticas Públicas, 13, 2008, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

———. Casamento, legitimidade e família em uma freguesia escravista da Zona da Mata Mineira: século XIX. *Lócus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 11, n. 1-2, p. 51-73, 2005.

FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST/Universidade de Caxias do Sul, 1980.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. 40. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - *Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos - dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

———. *A terra prometida – o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação de Mestrado, PPG-História/UFRJ, 2003.

———. Nos Domínios Portugueses: mecanismos de estruturação e manutenção do mercado muar platino (1750-1800). *Acervo*, v. 15, n. 2, p. 33-54, jul./dez. 2002.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

GOLDSCHMIDT, Eliana M. R. *Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

———. *Casamentos Mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Alforrias na Comarca de Ouro Preto (1808-1870). *População e Família*, São Paulo, n. 3, p. 157-80, 2000.

———. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. São Paulo: USP, 1999. Tese (doutorado).

GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GRAF, M. E. C. de . Nos bastidores da escravidão: convivência e conflito no Brasil colonial. In: Macia Eliza de Campos Graf; Maria Beatriz Nizza da Silva. (Org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, v., p. 90-104.

GRAHAM, R. A “família” escrava no Brasil colonial. In _____. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. (1. ed., 1975).

GRAHAM, S. L. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRIMBERG, Keila. *A fronteira da escravidão. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, UFSC, 2007.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João

José (org.) *Escravidão e invenção da liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUTERRES, Leticia. *Para além das fontes: possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos, Santa Maria, 1844-1882*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 2005.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da Unisinos, 1992.

GUTIÉRREZ, H. Crioulos e Africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, 1998.

———. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago. 1987.

HACKENBERG Carla Casper. *Famílias em cativeiro: uma negociação entre escravos e proprietários na fazenda Cabussú, Rio de Janeiro (1780-1830)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

HAMEISTER, Martha D. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPG-História/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2002.

HENRY, L. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

———. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-49, maio/agosto 1987.

KUNH, Fábio. "Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América Portuguesa – século XVIII". In: GRIJÓ, Luiz Alberto, KÜHN, Fábio, GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

———. Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII. Rio de Janeiro: UFF, 2006 (Tese de doutorado).

———. A prática do dom: família, dote e sucessão na fronteira da América portuguesa. In: V Jornada Setecentista, 2003, Curitiba. *Anais da V Jornada Setecentista*, 2003.

———. *O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

KUNIOCHI, Márcia Naomi. O perfil dos escravos em Rio Grande, século XIX. In: *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2005.

KUSNEZOF, Elizabeth Anne. Ilegitimidade, Raça e Laços de Família no Brasil do Século XIX: Uma análise da informação dos censos e de batismos para São Paulo e Rio de Janeiro. In: *História e População: Estudos sobre a América Latina. Congresso sobre a História da População da América Latina*, Ouro Preto, 1989.

LAYTANO, Dante de. *Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

———. *Guia histórico de Rio Pardo*. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 1979.

LAUREANO, Marisa A. *A última vontade: um estudo sobre os laços de parentesco entre escravos na capitania do Rio Grande de São Pedro, 1767-1809*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 2000.

LARA, Silvia. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: PAZ e Terra, 1988

LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LESSA, Luís Carlos B. *Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo*. Rio de Janeiro: Globo, 1984.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Carlos A. M. Escravos artesãos: Preços e família (Rio de Janeiro, 1789-1839). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 447-84, 2000.

LIMA, Rafael Peter de. Escravidão ilegal: sequestro e contrabando de gente de cor na fronteira Brasil/Uruguai (1850-1862). In: *Ler. Congreso Latinoamericano de Historia Económica, 2007, Montevideu. Ler. Congreso Latinoamericano de Historia Económica/4as Jornadas Uruguayas de Historia Económica, 2007*.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas*. Brasília: ESAF, 1988.

LOPES, Janaina Christina Perrayon. *Casamentos de escravos nas freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: Uma contribuição aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro*. PPG-História/UFRJ, Dissertação (Mestrado), 2006.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005. v. 1. 279 p.

—————; —————. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, 2004.

LUNA, Francisco Vidal. Características demográficas dos escravos em São Paulo (1777-1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 443-483, 1992.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, H. S. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 349-379, set./dez. 1990.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE, Pioneira, 1982.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores, análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE/USP (Ensaio Econômico, 8), 1981.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Arquitetura no Brasil e Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1984.

—————. *Rio Pardo. A arquitetura fala da história*. Porto Alegre: Sulina, 1972.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais/PR), Passagem do século XVIII para o XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. [Tese de doutorado].

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

—————. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*. Passo Fundo: UPF, 2002.

—————. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST/UCS, 1984.

MALHEIROS, Perdígão. A escravidão no Brasil. Ensaio histórico, jurídico, social. Rio de Janeiro, 1976.

MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). FRAGOSO João et al. (org.) In: *Nas rotas do império: eixos mercantis e relações sociais no mundo português*. João: Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 13-20, jan. 2004.

———. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

———. *Caiçara, terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

———. The Population of Colonial Brazil. In: BETHELL, Leslie. (org.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, v. II, p. 37-63.

———. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 74, n. 1, p. 39-48, jan./fev.1980.

———. Os registros Eclesiásticos e a Demografia Histórica da América Latina. In: *Separata Memórias da I Semana da História*. Franca-SP, 1979.

———. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1973.

MARCONDES, R. L.; GARAVAZO, J. A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875). In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 13, 2002, Ouro Preto. *Anais...* Belo Horizonte, ABEP, 2002.

MARTINS, R. B. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 181-209, jan./abr. 1983.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil de Queirós*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEIRELLES, Ione Tereza. *Para que a história não se perca no tempo: Cruz Alta, 1820-1809*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 2002.

METCALF, A. C. A família escrava no Brasil Colonial: um estudo de caso em São Paulo. In: Fundação SEADE. *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

———. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba. *Estudos Econômicos*, São Paulo, n. 17, p. 205-12, 1987.

———. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Tese de doutorado, Austin, The University of Texas at Austin, 1983.

MILLER, Joseph C. O Atlântico Escravista: Açúcar, Escravos e Engenhos. *Revista Afro-Ásia*, N. 19/20, p. 9-36, 1997.

———. A marginal institution on the margin of the Atlantic System: the Portuguese southern Atlantic slave trade in the eighteenth century. In: SOLOW, Barbara L. (ed.). *Slave and the rise of the Atlantic System*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MOREIRA Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem*. Práticas e Representações sobre o cativo em Porto Alegre na segunda metade do século XIX (1858/1888). Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOREIRA, P.R.S., TASSONI, Tatiana. Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748/1888). Porto Alegre: EST, 2007, v.1. p.800.

MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). *População e Família*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 93-128, 2000.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: Posse de Cativos e Família Escrava Em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

———. Família escrava: uma incursão pela historiografia. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 9, n. 16, p. 104-59, 1988.

NADALIN, S. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.

———. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 222-75, jul./dez. 2003.

NEVES, Maria de F. R das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo, no século XIX. In: NADALIN, S. O.; Marcílio, M. L. (org.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990.

NEVES JÚNIOR, Édson José. Reprodução Natural e Famílias Escravas em Porto Alegre, 1840-1865. *II Encontro de Castro*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

NOZOE, N. H.; COSTA, Iraci Del Nero da. Elementos da Estrutura de Posse de Escravos em Lorena no Alvorecer do Século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 319-45, 1989.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX)*. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII. In: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2007, p. 1-15.

———. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII. In: II Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2005, Porto Alegre. *Anais*. II Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2005.

OSÓRIO, Helen; BERWANGER, Ana Regina; SOUZA, Susana Bleil de. *Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS: CORAG, 2001.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, p. 99-134, 2000.

———. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: PPG-História/UFF, Tese de Doutorado, 1999.

———. O espaço platino: a fronteira colonial no século XVIII. In: CASTELO, Iara; SOUZA, Susana et al. (orgs.). *Práticas de integração nas fronteiras*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/GOETHE Institut, 1995.

———. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS. Dissertação de Mestrado, 1990.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

———. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Clotilde A.; LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio-ago. 1995.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Buscando a liberdade: fugas dos escravos da Província do Rio Grande de São Pedro para o além-fronteira de 1811 a 1851*. Passo Fundo: Editora UPF, 2006.

———. Contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade de escravos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo do Rio Grande do Sul Colonial. In: Encontro Regional de História da ANPUH-RJ, 12, 2006, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF, 2006.

PORTELA, Bruna. *Caminhos do cativo: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830)*. PPG-História/UFPR, Dissertação de Mestrado, 2007.

PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. v. I e II. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987.

RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 31, jan. 2004, p. 41-68.

RAMOS, Vanessa Gomes. Padrões das alforrias eclesiásticas no Rio de Janeiro Imperial. In: I Colóquio do LAHES - Alternativas Metodológicas para História Econômica e Social, 2005, Juiz de Fora. *Anais do I Colóquio do LAHES*, 2005.

RANGEL, Ana Paula dos Santos. Aspectos da demografia escrava em Vila Rica - 1755-1815. In: I Colóquio do LAHES - Alternativas Metodológicas para História Econômica e Social, 2005, Juiz de Fora. *Anais do I Colóquio do LAHES*, 2005.

REIS, João José; SILVA Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, João José (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1982.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul – época Colonial (1626-1822)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Negros e mulatos livres na sociedade da América portuguesa. In: *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

———. Precondições e precipitantes do movimento de independência da América portuguesa. In: FURTADO, Júnia (org.). *Diálogos oceânicos*. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SANTOS, Sherol dos. *Apesar do cativo*: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824). Dissertação de Mestrado: PPGH da UNISINOS, 2009.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul – século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

SCHERER, Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX, 2008. Dissertação (História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSP, 2001.

———. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial - 1550/1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

———. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial-1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste português*. Séculos XVIII e XIX. Guimarães, NEPS/Universidade do Minho, 1999.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina Deckmann (organizadoras). *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos, Editora da Unisinos, 2008.

SILVA, Denize A. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville - 1845-1888*. Curitiba, UFPR, 2004. Dissertação (Mestrado).

SILVA, Maria Beatriz N. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

———. *Sistema de casamentos no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 1984.

SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na senzala uma flor. esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

———. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

———. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escravista (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 217-227, maio/agosto 1987.

———. As taxas de fecundidade da população escrava brasileira na década de 1870: estimativas e implicações. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 1, p. 53-71, 1986.

SOARES, Carlos E.; GOMES, Flávio dos Santos e FARIAS, Juliana Barreto. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*: RJ, Arquivo Nacional, 2005.

SOARES, M. de C. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

———. Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo*, v. 3, n. 6, p. 73-93, dezembro de 1998.

SOUZA, Gláucia de. *Imagens de Rio Pardo*. Tranqueira Invicta. Exposição foto-poética de Rio Pardo, 2006-2007. Disponível em: <http://www.cameraviajante.com.br/tranqueira_invicta.htm>. Acesso em: 29 mar. 2008.

SOUZA, Sabrina Silva de. *Comerciantes em Rio Pardo-RS: Atuações comerciais e relações sociais (1800-1835)*. (Dissertação de Mestrado em História). Porto Alegre: PUC-RS, 1998.

SOUZA, Susana Bleil. Identidade e nacionalismo no processo de integração da fronteira uruguaia no final do século XIX. *Humanas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1-2, p. 109-19, jan./dez. 1995.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

———. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. A Teia da Intriga – delação e moralidade na sociedade colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VAINFAS, Ronaldo (dir). Dicionário do Brasil Colonial (1500 a 1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina. *Nas bênçãos de Nossa Senhora do Rosário*. Relações familiares entre escravos em Mambucaba, Angra dos Reis, 1830 a 1881. Niterói: 2001. Dissertação (Mestrado em História)-UFF.

VENÂNCIO, Renato P. Nos limites da sagrada família; ilegitimidade e casamento no Brasil colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VOGT, Olgário P.; SILVA, A. L.; BERTÓ, S. F. Rio Pardo: Ascensão e estagnação da tranqueira invicta. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 1, mar. 1996.

VOGT, Olgário P.; SILVEIRA, Rogério L. (Orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

WITTER, Nickelen Acosta. *Dizem que foi Feitiço: As práticas de cura no Sul do Brasil. 1840-1880*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional*. Guia Bibliográfico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ZACARIAS, A. *Negócio público e interesse privado: análise dos processos de interdição*. Campinas: Unicamp/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2003.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural no século XIX*. Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, tese de doutoramento, 1994.

ZIENTARA, Benedikt. *Enciclopédia Einaudi* Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. v. 14.

ZUBARAN, Maria A. Escravos e a Justiça: as ações de Liberdade no Rio Grande do Sul, 1865-1888. *Revista Catarinense de História*, n. 4, p. 87-103, 1996.

FONTES DOCUMENTAIS

AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre)

- Livros de Batismos de Rio Pardo, 1755 a 1835.
- Livros de Batismos de Encruzilhada, 1779-1835.
- Livros de Óbitos de Rio Pardo, 1756-1835.
- Livros de Óbitos de Encruzilhada, 1781-1835.
- Livros de Casamento de Rio Pardo, 1762-1835.
- Livros de Casamento de Encruzilhada, 1799-1835.

Arquivo da Diocese de Cachoeira do Sul

- Livros de Batismos de Cachoeira do Sul, 1779-1835.
- Livros de Batismos de Caçapava, 1791-1835
- Livros de Óbitos de Cachoeira do Sul, 1780-1835.
- Livros de Óbitos de Caçapava, 1798-1835.
- Livros de Casamentos de Cachoeira do Sul, 1779-1835.
- Livros de Casamentos de Caçapava, 1800-1835.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

- Série Visitas Pastorais - Porto Alegre 9/12/1811 Índice Introdução Geral – informações sobre os limites das freguesias de Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada, bem como dos seus respectivos vigários e fregueses.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

- Cód. A1-0.6. *Correspondência ativa do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara (1780-1784).*
- Documentação avulsa da Fazenda. Lata 3, maço 16 e lata 4, maços 17, 18 e 19.

- Fundo Fazenda – Códice F1247 f. 69v.-70.
- Relações de Moradores Códice F 1198 A e B: Rio Pardo 1784 Registro Geral da Real Fazenda.

Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa

Documentos avulsos:

Brasil Limites

- Caixa 1, doc. 77. OFÍCIO de Antônio Pinto Carneiro ao [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, sobre as inundações causadas pelas chuvas e a doença dos cavalos, que o tem impedido de prosseguir a marcha (Chuí, 14.7.1755).
- Caixa 1, doc. 78. OFÍCIO de Antônio Pinto Carneiro ao [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, solicitando a libertação de um prisioneiro do Forte de São Miguel a fim de que o dito fique sob sua guarda (Chuí, 15.7.1755).
- Caixa 1, doc. 79. OFÍCIO de Antônio Pinto Carneiro ao [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, sobre a passagem por Chuí de um portador castelhano com cartas para o Rio Grande e que infelizmente não conseguira retirar-lhe nenhuma informação (Chuí, 16.7.1755).

Capitania do Rio Grande do Sul

- Caixa 1, doc. 41. MAPA das fazendas povoadas de gado no Rio Grande de São Pedro até esta data, das partes norte e sul, incluindo os nomes dos proprietários e as quantidades de gado. Rio Grande de São Pedro, 13.10.1741.
- Caixa 1, doc. 87. CARTA dos oficiais da Câmara da vila do Rio Grande de São Pedro ao rei [D. José], solicitando a construção da igreja matriz, e pedindo licença para se fazer um hospício de religiosos da Ordem de São Francisco. Rio Grande de São Pedro, 14.10.1753.
- Caixa 1, doc. 97. CARTA dos oficiais da Câmara da vila do Rio Grande de São Pedro ao rei [D. José], sobre a necessidade que tem de patrimônio para a sua subsistência e da cadeia e casa da câmara. Rio Grande de São Pedro, 4.4.1755.
- Caixa 2, doc. 153. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre carta dos oficiais da Câmara do Rio Grande de São Pedro, pedindo que não se paguem subsídios aos oficiais da Câmara de Laguna dos gêneros molhados, que ali são desembarcados, mas com destino ao Rio Grande de São Pedro, devido à pobreza do povo do Rio Grande após a guerra com os espanhóis. Lisboa, 2.4.1766.
- Caixa 2, doc. 181. REQUERIMENTO do tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar do Rio Grande de São Pedro, Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, ao rei [D. José I], solicitando provisão para retornar ao reino, de onde é natural, dado que sua mulher morreu deixando três filhas menores. Rio Grande de São Pedro, ant.22.3.1773.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Cód. 83. *Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades.*

- Volume 11. Cód. 107. Microfilme: 023.0.78. *Correspondência de Santa Catarina sobre assuntos diversos (1723-1808).*

Fundo Marquês do Lavradio

Microfilme 024-97

- Notação 2, RD 2.34, Ofício do vice-rei Marquês do Lavradio ao governador do Continente, José Marcelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 09.10.1770.
- Notação 16: Ofícios do sargento-mor Francisco José da Rocha para o vice-rei Marquês do Lavradio (1771-1772).

<i>Notação</i>	<i>Local</i>	<i>Data.</i>
16.83 a 16.89	Rio Pardo	30.08.1771.
16.21 a 16.24	Rio Pardo	22.09.1771.
16.5 a 16.12	Rio Pardo	22.10.1771.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa

Ministério do Reino

- Pasta 39, n. 21: Rafael Pinto Bandeira: Decreto verificando-lhe a mercê do hábito de Cristo com 200\$000 réis de tença, que lhe fora feito por El Rei D. José. 16.1.1786.
- Despachos da Corte – Datas 1752-1851 TT-PT (Lisboa). Documentos relativos aos conflitos entre Portugal e Espanha no Sul do Brasil, particularmente no que respeita aos estabelecimentos de Rio Pardo, Viamão, Rio Grande de São Pedro.

Coleção Manuscritos do Brasil – Código de referência PT-TT – MSBR 1550-1810.

- Papéis do Brasil – Relação da conquista da Colônia por D. Pedro de Cevalhos – Capitão General da Província do Rio da Prata – Códice 1 folhas 94 à 113 PT-TT (Lisboa-Portugal).
- Instruções do Marquês de Pombal para Luiz Pinto de Souza e informações desse ministro – estabelecimento de Rio Pardo – 1774-1776.

Habilitações da Ordem de Cristo

- Rafael Pinto Bandeira, filho de Francisco Pinto Bandeira e D. Clara Maria de Oliveira: letra R, maço 6, n. 16, 11.10.1787.

Feitos Findos

- André Gonçalves – Juízo da Índia e Mina, Justificações ultramarinas, Brasil, maço 35-10.
- João de Deus Mena Barreto – Diligência de habilitação. Documento composto – Tribunal do Santo Ofício – Conselho Geral de habilitações – Maço 66 doc. 1233.

- Vasco Pinto Bandeira – Registro Geral de Mercês de D. Maria I, Livro 31 f.196 v. Carta de Patente de Sargento Mor.
- Francisco Barreto Pereira Pinto – Registro Geral de Mercês – Registro de Certidões, Livro 1, fl. 261.
- Patrício José Correia da Câmara – Registro Geral de Mercês – Registro de Certidões, Livro 1, folha 300. Certidão negativa (D. Maria I fl. 10) filho de Francisco Manoel.

Inquisição de Lisboa – processos.

- N°. 7050 – Réu: José de Saldanha (1805).
- N°. 6258 – Réu: Clemente José dos Santos (1795).

Arquivo Histórico Municipal – Rio Pardo

- Inventários *post-mortem*, 1809-1835.
- Atas da Câmara Municipal, 1809-1835.
- Códices: licenças, correspondências, códigos de posturas e despachos administrativos 1809-1836.
- Registro de Juramentos e Nomes da Câmara Municipal – 1811-1847.
- Mapa estatístico das povoações de Rio Pardo - Códice 16, 1826, p. 103.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

- Inventários *Post-mortem* de Rio Pardo, 1764-1835.
- Inventários *Post-mortem* de Cachoeira do Sul, 1810-1835.
- Inventários *Post-mortem* de Encruzilhada, 1810-1835.
- Inventários *Post-mortem* de Caçapava, 1810-1835.
- Ordinárias de Rio Pardo, 1800-1835.
- Executivas de Rio Pardo, 1800-1835.
- Livros de Registros Diversos – Judicial e de Notas de Rio Pardo, 1811-1843.

Biblioteca Nacional – Lisboa

- Brasil – Agricultura, comércio e navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro – Domingos Álvares Branco Moniz Barreto –1778 – Cód. 64-20.
- Carta para o Coronel Governador José Marcelino de Figueiredo sobre roubos na Fronteira do Rio Pardo, POA, 21 de setembro de 1774 (manuscritos) Inácio Osório Vieira – Original – MSS226, número 63 (BNP-Lisboa 3.f.) Roteiro que mostra em léguas o caminho de São Paulo a Rio Pardo (continente do Rio Grande de São Pedro) pelos pouzos que fiz na viagem principiada em 23 de setembro de 1778 – Joaquim José de Macedo (manuscritos) – PBA.721//19 (BNP – Lisboa 4.f.).

- Códice 10854: Coleção de correspondência de José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande, para o Marquês do Lavradio, Vice-rei do Brasil, com outros documentos referentes ao mesmo Estado. Originais, 1773-1778.
- Códice 10631: Cartas do Marquês do Lavradio para os Governadores das Capitâneas e outras autoridades militares. Cópias, 1776-1779.
- Noticias que apresentou a corte o general Gomes Freyre de Andrade a respeito de vários progressos da Colônia e Rio Grande.
- PSS – Caixa 3: Cartas de Ofício do Marquês do Lavradio. Cópias, 1768-1774.
- Roteiro que mostra em léguas o caminho de São Paulo thê (sic) o Rio Pardo (Continente do Rio Grande de São Pedro), pelos pouzos que fiz na viagem principiada em 23 de setembro de 1778 – Joaquim José de Macedo Leyte (Manuscritos). PBA. 721//19.

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Divisão de Manuscritos

- Mss. 9, 2, 3 n. 1. *Compêndio noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro até o Distrito do Governo de Santa Catarina, extraído dos meus diários, observações e notícias, que alcancei nas jornadas que fiz ao dito Continente nos anos de 1774 e 1775.* Por Francisco João Roscio. Lisboa, 21.6.1791.
- Mss. 9, 4, 9, n. 3. *Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul, segundo o que vi no mesmo Continente, e notícias que nele alcancei, com as Notas do que me parece necessário para aumento do mesmo Continente e utilidade da Real Fazenda.* Por Sebastião Francisco Betamio. Rio de Janeiro, 19.01.1780.
- Mss. 9, 4, 9, n. 134. *Mapa Geográfico do Rio Grande de São Pedro, suas freguesias, e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições, cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780.* Vila de São Pedro do Rio Grande, out. 1780.

Biblioteca Pública – Évora

- Mss. CXVI – 2-. *Discrição a viagem do Rio Grande (...) por Francisco Ferreira de Souza – 1777.*

Biblioteca da Ajuda – Lisboa

- Mss. 54-XIII-16, n. 153: Segundo Compêndio Histórico dos últimos atentados e irrupções que os Comandantes espanhóis tem acumulado nos Domínios Meridionais de Portugal desde o ano de 1773 até o de 1774; substanciado pelo Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, Governador do Rio Grande de São Pedro e Comandante das Tropas daquele território, em uma significativa Carta de Ofício por ele dirigida na data de 30 de Janeiro de 1774 ao Marquês do Lavradio, Vice-rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

- *Arquivo Moacyr Domingues* n.º. 6: transcrição do Livro 1º de batismos de Triunfo (1757-1786).

Fontes Impressas

ARQUIVO dos Açores. *Coleção de documentos*. Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais – Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2005.

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. *Anais*. Volume 1: Registro de atos oficiais no presídio do Rio Grande (1737-1753). Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1979.

BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz. Observações relativas a Agricultura, Commercio e Navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro, no Brasil (1790). In: CAMARGO, Fernando da Silva. *O Malón de 1801*.

BETTAMIO, Sebastião Francisco. *Notícia particular do Continente do Rio Grande* (1780). In: RIHGB, tomo XXI, 1858, p. 239-299. (Também publicado em FREITAS, Décio. *O Capitalismo Pastoril*, p. 143-199).

BIBLIOTECA NACIONAL. *Vocabulário Portuguez e Latino*. BLUTEAU, padre R. Lisboa: Officina de Pascoal Silva, impressor de sua Majestade, 1714. Documentação fotocopiada pertencente ao CEDOPE. 05 filmes.

CÓDIGO PHILIPPINO OU ORDENAÇÕES E LEIS DO REINO DE PORTUGAL. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 (facsimile da edição comentada de Cândido Mendes CÓDIGO PHILIPPINO. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomático, 1870).

CORRESPONDÊNCIA do Rio Grande (cartas do governador José Marcelino de Figueiredo para o Vice-Rei, 1779). In: *Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul*, n. 23, p. 400-424, jun.1930.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo, 1853.

DEMARCAÇÃO do Sul do Brasil. In: *Revista do Archivo Público Mineiro*. v. XXIII (1), Belo Horizonte> Imprensa Oficial de Minas Gerais,1929.

DEMARCAÇÃO do Sul do Brasil. In: *Revista do Archivo Público Mineiro*. v. XXIV (1), Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais,1933.

MOREIRA Paulo Roberto Staudt.; TASSONI, Tatiana de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.